

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	14
3.4 - Política de destinação dos resultados	15
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	18
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	19
3.7 - Nível de endividamento	20
3.8 - Obrigações	21
3.9 - Outras informações relevantes	22

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	23
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	45
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	47
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	53
4.5 - Processos sigilosos relevantes	55
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	56
4.7 - Outras contingências relevantes	58

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	60
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	61
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	67
5.3 - Descrição dos controles internos	71
5.4 - Programa de Integridade	74
5.5 - Alterações significativas	78
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	79
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	80
6.3 - Breve histórico	81
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	84
6.6 - Outras informações relevantes	85
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	86
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	96
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	97
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	100
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	108
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	109
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	114
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	115
7.8 - Políticas socioambientais	116
7.9 - Outras informações relevantes	119
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	121
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	122

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	123
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	124
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	125
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	126
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	127
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	131
9.2 - Outras informações relevantes	133
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	155
10.2 - Resultado operacional e financeiro	192
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	198
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	199
10.5 - Políticas contábeis críticas	200
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	202
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	203
10.8 - Plano de Negócios	204
10.9 - Outros fatores com influência relevante	205
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	206
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	207
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	208
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	217
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	221
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	223
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	224

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	231
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	236
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	238
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	253
12.12 - Outras informações relevantes	254

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	257
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	261
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	265
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	269
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	279
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	283
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	284
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	285
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	287
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	288
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	289
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	290
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	291
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	292
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	293
13.16 - Outras informações relevantes	294

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	295
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	302
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	303
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	305
14.5 - Outras informações relevantes	306
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	307
15.3 - Distribuição de capital	319
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	320
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	321
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	322
15.7 - Principais operações societárias	323
15.8 - Outras informações relevantes	324
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	325
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	326
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	327
16.4 - Outras informações relevantes	328
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	333
17.2 - Aumentos do capital social	334
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	335
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	336
17.5 - Outras informações relevantes	337
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	338

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	339
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	341
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	342
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	343
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	346
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	347
18.8 - Títulos emitidos no exterior	348
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	349
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	350
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	351
18.12 - Outras informações relevantes	352

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	353
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	354
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	356

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	357
20.2 - Outras informações relevantes	358

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	360
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	361
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	364
21.4 - Outras informações relevantes	365

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Frederico Trajano Inácio Rodrigues

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Bellissimo Rodrigues

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
Cargo do responsável

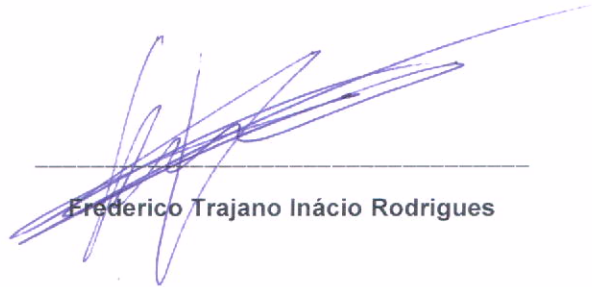
Frederico Trajano Inácio Rodrigues
Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Frederico Trajano Inácio Rodrigues

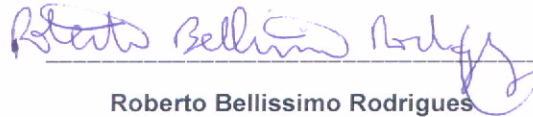
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
Cargo do responsável

Roberto Bellissimo Rodrigues

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.


Roberto Bellissimo Rodrigues

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2012 a 31/12/2016
Descrição do serviço contratado	Serviços (i) de auditoria das demonstrações financeiras preparadas pela Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2014, 2015 e 2016; (ii) de revisão das informações trimestrais da Companhia referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014, 2015 e 2016; e (iii) de procedimentos pré-acordados no âmbito da oferta pública subsequente de ações, com esforços restritos, de emissão da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os seguintes valores foram pagos aos auditores independentes como remuneração pelos serviços prestados: (i) R\$1,9 milhão referente aos serviços de auditoria no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;.e (ii) R\$ 1,3 milhão referente aos serviços de auditoria no âmbito da oferta pública subsequente de ações, com esforços restritos, de emissão da Companhia.
Justificativa da substituição	Rotatividade de auditoria conforme Instrução CVM 308.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve discordância.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alexandre Rubio	25/10/2013 a 31/10/2015	258.958.198-00	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 1, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900
Luiz Carlos Nannini	28/03/2012 a 24/10/2013	038.563.538-95	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 1, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900
Waldyr Passetto Junior	01/11/2015 a 31/12/2016	082.619.888-05	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Norte, 7º anda, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0022-53
Período de prestação de serviço	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços (i) de auditoria das demonstrações financeiras preparadas pela Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) de revisão das informações trimestrais da Companhia referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017; e (iii) de procedimentos pré-acordados no âmbito da oferta pública subsequente de ações, com esforços restritos, de emissão da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os seguintes valores foram pagos aos auditores independentes como remuneração pelos serviços prestados: R\$1,4 milhão referente aos serviços de auditoria no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (ii) R\$1,0 milhão referente aos serviços de auditoria no âmbito da oferta pública subsequente de ações, com esforços restritos, de emissão da Companhia.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Fernando Rogério Liani	26/01/2018	264.351.628-16	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A, Chácara Sto. Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04707-970, e-mail: fliani@kpmg.com.br
Marcelo Pereira Gonçalves	01/01/2017 a 25/01/2018	200.314.278-98	Passeio das Castanheiras, nº 431, Parque Faber Castell, São Carlos, SP, Brasil, CEP 13561-384

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	2.073.977.000,00	621.586.000,00	575.656.000,00
Ativo Total	7.419.513.000,00	6.100.606.000,00	5.501.981.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	11.984.250.000,00	9.508.745.000,00	8.978.259.000,00
Resultado Bruto	3.606.011.000,00	2.922.615.000,00	2.578.629.000,00
Resultado Líquido	389.022.000,00	86.565.000,00	-65.605.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	189.231.404	21.273.933	21.874.157
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	10,960004	29,218199	26,316717
Resultado Básico por Ação	2,203115	3,981891	-2,943240
Resultado Diluído por Ação	2,19	3,98	-2,94

3.2 - Medições não contábeis

(a) Valor das medições não contábeis; (b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; e (c) Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.

EBITDA

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada (“**Instrução CVM 527**”). O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não devem ser considerados como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, como indicador de liquidez e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Ademais, uma vez que o EBITDA e a Margem EBITDA não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, depreciação e amortização, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da nossa rentabilidade.

O EBITDA é um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa, para estimar a capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro.

Reconciliação do EBITDA com o Lucro líquido (prejuízo):

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo)	389.022	86.565	(65.605)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	87.851	(9.469)	(81.524)
(+) Resultado financeiro líquido	410.821	503.849	486.055
(+) Depreciação e amortização	143.059	133.612	125.801
EBITDA	1.030.753	714.557	464.727
Margem EBITDA	8,6%	7,5%	5,2%

3.2 - Medições não contábeis

Dívida Bruta, Caixa (Dívida) Líquido e do Caixa (Dívida) Líquido Ajustado

A Dívida Bruta corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante). Quando o saldo do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) é subtraído pela dívida bruta, obtém-se o Caixa (Dívida) Líquido. O Caixa (Dívida) Líquido Ajustado refere-se ao Caixa (Dívida) Líquido subtraído do contas a receber de cartões de crédito não descontado (terceiros e de partes relacionadas).

O Caixa (Dívida) Líquido e Caixa (Dívida) Líquido Ajustado não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Caixa (Dívida) Líquido e o Caixa (Dívida) Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Caixa (Dívida) líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante)	(434.294)	(838.016)	(568.350)
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante)	(437.204)	(1.010.760)	(1.254.960)
Dívida Bruta	(871.498)	(1.848.776)	(1.823.310)
Caixa e equivalentes de caixa	412.707	599.141	617.465
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante)	1.259.553	818.984	497.623
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante)	-	171	46.728
Caixa (Dívida) Líquido	800.762	(430.480)	(661.494)
Cartões de crédito terceiros ¹	820.267	276.206	158.749
Cartão de crédito de partes relacionadas ¹	42.338	18.646	13.884
Caixa (Dívida) Líquida Ajustada	1.663.367	(135.628)	(488.861)
Dívida bruta de curto prazo (circulante) /Dívida Bruta	49,8%	45,3%	31,2%
Dívida bruta de longo prazo (não circulante)/Dívida Bruta	50,2%	54,7%	68,8%

⁽¹⁾ Atualmente é prática da Companhia a antecipação de recebíveis de cartões de créditos de terceiros e de partes relacionadas. Assim, são ajustados ao caixa (dívida) líquido, propiciando melhor leitura do desempenho financeiro e liquidez da Companhia.

(em R\$ mil, exceto índice)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
EBITDA	1.030.753	714.557	464.727
Caixa (Dívida) Líquido / EBITDA	0,8x	(0,6)x	(1,4)x
Caixa (Dívida) Líquido Ajustado / EBITDA	1,6x	(0,2)x	(1,1)x

3.2 - Medições não contábeis

Capital de Giro

Calculamos o Capital de Giro como sendo o ativo circulante menos o saldo de: (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante), subtraído dos saldos do passivo circulante menos o saldo de: (a) empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante), e (b) dividendos a pagar. O Capital de Giro Ajustado refere-se ao Capital de Giro subtraído do saldo de contas a receber de cartões de crédito (terceiros e de partes relacionadas). Atualmente é prática da Companhia a antecipação de recebíveis de cartões de créditos de terceiros e de partes relacionadas. Assim, são ajustados à dívida líquida, propiciando melhor leitura do desempenho financeiro e liquidez da Companhia. Outras companhias podem calcular o Capital de Giro de maneira diferente da Companhia.

O Capital de Giro e o Capital de Giro Ajustado não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro e o Capital de Giro Ajustado de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital de Giro e do Capital de Giro Ajustado é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante).

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Ativo circulante	5.257.617	3.919.843	3.360.515
Caixa e equivalentes de caixa	(412.707)	(599.141)	(617.465)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante)	(1.259.553)	(818.984)	(497.623)
Ativo Circulante Operacional	3.585.357	2.501.718	2.245.427
Passivo circulante	4.136.036	3.672.426	2.874.782
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante)	(434.294)	(838.016)	(568.350)
Dividendos a pagar	(64.273)	(12.335)	-
Passivo Circulante Operacional	3.637.469	2.822.075	2.306.432
Capital de Giro	(52.112)	(320.357)	(61.005)
Cartões de crédito terceiros	(820.267)	(276.206)	(158.749)
Cartão de crédito de partes relacionadas	(42.338)	(18.646)	(13.884)
Capital de Giro Ajustado	(914.717)	(615.209)	(233.638)

Capital Fixo

Calculamos o Capital Fixo como sendo o total do ativo não circulante desconsiderando o saldo de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante), subtraído do total do passivo não circulante desconsiderando o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante).

O Capital Fixo não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital Fixo de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital Fixo é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de longo prazo.

3.2 - Medições não contábeis

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Total do ativo não circulante	2.161.896	2.180.763	2.141.466
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante)	-	(171)	(46.728)
Total do ativo não circulante ajustado	2.161.896	2.180.592	2.094.738
Total do passivo não circulante	1.209.500	1.806.594	2.051.543
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante)	(437.204)	(1.010.760)	(1.254.960)
Total do passivo não circulante ajustado	772.296	795.834	796.583
Capital Fixo	1.389.600	1.384.758	1.298.155

Lucro líquido operacional - NOPLAT

O lucro líquido operacional – NOPLAT (*Net Operating Profits Less Adjusted Taxes*) é o lucro líquido (prejuízo) antes do resultado financeiro, exceto os encargos sobre antecipação de cartão de crédito, líquidos do efeito calculado de imposto de renda e contribuição social. Acreditamos que o lucro líquido operacional é uma importante ferramenta comparativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

O lucro líquido operacional não é uma medida de desempenho financeiro, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, alternativa ao fluxo de caixa operacional ou indicador de liquidez e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O lucro líquido operacional não possui significado padrão e a nossa definição de lucro líquido operacional pode não ser comparável com a definição de lucro líquido operacional de outras companhias.

Cálculo do lucro líquido operacional

(Em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo)	389.022	86.565	(65.605)
(+) Resultado financeiro líquido	410.821	503.849	486.055
(-) Despesas financeiras: Encargos sobre antecipação de cartão de crédito ¹	(274.970)	(309.663)	(275.331)
Impostos			
(+/-) Efeito IR/CS sobre resultado financeiro ²	(139.679)	(171.309)	(165.259)
(+/-) Efeito IR/CS sobre despesas financeiras: Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	93.490	105.285	93.613
Lucro líquido operacional - NOPLAT	478.684	214.727	73.473

⁽¹⁾ As despesas com encargos sobre antecipação de cartão de crédito são ajustados ao lucro líquido operacional por se tratarem de despesas financeiras diretamente atribuíveis às receitas de vendas, onde se utiliza o meio de pagamento cartão de crédito.

⁽²⁾ Efeito calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (34%) sobre o resultado financeiro.

⁽³⁾ Efeito calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (34%) sobre os encargos sobre antecipação de cartão de crédito.

3.2 - Medições não contábeis

ROIC e ROE

O ROIC (*Return on Invested Capital*) é o lucro líquido operacional (NOPLAT) dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do capital de giro e o capital fixo. O ROE (*Return on Equity*) é o lucro líquido (prejuízo) dividido pelo Patrimônio Líquido da Companhia.

O ROIC e ROE não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC e ROE de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do ROIC e ROE são úteis para a medição do resultado e do retorno da Companhia em relação aos seus investimentos, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

Cálculo do ROIC e ROE

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Capital de Giro ¹	(52.112)	(320.357)	(61.005)
Capital Fixo ¹	1.389.600	1.384.758	1.298.155
Capital Investido Total	1.337.488	1.064.401	1.237.150
Lucro Líquido Operacional ²	478.684	214.727	73.473
ROIC Anualizado³	35,8%	20,2%	5,9%
Patrimônio Líquido	2.073.977	621.586	575.656
Lucro Líquido (prejuízo) ²	389.022	86.565	(65.605)
ROE Anualizado	18,8%	13,9%	-11,4%

⁽¹⁾ O cálculo para a reconciliação do capital de giro, capital fixo e lucro líquido operacional estão descritos neste item 3.2.

⁽²⁾ O Lucro Líquido e Lucro Líquido Operacional referem-se aos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Adoção inicial novas normas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Os efeitos da adoção inicial das novas normas estão divulgadas nas informações contábeis intermediárias divulgadas no exercício de 2018.

	2017	2016	2015
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Em 31.12.2017 nosso Estatuto Social previa que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houvesse, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:</p> <p><u>Reserva Legal:</u> 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2018, que aprovou as demonstrações financeiras de 2017, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo do lucro remanescente foi destinado para a reserva de retenção de lucros, após a destinação para a reserva legal e pagamento de dividendos.</p>	<p>Em 31.12.2016 nosso Estatuto Social previa que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houvesse, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:</p> <p><u>Reserva Legal:</u> 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2017, que aprovou as demonstrações financeiras de 2016, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo do lucro remanescente foi destinado para a reserva de retenção de lucros, após a destinação para a reserva legal e pagamento de dividendos.</p>	<p>Em 31.12.2015, nosso Estatuto Social previa que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houvesse, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:</p> <p><u>Reserva Legal:</u> 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2016, que aprovou as demonstrações financeiras de 2015, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que apurou prejuízo, não houve distribuição de dividendos.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$389.022 mil, o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que (i) R\$19.451 mil foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R\$68.299 mil destinado à reserva de incentivos fiscais; (iii) R\$6.200 mil destinados à reserva de retenção de lucros; e (iv) R\$170.073 mil destinados à reserva de reforço de capital de giro.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$86.565 mil, o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que (i) R\$4.328 mil foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R\$60.554 mil destinado à reserva de incentivos fiscais; e (iii) R\$41 mil destinados à reserva de retenção de lucros.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou prejuízo no valor de R\$65.605 mil.</p>
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,0% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 17,6% destinado à reserva de incentivos fiscais; (iii) 1,6% destinados à</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,0% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 70,0% foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iii) 1% destinados à reserva de retenção de lucros.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou prejuízo.</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
	reserva de retenção de lucros; e (iv) 43,7% destinados à reserva de reforço de capital de giro.		
b. regras sobre a distribuição de dividendos	<u>Dividendo Obrigatório:</u> Em 31.12.2017, nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado fosse, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas as demais regras do Estatuto e a legislação aplicável.	<u>Dividendo Obrigatório:</u> Em 31.12.2016, nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado fosse, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas as demais regras do Estatuto e a legislação aplicável.	<u>Dividendo Obrigatório:</u> Em 31.12.2015, nosso Estatuto Social previa que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado fosse, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas as demais regras do Estatuto e a legislação aplicável.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31.12.2017, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	Em 31.12.2016, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	Em 31.12.2015, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos,	Em 31.12.2017, nosso Estatuto Social previa restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.	Em 31.12.2016, nosso Estatuto Social previa restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. Além disso, em decorrência do contrato de abertura de crédito firmado com o Banco do Brasil S.A. em 19 de março de 2009 e aditado em 2 de outubro de 2009, em 15 de junho de 2010 e em 17 de agosto de 2011, a nossa distribuição de dividendos está limitada ao máximo de 25% sob pena de vencimento antecipado	Em 31.12.2015, nosso Estatuto Social previa restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. Além disso, em decorrência do contrato de abertura de crédito firmado com o Banco do Brasil S.A. em 19 de março de 2009 e aditado em 2 de outubro de 2009, em 15 de junho de 2010 e em 17 de agosto de 2011, a nossa distribuição de dividendos está limitada ao máximo de 25% sob pena de vencimento antecipado

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
decisões judiciais, administrativas ou arbitrais		de referido contrato. Para mais informações acerca do contrato de abertura de crédito e eventuais restrições à distribuição de dividendos, ver seção 10.1 (f) (i) deste Formulário de Referência.	de referido contrato. Para mais informações acerca do contrato de abertura de crédito e eventuais restrições à distribuição de dividendos, ver seção 10.1 (f) (i) deste Formulário de Referência.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	369.571.000,00	82.237.000,00	-65.605.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	33,823000	26,315405	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	18,757296	13,926472	-11,396563
Dividendo distribuído total	125.000.000,00	21.641.000,00	0,00
Lucro líquido retido	307.822.000,00	23.873.000,00	-65.605.000,00
Data da aprovação da retenção	13/04/2018	20/04/2017	18/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	50.000.000,00	25/04/2018				
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	75.000.000,00	25/04/2018	21.641.000,00	05/05/2017		
					0,00	

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	5.345.536.000,00	Índice de Endividamento	2,57743263	
	0,00	Outros índices	1,61373966	A Companhia entende que o índice Caixa (Dívida) Líquido Ajustado / EBITDA representa, de forma mais apropriada, o seu índice de endividamento, pois reflete a dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa; títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante); e contas a receber de cartões de crédito de terceiros e de parte relacionada (Luizacred), e é utilizado como referência para os covenants definidos nos contratos de empréstimos junto a algumas instituições financeiras, bem como outros instrumentos de dívida da Companhia. Este índice baseia-se no Caixa(Dívida) líquido ajustado da Companhia no valor de R\$1.663,4 milhões, dividido pelo EBITDA no valor de R\$1.030,8 milhões, vide reconciliação do lucro líquido para o EBITDA incluída no item 3.2 deste Formulário de Referência.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		434.294.000,00	421.390.000,00	15.814.000,00	0,00	871.498.000,00
Total			434.294.000,00	421.390.000,00	15.814.000,00	0,00	871.498.000,00

Observação

As informações acima referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O total demonstrado na tabela acima considera o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante).

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 3.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. ao emissor

Se não implementarmos totalmente nossa estratégia de crescimento e transformação digital, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à nossa estratégia de crescimento e transformação digital dependem de fatores críticos de sucesso, dentre os quais nossa competência e capacidade de:

- Proteger o poder da nossa marca;
- Abrir novas lojas e expandir nossa cobertura geográfica;
- Alavancar as vendas e aumentar a rentabilidade de nossas operações;
- Fortalecer e expandir a oferta de serviços e produtos financeiros para nossa base de clientes;
- Aperfeiçoar a experiência de compra por meio da multicanalidade;
- Gerenciar a captação e aplicação dos recursos financeiros; e
- Dar continuidade à nossa estratégia de transformação digital, por meio da inclusão digital de nossos clientes, o aprimoramento contínuo de nossas operações multicanais, desenvolvimento de nossa plataforma digital, reformulação e digitalização de nossas lojas físicas e fortalecimento de nossa cultura digital.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito, simultaneamente e por completo. O insucesso em implementar nossas estratégias pode afetar adversamente nossos negócios.

Se não conseguirmos manter nossa cultura e nossa marca no processo de expansão, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

Acreditamos que nosso potencial de crescimento e o alcance de nossas metas corporativas orientadas por resultados financeiros e não financeiros estão diretamente relacionados à nossa capacidade de atrair e manter os melhores colaboradores comprometidos com nossa cultura e nossa marca.

Na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de colaboradores alinhados à nossa cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em nosso atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos nossos colaboradores, e conseqüentemente em um enfraquecimento da nossa marca. Entendemos que nossa cultura organizacional e a nossa marca são cruciais para nossos planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

A perda de membros da nossa alta administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados podem causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração formada por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do nosso negócio. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e nossos resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave, podemos não conseguir atrair novos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. Nosso sucesso também depende de nossa habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia da informação, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa, e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, conseqüentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

Podemos precisar de recursos adicionais que podem ocasionar uma queda no desempenho das lojas existentes em decorrência de nossa estratégia de crescimento.

Nossa estratégia de crescimento envolve a abertura e a operação de novas lojas a cada ano, o que pode demandar recursos adicionais. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, as quais podem resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas lojas individualmente e de nosso negócio como um todo. Ainda, quando a inauguração de novas lojas ocorrer em mercados onde já possuímos lojas, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas, que pode afetar negativamente nossos negócios e o resultado de nossas operações.

Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o nosso crescimento.

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras por nós assumidas, nos prazos estabelecidos. Descontamos nossos recebíveis e contamos com linhas de crédito junto a instituições financeiras, bem como possuímos acesso ao mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para nossas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, acessar instituições financeiras e o mercado de capitais podem causar descasamento de vencimento de nossos ativos e passivos ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para honrar nossos compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, nosso crescimento.

Podemos enfrentar dificuldades em ampliar a quantidade de lojas físicas.

Parte de nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de ampliar a quantidade de lojas físicas e realizar fusões e aquisições com sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de nosso controle. Entre esses fatores se incluem nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, assim como a negociação de contratos de aluguel em termos aceitáveis. Precisamos também concluir as obras sem atrasos, interrupções ou aumento de custos. A abertura de novas lojas também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, analisamos regularmente oportunidades de fusões e aquisições que julgamos interessantes para as nossas atividades, relacionadas a nosso mercado de atuação ou a novos mercados relacionados a nossos produtos. Realizar aquisições com sucesso envolve uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre nossos objetivos de crescimento, como riscos relacionados à integração das estratégias de negócios, aproveitamento de sinergias, às operações, aos sistemas de informação, ao pessoal, aos produtos; à base de clientes; às autorizações governamentais; à geração dos retornos esperados; e à exposição de obrigações e contingências referentes às empresas adquiridas. O processo de diligência e auditoria financeira, operacional e legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que recebemos de vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências. A concretização de qualquer um desses riscos poderá afetar de maneira adversa a aquisição em questão, bem como os nossos negócios e o resultado de nossas operações.

Possíveis limitações em manter o ritmo de crescimento de vendas.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas “mesmas lojas” são: (i) nossa capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) nossa capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor; (iv) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas; (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças em nossas políticas de crédito, propaganda e marketing; e (vii) concorrência. Em decorrência dos eventos descritos acima, nossa performance de vendas “mesmas lojas” pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, nosso crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce* e o *marketplace*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de nossos clientes, podendo impactar nosso ritmo de crescimento de vendas.

Nós conduzimos nossas operações por meio de lojas físicas e digitais. Caso sejamos incapazes de alinhar estes canais de vendas em termos de aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing com o objetivo de atender as necessidades de nossos clientes, podemos não nos beneficiar integralmente de nossa estrutura multicanal integrada, o que pode afetar adversamente nossos resultados e operações.

Grande dependência da eficácia das campanhas de propaganda e marketing.

É parte inerente do nosso negócio, o empenho de recursos significativos para campanhas de propaganda e marketing, com o intuito de promover a atratividade e movimento em nossos canais de vendas. Caso tais campanhas não alcancem as metas e objetivos esperados, podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização de nossa marca.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Conseqüentemente, nosso resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente. Adicionalmente, considerando-se que grande parte das nossas campanhas são veiculadas com propagandas em televisão, podemos ter nossa rentabilidade impactada caso seja verificada elevação de custos dada a dificuldade de encontrar veículo de comunicação que apresente a mesma efetividade.

Além disso, as vendas da Companhia poderão ser adversamente afetadas diante do desafio por ela enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores.

Uma redução nas vendas a prazo pode afetar adversamente nossos resultados.

Vendas a prazo são um componente importante no resultado das empresas do nosso setor. No passado, o Governo Federal implementou medidas para restringir a demanda doméstica, impondo restrições de crédito a bancos, administradoras de cartão de crédito e setor de varejo, e aumentando a taxa de juros. Nossos resultados podem ser adversamente afetados se o Governo Federal implementar políticas restritivas à obtenção e à extensão de crédito causando a redução de demanda pelo consumidor. Para mais informações acerca de nossa política de crédito, ver item 7 deste Formulário de Referência.

Os resultados de nossas operações podem ser afetados adversamente pelo efeito da sazonalidade das vendas de nossos produtos e serviços.

Em determinadas épocas, os resultados de nossas operações variaram de trimestre para trimestre e entendemos que tais variações continuarão a acontecer no futuro. Historicamente, nossa receita e lucratividade atingem seus maiores níveis durante o último trimestre do ano.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, incorremos em despesas adicionais significativas, tais como o aumento do volume de produtos estocados, das nossas obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para as lojas físicas. Caso a receita para este período venha a ser abaixo da esperada, poderemos experimentar um impacto negativo desproporcional significativo em nossos resultados operacionais e financeiros no período em questão. Se nós prevermos erroneamente a demanda pela quantidade de produtos que nós venderemos durante o quarto trimestre de cada ano, nossas vendas líquidas podem ser menores, o que pode prejudicar nossa performance financeira. Caso as vendas líquidas do quarto trimestre de cada ano não sejam altas o suficiente para nos permitir recuperar integralmente nossas despesas com pessoal e publicidade ou sejam mais baixas que os objetivos usados para determinar nossos níveis de estoque, tais reduções podem impactar negativamente o resultado de nossas operações.

Podemos não conseguir ajustar o alinhamento de nossos canais de venda dentro de nossas expectativas.

Nossas operações são realizadas por meio de lojas físicas e canais digitais de *e-commerce*. Caso não consigamos ajustar o constante alinhamento das operações das lojas físicas e dos canais digitais de *e-commerce* sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e *marketing* e de atendimento às expectativas dos nossos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Interrupções ou falhas dos sistemas informatizados podem afetar as vendas.

Nosso desempenho de vendas pode ser impactado em caso de interrupções ou falhas de sistema que venham a tornar os canais do e-commerce e sistemas de lojas indisponíveis ou que impeçam o atendimento dos pedidos e a expedição das vendas de forma eficiente. Adicionalmente, falhas nos controles de segurança de rede podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender aos pedidos dos clientes, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

Enfrentamos riscos relacionados aos nossos centros de distribuição.

Atualmente, temos dez centros de distribuição localizados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Todas as mercadorias que vendemos são distribuídas por meio desses centros de distribuição. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida por fatores que estão além de nosso controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, falha nos sistemas, entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional. Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento pode demandar uma expansão na capacidade de nossos centros de distribuição, uma reorganização de nossos centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição nos novos mercados, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo em nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento.

Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade (inclusive Luizalabs) de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente nossas operações.

Nossas operações dependem em grande parte do nosso sistema de informação, que é importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos relevantes. Problemas de operação ou de segurança em nossos sistemas podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos a tempo e, se essa eventual interrupção se prolongar e causar a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou à informações, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados. Caso não sejamos (inclusive Luizalabs) capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Nosso sucesso e habilidade de vender produtos online e oferecer serviços de alta qualidade a nossos clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de nossos sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha de nossos sistemas de computação e tecnologia da informação em operar efetivamente ou de se integrar a outros sistemas, inadequações de performance ou violações em segurança podem causar interrupções ou falhas nos sistemas, que como consequência podem causar a indisponibilidade de nosso e-commerce, afetar a efetivação de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

pedidos de vendas e a entrega de produtos, resultando em perdas à nossa performance de vendas do e-commerce. Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar nossa performance, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Nossos sistemas de *back-up* para determinados aspectos de nossas operações não são totalmente redundantes e nosso plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

Quaisquer falhas ou problemas podem no futuro afetar adversamente o número de clientes interessados em comprar os produtos que nós oferecemos. Fatores que poderiam ocorrer e prejudicar significativamente nossas operações incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas em nossos sistemas de computadores e data centers. Além disso, quaisquer interrupções que afetem nossos sites também poderiam causar danos à nossa reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e nos expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Nós não temos seguros de interrupção de negócios para compensação por perdas que possam ocorrer como resultado de quaisquer desses eventos. Assim, nossos resultados de operações podem ser negativamente afetados caso qualquer das interrupções descritas acima ocorra.

Uma falha no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais de nossos clientes e de nossa rede poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e afetar substancialmente nosso negócio e os resultados das operações.

Uma das maiores dificuldades relacionadas ao comércio eletrônico, comunicação online e tecnologia da informação é a transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento seguro de dados em nossos sistemas conectados a redes públicas. Uma falha em impedir essas quebras de segurança poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca e, ainda, afetar substancialmente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Atualmente, a maior parte de nossas vendas é debitada diretamente das contas de cartão de crédito e débito de nossos clientes. Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Ainda, nós estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo vendas fraudulentas e ilícitas nos meios de pagamento aceito por nós, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras.

Além disso, armazenamos nosso banco de dados, que contém detalhadas informações demográficas e de vendas de cada um de nossos clientes, em nossa intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento de nossa segurança poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e nos expor a situações de litígio, nas quais poderemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, estamos sujeitos a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como podemos ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao nosso sistema de segurança, situações que poderiam aumentar significativamente os nossos custos e reduzir nossa atratividade.

Em consequência da grande dependência da tecnologia para as atividades da Companhia, também podemos incorrer em perdas financeiras devido a impactos nas nossas operações. Adicionalmente, nossos sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir inesperadamente nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras.

Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a nossa reputação e a nossa marca, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

Assumimos o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, visto que aceitamos o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aposição da assinatura do titular, e também realizamos operações na modalidade “cartão não-presente” em nossas lojas virtuais. Atualmente não mantemos um seguro contra este tipo de risco. À medida que as nossas vendas cresçam e/ou ocorra falha no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Por consequência, podemos ter questionamentos de órgãos regulatórios, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais.

Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho poderá afetar nossos negócios.

Nossos colaboradores são sindicalizados e com direitos trabalhistas como dissídios coletivos ou outros acordos que podem ser renegociados dentro dos prazos estabelecidos em lei. Greves e outras paralisações ou interrupções trabalhistas em quaisquer de nossas instalações ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que nos fornecem bens ou serviços podem afetar de forma relevante nossas atividades.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios.

Os seguros que contratamos têm por objetivo garantir indenizações para perdas em nossas lojas e centros de distribuição decorrentes de eventuais sinistros ocorridos. Não obstante, via de regra, certos tipos de riscos não são garantidos pelas seguradoras que atuam no mercado, dentre os quais guerra, caso fortuito, roubo e de força maior ou interrupção de certas atividades. Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não garantidos, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o andamento normal de nossas atividades. Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados judicialmente pelo

4.1 - Descrição dos fatores de risco

pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro, razão pela qual contratamos seguro de responsabilidade civil geral, para nossa operação, e seguro de vida em grupo, para os nossos colaboradores.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem criar obrigações relevantes.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem criar obrigações relevantes. Somos, juntamente com nossas controladas, réis em diversos processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, regulatória, ambiental e trabalhista. Ademais, poderemos ser, no futuro, réis em novos processos judiciais e administrativos (perante autoridades tributárias, regulatórias, ambientais, concorrenciais, policiais, dentre outras). Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a nós, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Alguns dos processos judiciais e administrativos, principalmente de natureza tributária, dos quais somos parte, envolvem matérias relevantes (como as ações relacionadas ao conceito de bonificações/reembolsos de fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS; à violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção de PIS/COFINS sobre as vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção; bem como outras ações relacionadas ao ICMS -- para maiores informações vide item 4.3 deste Formulário de Referência) que, caso decididas de maneira contrária aos nossos interesses poderão afetar negativa e materialmente os nossos negócios e situação financeira.

Além disso, podemos continuar a ser parte em processos trabalhistas no futuro. Não podemos garantir que o resultado desses processos será favorável para nós, ou que nossas provisões serão suficientes para cobrir todas as responsabilidades decorrentes de tais processos. Podemos também estar sujeitos a fiscalizações periódicas e regulares por órgãos governamentais, incluindo o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, em relação à conformidade de nossas práticas com as obrigações legais trabalhistas, incluindo situações envolvendo a saúde e segurança no trabalho. Essas fiscalizações podem resultar em multas e ações judiciais que podem nos afetar de forma relevante e adversa.

Ainda, decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e situação financeira.

Podemos não obter resultados satisfatórios nas operações de negócios recém adquiridos ou constituídos

Dentro do nosso plano de crescimento dos negócios, consideramos além da expansão orgânica, a possibilidade de expansão pela aquisição de participação em outras companhias ou constituição de novos negócios, como mercados digitais e inovação. Nesse contexto, considerando-se os aspectos relacionados aos investimentos requeridos e o prazo relacionado ao processo de maturação, podemos não conseguir resultados satisfatórios nos novos negócios. Sendo assim, nosso resultado e o valor de nossas ações podem ser negativamente impactados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos ser responsabilizados pelo inadimplemento de vendedores parceiros cadastrados em nossa plataforma de marketplace, podendo sofrer danos as nossas marcas e em nossos resultados financeiros.

Por meio de nossa plataforma de *marketplace*, possibilitamos que vendedores parceiros se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro de nossos canais de *e-commerce*. Por meio deste modelo, nós somos intermediários das transações de venda, não estando sob nosso controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades dos vendedores parceiros perante os respectivos clientes. Caso algum desses vendedores parceiros não cumpra com suas obrigações perante os clientes, nós podemos ser obrigados a arcar com custos perante os clientes que adquiriram seus produtos por meio da plataforma de *marketplace*, afetando adversamente nossos resultados operacionais, nossa imagem e reputação.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

Os titulares de nossas ações podem não receber dividendos.

De acordo com o disposto em nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 15% de nosso lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. O resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou no pagamento de eventuais participações estatutárias de colaboradores, o que reduz o valor possível de distribuição aos acionistas. Por exemplo, não pagaremos quaisquer dividendos a nossos acionistas no exercício social em que nosso Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com nossa situação financeira.

Limitação substancial na capacidade de os acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações.

Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de nossas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.

As nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes elaborar nossas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controle internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração. Caso nossos funcionários ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

A Companhia pode não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de consumo seus clientes.

A Companhia compete com outras empresas do setor de varejo em relação a preço, qualidade, experiência de compra, promoções, localização e disposição das lojas. A Companhia acredita que a disponibilização de grande variedade de produtos a preços competitivos e a satisfação dos clientes são um dos pontos mais desafiadores do negócio. As preferências dos consumidores e as tendências de consumo são voláteis e tendem a mudar rapidamente, com o surgimento de novos produtos, tendências e demandas que influenciam fortemente o gosto dos consumidores. O sucesso das vendas depende da habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências de consumo, bem como às potenciais mudanças nas preferências dos clientes da Companhia. Se os produtos disponíveis nas lojas, físicas e digital, da Companhia não forem capazes de atender aos gostos e preferências dos clientes, isso pode acarretar uma diminuição significativa nas vendas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar negativamente a aceitação de mercadorias pelos clientes, o que pode causar o excesso de estoque de determinados produtos, impactando adversamente o negócio, a imagem, a rentabilidade, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Nossa gestão é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores.

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por nossos acionistas controladores que orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente nosso bloco de acionistas controladores e que estão entre os nossos principais executivos poderá afetar adversamente nossos negócios, uma vez que nossa estrutura é associada ao bom relacionamento mantido por nossos acionistas controladores com nossos colaboradores e nossos principais fornecedores. Podemos também nos defrontar com questões sucessórias no futuro o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os interesses de nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Nossos acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras

4.1 - Descrição dos fatores de risco

decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação de nossa ação.

c. a seus acionistas

Entendemos que não estamos sujeitos a riscos relevantes cuja fonte seja nossos acionistas.

d. a suas controladas e coligadas

Resultados negativos de sociedades controladas e “joint ventures” podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.

Detemos participação direta de (i) 50% no capital da Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento e da Luizaseg Seguros S.A.; (ii) 99,97% no capital da Consórcio Luiza Administradora de Consórcios Ltda.; e (iii) 99,99% no capital da Época Cosméticos. Dessa forma, parte de nosso resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o nosso resultado.

e. a seus fornecedores

Não há garantia de que nossos fornecedores e parceiros no marketplace não venham a se utilizar de práticas irregulares.

Devido à grande pulverização e terceirização da cadeia produtiva de nossos fornecedores, e variedade de varejistas que podem vir a se tornar usuários de nosso ambiente de *marketplace*, não temos controle sobre suas operações e eventuais irregularidades que possam apresentar. Não podemos garantir que alguns de nossos fornecedores e varejistas que façam uso de nosso ambiente de *marketplace* não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, terceirização e quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar de irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos e, caso uma quantidade significativa de nossos fornecedores e varejistas que façam uso de nosso ambiente de *marketplace* o façam, nossa imagem pode ser prejudicadas e, em consequência, a perda de atratividade junto aos nossos clientes, com impacto direto na redução de nossa receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor de nossas ações.

Adquirimos substancialmente certas categorias de produtos de poucos fornecedores para serem comercializados e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento nossas atividades e negócios podem ser afetados adversamente.

Adquirimos substancialmente algumas categorias de produtos de poucos fornecedores para serem comercializados. Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida e não tivermos estoques suficientes destes produtos, poderemos não ser capazes de manter o nível de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nossas atividades e resultado operacional.

Podemos ser responsabilizados de forma solidária ou subsidiária por dívidas trabalhistas de terceirizados.

Caso as empresas terceirizadas que nos prestam serviços, como as empresas que atuam nos setores de transportes, segurança, serviços de limpeza, dentre outros, não atendam às exigências da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

legislação trabalhista, podemos ser considerados solidários ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, sermos incluídos no polo passivo de eventuais processos trabalhistas e eventualmente obrigados a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades.

f. a seus clientes

Estamos expostos a riscos relacionados ao financiamento e empréstimos para nossos clientes.

Com a parceria financeira que mantemos, criamos a Luizacred, por meio da qual oferecemos cartões de crédito da bandeira Mastercard, que funcionam também na modalidade *private label* e empréstimos pessoais. Como grande parte das nossas vendas são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, possuímos o risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros, bem como qualquer inconsistência entre custos e vencimentos de nossas captações de recursos financeiros em relação aos custos e vencimentos do financiamento aos nossos clientes. Em virtude da natureza dos negócios do nosso grupo, não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber. Qualquer um destes riscos pode afetar negativamente o nosso fluxo de caixa e consequentemente os nossos negócios.

Atualmente, a Luizacred é responsável pelo financiamento de aproximadamente 25% de nossas vendas e a utilização do Cartão Luiza proporciona um plano de pagamento parcelado aos nossos clientes. No decorrer de processos de expansão de nossa carteira de clientes, nossos níveis de inadimplência podem aumentar. Além disto, oferecemos empréstimos pessoais e consignados em folha de pagamento aos nossos clientes nos termos de nosso acordo de joint venture. O descumprimento por nossos clientes das obrigações de pagamento de principal ou juros poderia afetar negativamente os nossos negócios. Dependemos significativamente do nosso parceiro para estabelecer políticas de financiamento para os nossos clientes. Se nosso relacionamento terminar, ou se não mais tivermos acesso ao seu conhecimento da indústria de financiamento ao consumo, os resultados da Luizacred poderiam ser afetados negativamente, o que poderia, por conseguinte, afetar negativamente os nossos resultados.

Adicionalmente, mudanças adversas nas condições econômicas brasileiras podem levar a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes, concentrados na Classe C, mais sensível a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios. Além disso, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Dessa forma, quaisquer eventos que possam afetar negativamente a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido a eles por meio do Cartão Luiza ou empréstimos poderão afetar negativamente nosso resultado operacional.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g. aos setores da economia nos quais o emissor atua

O setor de varejo no Brasil é altamente competitivo, o que pode afetar adversamente nossa participação no mercado e nossa receita líquida.

Enfrentamos intensa competição de pequenos varejistas que frequentemente podem se beneficiar das ineficiências do sistema de arrecadação de tributos no Brasil. Além disso, nós competimos com um grande número de redes multinacionais de varejo de mercadorias em geral, assim como com hipermercados que oferecem aos seus clientes bens duráveis. Alguns desses competidores internacionais têm acesso a fontes maiores de financiamento a custos menores do que nós.

Além disso, as decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores tais como reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e hábitos e preferências subjetivas de cada consumidor. Alguns de nossos concorrentes podem realizar investimentos em marketing substancialmente maiores do que os nossos. Se nossas estratégias publicitárias, promocionais ou mercadológicas não tiverem êxito, ou se formos incapazes de oferecer novos produtos que atendam às demandas do mercado ou às mudanças de hábito dos consumidores que representem tecnologias inovadoras que possam ser comercializadas, ou se não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços ou, se por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores são mais atraentes, então nossas vendas, nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A concorrência no comércio eletrônico também pode se intensificar. Outras empresas do ramo varejista e de comércio eletrônico podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes for crescendo e aumentando a sua fidelização nos diversos segmentos do mercado de Internet, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo online. Acreditamos que a natureza da Internet como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de competidores e permite a realização de compras por meio de comparação de preços. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as nossas vendas, lucros operacionais, ou ambos. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo físico quanto no mercado de varejo eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que nós. Ademais, na medida em que o uso da Internet e de outros serviços online aumentar, os varejistas atuantes neste mercado poderão vir a ser adquiridos, receber investimentos, ou celebrar outros relacionamentos comerciais com empresas maiores, mais estabelecidas e dotadas de recursos financeiros.

Podemos não ser capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor.

A tecnologia empregada no e-commerce e na cultura digital está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ser uma limitação no crescimento do nosso e-commerce pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar o nosso e-commerce e a nossa tecnologia própria ultrapassados e afetar adversamente nossos resultados.

O setor de varejo é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis, como o enfrentado pelo Brasil nos últimos tempos.

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, em especial o consumidor da Classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B, mais dificuldade para refinar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego. Tais situações poderão afetar adversamente nossas vendas, resultado operacional e nossa situação financeira.

Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição para a entrega das mercadorias.

A distribuição de mercadorias parte dos nossos dez centros de distribuição localizados em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O sistema de transporte e infraestrutura no País está em desenvolvimento e necessita de investimentos por parte do governo brasileiro para que possa funcionar de maneira eficiente e atender os nossos negócios. Além disso, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição ou em nossas operações devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias e ocasionar queda em nossas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

h. à regulação dos setores em que o emissor atua

As instituições financeiras no Brasil, inclusive nossa controlada em conjunto Luizacred, estão sujeitas a mudanças regulatórias por parte do Banco Central.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas. Não possuímos controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas às nossas atividades, incluindo as relativas a:

- requerimentos de capital mínimo;
- requerimentos de investimento em capital fixo;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- limites e outras restrições de crédito; e
- requerimentos contábeis e estatísticos.

Tais mudanças podem afetar de forma adversa nossas operações e rendimentos.

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem nos afetar adversamente.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, introduz periodicamente regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito e podem restringir o crescimento da carteira de crédito de nossa subsidiária Luizacred. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar nossa liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo a lucratividade, bem como a solvência de nossos clientes.

Podemos ser obrigados a arcar com prejuízos ou restrições em nossas atividades decorrentes de eventual insolvência de nossa controlada em conjunto Luizaseg Seguros S.A.

De acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as sociedades seguradoras são equiparadas às instituições financeiras, se subordinando às disposições e disciplina da mencionada lei, no que for aplicável. Adicionalmente, o artigo 3º da Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, dispõe que as sociedades seguradoras estão sujeitas à ingerência estatal por intermédio de intervenção, liquidação extrajudicial e/ou regime de administração especial temporária aplicável às instituições financeiras.

Em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, nos casos de regime de administração especial temporária, intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras, os acionistas controladores são considerados objetivamente responsáveis pelos ônus financeiro decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela sociedade seguradora, ou seja, tais acionistas poderão ser responsabilizados independentemente de comprovação de dolo ou culpa. Dessa forma, poderemos ser diretamente responsabilizados por prejuízos e obrigações de nossa controlada em conjunto Luizaseg, o que pode causar impacto adverso relevante em nossa condição financeira.

Por fim, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, o acionista controlador, direto ou indireto, de uma instituição financeira sujeita a intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária, está proibido de alienar ou onerar seus bens. Assim, em caso de liquidação extrajudicial ou intervenção sobre nossa controlada em conjunto Luizaseg, poderemos ter impacto adverso relevante na condução de nossas operações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos ser considerados responsáveis por danos causados por nossos produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente nossos resultados.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e extremamente favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-as em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que nossos produtos estavam deteriorados, adulterados, ou não continham informações adequadas, dentre outras. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais poderão afetar adversamente nosso resultado e condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a reputação da nossa marca e conseqüentemente, nossas vendas e resultados financeiros. Para maiores informações, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

Podemos sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da nossa carga tributária, o que poderia afetar adversamente nossa lucratividade e os preços de nossos produtos e serviços, bem como restringir nossa capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os nossos negócios, estão a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS, incluindo aumento de alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outros. Não podemos garantir que seremos capazes de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às nossas operações.

Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Conseqüentemente, podemos ser adversamente afetados no caso de uma interpretação diferente daquela em que nos baseamos para realizar nossas transações.

Mudanças na regulamentação aplicável ao financiamento do saldo da fatura do cartão de crédito podem vir a afetar nossos resultados.

Recentemente, o Governo Federal tem discutido potenciais mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Nesse sentido, em janeiro deste ano, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.549, determinando que o saldo da fatura de cartão de crédito,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade “crédito rotativo” até o vencimento da fatura subsequente. Decorrido esse prazo, o saldo poderá ser financiado apenas na modalidade “crédito parcelado” e desde que em condições mais vantajosas para o cliente. Essa medida, assim como outras mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, podem implicar na redução de nossas receitas financeiras decorrentes dos juros praticados em tais operações e afetar nossos resultados.

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o nosso negócio.

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

Parte dos imóveis que ocupamos está em processo de obtenção ou de renovação de licenças municipais e do corpo de bombeiros. Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos nossos negócios.

Nós dependemos de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças e alvarás para funcionamento. Parte das licenças municipais de funcionamento e do corpo de bombeiros ainda estão em processo de obtenção ou de renovação ou, ainda, estão para iniciar o processo para obtenção de tais licenças. Os alvarás de funcionamento e os alvarás do corpo de bombeiros em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais, podemos não ser capazes de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação de tais exigências pode resultar na impossibilidade de abertura e operação de lojas e centros de distribuição da Companhia e até, conforme o caso, na interdição e fechamento das atuais lojas e centros de distribuição, bem como na aplicação de multas. Nossa estratégia comercial pode ser afetada negativamente caso ocorra a impossibilidade de abertura e operação de novas lojas e centros de distribuição e/ou a interdição ou o fechamento de suas lojas e centros de distribuição atuais em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Impossibilidade ou dificuldade de manutenção ou renovação dos atuais e/ou não celebração de novos contratos de locação ou celebração de novos contratos de locação em condições favoráveis.

Todos os imóveis onde exercemos nossas atividades operacionais são objeto de contratos de locação. Os contratos de locação por prazo determinado em que figuramos como locatária têm, em sua maioria, prazos locatícios superiores a 5 (cinco) anos, podendo ser renovados, nos termos da Lei de Locações. Alguns dos contratos de locação estão vigentes por período indeterminado, tendo em vista que os prazos locatícios previstos nos próprios contratos venceram, o que poderá acarretar, a desocupação do imóvel, caso não haja acordo para renovação do respectivo prazo locatício. Ademais, não possuímos todos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis, de modo que existem contratos de locação da Companhia que não estão registrados nos respectivos cartórios de registro de imóveis, o que poderá acarretar na necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo. Dado que a localização estratégica das lojas e dos centros de distribuição da Companhia é fator relevante para o desenvolvimento de sua estratégia comercial, a Companhia pode ser afetada negativamente se não obtiver êxito nas negociações de um número significativo de contratos de locação, em condições aceitáveis ou se alguns contratos de estabelecimentos considerados relevantes não vierem a ser renovados por razões alheias à vontade da Companhia.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não atuamos em países estrangeiros.

j. a questões socioambientais

O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente o nosso negócio.

Estamos sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Além disso, não podemos garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que aumentemos de forma significativa nossos investimentos a fim de cumprirmos com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente nossos resultados de forma significativa.

k. riscos macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevêê-las. Os nossos negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente nossas atividades e nossa análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão, gerando consequências negativas aos nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

A recente instabilidade econômica no Brasil causada pelo aumento da inflação observada nos últimos anos, a desaceleração do crescimento do PIB e a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia levaram a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

Além disso, a economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e a consequente posse do atual presidente, o qual não conta com níveis satisfatórios de aprovação pela população. Neste contexto, não há, atualmente, certeza se o presidente da república terá o apoio do Congresso acerca de políticas futuras que seu governo pretende implementar.

A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros em seus negócios, inclusive em relação às eleições presidenciais em outubro de 2018. Além disso, há uma incerteza substancial sobre as políticas econômicas futuras e a Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas afetarão negativamente a economia, seus negócios ou condição financeira. A recente instabilidade política e econômica levou a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e a outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real, o Dólar e outras moedas.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento de nossos custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados

4.1 - Descrição dos fatores de risco

operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. – Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Sem prejuízo destes riscos, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem afetar adversamente a Companhia.

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, o financiamento ao consumidor para as aquisições de referidos bens e atividades de grupos de consórcios, formados para aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis.

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimo e financiamentos em reais.

Análise de Sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados, principalmente, por equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e outros ativos e estão registrados pelo valor de custo amortizado, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI.

A tabela a seguir mostra a sensibilidade das obrigações financeiras líquidas para variações em três cenários distintos: cenário provável com manutenção da curva de juros futuros da B3, em 31 de dezembro de 2017, e cenários com quedas de 25% e 50% na curva de juros futuros.

Juros a incorrer expostas a	Saldo exposto, líquido (em milhares de Reais)	Taxa Provável	Cenário I Provável	Cenário II (-25%)	Cenário III (-50%)
	<i>(em milhares de Reais)</i>				
CDI - Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos	708.834	6,89%	6.012	4.509	3.006

Risco de taxa de câmbio

A Companhia contratou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros. Em decorrência dessa contratação, como a Companhia não exerce qualquer influência sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispõe de capacidade de prevê-la, não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar, o que pode afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

Os detalhes dos contratos que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado**Hedge de valor justo**
Instrumento de hedge

	Swaps			Indexadores médios
	Posição financeira	Ajuste MTM	Valor justo(a)	
Ativo (ponta ativa)	52.463	56	52.519	US\$+3,11%
Passivo (ponta passiva)	51.143	(2)	51.141	115,14%CDI
Total	1.320	58	1.378	

	Capital de giro em USD			Indexadores médios
	Posição financeira	Ajuste MTM	Valor justo(a)	
Passivo	52.463	56	52.519	US\$+3,11%

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para os fins deste item 4.3, consideramos como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$15,0 milhões; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a nossa imagem.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava como parte em 81 procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos instaurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SRTE) e/ou pelo Ministério Público do Trabalho dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Paraíba, Alagoas, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, cujos objetos, em linhas gerais, versam sobre: (i) cumprimento de cota de aprendizes; (ii) anotação de CTPS e registro de empregados; (iii) pagamento de salário; (iv) duração de jornada de trabalho; (v) apresentação de documentos; (vi) investigação de descontos em folha de pagamento de empregados; (vii) investigação relacionada ao cumprimento de PCMSO e PPRA; (viii) abuso do poder diretivo do empregador e (ix) investigação de assédio sexual, dentre outras investigações.

Em relação às reclamações trabalhistas, a Companhia figurava como parte em 4.566 ações judiciais, cujo valor provisionado era de R\$ 36,7 milhões.

Dentre os principais objetos envolvidos nas Reclamações Trabalhistas movidas em face da Companhia, destacam-se: (i) pagamento de horas extras, em especial, decorrentes do não enquadramento no artigo 62, inciso II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com respectivos reflexos; (ii) intervalo intrajornada; (iii) diferenças de prêmios e comissões; (iv) acúmulo de função; e (v) indenização por danos morais.

Dentre os processos de natureza trabalhista individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2017, destaca-se:

Processo nº 01671-2007-103-03-00-3	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de Uberlândia – MG
b. instância	1ª instância. A ACP está arquivada, porém a Companhia está sofrendo diversas fiscalizações decorrentes do mesmo.
c. data de instauração	19/11/2007
d. partes no processo	Ministério Público do Trabalho X Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Jornada de Trabalho, Descanso Semanal Remunerado (DSR) após 06 (seis) dias laborados, Intervalo intrajornada e interjornada, Banco de horas irregular, Direito de imagem. Tem abrangência nacional.
f. principais fatos	A Ação Civil Pública (ACP) foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em razão de supostas irregularidades relacionadas a jornada de trabalho e sua marcação no ponto; concessão de intervalos interjornada e intrajornada; prática de banco de horas irregular e previsão nos contratos de trabalho dos empregados de cessão de direito de imagem sem qualquer ônus de caráter remuneratório. Foi firmado Termo de Ajustamento de Contrato (TAC) em 31 de agosto de 2008, mas estamos sendo autuados reiteradamente em razão de seu descumprimento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	As multas serão aplicadas e somadas por estabelecimento comercial, fixando-se, pelo descumprimento do TAC, um teto mensal, por estabelecimento, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) sendo que a soma das penalidades

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	aplicadas para a totalidade dos estabelecimentos fiscalizados será no valor máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) mensais
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Processos de natureza tributária e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava como ré em, aproximadamente, 539 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária.

Para as questões tributárias possuímos em provisão o montante total de R\$249,9 milhões, em cumprimento à nossa política interna e às normas contábeis, referentes a: i) processos tributários passivos, que de acordo com a análise de seus assessores jurídicos possuem chances prováveis de perda, no montante de R\$105,1 milhões ; e ii) depósitos judiciais de contingências tributárias ativas, no montante de R\$144,8 milhões.

Dentre os processos de natureza tributária e previdenciária individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2017, destacam-se em razão do valor, os seguintes:

Processo nº 13855.721.049/2011-51	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal
b. instância	Câmara Superior de Recursos Fiscais
c. data de instauração	28/06/2011
d. partes no processo	Receita Federal x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$216.784.529,93
f. principais fatos	PIS/COFINS – suposto créditos indevidos a título de bonificações concedidas pelos fornecedores da Companhia nas aquisições de mercadorias para revenda, reembolsos de verbas de propaganda, créditos decorrentes da não cumulatividade e outros. Atualmente, aguarda-se novo julgamento de recurso especial interposto pela Companhia após anulação da decisão proferida pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, que negou provimento ao recurso especial da Companhia e deu provimento ao recurso especial da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.

Processo nº 3.133.424-6	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado de São Paulo
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	13/07/2010
d. partes no processo	Secretaria de Estado da Fazenda de São Paulo x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 110.763.015,09
f. principais fatos	Fomos autuados em razão (i) da não comprovação da origem de créditos relativos ao ICMS de janeiro a outubro de 2007 e (ii) da não apresentação de documentos fiscais no curso de processo de fiscalização. A decisão de primeira instância administrativa reconheceu como válida parte do crédito e manteve integralmente a autuação com relação ao descumprimento das obrigações acessórias. Foi apresentado recurso à Câmara Ordinária do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (“TIT”), a qual julgou parcialmente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	favorável à empresa. Na sequência, apresentou-se Recurso Especial à Câmara Especial do TIT, a qual anulou a decisão da Câmara Ordinária, e determinou que fosse feito novo julgamento com base nas provas acostadas aos autos. Ato seguinte, a Câmara Ordinária do TIT ordenou a baixa do processo em diligência antes de proferir nova decisão. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Ordinário.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 6.620.730-7	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná
b. instância	Primeira Instância Administrativa
c. data de instauração	08/05/2017
d. partes no processo	Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 64.570.608,20
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a aproveitamento de crédito do imposto na aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária e ressarcimento de ICMS/ST decorrente de saídas de mercadorias para outras unidades da federação; entre outros. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, a qual pende de julgamento em 1ª Instância Administrativa.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 2003.61.82.055640-5	
a. juízo	11ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	11/12/2008
d. partes no processo	INSS x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.153.972,28
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal, inicialmente movida em face das Lojas Kolumbus, e depois contra o Magazine Luiza, sob a alegação de que teríamos adquirido fundos de comércio da referida empresa. Contratamos carta de fiança bancária para garantir o débito executado e embargamos a execução. Possuímos Carta de Fiança bancária garantindo o crédito tributário. Houve sentença desfavorável à empresa. Foi apresentado recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 13855.723461/2014-59	
a. juízo	Processo Administrativo Federal
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	26/11/2014
d. partes no processo	Receita Federal x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.686.532,50
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de Contribuição ao PIS e COFINS sobre bonificações concedidas pelos fornecedores da Companhia nas aquisições de mercadorias para revenda. Apresentada Impugnação contra a autuação, o julgamento em 1ª Instância Administrativa foi desfavorável à empresa. Apresentado Recurso Voluntário, aguarda julgamento do CARF.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.

Processo nº 279465.0015/15-4	
a. juízo	Processo Administrativo Estadual
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	17/08/2015
d. partes no processo	Estado da Bahia x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 18.205.568,91
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a (i) aproveitamento indevido de crédito do imposto na aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária, (ii) recolhimento a menor devido a discrepâncias entre o valor recolhido e o informado em livros e documentos fiscais, em decorrência de glosa de crédito indevido de ICMS, transferência de saldo credor entre filiais, e ressarcimento de ICMS/ST nas saídas de mercadorias para outras unidades da federação; entre outros. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, a qual foi julgada parcialmente favorável à empresa. Apresentado recurso pela Companhia, este pende de julgamento em 2ª Instância Administrativa.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.

Processo nº 0002988-52.2016.4.01.3400	
a. juízo	4ª Vara Federal do Distrito Federal
b. instância	Primeira Instância Judicial
c. data de instauração	15/01/2016
d. partes no processo	Magazine Luiza S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 622.929.839,15
f. principais fatos	Ação proposta para reconhecimento do direito da Companhia em manter o benefício da aplicação de alíquota zero das Contribuições ao PIS e à COFINS

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	sobre a receita bruta advinda da venda de produtos eletrônicos (smartphones, tablets etc.), conforme estabelecido na Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem"), enquanto perdurarem os efeitos da Lei nº 13.241/2015. Para suportar os termos desta discussão temos 02 (dois) pareceres de escritório de advocacia de primeira linha, e 01 (um) parecer de um jurista renomado, os quais corroboram a linha adotada pela Companhia.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível, com viés de remota.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, reavaliaremos o impacto da carga tributária na formação do preço dos produtos, e se existir à época imposto a pagar, avaliaremos possibilidades de parcelamentos ou mesmo utilização de outros créditos que eventualmente possamos ter contra a União, como o caso dos créditos envolvidos em contingências ativas constantes no item 4.7 deste Formulário de Referência, de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava no polo passivo em 14.140 processos judiciais de natureza cível. Referidos processos são relacionados a ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo que tratam, principalmente, sobre defeito de produtos e atraso na entrega de mercadorias vendidas.

De acordo com a análise dos advogados da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, o valor total provisionado era de R\$ 13,8 milhões, que foram provisionados.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava no polo passivo de 11 ações civis públicas de matéria cível. As referidas ações envolvem matérias de direito do consumidor relacionadas ao modelo de negócios da Companhia, como (i) uniformidade na elaboração de cartazes de preço; (ii) alegações de prática de venda casada; (iii) forma, circunstâncias e conteúdo de propagandas e promoções; e (iv) prazos de entregas de produtos.

Não foram identificados processos cíveis, em 31 de dezembro de 2017, relevantes em relação à matéria ou valores envolvidos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total provisionado envolvendo os processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R\$ 300,4 milhões.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas. Assim, diante da inexistência acima mencionada não há nenhum valor provisionado.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos repetitivos ou conexos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza:

Procedimentos Tributários	
Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 44 ações de natureza tributária (Execuções Fiscais e Autuações Administrativas), consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
a. valores envolvidos	R\$ 74.637.853,10
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Estamos sendo executados sob a alegação de ter creditado indevidamente a diferença de 17% para 18% do ICMS no Estado de São Paulo.

Procedimentos Trabalhistas	
Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 2.789 ações de natureza trabalhistas, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
a. valores envolvidos	R\$ 32.012.785,17
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	As principais demandas trabalhistas em andamento versam sobre horas extras em decorrência de intervalo interjornada e horas extras em decorrência de extrapolação de jornada e intrajornada

Procedimentos Cíveis	
Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 4.898 ações de natureza cível, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
a. valores envolvidos	R\$ 5.495.566,00
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo que tratam sobre defeito de produtos, atraso na entrega de mercadorias vendidas.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total provisionado envolvendo os processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de R\$ 37,5 milhões.

4.7 - Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2017, havia 32 Termos de Ajustamento de Conduta, firmados entre nós e o Ministério Público do Trabalho, nos quais nos comprometemos a não mais incorrer em irregularidades relacionadas à: (i) jornada de trabalho; (ii) salário e benefícios; (iii) cumprimento da cota de deficientes; e (iv) contratação de cooperativas; entre outros. As multas, em caso de eventual descumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta, serão aplicadas por constatação ou diariamente, variando de R\$ 200,00 a R\$ 60.000,00.

Ainda, destacamos que somos autores (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressamos com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperarmos tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destacamos:

Processo nº 0024893-26.2010.4.01.3400	
a. juízo	8ª Vara Federal do Distrito Federal
b. instância	Primeira Instância Judicial
c. data de instauração	18/05/2010
d. partes no processo	Magazine Luiza S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 114.432.566,71
f. principais fatos	Ação proposta para afastar a cobrança indevida da Contribuição sobre a folha de pagamentos calculada a partir do índice RAT, majorado indevidamente em 2010. A Companhia mensalmente realiza depósito judicial dos valores discutidos, totalizando em 31/12/2017 a quantia de R\$ 114 milhões. O processo aguarda julgamento em 1ª instância.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois utilizaremos o depósito judicial. No entanto, em caso de êxito, tais valores serão levantados pela empresa impactando positivamente seu caixa e resultado.

Processos nº 0000477-51.2007.4.03.6113; 0001332-78.2017.4.03.6113; 0031984-75.2007.4.01.3400	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	14/03/2007; 09/03/2017; 10/09/2007
d. partes no processo	Magazine Luiza S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 620.288.619,00
f. principais fatos	Ações propostas para alcançar o direito de excluir da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, os valores relativos ao ICMS. Por meio destas ações pedimos (i) a restituição, via compensação, dos valores indevidamente pagos antes da data da propositura da ação (nos anos de 2002 a 2007) e, (ii) afastamento de quaisquer atos da Fazenda Nacional no sentido de exigir o PIS e a COFINS com a inclusão dos valores de ICMS em sua base de cálculo a contar do ingresso da Ação em diante.

4.7 - Outras contingências relevantes

	<p>0000477-51.2007.4.03.6113: O processo encontrava-se suspenso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região até a definição do tema pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>0001332-78.2017.4.03.6113: A sentença foi favorável à empresa. Interposta Apelação pela União Federal, pendente de julgamento..</p> <p>2007.34.00.032125-8: Interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela União Federal.</p> <p>Em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal julgou a matéria em sentido favorável aos contribuintes ao analisar o RE 574.706 em sede de repercussão geral.</p>
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois os tributos foram devidamente recolhidos ao longo dos anos. Em caso de ganho, o impacto será positivo para a companhia a qual terá o direito de recuperar os tributos pagos indevidamente, devidamente corrigidos.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada, elaborada e revisada pela Diretoria de Integridade e Diretoria Jurídica e aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de setembro de 2018. A Política de Gestão de Riscos é aplicável a todos os macroprocessos e operações de negócio da Companhia, sendo obrigatória sua observância por todos os seus colaboradores. A Companhia está em constante processo de reavaliação, desenvolvimento e implementação de ações de melhorias contínuas referentes a seu processo de gerenciamento de riscos.

A Companhia também possui um Manual Anticorrupção que visa assegurar que todos os colaboradores entendam os preceitos da Lei Brasileira Anticorrupção, de forma a evitar violações a lei e a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência; e também um Código de Ética e Conduta que anualmente é disponibilizado para todos os colaboradores, os quais tomam ciência do propósito, visão e valores da Companhia, bem como das diretrizes de comportamento e responsabilidades, e formalmente assinam um termo de compromisso e aceite.

Adicionalmente, o Manual de Integridade dispõe as diretrizes necessárias para a operacionalização do Programa de Integridade da Companhia. Determina parâmetros para a produção, acompanhamento e controle de documentos e fornece instruções para as áreas operacionais. O Programa de Integridade visa garantir a aderência de suas atividades à regulamentação vigente, ao Código de Ética e Conduta, ao Manual Anticorrupção e às demais políticas e procedimentos internos.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer diretrizes e responsabilidades relacionadas à identificação, avaliação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia e, estabelecer controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação, proteção e crescimento do valor da Companhia, a fim de conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor da Companhia.

O processo de gestão de riscos da Companhia foi definido com base nas orientações consolidadas no trabalho do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - e no processo de gestão de riscos sugerido pela norma ISO 31000:2009, com o objetivo de: (i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela Companhia; (ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; (iv) melhorar o reporte das informações ao mercado, elevando a confiança das partes interessadas garantindo a transparência para todos os *stakeholders*, analistas de mercado e agências de crédito; (v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; (vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos, melhorando o ambiente de controles; (vii) melhorar a governança, assegurando que a Governança Corporativa da Companhia seja seguida e criticamente analisada; (viii) prevenir ou minimizar perdas, envolvendo todos os agentes da estrutura em alguma etapa; e (ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência da organização.

Adicionalmente, a Companhia identifica e trata os riscos de negócio e operacionais de forma a garantir o cumprimento das metas estabelecidas em seu planejamento estratégico. Anualmente, a alta administração define o perfil de riscos consolidado da Companhia por meio dos direcionadores e metas estratégicas para os Comitês de Assessoramento – Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

– CARC; Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor – COFIC; e, dentro de suas respectivas competências, Comitê de Pessoas – COPES; Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital - CONED. Estes comitês, como base nas orientações da alta administração, efetuam suas atribuições e fazem suas recomendações periódicas para análise, avaliação e a tomada de decisões pelo Conselho de Administração.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção;

Os riscos tratados na Política de Gestão de Riscos, para os quais se busca proteção, são classificados da seguinte forma:

- Riscos de Negócio e/ou Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços; e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros), a *compliance* (cumprimento de leis e regulamentos e de políticas e normas internas), à imagem e reputação e às operações (cultura empresarial, e gestão de pessoas, de processos e de demais recursos);
- Risco de Mercado: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities;
- Risco de Crédito: definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e
- Risco de Liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.
- Riscos Operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à operação do negócio como marketing, vendas, comercial, logística; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, tais como administrativas (contabilidade, controladoria, controles), suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação, relações sindicais; e
- Riscos de Conformidade: são os riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de ética e conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto pelas seguintes etapas: (i) identificação e mapeamento; (ii) classificação e priorização; (iii) monitoramento e adoção de mitigantes; e (iv) definição de planos de continuidade de negócios.

Na etapa de identificação e mapeamento, a Companhia utiliza uma metodologia que identifica as fragilidades e vulnerabilidades do ambiente negócios e, em um segundo momento, os riscos que podem comprometer a continuidade do negócio. Posteriormente, identifica-se riscos potenciais.

Na etapa de classificação e priorização, a Companhia utiliza como instrumento para proteção de riscos uma matriz de riscos que compreende os principais riscos previamente identificados e uma

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

avaliação de sua probabilidade de ocorrência e magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia. Na condução deste processo, a Companhia realiza: (i) uma análise quantitativa por meio de ferramentas que registram e quantificam o nível de perdas associadas aos eventos de risco operacional, considerando critérios tais como série histórica de eventos e cenários de riscos operacionais; e (ii) análise qualitativa para avaliar aspectos (cobertura/exposição) vinculados ao perfil de riscos, por meio de mapa de processos, cadeia de valor, questionários de autoavaliação, sistema de indicadores de riscos, recomendações da auditoria, entre outros instrumentos.

Na etapa de monitoramento, a Companhia utiliza os seguintes instrumentos para proteção dos riscos: (i) revisão de processos; (ii) inclusão de controles em sistemas; (iii) criação de relatórios e indicadores de desempenho; (iv) confecção de políticas e procedimentos; (v) implantação de mecanismos de monitoramento e controle; e (vi) alteração de competências e atribuições de uma área ou de instrumentos de governança.

O instrumento adotado pela Companhia na última etapa, relacionada à continuidade de negócios, é a definição de planos de contingência e gestão de crises, que consistem em medidas a serem tomadas pela Companhia na hipótese de materialização de algum evento de risco, possibilitando o funcionamento dos processos vitais da Companhia. Os planos de gestão de crise definem as funções e responsabilidades das equipes envolvidas com o acionamento das ações de contingência.

Cabe ressaltar que, sem prejuízo da estrutura descrita no item (ii) abaixo, quanto ao Risco de Liquidez, a Companhia promove o gerenciamento por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos. Ainda, a Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo e com alto risco financeiro, e possui como prática em relação a títulos de dívida (aplicações financeiras) o investimento em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito de, no mínimo, AAA.

Por sua vez, o gerenciamento do Risco de Crédito se dá pelo próprio modelo operacional da Companhia, no qual: (i) grande parte das vendas é realizada utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito (isto é, é substancialmente securitizada com as administradoras de cartão de crédito); e (ii) o restante é pulverizado em diversos clientes. Ainda assim, são feitas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, bem como são adotadas formas eficazes de cobrança. A concessão de crédito pela Companhia é feita seguindo critérios definidos com base em modelos estatísticos, combinados com informações externas de bureaus especializados, assim como informações internas, cadastrais ou comportamentais dos consumidores, sendo esses modelos periodicamente revisados, com base nos índices de perdas históricas das safras de concessão da carteira.

(i) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, de acordo com o conceito das 3 linhas de defesa:

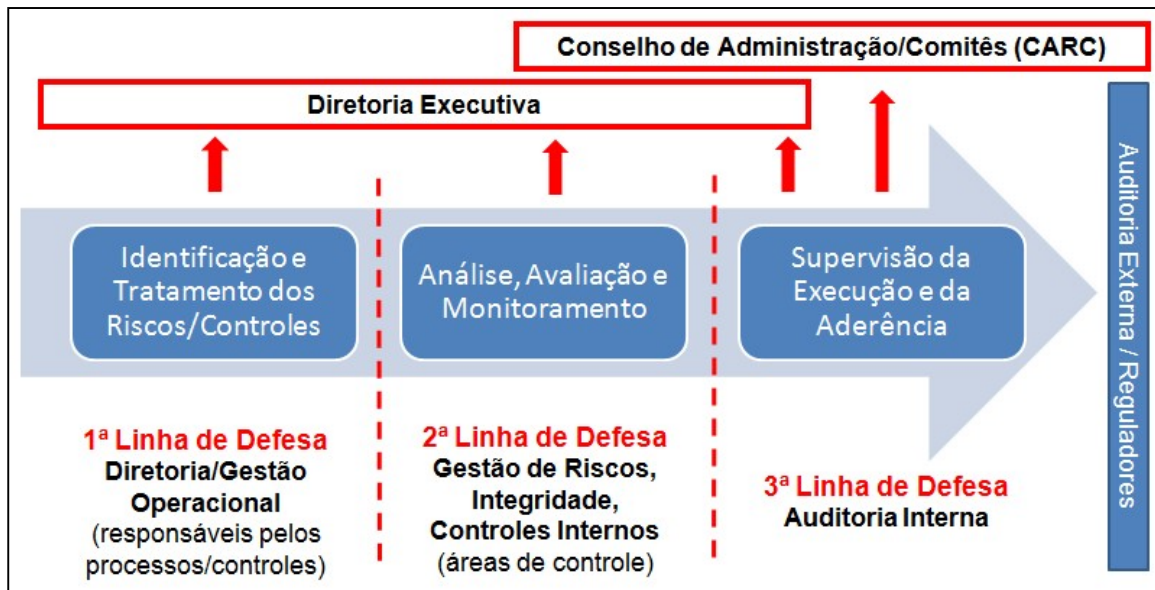
- 1ª Linha de Defesa: Refere-se à gestão operacional, representada pelas diretorias, gerências, e demais colaboradores que atuam nas operações da Companhia. Reporta-se à Diretoria Executiva. Juntamente com a Diretoria Executiva, é responsável por: (i) identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos (tratamento) de acordo com as diretrizes da Política de Gestão de Riscos; (ii) implantar planos de ação e controles; e (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas à gestão de riscos;
- 2ª Linha de Defesa: Refere-se às áreas de controle da Companhia, compreendendo as funções de Gestão de Riscos, Integridade (Compliance) e Controles Internos. Reporta-se à Diretoria Executiva e também ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento. É responsável por: (i) analisar, avaliar, e monitorar os riscos identificados pela gestão operacional; (ii)

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

facilitar e monitorar a implantação das práticas de gestão de riscos pela gestão operacional (1ª linha de defesa) de acordo com o apetite a risco da Companhia; (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas à gestão de riscos; e (iv) auxiliar na identificação de riscos e no desenvolvimento de processos e controles;

- **3ª Linha de Defesa:** Refere-se à atuação da Auditoria Interna na avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia. Atua de forma independente e objetiva, se reportando ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento.

O fluxograma abaixo ilustra a estrutura conjunta de gerenciamento de riscos em 3 linhas de defesa:



(c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos da Companhia é realizada de forma conjunta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria Executiva e Presidente Executivo, pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, pela Diretoria de Integridade, pela Auditoria Interna, pela Área de Gestão de Riscos, pelos Agentes de Integridade, pelo Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor e pelos demais colaboradores da Companhia, através dos indicadores Key Performance Indicators (KPI's), que avaliam a performance das áreas de negócio e funcionais de suporte.

Nesse contexto, o Conselho de Administração: (i) estabelece as diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) avalia e aprova a matriz de riscos estratégicos, bem como as diretrizes gerais para estabelecimento dos limites aceitáveis para exposição da Companhia a riscos (apetite de risco); (iii) supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos, executadas pelo Presidente e Diretoria Executiva; (iv) utiliza também a atuação dos Comitês de Assessoramento no processo de monitoramento dos riscos prioritários; (v) avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e (vi) aprova a Política de Gestão de Riscos e suas revisões futuras.

Por sua vez, a Diretoria Executiva e o Presidente Executivo: (i) promovem a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento da Companhia; (ii) promovem a cultura de gestão de riscos na Companhia; (iii) garantem a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas operacionais; (iv) a partir das diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração, propõem o nível de apetite a risco em função da relação "risco x retorno" que ela pretende assumir; (v) acompanham os riscos gerenciados no nível de cada macroprocesso e/ou operação, para verificar a efetividade dos controles existente; (vi)

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

participam na validação e priorização dos riscos de suas respectivas áreas; (vii) acompanham os KRI's/KPI's e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários; (viii) avaliam e monitoram o tratamento dos riscos de negócio quando da execução do planejamento estratégico; (ix) avaliam, ao menos anualmente, a eficácia da Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos, e prestam contas ao Conselho de Administração a respeito desta avaliação; e (x) garantem a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos;

Por delegação do Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance: (i) propõe ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) acompanha e supervisiona o processo de gestão de riscos, bem como a aplicação dos KRI's/KPI's e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários, através dos trabalhos das áreas de Gestão de Riscos, de Integridade e de Auditoria Interna; (iii) avalia, monitora e informa periodicamente o Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de Gestão de Riscos, de Integridade e de Auditoria Interna, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis; e (iv) aprova e acompanha a execução do plano anual de auditoria baseado em riscos.

A Diretoria de Integridade: (i) elabora o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais; (ii) avalia, em conjunto com os agentes de integridade de cada área, os riscos por macroprocesso, por unidades de negócio e portfólio; (iii) elabora, treina, dissemina e recomenda os processos e procedimentos para a gestão dos riscos prioritários; (iv) desenvolve, testa e implanta os modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; (v) emite parecer sobre a viabilidade das operações relacionadas aos riscos de integridade; (vi) assegura a manutenção da política de gestão de riscos e verificar o cumprimento dos limites estabelecidos; (vii) suporta as áreas de negócio na definição do plano de ação/contingência; e (viii) atua como verificador da correta gestão de riscos da Companhia, e informa ao e discute com o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance os resultados de suas avaliações através de relatórios periódicos.

Já a Auditoria Interna, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração e pelos Comitês de Assessoramento: (i) elabora o Plano Anual de Auditoria, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e a efetividade da gestão de riscos; (ii) identifica e aponta oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão risco; (iii) valida as informações e controles relacionados aos indicadores de risco desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e (iv) reporta periodicamente ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance (e administrativamente à Diretoria Executiva), os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da gestão de riscos na Companhia.

A Área de Gestão de Riscos: (i) define a metodologia corporativa de gestão de riscos pautada na visão integrada e sistêmica das atividades da Companhia; (ii) propõe e analisa, em conjunto com as áreas funcionais e de negócios, as estratégias de mitigação dos riscos; (iii) consolida e comunica os riscos prioritários da Companhia ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e Diretoria Executiva; (iv) assessora as áreas de funcionais e de negócios na identificação e avaliação do impacto dos diversos tipos de riscos envolvidos; e (v) executa as tarefas que permitirão um adequado monitoramento dos riscos prioritários (estratégicos, financeiros, operacionais e de integridade) e informa e discute com o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance os resultados de suas avaliações através de relatórios periódicos.

Por sua vez, os agentes de integridade das áreas funcionais e operacionais: (i) identificam, classificam e gerenciam os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a área de gestão de riscos; (ii) estabelecem mitigantes para os riscos prioritários; (iii) implantam os planos e acompanham as ações corretivas e/ou preventivas em suas áreas; (iv) fazem a interface das áreas de negócios e funcionais com a área de gestão de Riscos; (v) em conjunto com a área de Gestão de Riscos, definem controles internos dos processos de suas respectivas áreas.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Já o Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, por delegação do Conselho de Administração: (i) propõe ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão dos riscos financeiros; (ii) monitora o nível de exposição da Companhia a riscos do mercado, de crédito e de liquidez; e (iii) acompanha e supervisiona o processo de gestão de riscos financeiros para geração de valor da Companhia – planejamento financeiro, orçamento, decisões de investimento e captações de recursos.

Por fim, os demais colaboradores são responsáveis por: (i) assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações mitigantes preventivas e corretivas; e (ii) participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente da gestão de riscos na Companhia.

Vale ressaltar que o monitoramento dos controles se dá através de um processo dinâmico, contínuo e colaborativo, de modo a garantir a posterior adoção de medidas específicas, factíveis e tempestivas. As pessoas envolvidas em cada área possuem competência para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos, sempre atentas às mudanças do ambiente interno e externo para não serem surpreendidas por riscos desconhecidos ou não controlados.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Política de Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

As disposições sobre o gerenciamento de riscos de mercado estão compreendidas na Política de Gestão de Riscos, formalizada, elaborada pela Diretoria de Integridade e Diretoria Jurídica, aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de setembro de 2018 (“Política”). Ainda, nos termos da Política, a competência de análise de investimentos e definição anual dos limites de exposição de risco das (i) aplicações financeiras; (ii) aplicação em títulos públicos; (iv) por instituição financeira; (v) cambial; (vi) índices e (vii) captação de recursos é da Diretoria da Companhia, que deverá observar as diretrizes do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor (“COFIC”) uma vez que forem emitidas.

Os limites de exposição de risco estabelecidos acima deverão ser observados e executados pela própria Diretoria da Companhia quando da gestão dos negócios e contratação de transações pela Companhia.

Embora a Política não detalhe os instrumentos utilizados para efetuar a proteção da Companhia em relação aos riscos de mercado, bem como os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos, apresentamos abaixo as práticas adotadas pela Companhia.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia, conforme indicado no item 4.2 deste Formulário de Referência, busca proteção, sobretudo, contra o Risco de taxas de juros e Risco de taxa de câmbio.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com as diretrizes previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em conjunto pelo COFIC.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Como estratégia de gerenciamento de riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio, fazemos uso de instrumentos de derivativos como *swaps*, *non deliverable forward* (contrato a termo de moeda sem entrega física) e opções. A escolha por cada tipo de contrato vai depender da natureza da operação, prazo e de condições de mercado, tais como liquidez dos contratos. Para as operações em aberto em nosso balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017, tínhamos contratado, exclusivamente, instrumentos de swap como proteção efetiva para risco cambial, no âmbito de operações de repasses de recursos externos. A contratação desse instrumento financeiro é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que nossa Administração pretende cobrir. Administramos esses instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreados em nossas operações e não utilizamos tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (*hedge*).

Risco de Taxa de Juros - Não utilizamos estratégias de proteção patrimonial (*hedge*) em relação a tais riscos.

(iii) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (*hedge*)

Risco de Taxa de Câmbio

Conforme mencionado anteriormente, podemos nos utilizar de diversos instrumentos a fim de protegermos o nosso patrimônio, tais como swaps, NDFs (*Non-Deliverable Forward*) e opções. As operações de swap são nosso principal instrumento financeiro para proteção contra riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio a que estamos sujeitos em razão de contratos firmados para repasses de recursos externos. Tais contratos eliminam nossa exposição ao risco cambial, substituindo-a por uma exposição pós-fixada em moeda local e variação do CDI (certificados de depósitos interbancários). Entendemos que a substituição da variação cambial pela variação pós-fixada em CDI nos expõe a um risco menor de mercado, uma vez que nossas obrigações financeiras sofrerão oscilações semelhantes à taxa de juros de mercado, na mesma extensão de nossos ativos financeiros e vendas financiadas caracterizando, assim, um componente de risco macroeconômico.

Risco de Taxa de Juros – Não utilizamos instrumentos para a proteção patrimonial (*hedge*) em relação a tais riscos.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de Taxas de Juros

Possuímos empréstimos e financiamentos indexados ao CDI, expondo esses ativos e passivos a flutuações nas taxas de juros, além de taxa pré-fixada. Nossa administração monitora o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratar instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Taxa de Câmbio

Nós e nossas subsidiárias contratamos operações de swap junto a instituições financeiras de primeira linha, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros. Para cada contrato de empréstimo celebrado, é

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

realizada uma operação “casada” de swap cambial na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Para fins de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), esses instrumentos são classificados como hedge de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de *hedging* (*swap*) quanto do objeto de *hedge* (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro.

Como consequência de tal gerenciamento, os riscos cambiais são minimizados, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “*swap*”, de modo que o tratamento contábil e financeiro desses empréstimos é denominado em moeda local.

A Companhia não possui limites determinados de exposição aos riscos de mercado.

(v) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não aplicável, uma vez que nós não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Nos termos da Política, o compromisso com a integridade e valores éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos da empresa, é responsabilidade de todos os colaboradores. Todos são responsáveis também pela gestão de riscos e podem contribuir para uma gestão eficaz.

De todo modo, o Conselho de Administração, o Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor – COFIC e a Diretoria Financeira da Companhia são os órgãos responsáveis por realizar o gerenciamento dos riscos de mercado.

O **Conselho de Administração** é responsável por: (i) estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) avaliar e aprovar a matriz de riscos estratégicos, bem como as diretrizes gerais para estabelecimento dos limites aceitáveis para exposição da Companhia a riscos (apetite a riscos); (iii) supervisionar as atividades do processo de gerenciamento de riscos, executadas pelo Presidente e Diretoria Executiva; (iv) utilizar também a atuação dos Comitês de Assessoramento no processo de monitoramento dos riscos prioritários; (v) avaliar a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e (vi) aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões futuras.

O **Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance**, por delegação do Conselho de Administração, é responsável por: (i) propor ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) acompanhar e supervisionar o processo de gestão de riscos, bem como a aplicação dos KRI's/KPI's e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários, através

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

dos trabalhos das áreas de Gestão de Riscos, de Integridade e de Auditoria Interna; (iii) avaliar, monitorar e informar periodicamente o Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de Gestão de Riscos, de Integridade e de Auditoria Interna, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis; e (iv) aprovar e acompanhar a execução do plano anual de auditoria baseado em riscos.

O **COFIC**, por delegação do Conselho de Administração, é responsável por: (i) propor ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão dos riscos financeiros; (ii) monitorar o nível de exposição da empresa a riscos de mercado, de crédito e de liquidez; e (iii) acompanhar e supervisionar o processo de gestão de riscos financeiros para geração de valor da empresa - planejamento financeiro, orçamento, decisões de investimento e captações de recursos.

Os demais órgãos responsáveis pelo controle interno no gerenciamento de riscos da Companhia estão descritos no item 5.1. deste Formulário de Referência.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que, nos termos da Política, cabe ao Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria Executiva e com a área de Auditoria Interna, realizar a verificação da efetividade das práticas adotadas. Nesse contexto, a Diretoria, em conjunto com a área de Auditoria Interna, reporta-se ao COFIC, que, por sua vez, auxilia o Conselho de Administração na supervisão das atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a Diretoria Executiva e a Auditoria Interna, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração. Desse modo, a Companhia entende adequada a sua estrutura operacional para verificação da efetividade da política adotada.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos. Dentre as ações realizadas ou em andamento, destacam-se: (i) investimento em sistema informatizado de gerenciamento de riscos e compliance; (ii) implantação do Programa de Integridade; (iii) gerenciamento de riscos operacionais; (iv) instituição de políticas corporativas relevantes; (v) aprimoramento do compliance anticorrupção; (vi) implantação de canal de denúncias independente terceirizado em adição aos canais existentes anteriormente; e (vii) aprimoramento do escopo de atuação da auditoria interna.

A respeito dos controles para elaboração das demonstrações contábeis, esta é iniciada com o processo de fechamento contábil, que possui na Companhia uma estrutura rígida de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos, onde são monitorados os processos de integração financeira para o sistema contábil, bem como análise da necessidade de possíveis lançamentos manuais no sistema contábil. O processo de fechamento contábil é revisado mensalmente pela Gerência de Contabilidade, Diretor de Controladoria e Diretoria Executiva de Administração e Controle, em que se assegura que os números contábeis estão adequados e confiáveis.

Na sequência, com o uso de checklists de divulgação e avaliação interna sobre a necessidade e adequação qualitativa de divulgações, a área contábil prepara as demonstrações financeiras, submetendo-a para revisão da Diretoria de Controladoria e Diretoria Executiva da Companhia. Após revisada, as demonstrações financeiras são submetidas aos auditores independentes, para elaboração de seu relatório sobre estas demonstrações.

As demonstrações financeiras são submetidas ainda à apreciação do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, para posterior encaminhamento ao Conselho Fiscal, e finalmente para aprovação do Conselho de Administração. Após a aprovação de todos estes órgãos da governança, as demonstrações financeiras são publicadas.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas nos controles internos compreendem as frentes de Gerenciamento de Riscos e Compliance/Integridade, as quais são responsáveis por supervisionar o ambiente de integridade e riscos corporativos e também acompanhar o desenvolvimento e implantação dos planos de ação para mitigação dos riscos. Tais frentes reportam-se administrativamente ao Diretor Presidente e funcionalmente aos órgãos de governança que assessoram o Conselho de Administração (Comitês).

No processo de elaboração das demonstrações financeiras, além do departamento de Contabilidade, participam também a Diretoria de Controladoria, e a Diretoria Executiva da Companhia, que têm a responsabilidade de revisão final, para posterior envio aos órgãos de governança, quais sejam, Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, para a devida aprovação.

5.3 - Descrição dos controles internos

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficácia dos controles internos da Companhia é realizado pela Auditoria Interna, de forma independente, através de seus trabalhos de assecuração, que compreendem avaliações e testes acerca do ambiente de controle. O programa de trabalho da Auditoria Interna, composto pelo cronograma e detalhamento dos trabalhos durante o ano, é aprovado pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, que também é responsável por analisar e avaliar o resultado dos trabalhos. Os apontamentos de auditoria devem ter um plano de ação associado, monitorado pelas frentes de controles internos (Gerenciamento de Riscos e Integridade) até sua implantação e, posteriormente, avaliado pelas equipes de auditoria para garantir que as ações executadas endereçam adequadamente as falhas identificadas. O mesmo ocorre com os tratamentos desenvolvidos para endereçar os apontamentos dos auditores independentes e de reguladores, quando aplicável.

Com relação ao processo de fechamento contábil e elaboração de demonstrações financeiras, adicionalmente às estruturas já discutidas no item anterior, a Companhia também conta com o envolvimento da auditoria interna para garantia de qualidade. A auditoria interna monitora os principais processos e sistemas envolvidos na apuração contábil, utilizando-se de indicadores e de metodologia de auditoria remota, contínua e in loco, a fim de identificar e corrigir eventuais falhas no sistema de controle da Companhia. Assim, processos identificados como deficiência de controle são apresentados para implantação ou revisão dos planos de ação, para mitigação dos riscos apontados, os quais são acompanhados pelas frentes de controles internos e pela própria auditoria interna até a definitiva correção.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Administração entende que as deficiências e recomendações sobre os controles internos da Companhia apontadas pelos auditores independentes não causaram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Estas deficiências foram identificadas em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com o objetivo de determinar a natureza, período e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Abaixo apresentamos as principais deficiências significativas de controles internos e recomendações apresentadas pelos auditores independentes:

- (i) Ausência de controle para registro da receita de vendas no período contábil apropriado: Foi identificada deficiência em relação a falta de controles para o devido estorno da receita de vendas, dos custos e das despesas com mercadorias entregues ao consumidor após a data de encerramento do balanço – produtos em trânsito na data do balanço.
- (ii) Usuários com acesso indevido a transporte de programas para o ambiente de produção: Foi observado que, em função da adoção da metodologia AGIL de desenvolvimento de sistemas, existem usuários com acesso simultâneo ao ambiente de desenvolvimento e à função de transporte de mudanças para o ambiente de produção em determinados sistemas, bem como não foram estabelecidos mecanismos eficientes de controles para redução do risco de erros decorrentes do transporte indevido de alterações de sistemas para o ambiente de produção.

5.3 - Descrição dos controles internos

- (iii) Processo de revisão de usuários e perfis de acesso: Foram identificados pontos de fragilidade nos perfis de acessos a sistemas participantes da elaboração de demonstrações financeiras, para os quais foram recomendados:
- Procedimento formal de revisão de acessos, removendo o acesso às funções de administradores de sistemas às áreas de negócio;
 - Procedimento de controle limitando a criação de usuários genéricos, com acessos principalmente à administração de banco de dados e de sistemas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração discutiu todas as recomendações com os auditores independentes e inseriu seus comentários para cada uma das deficiências, apontadas como significativas ou não. A conclusão da Administração foi a de que tratam-se de deficiências que não afetaram significativamente as demonstrações financeiras, e planos de ação específicos foram estabelecidos com os respectivos gestores responsáveis pelas atividades relativas às deficiências mencionadas. O Conselho de Administração da Companhia, bem como o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, farão o monitoramento da consecução de tais planos de ação.

5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia tem a honestidade como cultura, bem como atua em conformidade com todas as leis relacionadas aos seus negócios e mantém um compromisso ético na realização de cada uma das suas atividades. Dessa forma, em 2017, a Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas em um Programa de Integridade, que foi implantado em consonância com o propósito e valores da Companhia. O Programa reúne um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate à desvios de conduta, não conformidades legais, fraudes e corrupção.

Com este intuito, o Programa de Integridade consolida e reforça regras e diretrizes gerais como o Código de Ética e Conduta, os Inegociáveis, Manual Anticorrupção, políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, colaboradores, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura de honestidade e boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Os principais objetivos do Programa são: promover a cultura de ética e conformidade; consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as anticorrupção; implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos colaboradores; estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e promover a transparência.

O Programa de Integridade está estruturado em cinco pilares, quais sejam:

(i) Comprometimento da alta direção: tanto o Conselho de Administração quanto a Diretoria Executiva apoiam e participam ativamente na implantação do Programa de Integridade. A definição e avaliação da eficácia e efetividade dos objetivos e estratégias de implantação do Programa são realizadas pela alta direção por meio da Análise Crítica da Alta Direção. Ademais, todos os membros da alta direção atuam diretamente na disseminação na promoção da ética, transparência e conformidade, bem como em assegurar a aplicação efetiva do Programa por parte dos colaboradores;

(ii) Instância responsável - A Diretoria de Integridade: área independente dedicada com autonomia, recursos materiais e humanos para garantir o funcionamento do Programa de Integridade. Esta área possui acesso e reporte direto ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento;

(iii) Gestão de riscos: A Diretoria de Integridade em conjunto com as áreas funcionais atuam na identificação de situações de riscos nos seus respectivos processos de atuação, avaliação e classificação destes e, quando necessário, na proposição de planos de ação para mitigação e monitoramento dos principais riscos;

(iv) Estruturação de regras e instrumentos: A alta direção define e aprova as regras e diretrizes gerais que estão consubstanciadas no Código de Ética e Conduta, Manual Anticorrupção, Manual de Integridade, Inegociáveis, entre outros. A Diretoria de Integridade, em conjunto com as outras áreas funcionais de negócio da Companhia, trabalha na elaboração e revisão de políticas e procedimentos internos de prevenção a irregularidades. A alta direção, em conjunto com a Diretoria

5.4 - Programa de Integridade

de Integridade, atuou diretamente na criação e institucionalização dos canais de denúncia e nos meios de reporte de preocupações e, também, participou na definição de medidas disciplinares para casos de violação. Ademais, a Diretoria de Integridade em parceria com a Gerencia Corporativa de Reputação planejam e executam a divulgação do programa e de suas ações. Por fim, a Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas juntamente com a Diretoria de Integridade desenvolvem e realizam os treinamentos acerca dos instrumentos e do próprio Programa;

(v) Monitoramento contínuo: A Companhia adota vários mecanismos de monitoramento contínuo, entre eles destacam-se: (a) Análise Crítica pela Alta Direção, que consiste no procedimento de verificação de efetividade e eficácia do Programa e revisão dos seus objetivos, estratégias e ações; e (b) avaliação, pelo Comitê de Integridade, dos incidentes e violações, o tratamento dado a estes e o efeito de suas correções.

A Companhia divulga recorrentemente seu Programa de Integridade junto a todos os colaboradores, com o apoio da alta administração, através dos diversos meios de comunicação internos, materiais de divulgação, eventos internos, dentre outros.

Como mencionado acima, o Conselho de Administração da Companhia aprovou também o Manual Anticorrupção, que instituiu regras e diretrizes, formalizando procedimentos para garantir o controle e a prevenção de quaisquer violações à Lei Brasileira Anticorrupção nas relações mantidas com agentes públicos, e a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência. Violações aos preceitos anticorrupção podem resultar em severas sanções disciplinares e, ainda, a adoção de medidas judiciais civis e criminais, aplicadas isolada ou cumulativamente aos responsáveis pela conduta.

O Manual Anticorrupção considera como infração, atos ilícitos lesivos relacionados à prática de fraude, corrupção, suborno ou propina, pagamento de facilitação e vantagem indevida; e prevê que os contatos profissionais com agentes públicos devem ser transparentes e legítimos. Devem ser realizados por profissionais capacitados de acordo com os termos do Código de Ética e Conduta e das políticas internas da Companhia. Tais contatos devem ser realizados com a participação de mais de um colaborador da Companhia, mediante agendamentos, em ambientes profissionais, sendo recomendada a elaboração de relatórios ou atas de reunião para registro dos assuntos tratados.

A Companhia possui também o Comitê de Integridade, que tem a atribuição principal de auxiliar a Administração na adoção de mecanismos de mitigação dos riscos de não conformidade com as políticas e procedimentos internos, legislação vigente e nas medidas voltadas à disseminação da cultura de integridade. O Comitê de Integridade ainda tem a responsabilidade de: (i) zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta e Manual Anticorrupção; (ii) discutir e esclarecer dúvidas de interpretação do Código de Ética e Conduta; (iii) avaliar a necessidade de abertura de averiguações preliminares e de sindicâncias oriundas de denúncias recebidas; (iv) recomendar a aplicação de sanções, quando cabíveis; e (v) analisar acerca da efetividade da política de consequências.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, a partir de seu Programa de Integridade são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os colaboradores, a saber: Código de Ética e Conduta, Manual Anticorrupção, Manual de Integridade, Política de Tratamento da Informação, Política de Contratação de Terceiros, que prevê a avaliação de integridade de fornecedores de grupo de risco, Política de Presentes, Brindes e Hospitalidades

5.4 - Programa de Integridade

e outras específicas as suas áreas funcionais de negócio; (ii) treinamento periódico de todos os colaboradores e/ou das áreas e cargos mais suscetíveis ao risco mapeado; (iii) adoção e acompanhamento de indicadores de monitoramento de riscos; (iv) detecção, por meio da institucionalização de canais de denúncias e de meios de reporte de preocupações; (v) instituição de comitês de avaliação e resposta a incidentes e também de aplicação de políticas de consequências; e (vi) monitoramento contínuo, a Companhia reavalia os riscos aos quais está exposta. e revisa suas políticas e procedimentos internos sempre que necessário.

Em complemento, a Companhia realiza trabalhos de conscientização e divulgação, sobre a importância e a finalidade de tais mecanismos de integridade.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui uma área independente dedicada a implantação dos principais instrumentos de integridade e, também, ao monitoramento do funcionamento eficiente do Programa de Integridade. Tal área possui autonomia de recursos materiais e humanos e tem acesso e reporte direto para a Alta Administração.

O Conselho Administração supervisiona, avalia, define estratégias e controla se as metas do Programa de Integridade estão sendo cumpridas, e o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance assessora nas atividades de avaliação, bem como busca assegurar a eficácia e efetividade do Programa de Integridade.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia adota um Código de Ética e Conduta ("**Código**"), cuja última revisão foi aprovada pela Alta Direção em 20 de março de 2018, que apresenta seu propósito, sua visão e seus valores. O Código define as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores e parceiros, o papel e as responsabilidades da liderança, diretrizes de relacionamento com fornecedores e clientes. A Companhia também reforça os comportamentos não tolerados em qualquer circunstância pela Companhia, denominados "Inegociáveis".

As disposições do Código se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores, acionistas e parceiros da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados por todos em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros e agentes governamentais.

Em caso de violações ao Código é prevista a adoção de medidas disciplinares, que consideram desde advertência verbal até a demissão por justa causa, não excluindo, quando cabível, a adoção de medidas judiciais, por meio de processos civis e/ou criminais. No caso de violação de leis, há previsão de cooperação total da Companhia com as autoridades competentes.

O Código de Ética e Conduta é disponibilizado eletronicamente para todos os colaboradores, diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, terceiros, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia (em periodicidade ao menos anuais). Adicionalmente, são realizados treinamentos presenciais e na modalidade "*e-learning*".

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com canal independente para realização de eventuais denúncias, o qual visa assegurar que os colaboradores sejam ouvidos de forma sigilosa e tenham o seu anonimato

5.4 - Programa de Integridade

assegurado. Tal canal reforçar a cultura de transparência e a de proteção do denunciante de boa-fé.

O canal de denúncias independente é administrado por empresa especializada, e as informações captadas são direcionadas para a área de tratamento pertinente. A aplicação de sanções é realizada por um Comitê.

Os canais de denúncia da Companhia podem ser acessados por e-mail (magazineluiza@canalconfidencial.com.br), *call center* (pelo telefone 0800 792 1007) ou pelo site (disquedenunciagemagazineluiza.com), estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além daqueles já descritos neste item 5.4 do Formulário de Referência, o Manual Anticorrupção da Companhia prevê que em situações de busca por novos negócios, por meio de aquisições, fusões e incorporações de outras empresas, deve ser realizado processo de diligência, para verificação do cumprimento das disposições das Leis Anticorrupção, previamente à realização do negócio. Deve ser incluído no contrato de compra e venda, cláusulas anticorrupção adequadas, além de considerar outras opções disponíveis para evitar a sucessão de qualquer passivo anterior ao fechamento da operação.

Além disso, após conclusão do negócio, deve ser conduzida uma análise de conformidade com as Leis Anticorrupção e Antitruste e a adequação ao Manual Anticorrupção, conforme necessário.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. Entretanto, em 27 de setembro de 2018, foi aprovada, pelo Conselho de Administração, nova Política de Gestão de Riscos, a qual foi formalizada, elaborada e revisada pela Diretoria de Integridade e pela Diretoria Jurídica (“Nova Política”).

A Nova Política aprimorou a descrição dos riscos aos quais a Companhia está sujeita, bem como as estruturas internas que suportam seu gerenciamento, caracterizando-os nos seguintes grupos: Risco de Negócio e/ou Estratégico, Riscos de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco Operacional e Risco de Conformidade.

Os principais riscos a que a Companhia está exposta estão sujeitos a fatores internos e externos, de diferentes complexidades conforme descritos na seção 4 deste Formulário de Referência. A estrutura organizacional (Gestão e Governança), as políticas, os métodos e processos de controles internos (inclusive de monitoramento) agem de forma sistemática e consistente na identificação das mudanças, na avaliação e em respostas mais efetivas sobre os efeitos daqueles riscos.

Neste contexto, a Companhia aperfeiçoa continuamente sua estrutura, seus processos e controles internos (inclusive de monitoramento) visando mitigar a sua exposição aos principais riscos a que está exposta, o que inclui a aprovação da Nova Política. Os agentes de governança - Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, com suporte da Auditoria Interna e da estrutura de Integridade e Gerenciamento de Riscos, bem como dos demais órgãos descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência - têm atuado de forma efetiva no monitoramento dos principais riscos do negócio da Companhia em todos os níveis organizacionais.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção 4 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que julguemos relevantes em relação a esta Seção 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	16/11/1957
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade limitada, sendo que, em 16 de junho de 1984, por meio de alteração contratual devidamente arquivada na Junta Comercial de São Paulo - JUCESP, a nossa Companhia transformou-se em sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/04/2011

6.3 - Breve histórico

Nossa história teve início em 1957, quando o casal Luiza Trajano e Pelegrino José Donato fundou o Magazine Luiza em Franca, interior do Estado de São Paulo. Em 1966, a fim de impulsionar nosso crescimento, ingressou na sociedade o casal Maria Trajano Garcia, irmã de Luiza Trajano, e Wagner Garcia, e nossa primeira loja foi ampliada.

Em 1974, inauguramos a nossa primeira grande loja de departamentos. Em 1976, fizemos nossa primeira grande aquisição, com a compra das Lojas Mercantil, que possuía filiais em outras cidades da região. Em 1983, iniciamos nossa expansão para fora do Estado de São Paulo, atingindo diversas cidades do Triângulo Mineiro. Alguns anos depois, em 1986, inauguramos nosso primeiro Centro de Distribuição, em Ribeirão Preto, com sistemas automatizados e logística ágil e inteligente. Sendo este um grande passo para consolidar o crescimento de nossa rede.

Em 1991, iniciamos uma reestruturação societária a fim de propiciar uma expansão aos negócios da sociedade. Foi nessa oportunidade que ingressou em nosso quadro societário a Holding LTD. No mesmo ano, Luiza Helena Trajano, sobrinha de Luiza Trajano, assumiu a liderança da sociedade e deu início a uma grande transformação no nosso modelo de gestão com o objetivo de fortalecer a sociedade para o século seguinte.

Fomos pioneiros na criação do primeiro modelo de comércio eletrônico. Nossas Lojas Eletrônicas, hoje chamadas Lojas Virtuais, criadas por nós em 1992, foram resultado de um projeto inovador, cujas vendas eram realizadas por intermédio de terminais multimídia, composto por vendedores que orientavam os clientes, sendo que não havia produtos em exposição e nem nos estoques. Alguns anos depois, levamos a experiência adquirida em vendas virtuais para a internet, com a criação e consagração de nosso site www.magazineluiza.com, um dos maiores sites de e-commerce no Brasil. Hoje, o site é um dos maiores do setor e conta com os mais modernos canais e ferramentas de interação com os clientes, como Facebook, Youtube, podcast, blog e twitter. Ainda no início da década de 90, criamos as nossas maiores liquidações: a “Liquidação Fantástica”, um saldo de Natal, realizado imediatamente após a virada do ano, no qual os clientes compram com até 70% de desconto todas as mercadorias que conseguirem carregar, e o “Só Amanhã”, uma promoção na qual, durante um determinado dia, o cliente pode comprar um produto anunciado por um preço muito abaixo da média do mercado.

Em 1996, ampliamos nossa rede de lojas no Paraná e também ingressamos no mercado do Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul. Neste mesmo ano, apesar de ser uma companhia de capital fechado, o Magazine Luiza divulgou seu primeiro balanço financeiro auditado externamente, exigência necessária somente em companhias de capital aberto.

Em 2001, nos associamos ao Unibanco (atual Itaú Unibanco) para a criação da Luizacred, uma financeira responsável, principalmente, pelo financiamento dos clientes. A Luizacred é uma das maiores financeiras do país e conta com a sólida estrutura de financiamento e os rígidos controles de concessão de crédito do Itaú Unibanco. Adicionalmente, adquirimos a Wanel, rede de lojas na região de Sorocaba.

Em 2003, iniciamos expansão, com a aquisição das Lojas Líder, na região de Campinas, e um processo de transição de marca foi iniciado. Em 2004, a expansão seguiu, com a aquisição das Lojas Arno, no Rio Grande do Sul.

Em 2005, recebemos aporte de capital de fundos administrados pela Capital, um investidor internacional de private equity, com presença em mais de 20 países. Isso possibilitou nossa rápida expansão, a facilitação da entrada na capital paulista, a construção do centro de distribuição Bandeirantes e a ampliação de nossa estrutura em logística. No mesmo ano, nos associamos à

6.3 - Breve histórico

Cardif, empresa do Grupo BNP Paribas, para a criação da Luizaseg, uma seguradora responsável pelos seguros de garantia estendida, com gestão compartilhada. Somos a única empresa do varejo a possuir uma seguradora própria, instituída por meio de uma associação (joint venture).

Não demorou muito para o crescimento alcançar também o Estado de Santa Catarina e expandir-se no Paraná e no Rio Grande do Sul, com a aquisição das Lojas Base, Kilar e Madol, em 2005. Neste ano, também foram criados a TV Luiza, a Rádio Luiza e o Portal Luiza, veículos de comunicação interna exclusivos para informar os colaboradores da rede. O bom trabalho executado a partir deste posicionamento foi reconhecido, cinco anos depois, com o prêmio A Melhor Empresa na Prática do Falar com Seus Colaboradores, em pesquisa do Instituto Great Place To Work.

Em razão das atitudes inovadoras e voltadas ao público feminino, recebemos, em 2007, o título de A Melhor Empresa para a Mulher Trabalhar no Brasil, em pesquisa do Instituto Great Place to Work. O prêmio foi um reconhecimento à política de Recursos Humanos baseada na valorização do trabalho da mulher e na crença de sua evolução dentro da companhia.

Em 2008, abrimos simultaneamente 46 lojas na cidade de São Paulo, o maior mercado consumidor brasileiro. O empreendimento, que começou com a mobilização de centenas de profissionais, resultou na obtenção de mais de um milhão de novos clientes.

Em 2010, com a aquisição das Lojas Maia, que possuía 136 unidades espalhadas pelos nove Estados da região Nordeste, alcançamos a expressiva marca de 20 milhões de clientes em 16 Estados do Brasil. Ao final de 2010, trouxemos para a cidade de São Paulo nosso escritório de negócios, situado no mesmo prédio da Loja-Conceito na Marginal Tietê.

Em junho de 2011, finalizamos nosso processo de Abertura de Capital e Oferta de Ações (IPO), um passo muito importante para nossa estratégia e trajetória de crescimento, permitindo o acesso a uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos, geração de empregos e criação de valor para nossos acionistas. Também em 2011, realizamos a aquisição das lojas do Baú da Felicidade, por meio do qual foram adquiridas 100% das ações do capital social da New-UTD Utilidades Domésticas S.A. ("New- UTD"), e passamos de 604 lojas em 2010 para 728 lojas ao final do na do mesmo ano, sendo 24 lojas novas e 100 oriundas da aquisição do Baú.

Em abril de 2012, houve a incorporação das Lojas Maia pelo Magazine Luiza S.A. Concluímos a integração das redes Maia e Baú, apesar da sua complexidade, com o envolvimento direto de mais de 200 colaboradores da Companhia. Integramos todas as lojas do Sul/Sudeste (Lojas do Baú) e todas as lojas do Nordeste (Lojas Maia), respectivamente em fevereiro e outubro de 2012. Finalizamos o ano de 2012 com 743 lojas e 8 centros de distribuição, com sistemas contábeis e de gestão totalmente integrados.

Em 2014, a Companhia patrocinou a Copa do Mundo de futebol na rede Globo, proporcionando um impacto positivo em nossas vendas e na visibilidade da marca.

Em 2016, seguindo a estratégia de Transformação Digital, o Magazine Luiza esteve focado em 5 pilares: multicanalidade, inclusão digital, digitalização das lojas físicas, plataforma digital e cultura digital. Esse posicionamento possibilitou a entrega de grandes projetos na Logística, como o Retira Loja, o lançamento da nova plataforma de Marketplace, além de novos projetos para a digitalização das lojas físicas, como o Mobile Vendas, Mobile PinPad e o Lu Conecta. A estratégia da Transformação Digital contribuiu para o crescimento do Magazine Luiza em todos os canais, com ganhos de market share e melhoria dos indicadores de rentabilidade. O nosso *marketplace* foi criado em 2016 e na data deste Formulário de Referência, contamos com mais de 1,5 milhão de produtos nessa plataforma. O desenvolvimento do *marketplace* é um ponto central em nossa estratégia, ser uma plataforma digital com pontos físicos e calor humano. Em 2017, os canais

6.3 - Breve histórico

digitais – site, aplicativos de vendas e *marketplace* – foram responsáveis por 30% das vendas totais e cresceram 61% em relação ao mesmo período de 2016.

Em 03 de abril 2017, o Magazine Luiza adquiriu a *startup* de tecnologia Donatelo Desenvolvimento de Software e Market Digital Ltda. (“**Integra Commerce**”), especializada na integração e gestão do relacionamento entre lojistas e *marketplaces* - plataformas digitais abertas. Com a aquisição da Integra Commerce, lojistas que desejam participar do *marketplace* da Companhia não precisam recorrer à intermediação de plataforma de terceiro, tudo é realizado por uma plataforma única e integrada. O principal objetivo da aquisição é acelerar a execução da nossa principal estratégia de desenvolvimento de um *marketplace* rentável.

Em 07 de maio de 2018, o Magazine Luiza adquiriu a *startup* de tecnologia aplicada à logística Logbee, de São Paulo (SP), que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral da Companhia

Visão Geral do Negócio

Somos uma das maiores empresas de varejo do Brasil, com uma receita bruta de R\$ 14,3 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e com mais de 50 milhões de clientes, fornecendo uma ampla gama de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes, através de uma plataforma de varejo multicanal que inclui dispositivos móveis, site e lojas físicas.

Nossa missão é implementar uma estratégia bem-sucedida de transformação digital, passando de uma empresa de varejo tradicional com uma área digital, para uma plataforma digital, com pontos físicos e calor humano. Nossas vendas no conceito “mesmas lojas” físicas cresceram 14,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 0,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o e-commerce representou 30,4% de nossas vendas, comparado a 24,2% de nossas vendas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 o que representou um aumento de 6,2 pontos percentuais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita bruta do e-commerce cresceu 52,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de R\$2.722,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.157,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado ao crescimento do mercado online em 7,5% para o mesmo período, segundo dados do E-bit.

Acreditamos que mantemos nosso DNA inovador após mais de 60 anos de história. Nossa cultura valoriza a tecnologia, o empreendedorismo, a simplicidade, a inovação e a prioridade aos nossos clientes. Fomos um dos pioneiros no e-commerce brasileiro, com a inauguração, em 1992, do nosso primeiro canal virtual de vendas. Temos a inclusão digital como um propósito – acreditamos que devemos facilitar o acesso de muitos ao que, hoje, é privilégio de poucos. Acreditamos ter sido o veículo de acesso de vários clientes às suas primeiras geladeiras, aos seus primeiros televisores e aos seus primeiros aparelhos celulares. Agora, em um novo ciclo estratégico, queremos atuar como fomentador da conectividade de nossos clientes e colaboradores. Pretendemos servir de veículo para o seu acesso ao mundo digital. Para tanto, estamos passando pela nossa própria transformação digital, baseada em cinco pilares: inclusão digital, multicanalidade, plataforma digital, digitalização das lojas físicas e cultura digital.

Nossa plataforma digital encontra-se em constante expansão e desenvolvimento. Nosso e-commerce conta atualmente com cerca de 35 milhões de acessos por mês, sendo aproximadamente 16 milhões de visitantes únicos por mês. Nosso aplicativo para smartphones é um dos aplicativos (“apps”) de e-commerce mais baixados na Google Play, tendo sido baixado por mais de 14 milhões de pessoas, conforme dados fornecidos pelo Google Play e pelo iTunes. Acreditamos que nosso app permite aos nossos consumidores uma experiência de compra mais rápida, uma navegação totalmente personalizada e uma série de benefícios exclusivos, incluindo frete grátis para todas as regiões do Brasil. Em 2016, o Google reconheceu nosso app como um dos 5 melhores aplicativos já desenvolvidos no Brasil. Em dezembro de 2017, as vendas realizadas por smartphones já representaram mais de 40% do total das vendas do nosso e-commerce.

Em meados de 2016, lançamos com êxito nossa operação de *marketplace*. A implantação dessa operação permite que nossos clientes adquiram, através de nossa plataforma digital, produtos comercializados pelos nossos parceiros, incluindo grandes empresas de diversas indústrias, como a Dell, E-fácil, Mega Mamute, Samsung, Rihappy, Connect Parts. Muitos dos produtos ofertados por terceiros integram categorias que anteriormente não eram ofertadas em nossas lojas físicas,

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

como casa e decoração, moda e acessórios, cosméticos e perfumarias, livros, acessórios automotivos, esporte, lazer, alimentos e bebidas. Acreditamos que a expansão do nosso portfólio de produtos nos permite uma maior penetração nos hábitos de consumo via e-commerce de nossos clientes. Na data deste Formulário de Referência, oferecemos através de nosso *marketplace* mais de 2 milhões SKU (*stock keeping units*) e temos mais de 1.200 parceiros cadastrados em nossa plataforma. As vendas através do *marketplace* atingiram R\$230,0 milhões em 2017, primeiro ano de operação da plataforma. Em abril de 2017, concluímos a aquisição da “Integra Commerce”, uma startup de tecnologia, e passamos a oferecer aos nossos parceiros do *marketplace* funcionalidades como gestão de vendas, *pricing*, gestão de estoques e fretes, incluindo *tracking* de produtos, além de reduzirmos os custos gerais da plataforma.

Nossas lojas físicas estão se transformando rapidamente, deixando de serem lojas tradicionais, focadas na venda de produtos, para serem também centros de experiência, venda de serviços e ponto de apoio às compras online, funcionando como pequenos centros de distribuição. Todas as nossas lojas disponibilizam internet sem fio (wi-fi) grátis para nossos clientes, propiciando uma melhor experiência de compra e aumentando a fidelização. Além de vender produtos, também ofertamos serviços de suporte à conectividade, como a instalação de aplicativos e apoio técnico aos dispositivos móveis de nossos clientes. Capacitamos nossa equipe e desenvolvemos aplicativos que permitem ao nosso time de vendas concluir o atendimento por meio de celulares (com a consulta de estoques e de preços, realização de vendas e pagamento, dentre outros), trazendo maior comodidade para os clientes e agilidade para os vendedores. Nossas lojas físicas também servem como importantes elos de nossa cadeia logística – potencializando o nosso canal integrado de distribuição, diluindo custos e aumentando a confiabilidade por meio da maximização de rotas de distribuição já estabelecidas.

Acreditamos que, para termos sucesso em nossa estratégia digital, precisamos antecipar tendências, maximizar eficiência e focar no atendimento de nossos clientes. Com isso em mente, contamos desde 2014 com um departamento focado em produzir inovação – o Luizalabs. Atualmente, este departamento é composto por mais de 450 engenheiros de software e especialistas divididos em cerca de quarenta pequenos grupos de trabalho, que tem como missão construir através de inovações tecnológicas uma plataforma que ofereça aos nossos clientes a melhor experiência multicanal e aos nossos parceiros do *marketplace* o acesso ao nosso ecossistema de varejo. Além disso, atualmente o Luizalabs realiza mais de 2,0 bilhões de chamadas de API por mês, contribuindo com a entrega de aproximadamente 40 *deploys*/dia, abrangendo cerca de 220 micro serviços voltados para operações do dia a dia da Companhia.

Realizamos nossas vendas por meio de uma plataforma multicanal diversificada e integrada, composta por (i) plataforma digital de venda e-commerce, incluindo nosso aplicativo e nosso website (www.magazineluiza.com.br); (ii) 716 lojas físicas convencionais, que contam com amplo mix de produtos e estoque próprio, e que estão se transformando em pontos físicos de vendas e de suporte logístico à distribuição dos produtos vendidos por meio do e-commerce, (iii) 141 lojas virtuais, nas quais os produtos são vendidos por meio de computadores, com o auxílio de vendedores e de um sistema multimídia com catálogo digital de todos os produtos, sem a necessidade de estoque físico de mercadorias, (iv) Magazine Você, um canal de vendas diretas na internet, que permite a qualquer pessoa divulgar nossos produtos por meio de redes sociais e receber comissões pelas vendas originadas, (v) televendas e (vi) vendas corporativas.

Todos os nossos canais de venda são amparados por uma plataforma única e integrada. Contamos com um único centro de serviços compartilhados (CSC) e sistemas corporativos totalmente integrados (backoffice). Além de nossas lojas, possuímos, atualmente, 10 centros de distribuição estrategicamente localizados para cobrir 16 estados brasileiros, que juntos representam cerca de

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

75% do PIB nacional. A estrutura logística que atende às nossas lojas físicas é a mesma responsável pelo atendimento do nosso e-commerce, o que nos permite auferir ganhos de escala e maximização de eficiência entre as rotas logísticas. Da mesma forma, nosso e-commerce se beneficia da capilaridade geográfica de nossas lojas e centros de distribuição, conferindo à entrega das compras realizadas por meio deste canal maior agilidade e, principalmente, confiabilidade. Em maio de 2017, adquirimos a startup de tecnologia Logbee, que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos. Por meio de um aplicativo fácil e intuitivo, a Logbee distribui os pedidos e indica o melhor roteiro a ser seguido pelos parceiros, maximizando a quantidade de entregas no mesmo dia.

Complementarmente, ofertamos serviços financeiros, tais como cartão de crédito, empréstimo pessoal, crédito direto ao consumidor, crédito consignado, e garantia estendida, oferecidos via Luizaseg e Luizacred, que são joint-venture e portanto não têm os seus resultados consolidados, a fim de agregar conveniência, aumentar nossas vendas e fidelizar nossos clientes.

Acreditamos que a nossa transformação digital venha gerando impactos positivos e significativos em nossos resultados financeiros. Nossa receita líquida de vendas, lucro líquido e margem EBITDA têm apresentado forte crescimento, em que pese o momento econômico brasileiro. Nossa receita bruta passou de R\$11,4 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$14,3 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, um crescimento de 25,9%, comparado com um crescimento do mercado de 7,7%, segundo o IBGE. O lucro líquido no exercício social findo em 2017 foi de R\$389,0 milhões, crescendo 349,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, cujo lucro líquido foi de R\$86,6 milhões. Da mesma forma, nosso EBITDA cresceu 44,3% atingindo R\$1.030,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, equivalente a uma margem EBITDA de 8,6% no período, contra EBITDA de R\$714,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

O quadro abaixo apresenta nossas informações financeiras e operacionais selecionadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017:

Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas			
	2015	2016	2017
Crescimento da receita bruta do E-commerce(13)	9,9%	32,0%	52,7%
Participação do E-commerce na receita bruta	19,8%	24,1%	29,3%
Crescimento Mesmas Lojas Físicas	-15,1%	0,4%	14,3%
Crescimento Mesmas Lojas Totais	-11,0%	6,7%	23,4%
Quantidade Total de Lojas	786	800	858
Área Total de Vendas (m2)	498.570	501.319	525.981
Área Média por Loja (m2)	634	627	613

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(em milhões de R\$, exceto %)	2015	2016	2017
Receita bruta	10.498,3	11.371,6	14.321,1
Crescimento da receita bruta(14)	-8,7%	8,3%	25,9%
Receita líquida de vendas	8.978,3	9.508,7	11.984,3
Crescimento da receita líquida(15)	-8,2%	5,9%	26,0%
Lucro bruto	2.578,6	2.922,6	3.606,0
Margem bruta (1)	28,7%	30,7%	30,1%
EBITDA (2)	464,7	714,6	1.030,8
Margem EBITDA (3)	5,2%	7,5%	8,6%
Lucro líquido (Prejuízo)	-65,6	86,6	389,0
Margem líquida (4)	-0,7%	0,9%	3,2%
Lucro líquido operacional – NOPLAT (5)	73,5	214,7	478,7

Em 31 de dezembro de			
(em milhões de R\$, exceto %)	2015	2016	2017
Dívida Bruta (6)	-1.823,3	-1.848,8	-871,5
Dívida Líquida (7)	-661,5	-430,5	800,8
Recebíveis de cartão de crédito (terceiros e partes relacionadas)	172,6	294,9	862,6
Dívida Líquida Ajustada (8)	-488,9	-135,6	1.663,4
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante)	1.161,8	1.418,3	1.672,3
Capital de Giro (9)	-61,0	-320,4	-52,1
Capital Fixo (10)	1.298,2	1.384,8	1.389,6
Capital Investido Total (11)	1.237,2	1.064,4	1.337,5
Patrimônio Líquido	575,7	621,6	2.074,0
ROE Anualizado (12)	-11,4%	13,9%	18,8%
ROIC Anualizado (12)	5,9%	20,2%	35,8%

(1) A margem bruta é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

(2) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os exercícios sociais apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para a reconciliação do EBITDA para o lucro líquido (prejuízo), vide seção “3.2 – Medições não contábeis”.

(3) A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(4) A margem líquida é calculada pelo lucro líquido (prejuízo) dividido pela receita líquida de vendas.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

⁽⁵⁾ O lucro líquido operacional – NOPLAT (*Net Operating Profits Less Adjusted Taxes*) é o lucro líquido (prejuízo) antes do resultado financeiro, exceto os encargos sobre antecipação de cartão de crédito, líquidos do efeito calculado de imposto de renda e contribuição social. O lucro líquido operacional não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, alternativa ao fluxo de caixa operacional ou indicador de liquidez e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O lucro líquido operacional não possui significado padrão e a nossa definição de lucro líquido operacional pode não ser comparável com a definição de lucro líquido operacional de outras companhias. Para a reconciliação de lucro líquido operacional – NOPLAT para o lucro líquido (prejuízo), vide seção “3.2 – Medições não contábeis”.

⁽⁶⁾ A dívida bruta corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante).

⁽⁷⁾ A dívida líquida refere-se à dívida bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes). A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da dívida líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira da Companhia. Para a reconciliação da dívida líquida com a dívida bruta, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

⁽⁸⁾ A dívida líquida ajustada refere-se à dívida bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) e do contas a receber de cartões de crédito (terceiros e de partes relacionadas). A dívida líquida ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida ajustada de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da dívida líquida ajustada é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira da Companhia. Para a reconciliação da dívida líquida ajustada com a dívida bruta, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

⁽⁹⁾ O capital de giro refere-se ao ativo circulante menos o saldo de: (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante), subtraído dos saldos do passivo circulante menos o saldo de: (a) empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante), e (b) dividendos a pagar. O capital de giro não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o capital de giro de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do capital de giro é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante). Para a reconciliação do capital de giro, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

⁽¹⁰⁾ O capital fixo é o total do ativo não circulante desconsiderando o saldo de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante), subtraído do total do passivo não circulante desconsiderando o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante). O capital fixo não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o capital fixo de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do capital fixo é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de longo prazo. Para a reconciliação do capital fixo, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

⁽¹¹⁾ O capital investido total refere-se à soma do capital de giro e do capital fixo. O capital investido total não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o capital investido total de maneira diferente da Companhia. Para a reconciliação do capital investido total, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

⁽¹²⁾ O ROIC (*Return on Invested Capital*) refere-se ao lucro líquido operacional (NOPLAT) dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do capital de giro e o capital fixo. O ROE (*Return on Equity*) é o lucro líquido (prejuízo) dividido pelo patrimônio líquido. O ROIC e ROE não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC e ROE de maneira diferente da Companhia. Para a reconciliação do ROIC e do ROE, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

⁽¹³⁾ Calculamos o crescimento da receita bruta do *E-commerce* como a diferença percentual entre a receita bruta do *E-commerce* para o exercício social e a receita bruta do *E-commerce* para o exercício social anterior.

⁽¹⁴⁾ Calculamos o crescimento da receita bruta como a diferença percentual entre a receita bruta para o exercício social e a receita bruta para o exercício correspondente no ano anterior.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

⁽¹⁵⁾ Calculamos o crescimento da receita líquida como a diferença percentual entre a receita líquida para o exercício social e a receita líquida para o exercício social anterior.

Mercado de atuação

O mercado brasileiro de e-commerce representa uma oportunidade considerável e sub-penetrada, dirigindo a fortes taxas de crescimento. De acordo com a E-bit, o mercado brasileiro de e-commerce cresceu a um CAGR de 16,9%, entre 2011 e 2017, superando as taxas e crescimento de mercados desenvolvidos como a Europa (10,2%) e dos Estados Unidos da América (14,4%).

Acreditamos que o Brasil continuará como um dos e-commerce de maior crescimento do mundo devido aos sólidos fundamentos subjacentes, incluindo (i) população numerosa e jovem, (ii) o fato de ter um dos maiores públicos online do mundo, (iii) baixa penetração na internet, (iv) baixa penetração no e-commerce, (v) aumento no acesso a dispositivos móveis, e (vi) engajamento da população brasileira na internet e nas mídias sociais.

De acordo com o E-Bit, as vendas de eletrodomésticos e eletrônicos são responsáveis pela maior parte das vendas do e-commerce no Brasil, representando 28,1% do volume total de pedidos comercializados e 59,4% do total das vendas em 2017. Na medida em que o e-commerce cresce como um todo, novas categorias devem ganhar relevância, com destaque para casa e decoração, moda e acessórios, cosméticos e perfumarias, livros, acessórios automotivos, esporte, lazer.

Pontos Fortes

Como consequência de nossa bem-sucedida estratégia digital, acreditamos que estamos deixando de ser uma empresa de varejo tradicional com um canal de vendas, e nos transformando em uma plataforma digital, com pontos físicos e calor humano. Acreditamos que essa mudança é suportada pelos seguintes pontos fortes:

- ***Estamos estrategicamente posicionados para capturar o crescimento do e-commerce no Brasil.*** Somos um dos maiores varejistas do país, com uma plataforma digital desenvolvida para oferecer a melhor experiência multicanal aos nossos consumidores. Nossa estratégia permite aos nossos clientes oportunidades de compra de qualquer dos produtos por nós ofertados por meio de todos os nossos canais de vendas, como o nosso e-commerce, nosso aplicativo e o Magazine Você. Vendemos diretamente um amplo sortimento de produtos, sendo que mais de 50% de tudo que vendemos são produtos conectados e inteligentes, tais como *smartphones* e *smart TVs*. Adicionalmente, por meio de nosso *marketplace*, ofertamos produtos de terceiros, sendo atualmente mais de 98% complementares ao nosso sortimento. A escala de nossas operações, tanto em lojas físicas como *online*, nos permite muitas vezes negociar condições vantajosas com nossos fornecedores e ofertar produtos de interesse de nossos clientes a custos bastante competitivos. Acreditamos que nossa escala, relevância, capilaridade e o modelo multicanal, nos permitem capturar, com rentabilidade, o potencial de crescimento do e-commerce no Brasil. Em todas as regiões onde temos lojas físicas, nossa operação de e-commerce tem participação de mercado e rentabilidade significativamente maiores.
- ***Possuímos uma plataforma única e integrada de serviços corporativos e logística.*** Nossa plataforma única é formada por mais de 1.500 transportadoras, 858 lojas físicas, convencionais, virtuais e e-commerce, 10 centros de distribuição estrategicamente localizados em todas as regiões de atuação, e um único centro de serviços compartilhados (*backoffice*). Nossos centros de distribuição, além de atenderem todos os canais, têm grande escala e especialização regional, o que nos proporciona uma redução significativa nos prazos e custos de entrega. Uma vez que nossas transportadoras já abastecem as lojas físicas, a

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

implementação de serviços relacionados ao *e-commerce*, como o Retira Loja - modalidade de compra que possibilita ao cliente a retirada do produto comprado no *e-commerce* diretamente nas lojas físicas, praticamente não acarreta custos incrementais. Por meio desses canais, buscamos a praticidade e a comodidade proporcionadas pelo nosso *e-commerce*, aliadas ao atendimento pessoal proporcionado em nossas lojas físicas. Por meio da unificação de nossas plataformas, diluímos nossos custos administrativos, otimizamos o processo de vendas, racionalizamos nossos custos de logística e sistemas, otimizamos o giro dos estoques, bem como proporcionamos crescimento sustentável a nossas operações. Ainda, como resultado dessa integração de plataforma, proporcionamos aos nossos clientes uma maior segurança na entrega dos produtos, e um aumento de sua fidelização e confiança em nossos serviços.

- ***Temos uma operação de e-commerce de alto crescimento e lucrativa.*** Acreditamos que o nosso *e-commerce* é um dos mais lucrativos no Brasil, apresentando forte crescimento de vendas ao longo dos últimos anos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as vendas totais de nosso *e-commerce* cresceram 60,9% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2016. No final de 2015, lançamos nosso aplicativo para vendas, que já alcançou a marca de mais de 14 milhões de *downloads*. As vendas realizadas por meio do nosso aplicativo são as que mais crescem dentro do nosso *e-commerce*, sendo que as vendas por *smartphones* como um todo já representam parte significativa das vendas totais do nosso *e-commerce*. Acreditamos que esse crescimento seja decorrente da nossa plataforma multicanal única e integrada, que nos permite grandes ganhos de eficiência e de escala, mediante a diluição de custos operacionais. Ao mesmo tempo em que nosso *e-commerce* cresceu significativamente acima da nossa média, fomos capazes de elevar nossa rentabilidade e geração de caixa.
- ***Comprometimento com lucratividade e geração de caixa.*** Acreditamos ser uma companhia sólida e eficiente financeiramente. Para que possamos sustentar nosso crescimento de forma consistente, focamos na lucratividade de nossa operação, manutenção de uma sólida e constante geração de caixa, aliados à disciplina financeira e controle dos riscos inerentes ao negócio. Mantemos uma rigorosa política de controle de despesas, que inclui a elaboração de nossos orçamentos anuais de acordo com a metodologia do Orçamento Base Zero (OBZ), com todos os custos sendo revistos a partir do zero, sem tomar como referência os números do ano anterior, e a Gestão Matricial de Despesas (GMD), por meio da qual avaliamos todas as principais despesas por unidade de negócios e por gestor de pacote de despesas, buscando sempre questionar e entender os desvios em relação ao orçamento, estabelecer *benchmarks* e disseminar as melhores práticas.
- ***Possuímos uma forte cultura digital e estamos preparados para nos adaptar e inovar.*** A nossa cultura corporativa tem como foco a valorização do empreendedorismo, da simplicidade, da inovação e de nossos clientes. Nossos colaboradores são treinados e estimulados a operar como empreendedores, e possuem a autonomia necessária tanto para se especializarem em suas respectivas áreas quanto desenvolverem novas habilidades profissionais. Em 2014, criamos o Luizalabs, um departamento que hoje conta com mais de 450 engenheiros de software e especialistas, divididos em cerca de 40 pequenos grupos de trabalho, que desenvolvem soluções tecnológicas usadas como base para inovações nas nossas plataformas de venda e logística, permitindo que a experiência de compra seja melhor e mais eficiente para os nossos consumidores. A nossa transformação digital é alavancada pela necessidade e vontade de nos encaixarmos nas novas tendências do mundo atual, entendendo que os consumidores brasileiros estão, cada vez mais, conectados no mundo digital. Além disso, estamos há mais de 20 anos no *ranking* das melhores empresas para se

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

trabalhar no Brasil, segundo o Great Place to Work Institute. Nosso foco em relação à valorização de nossos clientes é comprovado pelos altos níveis de satisfação, com premiações do E-bit em 2017 com o prêmio Melhor Loja Top 5 Diamante, e qualificação selo RA1000 no Reclame Aqui.

- **Administração experiente, com histórico comprovado de bons resultados.** Nossa administração reúne um profundo conhecimento do setor varejista, tanto no segmento tradicional como no digital, e uma visão empresarial clara, que favorece um processo ágil de tomada de decisão. Nossos executivos sêniores possuem, em média, mais de 20 anos de experiência no setor varejista e são submetidos a avaliações de desempenho anuais na Companhia. Nosso modelo de gestão prevê que nossas lideranças tenham um painel de metas corporativas e individuais, estando os incentivos de curto prazo atrelados às principais metas corporativas, como crescimento de vendas, lucro líquido, geração de caixa e clima organizacional. Acreditamos que a nossa equipe de administradores tem contribuído para o crescimento de nossas receitas, lucratividade e para a expansão bem sucedida de nossos negócios.

Estratégias

Acreditamos que estamos no quarto ciclo da nossa história. O primeiro foi nossa fundação, o segundo foi um período de crescimento; o terceiro, de consolidação e o atual; de transformação digital. Os ciclos de crescimento e consolidação, bastante intensivos em capital; envolvendo aquisições e aberturas de muitas lojas físicas, foram importantes para posicionar a Companhia como uma das maiores varejistas do Brasil. Neste momento, estamos vivendo nossa transformação digital, que deverá exigir menos capital e estará baseada no crescimento de nossas plataformas, mais fáceis de serem escaladas e que tendem a proporcionar maiores retornos. Nossa transformação digital se encontra amparada nos cinco pilares abaixo descritos:

- **Contribuir para a inclusão digital de nossos consumidores.** Acreditamos na missão de trazer ao acesso de muitos, por meio de produtos conectados, o que hoje é privilégio de poucos. Queremos gerar inclusão digital, isto é, convidar, ajudar e ensinar nossos clientes a se digitalizarem e aproveitarem a tecnologia para facilitarem suas vidas. Os nossos colaboradores, que também estão sendo treinados e digitalizados, devem atuar como agentes desta mudança, oferecendo orientações para os clientes utilizarem melhor seus produtos de tecnologia inteligente. A baixa penetração desses produtos de tecnologia no mercado oferece uma oportunidade para nos tornarmos uma referência nessas categorias. Utilizamos um meio digital para ajudar o cliente a entender os nossos produtos e nossos recursos de venda. Para isso desenvolvemos a “Lu”, uma personagem virtual que é utilizada nas nossas ações de comunicação visando auxiliar os clientes a fazerem a compra certa, oferecer informações de produtos e tirar dúvidas na internet e nas redes sociais. Buscamos ampliar a nossa inclusão digital, para que dessa forma possamos oferecer uma maior oferta de serviços digitais aos nossos clientes como planos de dados para celulares, compra de aparelhos usados na aquisição de novos aparelhos (*buyback*), oferta de serviços de instalação de aplicativos, entre outros. Com essas inovações no mercado, pretendemos ampliar os nossos serviços, facilitar a nossa relação com o cliente, incluindo-os também na nossa cultura digital.
- **Manter o aprimoramento contínuo de nossas operações multicanais e integradas.** Pretendemos operar os nossos canais de forma cada vez mais integrada, com a utilização de uma infraestrutura única. Pretendemos, ainda, continuar a acompanhar as tendências tecnológicas, e devemos dar continuidade a várias outras iniciativas relacionadas à multicanalidade, como a Retira Loja, sistema que permite que clientes que compram por meio

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

das plataformas digitais retirem os produtos adquiridos em qualquer uma de nossas lojas físicas. No âmbito da iniciativa Retira Loja, estamos aumentando a frequência de abastecimento das lojas para permitir que os clientes do *e-commerce* possam retirar os produtos nas lojas físicas que escolherem no prazo máximo de 48 horas, sem terem que arcar com custos de fretes. Acreditamos que esta será uma grande vantagem competitiva de nosso *e-commerce*, uma vez que os clientes não gostam de pagar fretes nem de esperar, e nosso prazo de entrega deverá ser muito menor do que o prazo médio de entregas no mercado de *e-commerce* brasileiro (em razão da maximização da utilização das nossas rotas de distribuição já estabelecidas). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a quantidade de produtos retirados nas lojas tem crescido de forma consistente, proporcionando economia, confiabilidade e celeridade aos nossos clientes. Também estamos investindo em tecnologia RFID (*Radio-Frequency IDentification*) para contagem dos estoques das lojas físicas, que proporcionará informações em tempo real, permitindo ao cliente do nosso *e-commerce* a retirada do produto, no mesmo dia, na loja física que escolher, ou a entrega final na sua casa a partir do estoque da loja física mais próxima. Acreditamos que a implementação com sucesso desta estratégia acarretará em maior eficiência, menores custos e na oferta de mais opções aos nossos clientes, resultando em crescimento de nossas vendas, fidelização e rentabilidade.

- ***Continuar desenvolvendo a nossa plataforma digital com foco na qualidade e na experiência dos vendedores e consumidores.*** Pretendemos continuar a desenvolver a nossa plataforma digital de vendas (*marketplace*), com a entrada em novas categorias e a complementação de nossa gama atual de produtos com mercadorias de terceiros, oferecendo um sortimento cada vez maior de produtos disponíveis para compra na data deste Formulário de Referência, oferecemos aproximadamente 2 milhões de SKUs através dessa plataforma. Desde sua introdução em 2016, nosso *marketplace* atraiu mais de 1.200 varejistas parceiros, com destaque para Dell, E-fácil, Mega Mamute, Samsung, Rihappy, Connect Parts, entre outros. Através do nosso *marketplace*, introduzimos a venda de categorias antes inexistentes em nossa plataforma, como produtos para animais de estimação, joias, livros, bebidas e alimentos. Nosso *marketplace* foca na seleção de fornecedores que sejam pequenos varejistas, líderes de categorias complementares aos nossos produtos e indústrias interessadas em ter canais diretos de venda aos clientes. Além de diluir os custos gerais da plataforma, o *marketplace* possibilita que nossos parceiros tenham à disposição funcionalidades como a gestão de preço, estoques e frete. Também planejamos oferecer aos nossos parceiros novas opções de meios de pagamento e antecipação de recebíveis. Ainda, como parte de nossa estratégia de multicanalidade, no futuro, nossos centros de distribuição e lojas físicas poderão servir de pontos de distribuição de produtos do *marketplace*. Estamos trabalhando para que a nossa plataforma seja percebida tanto pelos parceiros, quanto pelos consumidores, como a melhor plataforma de *marketplace* do Brasil, com foco na sua robustez, qualidade e segurança, proporcionando uma boa experiência aos seus usuários, atraindo mais parceiros e aumentando a nossa oferta de produtos.
- ***Continuar a transformação e digitalização das Lojas Físicas.*** Acreditamos que as lojas físicas são vitais para a nossa estratégia de digitalização e estão sendo transformadas para que a experiência de compra seja cada vez mais ágil e prazerosa. Com o processo de digitalização, as lojas do futuro serão centros de experiência, pontos de venda de serviços e financiamento, além de pontos de distribuição. Hoje, todos os nossos vendedores usam o aplicativo para *smartphone* Mobile Vendas, que permite uma redução significativa do tempo de atendimento e oferece à força de vendas informações sobre produtos e clientes. Em cerca

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

de 400 lojas, já é possível fazer pagamentos pelo sistema Mobile Pinpad, que dispensa a ida aos caixas. Também estamos investindo na automação de todos os processos das lojas, objetivando redução de custos e maior eficiência. As nossas lojas físicas também oferecem serviços como a venda de cartões de conteúdo, o Lu Conecta e instalação de aplicativos e configuração de *smartphones* adquiridos pelos clientes. Adicionalmente, a introdução do *wi-fi* livre nas nossas lojas e a troca dos mobiliários ajudam a estimular e facilitar a experimentação desses produtos.

- **Fortalecimento de nossa cultura digital.** Já possuímos uma cultura digital. Mesmo assim, acreditamos que precisamos constantemente desenvolver e aprimorar essa cultura, valorizando velocidade, inovação e as pessoas. Planejamos continuar a investir em treinamento e na ampliação de novas soluções de atendimento, incentivando os nossos colaboradores a se digitalizarem e usarem as redes sociais e os aplicativos para se comunicarem com os nossos clientes e com as nossas lojas, bem como no desenvolvimento e implementação de novas tecnologias, essenciais para uma varejista multicanal como a nossa companhia. Dessa forma, estimulamos nossos clientes a utilizarem constantemente nossos meios digitais para compra de produtos, solução de dúvidas, envio de reclamações ou realização de buscas de produtos. A nossa inserção na cultura digital tem como foco atender às necessidades atuais e futuras dos consumidores e crescer nossa companhia de forma a nos atualizar e inovar no setor de varejo. Como parte de nossa estratégia de fortalecimento de cultura digital, planejamos ampliar a equipe de nosso departamento de inovação, o Luizalabs, que já conta com mais de 450 engenheiros de software e especialistas divididos em cerca de 40 pequenos grupos de trabalho, e ampliar sua influência sobre a companhia como um todo, proporcionando meios para aumentar nossa velocidade no lançamento e implementação de novas tecnologias e projetos.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a comercialização, em nossas lojas físicas e e-commerce, de produtos das categorias de Telefonia, Eletro Pesado, Imagem, Móveis, Informática, Eletro Portátil, entre outros.

Em meados de 2016, lançamos nossa operação de Marketplace e passamos a vender também produtos de parceiros, expandindo nossa capacidade de oferta de produtos aos nossos clientes. Com isso, introduzimos a venda de categorias antes inexistentes, como produtos para casa e decoração, moda e acessórios, cosméticos e perfumarias, livros, acessórios automotivos, esporte, lazer, alimentos e bebidas, entre outros. Nosso objetivo é multiplicar o sortimento de produtos e serviços, entrando em novas categorias, e alavancar os principais ativos já existentes, tais como a nossa marca, e-commerce e base de clientes.

Através das nossas lojas físicas, também oferecemos serviços digitais aos nossos clientes, os quais destacamos: (i) Lu Conecta: nosso serviço de configuração de smartphone, instalação de aplicativos e antivírus, além do serviço de atendimento por telefone 24 horas, (ii) Wi-fi: acesso gratuito à internet sem fio aos clientes em todas as lojas, (iii) Cartão de Conteúdo: venda de conteúdo tais como Netflix, Google Play Store e Games, (iv) Plano Pós-pago: implementação do sistema próprio de vendas de planos pós-pago de operadora em todas as lojas, com foco em oferecer conexão à internet a um preço acessível aos nossos clientes, e (v) Smart Troca: Programa de recompra de celulares usados como forma de crédito para a aquisição de um novo aparelho.

Como forma de viabilização de vendas e complementação de nosso negócio, disponibilizamos aos nossos clientes, através de nossas coligadas Luizacred e Luizaseg e também de nossa controlada Consórcio Luiza, serviços e produtos financeiros como cartões de crédito, crédito direto ao consumidor (CDC), empréstimos pessoais, garantia estendida, seguro prestamista, consórcio de veículos, etc.

Possuímos, em nossa ampla variedade de produtos, reconhecidas marcas de fornecedores que acreditamos agregar valor ao nosso negócio, como as marcas Samsung, Motorola, Whirlpool, LG, Electrolux, Apple, Dell, Esmaltec, Mondial e Panasonic. Também através da nossa plataforma de Marketplace, contamos com parceiros como Dell, E-fácil, Mega Mamute, Samsung, Rihappy, Connect Parts, entre outros. Acreditamos que a diversidade do nosso mix de produtos nos proporciona atender às necessidades de toda a família, o que é um diferencial em relação aos nossos concorrentes.

Realizamos nossas vendas por meio de uma plataforma multicanal diversificada e integrada, composta por (i) website de comércio eletrônico (<http://www.magazineluiza.com.br>), que oferece conteúdo, serviços e promoções diferenciados e produtos exclusivos; (ii) 716 lojas físicas convencionais, que contam com amplo mix de produtos e estoque próprio e que estão se transformando pontos físicos de vendas e de suporte logístico à distribuição dos produtos vendidos por meio do e-commerce, (iii) 141 lojas virtuais, nas quais os produtos são vendidos por meio de terminais de pontos de vendas com o auxílio de vendedores e sistema multimídia com catálogo digital de produtos, sem a necessidade de estoque físico de mercadorias, (iv) MagazineVocê, um canal de vendas diretas na internet, que permite a qualquer pessoa divulgar nossos produtos por meio de redes sociais e receber comissão pelas vendas originadas, (v) televendas e (vi) vendas corporativas.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A composição da receita consiste nas operações de Varejo (substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e e-commerce), Operações Financeiras (por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos), Operações de Seguros (por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia) e a Administração de Consórcios (por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos).

Demonstramos na tabela abaixo a receita líquida de vendas por segmento de negócios da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 e, e também sua representatividade em relação a receita líquida de vendas.

Receita Líquida de Venda por Segmento						
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
(em R\$ milhões, exceto %)	2015	AV ⁽²⁾	2016	AV ⁽²⁾	2017	AV ⁽²⁾
Varejo	8.939,6	99,6%	9.465,2	99,5%	11.930,9	99,6%
Operações Financeiras	917,1	10,2%	834,8	8,8%	844,3	7,0%
Operações de Seguros	191,8	2,1%	182,5	1,9%	197,8	1,7%
Adm. de Consórcios	47,2	0,5%	53,5	0,6%	65,4	0,5%
Eliminações ⁽¹⁾	-1.117,5	-12,4%	-1.027,2	-10,8%	-1.054,1	-8,8%
Receita líquida de vendas	8.978,3	100,0%	9.508,7	100,0%	11.984,3	100,0%

⁽¹⁾ As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional, porém são incluídos apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

⁽²⁾ Refere-se ao percentual de participação em relação à receita líquida de vendas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia abriu 30 novas lojas e não fechou nenhuma loja, encerrando o ano com 786 lojas. A receita líquida de vendas totalizou R\$9,0 bilhões, uma redução em relação ao ano anterior principalmente em função de um cenário macroeconômico mais desafiador em 2015. Mesmo assim, com base na pesquisa mensal do comércio publicada pelo IBGE (PMC – Pesquisa Mensal do Comércio) e dados da consultoria GFK, o Magazine Luiza ganhou participação de mercado em todas as principais categorias de produtos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita líquida de vendas atingiu R\$9,5 bilhões, um crescimento de 5,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O Magazine Luiza ganhou participação de mercado nas principais categorias de produtos. Segundo dados do IBGE (PMC), as vendas nominais de móveis e eletro encolheram 7,5% em 2016, comparado com o crescimento de receita bruta total da Companhia de 8,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Este resultado foi impactado principalmente pelo crescimento de 32,0% na receita bruta do e-commerce no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (de acordo com dados do Ebit, as vendas do setor cresceram 7,4% em 2016). As vendas via site e-commerce e aplicativo em 2016

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

representaram uma parte significativa do faturamento total da Companhia e o aplicativo de vendas, lançado em setembro de 2015, chegou à marca de quase 5 milhões de downloads ao final de 2016.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a receita líquida de vendas da Companhia atingiu R\$11,9 bilhões, um crescimento de 26,0% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, cuja receita líquida de vendas foi de R\$9,5 bilhões. A venda total realizada através do canal de e-commerce representou 30,4% das vendas totais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, contra 24,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a receita bruta do e-commerce cresceu 52,7% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, de R\$2.722,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.157,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, comparado ao crescimento do mercado online em 7,5% para o mesmo período, segundo dados do E-bit.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O quadro abaixo mostra a distribuição do lucro líquido (prejuízo) entre os segmentos de atuação da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Lucro líquido (prejuízo) por Segmento						
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
(em R\$ milhões, exceto %)	2015	AV ⁽²⁾	2016	AV ⁽²⁾	2017	AV ⁽²⁾
Varejo	-65,6	100,0%	86,6	100,0%	389,0	100,0%
Operações Financeiras	61,6	-93,9%	50,8	58,7%	68,8	17,7%
Operações de Seguros	14,0	-21,3%	11,9	13,7%	17,4	4,5%
Adm. de Consórcios	5,2	-7,9%	6,1	7,0%	7,5	1,9%
Eliminações ⁽¹⁾	-80,8	123,2%	-68,8	-79,4%	-93,7	-24,1%
Lucro líquido (prejuízo)	-65,6	100,0%	86,6	100,0%	389,0	100,0%

⁽¹⁾ As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídos apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

⁽²⁾ Refere-se ao percentual de participação em relação à receita líquida de vendas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o prejuízo do exercício foi de R\$65,6 milhões. Esse resultado foi impactado principalmente pela redução na receita líquida de vendas quando comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ocasionando uma menor diluição das despesas operacionais, e também pelo aumento da taxa CDI (certificado de depósitos interbancários) média no exercício de 2015, que impactou negativamente o resultado financeiro da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido do exercício foi de R\$86,6 milhões. Nosso novo ciclo estratégico de transformação digital, suportado pelo nosso espírito inovador e pela nossa estratégia multicanal integrada impactou positivamente nossos resultados operacionais.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido foi de R\$389,0 milhões. Esse resultado foi impactado principalmente pelo elevado crescimento das vendas, contribuição positiva do e-commerce e diluição de despesas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Não possuímos processo de produção.

(b) características do processo de distribuição

Entendemos por processo de distribuição todas as atividades relacionadas à aquisição de produtos para revenda, a administração dos estoques e a disponibilização destes produtos para nossos clientes em todos os canais de venda em que operamos. Nosso objetivo nesse processo é sempre de disponibilizar os produtos que nossos clientes desejam, na quantidade adequada para cada loja e entregando no momento/data negociados com o cliente no momento da compra.

Canais de Venda

Possuímos diversos canais de venda que operam de forma independente, porém complementar. Acreditamos no conceito de multicanalidade como uma vantagem competitiva no setor.

Possuíamos, em 31 de dezembro de 2017, 525.981 m² em área total de vendas, distribuída nos seguintes formatos de lojas:

- Lojas Convencionais

Compreende a maior parte de nossas lojas, 83%. São lojas de rua ou em shoppings, com área média de vendas de 700 m², que possui sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Essas lojas possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

- Lojas Virtuais

Lojas físicas que estão localizadas em cidades menores ou em determinados bairros de cidades médias, com área de vendas de cerca de 150 m² e o mesmo mix de produtos de uma loja convencional. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, possuíamos 141 lojas virtuais. Possuem a particularidade de operarem sem estoques físicos ou mostruários na loja (exceto por alguns aparelhos eletrônicos e celulares). Toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, principalmente a internet.

- E-commerce

Consiste do endereço eletrônico www.magazineluiza.com.br através do qual nossos clientes têm acesso a um sortimento muito maior de produtos em comparação com as lojas físicas. Dentro do conceito de multicanalidade, clientes que se utilizarem de nosso canal e-commerce podem ter seu relacionamento pós-venda com lojas físicas selecionadas para operações como trocas de produtos.

Em 22 de agosto de 2011, a Companhia comunicou o lançamento do Magazine Você, uma loja personalizada, na qual o usuário da rede monta uma vitrine e pode vender qualquer produto do Magazine Luiza e escrever dicas que ajudem seus amigos a comprar certo. A vitrine de cada perfil pode ser montada com produtos exclusivos de uma linha, como esportes, tecnologia ou decoração, por exemplo. A inovação permite aos usuários receber conselhos de pessoas de confiança, encontrar produtos e comprá-los em um só lugar.

Em 02 de outubro de 2013, o Magazine Luiza adquiriu a Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. (“**Época Cosméticos**”), empresa de capital fechado especializada no comércio eletrônico de perfumes e cosméticos. O objetivo da operação foi reforçar a estratégia de expansão e consolidação da operação de e-Commerce em um segmento que tem margens atrativas, que

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

cresce expressivamente no Brasil e traz fluxo de clientes para o site, dado o ticket médio mais baixo e a maior taxa de recompra. Além disso, representa uma oportunidade de aumento do número de produtos que podem ser vendidos em outros canais, como o Magazine Você.

- Marketplace

Em 2016 lançamos nossa operação de Marketplace e passamos a vender também produtos de parceiros, expandindo nossa capacidade de oferta de produtos. Introduzimos assim novas categorias com o objetivo de multiplicar o sortimento de produtos e serviços aos nossos clientes.

- Televendas

Oferece basicamente o mesmo mix de produtos da internet e é utilizado por clientes com dúvidas com relação a produtos ou que buscam negociações adicionais nas condições de venda.

Abertura e Fechamento de Lojas

Nosso crescimento orgânico é suportado por um processo de identificação e seleção de novos pontos de venda que visam a aderência do novo ponto de venda à estratégia de crescimento da empresa e aos objetivos de resultados. A tabela a seguir apresenta um resumo da abertura e fechamento de lojas convencionais e virtuais para os exercícios encerrados em 2017, 2016 e 2015.

Crescimento Orgânico				
	2017	2016	2015	Total
Lojas convencionais novas	39	14	27	80
Lojas Virtuais novas	21	6	3	30
Abertura	60	20	30	110
Lojas convencionais fechadas	2	6	0	8
Lojas Virtuais fechadas	0	0	0	0
Fechamentos	2	6	0	8
Crescimento Total	58	14	30	102

Compras e Fornecedores

Nossa política de compras tem como objetivo o estabelecimento de parcerias comerciais de forma a garantir o suprimento adequado, tanto em termos de quantidades como de prazos de entrega, de produtos a preços competitivos e com condições de pagamento que nos permitam atingir níveis de margens compatíveis com a estrutura da empresa e com nossas metas de rentabilidade.

Operamos essencialmente com fornecedores locais através de contratos e/ou cartas de parcerias, os quais são negociados anualmente visando definir quantidades-objetivo para o ano, iniciativas comerciais conjuntas, regras para a utilização de verbas de propaganda cooperada bem como para outros eventos ao longo do ano. Esta prática contribui para a profissionalização e melhoria dos procedimentos, reduzindo riscos de planejamento. Dessa maneira, conseguimos garantir a disponibilidade de produtos necessária para a previsão de vendas do ano, bem como de condições comerciais bastante atrativas e regras operacionais claras para pautar as negociações comerciais.

Possuímos atualmente mais de 600 fornecedores. A seleção dos nossos fornecedores visa atender as nossas exigências de qualidade e preço. Buscamos criar parcerias estratégicas duradouras com os nossos fornecedores com o objetivo de aprimorar a gestão da cadeia de suprimentos. Nossas compras são pulverizadas e não possuímos dependência de nenhum de nossos fornecedores. Em

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

31 de dezembro de 2017, nosso maior fornecedor representou 24% das nossas compras e nossos dez maiores representaram 60% do valor das nossas compras.

Através de nosso sistema de operação de lojas, definimos níveis de margem mínima para os produtos que comercializamos. Acompanhamos as margens comercializadas em base diária e solicitações de flexibilização para as margens definidas são encaminhadas, analisadas e decididas pela área de compras. Dessa maneira, fazemos um acompanhamento em tempo real de nossa estratégia de preço comparada com a de nossos concorrentes, o que constitui uma importante ferramenta para negociações futuras junto a nossos fornecedores.

Devido ao alto valor agregado dos produtos que vendemos, dispomos particular atenção com nosso processo de planejamento de compra de produtos. Diariamente acompanhamos o desempenho de vendas dos SKUs (Unidades de manutenção de Estoque), que designa os diferentes itens do estoque por meio de um código identificador, e ajustamos nossos indicadores de análise buscando garantir a adequação do volume de compras frente à previsão de vendas, ao nível de capital de giro em cada setor e ao fluxo de caixa da empresa. Nossos sistemas de tecnologia controlam a liberação dos volumes de produtos definidos de acordo com as condições estabelecidas entre as áreas Comercial e Financeira com base nos indicadores analisados e os pedidos de compras são transmitidos eletronicamente aos fornecedores.

Atualmente, mais de 28 mil SKUs são comercializados em nosso e-commerce no estoque próprio, além dos milhares de produtos vendidos por parceiros em nosso Marketplace. Muitos dos SKUs comercializados pelo canal online são produtos pertencentes ao chamado long-tail, ou seja, produtos menos procurados e que, portanto, necessitam de uma política de compras diferenciada, com uma frequência de reposição diferenciada. Para atender a essa particularidade, temos uma equipe de compradores especialmente direcionada para negociar a compra destes produtos. Para os demais produtos comercializados em ambos os canais, buscamos melhores condições comerciais agrupando os pedidos de todos os canais de venda e obtendo ganhos de escala.

Gestão de Estoques

Usamos a nossa experiência, modelos estatísticos e a assessoria de consultores especializados para aprimorar nossa gestão de estoque. Buscamos o aperfeiçoamento da equação composta pelas variáveis custo, capital de giro empregado, disponibilidade de produtos para venda e despesas logísticas.

Nossa gestão de estoques combina o processo automático de reposição baseado em modelos estatísticos com o conhecimento e experiência de gestores de linhas de produtos. A responsabilidade pela administração do nível de estoques é atribuída a cada gestor de produtos. Incentivamos esse monitoramento incluindo e ponderando de forma significativa o indicador de controle de nível de estoques na remuneração variável dos colaboradores da área de Compras e Planejamento Comercial. Além do processo automático de reposição baseado em modelos estatísticos, como forma de alavancar resultados, nossos compradores e gerentes de lojas têm autonomia para apresentar estratégias para produtos em lojas ou regiões específicas que podem resultar em volumes diferenciados de reposição.

Através da análise de diversas variáveis referentes às lojas e seus respectivos clientes, conseguimos agrupá-las de acordo com suas características comuns e, assim, conseguimos identificar e ofertar um mix de produtos com maior propensão de vendas em cada grupo. Dessa forma, otimizamos o capital de giro empregado na empresa e reduzimos potencialmente o volume de estoques não-sadios.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nossa área de Planejamento Comercial monitora diariamente nosso nível de ruptura (nível de produtos indisponíveis para a venda) em lojas e/ou Centros de Distribuição. Essas informações são compartilhadas com os gestores de produtos de forma a ajustar as projeções dos níveis de estoques.

Logística

Na data deste Formulário de Referência, operávamos com dez centros de distribuição localizados estrategicamente em 8 estados brasileiros, cuja área total de armazenamento é de aproximadamente 350.000 m².

Cada centro de distribuição é responsável por abastecer lojas e fazer entregas em domicílio para as suas respectivas regiões de abrangência. A distribuição de produtos, principalmente para entrega em domicílio, também é suportada por plataformas de passagem rápida de produtos, que são equivalentes a cross docking, onde acontece um processo de distribuição em que a mercadoria recebida é redirecionada sem necessariamente acontecer uma armazenagem no local. Ter centros de distribuição localizados em vários Estados nos permite manter um nível de serviço elevado por manter o estoque próximo ao consumidor final e também minimiza os custos da operação de entrega ao cliente final (last mile).

O sistema de gestão dos centros de distribuição é desenhado para garantir eficiência em cada fase do processo logístico. Os nossos sistemas acompanham todas as movimentações de estoque em tempo real e adotam controles rígidos para o recebimento das mercadorias em nossos centros de distribuição. Nesse sentido, adotamos os seguintes procedimentos como práticas de gestão: (i) recebimento de mercadorias apenas em data e hora agendada com nossos fornecedores; (ii) conferência da mercadoria com a nota fiscal; (iii) conferência para garantir que os produtos apresentam plena condição de comercialização; (iv) máxima eficiência na ocupação dos espaços dentro do centro de distribuição.

Os centros de distribuição estão divididos por setores, organizados por tipos de produtos e giro dos estoques. O sistema organiza a separação de maneira a garantir alta produtividade. Todos os produtos são identificados com etiquetas que contêm as lojas para as quais eles se destinam ou com todas as informações dos clientes para quem o produto será entregue.

Possuímos mais de 1.500 transportadoras terceirizadas que distribuem nossos produtos em todo o território nacional, a qual denominamos de Malha Luiza. As transportadoras são cuidadosamente selecionadas e monitoradas por nossa equipe logística. Acreditamos que nosso sistema logístico, multicanal e integrado é uma grande vantagem competitiva na medida em que nos proporciona prazos e custos de entrega menores do que a média do mercado. As transportadoras atuam com grande escala regional, atendendo numa mesma região, todos os clientes de todos os canais. Ainda, elas distribuem mercadorias dos centros de distribuição para as lojas físicas (abastecimento) e fazem as entregas para o cliente final, seja das compras realizadas nas lojas físicas ou no e-commerce.

Além disso, nosso sistema logístico possibilita a implementação da modalidade Retira Loja (sistema que permite que clientes que comprem por meio das plataformas digitais retirem os produtos adquiridos em qualquer uma de nossas lojas físicas), com custos adicionais mínimos, na medida em que as mesmas transportadoras que realizam o abastecimento das lojas físicas também levam para as lojas mercadorias compradas pelos clientes do e-commerce.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(c) características dos mercados de atuação

Nossa indústria

Agora mais do que nunca, entendemos que o e-commerce está moldando o mercado varejista brasileiro.

À medida que a penetração do acesso à internet cresce globalmente, o e-commerce passa a representar uma parcela significativa do crescimento do mercado varejista, sendo impulsionado, principalmente, pelo contínuo aumento de operações business to customer (B2C) e também por operações business to business (B2B).

Essa tendência global está conduzindo varejistas brasileiros a adaptarem continuamente seus canais de venda a uma realidade cada vez mais conectada, desenvolvendo plataformas on-line robustas e de fácil utilização, adaptando-se também às necessidades dos consumidores e parceiros e ao crescente intercâmbio de bens e serviços on-line. Mais especificamente, companhias tem focado estrategicamente no desenvolvimento de plataformas marketplace (3P) que, diferentemente de operações de venda direta (1P), permitem a oferta de uma gama maior de produtos, acesso instantâneo e direto a uma audiência maior de sellers, maior crescimento de vendas e rentabilidade operacional, entre outros benefícios para todas as partes do processo de compra e venda.

O mercado brasileiro representa uma oportunidade considerável dado seu tamanho relevante e sua, ainda baixa, penetração do canal de e-commerce no varejo nacional, características que lhe propiciam altas taxas de crescimento. De acordo com a E-bit, o mercado brasileiro de e-commerce cresceu a um CAGR de 16,9%, entre 2011 e 2017, superando as taxas e crescimento de mercados desenvolvidos como a Europa (10,2%) e dos Estados Unidos da América (14,4%).

Visão geral do e-commerce

No Brasil, mais de 55 milhões de consumidores fizeram pelo menos uma compra on-line em 2017, representando um aumento de 15% comparado a 2016, segundo a E-bit. Acreditamos que o Brasil deva continuar a ser um dos mercados de e-commerce de maior crescimento do mundo, impulsionado pelos seus sólidos fundamentos, incluindo:

Baixa, porém crescente penetração do acesso à internet: A penetração do acesso a internet está crescendo rapidamente no Brasil, atingindo 70,7% da população em 2017. Apesar do intenso e constante aumento do acesso à internet, os níveis brasileiros de penetração permanecem abaixo dos níveis de mercados maduros, tais como o Japão (93,3%), o Reino Unido (94,7%), e os Estados Unidos da América (95,6%), o que demonstra uma oportunidade para ainda mais crescimento.

Um dos maiores públicos on-line do mundo: Com uma população total de 209 milhões de habitantes, de acordo com o IBGE, o Brasil possui um dos maiores mercados on-line, com mais de 149 milhões de usuários de internet em 2017, segundo o Internet World Stats e o IBGE. Desse modo, o Brasil posiciona-se como o 4º maior mercado em termos de usuários on-line, atrás apenas dos Estados Unidos da América, da China e da Índia.

População numerosa e jovem com vocação para o e-commerce: De acordo com o IBGE, aproximadamente 133 milhões de brasileiros têm menos de 35 anos, representando cerca de 64% da população brasileira total. Segundo o Sebrae, os consumidores de 18 a 35 anos são o principal público-alvo do e-commerce nacional, representando mais de 43% do volume de vendas on-line no Brasil. O contínuo e rápido aumento da penetração do acesso à internet no Brasil, aliada a uma população ainda jovem, deve contribuir para estimular ainda mais o crescimento e o desenvolvimento do mercado de e-commerce no Brasil.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A ainda baixa penetração do e-commerce: O e-commerce está crescendo para se tornar o principal canal de vendas do varejo. Em 2017 o e-commerce brasileiro atingiu o percentual de penetração de 4,1%, significativamente abaixo dos níveis de outras economias, tais como a China (23,8%), Europa Ocidental (8,9%), Estados Unidos da América (8,9%), Japão (8,2%) e Índia (3,6%). Contudo, de acordo com dados da Euromonitor, este percentual deverá ser de 4,4% em 2018 com projeções para atingir 5.8% em 2021.

Resultados positivos no mercado de E-commerce brasileiro: De acordo com dados da E-Bit, desde 2011 o mercado brasileiro apresenta tendências positivas de crescimento com o volume de vendas crescendo a um CAGR de 16,9% entre 2011 e 2017, atingindo 111,2 milhões de pedidos realizados em 2017 e um total de vendas de R\$ 47,7 bilhões. Adicionalmente, seguindo a tendência de crescimento nos volumes, os tickets médios também cresceram entre 2011 e 2017 a um CAGR de 3,5%, chegando em R\$ 429 gastos em média por transação. Adicionalmente, o acesso pela população brasileira a mais de 83,5 milhões de cartões de créditos ativos, corroborando ainda mais para a expansão da participação do E-commerce brasileiro.

Aumento no acesso a dispositivos móveis e crescimento de sua participação nas compras on-line: Mudanças socioeconômicas associadas a uma redução nos custos de aquisição conduziram a um expressivo aumento nos números de dispositivos móveis existentes no Brasil, juntamente com a notável preferência dos consumidores por dispositivos móveis versus outros eletroeletrônicos pessoais, como desktops e notebooks. De acordo com o eMarketer, o número de smartphones no Brasil cresceu de 3,6 milhões em 2010 para 198 milhões em 2017, representando um CAGR de mais de 77,3%. Adicionalmente, à medida que a infraestrutura de telecomunicações no Brasil melhora continuamente, espera-se que o número de municípios com acesso às redes de internet 3G e 4G continue a crescer e superando os atuais níveis de penetração, de 94,5% e 71,9%, respectivamente. De acordo com dados da Teleco, em dezembro de 2017, havia cerca de 236,5 milhões de linhas ativas de celulares, número superior ao de habitantes do Brasil (209 milhões). Além disso, houve um forte crescimento na participação das compras virtuais via dispositivos móveis, que segundo a E-bit cresceu de 21,5% em 2016 para 27,3% em dezembro de 2017.

Engajamento da população brasileira na internet e nas mídias sociais: Segundo dados da We are Social, a população brasileira tem uma das taxas mundiais mais alta de tempo dedicado à internet, com uma média de 9:14 horas por dia (em comparação à 08:17 horas por dia no México, 06:30 horas nos Estados Unidos, 06:08 horas na Itália e 04:48 horas na França) e nas mídias sociais, com uma média de 03:39 horas por dia (comparado à 03:07 horas por dia no México, 02:01 horas nos Estados Unidos, 01:54 horas no Reino Unido e 01:22 horas na França). Ao dedicar mais de 9 horas diárias conectada à internet e às mídias sociais, acreditamos que a população brasileira possui importantes características para o contínuo desenvolvimento do setor de e-commerce no Brasil, aumentando também a penetração de vendas do setor no varejo vis-à-vis a economias mais maduras.

Hábitos do consumidor brasileiro e interação on-line/offline: Segundo pesquisas preliminares realizadas nos Estados Unidos, França e Índia, os preços de vendas no varejo on-line tendem a ser 10% menores do que aqueles do varejo físico, o que ajuda a fomentar o contínuo desenvolvendo do setor globalmente à medida que os consumidores buscam as melhores opções de compra. Adicionalmente, acreditamos que através de nosso mix único de lojas físicas, virtuais e canais de venda on-line estamos bem posicionados para atender tanto os consumidores que optam pelo “ROPO” (Research On-line/Purchase Offline) quando pelo “PORO” (Purchase On-line/Research Offline).

O advento da Internet das coisas: O crescente uso de produtos interconectados como Smart TVs, Smart Assistents, Smart Outlets, Smart Security Devices entre outros deverá impulsionar a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

demanda por produtos eletrodomésticos, uma de nossas principais linhas. Como consequência do aumento do uso de produtos interconectados haverá também uma constante e crescente geração de dados que necessitarão serem processados e analisados. Ferramentas de Big Data, como o nosso sistema BOB, deverão executar um papel crucial nesse novo ambiente. Espera-se que tais ferramentas sejam capazes de propiciar soluções inteligentes e eficazes para campanhas de marketing, análise de comportamento dos consumidores, gestão de estoques e gestão logística, aumentando a eficiência operacional e os volumes de venda.

Aprimoramento de plataformas *marketplace*: O desenvolvimento expressivo das plataformas *marketplace* no Brasil tem permitido um amplo acesso a uma gama significativamente maior de produtos versus as que são tradicionalmente ofertadas em lojas físicas, resultando em uma experiência de compra mais completa e efetiva para os consumidores. O que anteriormente precisava ser procurado em lojas físicas ou sites diferentes, atualmente pode ser comprado em um só lugar, consequentemente ocasionando um aumento no volume de compras, receitas e rentabilidade.

O segmento de eletrodomésticos e de eletrônicos representa uma grande oportunidade para o aumento de vendas nos canais de e-commerce. De acordo com o E-Bit, as vendas de eletrodomésticos, eletrônicos e bens de consumo duráveis via e-commerce foram classificadas como as de maior relevância no Brasil, representando 28,1% do volume total comercializado e 59,4% do total das vendas em 2017.

Visão geral do mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis

O mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis possui uma maior dependência do desempenho econômico, e sendo influenciado, principalmente, pela renda dos consumidores e pela disponibilidade de crédito. Na última década, o setor apresentou um perfil de forte crescimento, apoiado pela estabilização da economia brasileira, pela redução dos níveis de desemprego e pelo aumento dos salários reais.

No entanto, desde 2015, devido à deterioração das condições macroeconômicas, o setor tem sido adversamente impactado. Os anos de 2015 e 2016 foram muito desafiadores para o setor varejista brasileiro como um todo, que foi afetado, em particular, por eventos adversos à renda disponível dos consumidores, índices mais altos de desemprego (9,0% em 2015 e 12,0% em 2016), índices mais altos de inflação (10,7% em 2015 e 6,3% em 2016) e maiores taxas de juros (14,3% em 2015 e 13,8% em 2016).

Como consequência, de acordo com o IBGE e a Pesquisa Mensal de Comércio, o setor de varejo apresentou um crescimento nas vendas nominais de 3,2% e 4,5% em 2015 e 2016, respectivamente. Durante o mesmo período, o setor de móveis e eletrodomésticos apresentou uma queda de 11,8% e 7,5%.

Apesar das dificuldades observadas em anos anteriores, sinais recentes de estabilização e crescimento econômico foram identificados no ano de 2017. De acordo com dados do IBGE, a inflação nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2017 atingiu 2,9%, em comparação com 6,3% em 2016 e 10,7% em 2015. Ainda, as taxas de juros foram reduzidas de 14,3% em 2015, para 13,8% em 2016 e atingiram 7,0% em dezembro de 2017. A redução de juros contribuiu para amenizar o impacto de endividamento do consumidor, enquanto que, ao mesmo tempo, abre espaço para consumo impulsionado pelo crédito. Desse modo, a gradual melhora no cenário macroeconômico brasileiro deverá sustentar a reversão das tendências negativas dos anos anteriores no varejo. Além disso, em 2017, observou-se um ponto de inflexão nos níveis de confiança dos consumidores, que mostraram um aumento de 75,6% em dezembro de 2016 para 89,2% em dezembro de 2017. Como consequência da melhora no cenário econômico, de acordo

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

com o IBGE e a Pesquisa Mensal do Comércio em dezembro de 2017, as vendas de móveis e eletrodomésticos voltaram a crescer, apresentando resultado positivo de 7,7% no ano, superior ao crescimento do setor que ficou em 2,2% para o mesmo período.

Ademais, ainda existe no setor varejista brasileiro um significativo nível de informalidade. Entretanto, acreditamos que tal informalidade tem sido gradualmente combatida pelo Governo, à medida que meios de monitoramento eficientes e informatizados, tais como o Recibo Eletrônico, são adotados e implementados em todas as áreas comerciais.

Entendemos também que a regulação da substituição tributária na cobrança do ICMS contribui para redução da evasão fiscal e as consequentes operações de informalidade ao longo de toda a cadeia de suprimentos até o cliente final. Neste cenário, as empresas que têm sua rentabilidade dependente da informalidade poderão ser penalizadas e ter suas operações enfraquecidas, dando espaço para um significativo movimento de reconfiguração do setor, no qual os consolidadores serão os players melhor estruturados em termos de capacidade de gestão, governança e *compliance*, e estrutura de capital.

Dinâmica competitiva

Em função da crise econômica dos últimos anos, a maioria das empresas estão buscando preservar sua rentabilidade, adotando políticas de preço mais racionais. Nesse sentido, ficamos mais competitivos, pois sempre adotamos uma estratégia de crescimento com lucro sustentável. Além disso, pequenas e médias empresas continuam enfrentando dificuldades relacionadas à abastecimento e crédito para financiamento de seus clientes, favorecendo um cenário de consolidação no setor, onde as empresas maiores e mais preparadas ganham participação de mercado, o que acreditamos ser o nosso caso.

Os principais competidores da Companhia são: Mercado Livre, B2W, Via Varejo, Máquina de Vendas, Walmart, Carrefour, entre outros.

(d) eventual sazonalidade

O varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como a liquidação fantástica, no 1º trimestre, o Dia das Mães, no 2º trimestre, e a Black Friday e o Natal, no 4º trimestre. Entretanto, essa sazonalidade pode também ser influenciada por campanhas de marketing e promoções específicas realizadas pela Companhia. A tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita bruta:

Participação Trimestral												
(% da receita bruta do ano)	1T17	2T17	3T17	4T17	1T16	2T16	3T16	4T16	1T15	2T15	3T15	4T15
Receita Bruta	23,4%	22,5%	24,1%	30,2%	24,0%	22,5%	23,7%	29,8%	25,3%	23,3%	23,2%	28,3%

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

Não possuímos processo de produção e, portanto, não trabalhamos com insumos e matérias primas.

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas atividades de varejo não são reguladas.

(i) *Regulamentação para o Funcionamento da Luizacred*

Nos termos do artigo 2º do Regulamento Anexo I da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”) nº 4.122, de 2 de agosto 2012, conforme alterada (“**Resolução nº 4.122/12**”), o funcionamento de uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“**SCFI**”) no Brasil depende: (i) da constituição da SCFI em conformidade com as normas legais e regulamentação aplicáveis; e (ii) da autorização para funcionamento da SCFI pelo BACEN.

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, conforme alterada (“**Resolução nº 2.099/94**”), uma SCFI deverá observar, de forma permanente, o limite mínimo de capital integralizado e de patrimônio líquido de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais). Ainda, nos termos do artigo 1º do Regulamento Anexo II da Resolução nº 4.122/12, a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais de uma SCFI são privativos de pessoas cuja eleição ou nomeação tenha sido aceita pelo BACEN, a quem compete analisar os respectivos processos e tomar as decisões que considerar convenientes ao interesse público. A eleição ou a nomeação de membros de órgãos estatutários ou contratuais deve ser submetida à aprovação do BACEN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência, devidamente instruída com a documentação definida pelo BACEN, observados os demais requisitos previstos na Resolução nº 4.122/12.

A Luizacred obteve sua licença para funcionamento em 2001 e desde então registra um bom histórico de relacionamento com o BACEN.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 34, inciso II da Circular Bacen, 3.885/18, a Luizacred está dispensada de obtenção de autorização para funcionar como emissor de instrumento pós pago, tendo em vista sua classificação de SCFI.

(ii) *Regulamentação para o Funcionamento da Luizaseg*

Os setores de seguros e previdência complementar no Brasil estão sujeitos a abrangente regulamentação. O Sistema Nacional de Seguros Privados, criado pelo Decreto-Lei nº 73/66, é composto (i) pelo CNSP, (ii) pela SUSEP, (iii) pelas companhias de seguros e entidades de previdência complementar que foram devidamente autorizadas a realizar negócios no mercado local, (iv) pelas companhias de resseguro (incluindo o IRB-Brasil) e (v) pelos corretores de seguros devidamente registrados.

No Brasil, a regulamentação das atividades de seguro e de previdência complementar é realizada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Subordinado ao Ministério da Fazenda, compete ao CNSP (i) fixar as diretrizes e políticas gerais aplicáveis às entidades que fazem parte do Sistema Nacional de Seguros Privados, (ii) regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização destas sociedades e (iii) estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas sociedades de previdência complementar e de seguros. O CNSP é composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério da

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Seguridade Social, Banco Central, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, CVM e pelo superintendente da SUSEP.

A SUSEP é uma autarquia encarregada da implementação e condução das políticas estabelecidas pelo CNSP e da supervisão dos ramos de seguro e previdência complementar. A SUSEP não regulamenta nem supervisiona (i) as entidades de previdência complementar fechadas que são reguladas pela PREVIC nem (ii) as operadoras de planos privados de assistência à saúde que são reguladas pela ANS.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 126/07, o CNSP e a SUSEP passaram a ser responsáveis também pela regulação do mercado brasileiro de resseguro.

Além disso, o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP é um órgão governamental sob a supervisão do Ministério da Fazenda, responsável pela revisão das decisões tomadas pela SUSEP. Esse órgão revê em segunda instância as decisões proferidas pela SUSEP. As decisões administrativas do CRSNSP são definitivas e vinculantes em relação às partes sujeitas à sua jurisdição.

A Luizaseg possui todas as licenças regulatórias para funcionamento e desde sua constituição em 2005 registra um bom histórico de relacionamento com a administração pública.

(iii) Regulamentação Estatal para o Funcionamento do Consórcio Luiza

O Banco Central é o órgão responsável pela normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades do sistema de consórcios, conforme poderes que lhe foram conferidos pelo art. 6º, da Lei nº 11.795/08.

O Consórcio é a reunião de pessoas naturais e/ou jurídicas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, promovida por administradora de consórcio, com a finalidade de propiciar a seus integrantes, de forma isonômica, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. O contrato de participação em grupo de consórcio, por adesão, poderá ter como referência bem móvel, imóvel ou serviço de qualquer natureza. Todos os grupos da administradora são independentes. Recursos de um grupo não podem ser transferidos para outro, nem se confundem com o patrimônio da administradora.

Também compete ao Banco Central conceder autorização para constituição e funcionamento de uma administradora de consórcios, além de fiscalizar as administradoras e as operações de consórcio, bem como os atos de seus administradores.

As administradoras de consórcio devem remeter periodicamente ao Banco Central informações contábeis e não-contábeis sobre as operações de consórcio.

De autoria do Poder Legislativo, em 8 de outubro de 2008 foi promulgada a Lei nº 11.795, que “dispõe sobre o Sistema de Consórcio”, a qual entrou em vigor em 6 de fevereiro de 2009, constituindo assim, um marco e conquista do sistema de consórcio. Ela define, dentre outros assuntos, que (i) os interesses do grupo prevalecem sobre o interesse individual do consorciado; (ii) o grupo de consórcio é autônomo em relação aos demais e possui patrimônio próprio, que não se confunde com o de outro grupo, nem como o da própria administradora; (iii) os recursos dos grupos serão contabilizados separadamente; (iv) estabelece regras para a responsabilização e punição dos gestores das administradoras de consórcio; (v) as garantias que serão exigidas dos consorciados contemplados; (vi) a devolução ao consorciado excluído; (vii) define as penalidades a serem impostas aos administradores em caso de cometimento de infrações.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A constituição e o funcionamento de grupos de consórcio são regulamentados pela Circular nº 3.432/09, do Banco Central do Brasil, a qual dispõe sobre (i) os requisitos mínimos que deverão constar na proposta de participação em grupo de consórcio; (ii) as garantias que serão exigidas dos contemplados, observando-se o segmento; (iii) a aplicação dos recursos do grupo; (iv) as normas de constituição do grupo, quantidade de participantes e limite de cotas por participante; (v) as formas de contemplação e utilização do crédito; (vi) dissolução do grupo; (vii) realização de assembleias.

O Consórcio Luiza obteve sua licença para funcionamento em 1992 e desde então registra um bom histórico de relacionamento com o BACEN.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Ainda que nossas atividades não causem impactos negativos significativos ao meio ambiente, temos desenvolvido políticas e práticas de preservação e conscientização em relação aos recursos naturais ao longo dos anos. Para maiores informações a respeito da política socioambiental da Companhia e das medidas de proteção ambiental adotadas, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

Até a data deste Formulário de Referência, não havíamos aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

(i) Responsabilização Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são “diversas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

(ii) Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental.

De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R\$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; e restritiva de direitos.

(iii) Responsabilidade Civil

A responsabilização civil objetiva por danos causados ao meio ambiente e a terceiros está prevista nos artigos 3º, 10 e 14 da Lei Federal nº 6.938/1981, bem como no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A caracterização da responsabilidade civil ambiental como objetiva significa que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão sua gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) ou dolo do agente. Desta maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, em princípio, ao responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.938/1981).

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.938/1981). De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Dessa forma, a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço em nossos estabelecimentos, incluindo, por exemplo, a destinação final de resíduos sólidos, não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

(iv) Responsabilidade Criminal

Caso as autoridades competentes comprovem a operação sem as devidas licenças ambientais, poderemos estar sujeitos ao crime ambiental previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 9.605/1998 ("**Lei de Crimes Ambientais**"), punível com pena de detenção dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A Lei de Crimes Ambientais prevê, ainda, outros tipos penais como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida, sujeitos a sanções penais, tais como: (a) a suspensão total ou parcial de atividades do respectivo empreendimento; (b) a perda de benefícios e incentivos fiscais, a suspensão de financiamentos e proibição para contratar com a administração pública; e (c) o aprisionamento dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários, e concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ou INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Somos titulares, em nome próprio ou de nossas subsidiárias, de marcas registradas junto ao INPI e de pedidos de registro de marca, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades, nas formas nominativas e mista, incluindo “Magazine Luiza” e “Luizacred”. Ainda somos titulares de diversos nomes de domínio, entre eles magazineluiza.com.br.

Nossa marca “Magazine Luiza” é nacionalmente reconhecida. Na hipótese de perda de tal marca, acreditamos que nossas atividades seriam afetadas de maneira adversa.

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferes receitas no exterior.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferes receitas no exterior.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferes receitas no exterior.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Todas as informações sobre ações e práticas sociais e ambientais em que a Companhia está engajada serão divulgadas em nosso Relato Integrado 2017.

Práticas sociais

Além do cuidado com nossos colaboradores, ainda adotamos uma política clara de valorização da diversidade, traduzida em programas específicos, como o de inclusão de pessoas com deficiência, de contratação de jovens aprendizes e trainees, e atendimento diferenciado para as mulheres que querem crescer na empresa. Todas as unidades da empresa estão inseridas na comunidade onde atuam, e apoiam inúmeros projetos sociais, culturais e comunitários, dentre os quais destacamos:

Projetos Patrocinados – Sociais, Culturais e de Saúde

O Magazine Luiza investe em projetos sociais por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) para destinar recursos a instituições voltadas à prevenção e ao combate ao câncer e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD). Todos os projetos são analisados e avaliados com base na aderência aos focos de investimento do Magazine Luiza e na relação de custo e impacto sociocultural com os interesses do Magazine Luiza. Em 2017, por meio das leis de incentivo, o Magazine Luiza apoiou 22 projetos socioculturais, como o projeto Cia Ballet de Cegos (AFB) hoje atende mais de 300 alunas de várias idades, em sua maioria deficiente visual. O Magazine Luiza patrocina o projeto "Orquestra de Sinfônica Heliópolis do Instituto Baccareli, desde 2012 que, além dos tradicionais concertos sinfônicos, apresentou projetos inovadores como o longa metragem "Tudo que Aprendemos Juntos". Na área da saúde, destinamos recursos através do Fundo Municipal do Idoso ao Conselho Municipal do Idoso de Barretos (Hospital do Câncer de Barretos) e de Pindamonhangaba (Lar do Idoso Irmã Terezinha), que deverá investir em quatro projetos voltado a saúde e socioeducativos atendendo no total de 1.450 idosos nesses municípios.

A solidariedade também é um dos nossos valores mais fortes. Por isso, são frequentes o apoio a diversas ações, eventos culturais e esportivos e sociais que contribuem para a integração e valorização da cultura regional. Cada unidade é estimulada a promover ações voluntárias, campanhas de vacinação, arrecadação de alimentos e agasalhos, e apoio a eventos típicos locais. Os gerentes recebem recursos específicos para apoiar eventos comunitários e participar ativamente das campanhas e mobilizações em prol da saúde e assistência aos menos favorecidos. O conjunto de ações é revelado na Rede do Bem, uma comunidade virtual interna que divulga e fomenta o voluntariado, o qual detalhamos abaixo:

Programa de incentivo ao voluntariado: Rede do Bem

Através do projeto Rede do Bem, criado em 2010, os colaboradores são incentivados a se engajarem em ações sociais que beneficiem as pessoas de baixa renda e levem melhorias à cidade ou bairro em que vivem. Com mais de 200 ações já cadastradas, e mais de 600 colaboradores envolvidos, a Rede do Bem utiliza o mesmo conceito das redes sociais, ou seja, são os próprios colaboradores que dão vida ao programa por meio da publicação das ações realizadas nas suas comunidades. É possível, também, dar sugestões e indicar ações voluntárias no espaço de comentários. Todas as ações também são divulgadas na Rádio Luiza e na TV Luiza para dar mais visibilidade ao projeto e estimular a multiplicação dos exemplos de solidariedade entre os colaboradores.

7.8 - Políticas socioambientais

Em Franca, onde fica a sede administrativa, a empresa apoia as ONGs Franca Viva, especialmente o projeto de formação de crianças e adolescentes em Informática, no projeto de inclusão digital; a Secos e Não Molhados, que distribui fraldas descartáveis para idosos, e o Instituto Pró-Criança, que tem como causa o combate ao trabalho infantil nas indústrias de calçados. A empresa apoia também o Hospital do Câncer, realizando constantes mobilizações entre seus colaboradores que voluntariamente participam na aquisição de rifas e camisetas, cujos recursos arrecadados são direcionados a manutenção do próprio hospital.

Práticas ambientais

Dentre as medidas de proteção do meio ambiente implementadas em nossas atividades, adotamos recipientes de coleta seletiva de lixo em nossos escritórios e centros de distribuição, utilizamos papel reciclado e desenvolvemos campanhas de conscientização.

O Centro de Distribuição Bandeirantes é um exemplo de nossas iniciativas de preservação de recursos naturais, pois foi projetado para grande aproveitamento da iluminação natural, reduzindo o consumo de energia e também para o aproveitamento da água da chuva, contribuição para a redução do consumo de água tratada, e possui certificação de responsabilidade ambiental emitida pela CETESB por cumprir com os procedimentos necessários para a destinação final ambientalmente correta dos pneus inservíveis, em conformidade com o disposto na Resolução nº 416/2009 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Como uma maneira de oficializar e divulgar ainda mais nosso comprometimento com valores de sustentabilidade, preservação ambiental e dos direitos humanos, todos os nossos contratos com fornecedores, firmados a partir de 2010, passaram a conter a seguinte cláusula: “Da Responsabilidade Social e Ambiental - O Magazine Luiza defende o cumprimento da legislação, a preservação do meio ambiente, o respeito às pessoas e aos direitos humanos. A empresa se posiciona firmemente contrária a práticas de desmatamento de áreas embargadas ou de proteção ambiental, assim como é contra a utilização de trabalhadores em condições indignas e/ou ilegais, e também é contra a utilização de mão de obra infantil, práticas de preconceito, assédio moral e assédio sexual. O Magazine Luiza explicita que seus fornecedores e parceiros empresas devem comungar destas convicções e adotar práticas contra a degradação do meio ambiente e do ser humano. Caso haja evidências de práticas contrárias a estas premissas, o Magazine Luiza romperá os acordos e compromissos comerciais com as empresas até que elas revejam sua posição e redirecionem suas atitudes”.

Ainda, vale destacar que a Companhia está desenvolvendo uma política de responsabilidade socioambiental, a qual contribuirá para a melhoria dos projetos de sustentabilidade.

(b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

A elaboração do Relato Integrado segue os princípios do International Integrated Reporting Council (IIRC) e cumpre os requisitos para a opção Essencial da versão G4 das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), principal referência mundial no relato da sustentabilidade.

(c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Apesar de não serem auditadas ou revisadas por entidades independentes, as informações passam por um rigoroso processo interno entre as áreas até chegar à aprovação final para a sua publicação.

(d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

No site de Relações com Investidores: www.magazineluiza.com.br/ri

7.8 - Políticas socioambientais

Relato Integrado – Relatório Anual e de Sustentabilidade

Em 2016, o Magazine Luiza publicou o seu Relato Integrado 2015, que segue as diretrizes G4 da Global Reporting Initiative (GRI) e também toma como referência a metodologia do relato integrado, criado com base na proposta do Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC). O Relato Integrado 2016 foi publicado no primeiro semestre de 2017, o qual foi pautado pelas diretrizes do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e do *Global Reporting Initiative* (GRI). Em 2018 foi publicado o Relato Integrado de 2017, mantendo a mesma metodologia utilizada no relato anterior. A publicação está em linha com nossos Valores, Princípios e Cultura, trazendo maior transparência e fortalecendo a comunicação com o mercado, colaboradores e todos os nossos stakeholders. Todos os Relatórios podem ser acessados no site de Relações com Investidores.

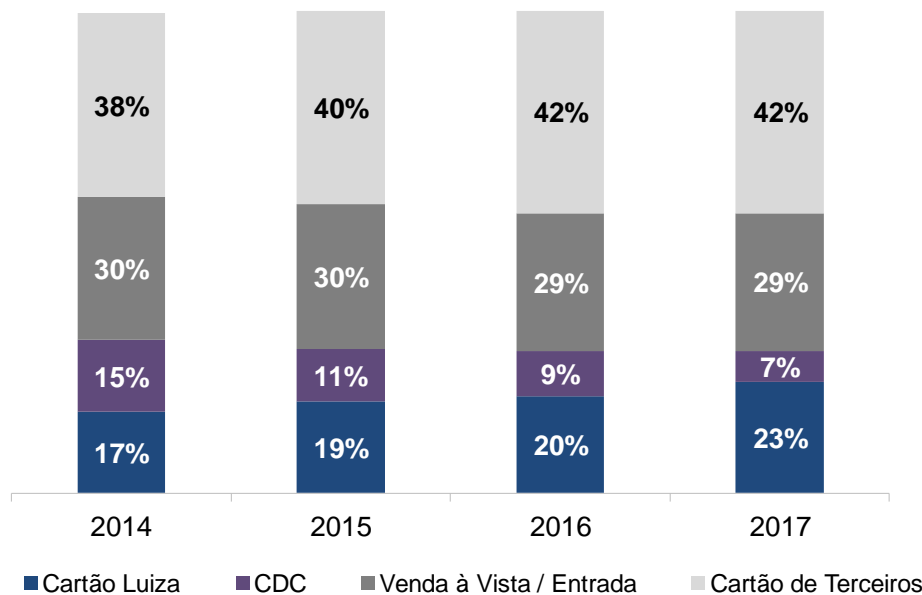
7.9 - Outras informações relevantes

Seguros

A contratação de seguros é compatível com a natureza de nossas atividades e com os riscos envolvidos em nossas operações e com os padrões do setor econômico em que atuamos. Nossos seguros refletem as condições usuais de mercado e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados por nossa Administração. Contratamos apólices de seguros de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), Riscos diversos - estoques e imobilizado - e veículos. A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$2.482 milhões.

Formas de Pagamento

Nossos clientes têm à sua disposição uma grande variedade de formas de pagamentos, como cartões de crédito, cartões de débito, cheque, dinheiro e crédito direto ao consumidor. A participação de cada meio de pagamento em nossa receita total bruta é ilustrada abaixo:



Uma das formas de pagamentos para compras dos nossos produtos é o Cartão Luiza e o CDC (Crédito Direto ao Consumidor), que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 representaram conjuntamente 30% das nossas vendas. Em comparação, na mesma data, as outras formas de pagamento: venda à vista / entradas e cartão de terceiros representaram 29% e 42%, respectivamente, do valor total de vendas.

Vale destacar que os indicadores de inadimplência da Luizacred continuam melhorando. Devido a uma política de crédito mais conservadora. A carteira vencida acima de 90 dias atingiu 7,4% da carteira total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 2,1 p.p. em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 (9,5%).

7.9 - Outras informações relevantes

Operações Financeiras

Em 2001, a Luizacred foi criada, em parceria com o Itaú Unibanco, para deter a exclusividade dos direitos de comercialização de produtos e serviços financeiros para a nossa base de clientes. Como detemos 50% da participação da Luizacred, beneficiamo-nos de 50% dos lucros e perdas associados a suas operações, e beneficiamo-nos do conhecimento e experiência do Itaú Unibanco em matéria de aprovação de crédito.

Na Luizacred, o principal papel do Magazine Luiza é a gestão dos colaboradores e o atendimento dos clientes, ao passo que o Itaú Unibanco é responsável pelo funding da Luizacred, elaboração das políticas de crédito e cobrança e atividades de suporte como contabilidade e tesouraria.

Operações de Seguros

Em 2005 foi criada a Luizaseg em parceria com a Cardif, como forma de ampliar o leque de produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes. Além de Garantia Estendida para móveis e eletrodomésticos, oferecemos aos nossos clientes o Troca Certa (onde garantimos a troca do produto com defeito até o limite do valor segurado) além de outros seguros individuais tais como Seguro Prestamista (garante o pagamento de prestações de financiamento), seguro de vida, hospitalar, assistência médica, entre outros.

Administração de Consórcios

O Consórcio Luiza está em operação desde 1992, com o objetivo de financiar nossos clientes na aquisição de eletrodomésticos. Atualmente operamos em diversos segmentos de produtos, desde veículos (como automóveis, motos, etc.), eletrodomésticos, serviços (viagens, material de construção, pós-graduação) e imóveis.

Oferecemos consórcios em todas as nossas lojas e operamos com funcionários próprios e através de representantes comerciais. Além disso, a venda de produtos de consórcios pode ser realizada por qualquer funcionário do Magazine Luiza, bastando para isso solicitar acesso ao sistema de vendas.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

Os ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes estão descritos a seguir.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações relativas ao item 9.1.a foram prestadas no item 9.2 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Magazine Luiza.com – nº 822210819, classe 42	Registro válido até 29/05/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza - nº902271091 classe 07	Registro válido até 12/12/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine.com – nº 822491770, classe 38	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza – Vem Ser Feliz – nº 827192452 , cl 35, 827192460 , cl 20 e 827192479 , cl 09	Pedido de registro indeferido	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazineluiza – nº 901356360, classe 28	Registro válido até 07/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Lu Vendedora Virtual– nº902072323, 902072609, classes 09 e 11	Registro válido até 14/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Consórcio Nacional Luiza – nº 818197951, classe 40:16	Registro válido até 25/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Consórcioluiza – nº 828982635, classe 36	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Cartão Luiza – nº 824629310, classe 36	Registro válido até 02/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Lu Vendedora Virtual – n.º902207610, classe 28.	Registro válido até 09/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Lu Vendedora Virtual – nº902141570, classe 21	Registro válido até 31/12/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza - nº 812376307, classe 28:10	Registro válido até 08/12/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza – nº 812376315, classe 20:10	Registro válido até 27/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Lu Vendedora Virtual – n.º902072277, classe 07.	Registro válido até 18/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Lu Vendedora Virtual – n.º902072668, classe 21	Registro válido até 18/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Clube da Lu - n.º 905721187, classe 35	Registro válido até 17/11/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Quero de casamento - n.º 906573165, classe 35	Registro válido até 03/05/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luizacred – n.º 824629337, classe 36	Registro válido até 10/11/2019	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luizaseg – n.º 827986785	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magalu – Vem Ser Feliz - n.ºs 911418741 (03); 911418750 (07); 911418776 (09); 911418784 (11);	10 anos a partir do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Época Cosméticos – n.ºs 822449749; 824684397; 824684389	Registro válido até 08/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima. (As marcas foram cedidas à Campos Floridos, mas a referida cessão ainda está sob análise do INPI)	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	magazineluiza.com.br	Registro válido até 06/10/2020	A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Luiza – nº823054241, classe36	Registro válido até 14/07/2019	De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Assim, os pedidos de registro podem ser indeferidos pelo INPI. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada com o pagamento periódico de retribuições ao INPI.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiro de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Luiza nº 816996601, classe 40:16	Registro válido até 16/06/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Você n.º 913899330 classe 35; 913899356 classe 38; e 913899380 classe 42	10 anos após data do registro	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza Você – n.º 903751240, classe 35	Registro válido até 19/08/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazineluiza – nº 901356280, 901354929, 901355046, 901355879, 901355364, 901355712, 901356476	Registro válido até 06/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 902271253, 902271580 e 902271709, classes 11,12 e 21	Registro válido até 27/11/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza – nº 821279483, classes 09:35 – 55 - 80	Registro válido até 03/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza – nº 822238195, classe 35	Registro válido até 25/07/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 816772592, classe 20:15 – 20 - 25	Registro válido até 08/03/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Luiza – nº 816772584, classe 18:10	Registro válido até 24/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 817072152, classe 09:05 – 40 - 50	Registro válido até 09/03/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 817264655, classe –40 - 15	Registro válido até 30/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 820259217 (classe 09:35 – 55 - 80) e 821279459 (classe 09:35 – 55 - 80)	Registro válido até 03/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Luiza – nº 822238209, classe 35	Registro válido até 25/07/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Magazine Luiza.com – nº 822210800, classe 38	Registro válido até 13/06/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Campos Flóridos Comércio de Cosméticos Ltda.	01.239.313/0001-60	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	8,510000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	46.577.193,48		
31/12/2016	14,600000	0,000000	0,00					
31/12/2015	27,860000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Campos Flóridos (Época Cosméticos) supre as vendas de comércio eletrônico de itens de perfumaria e cosméticos.								
Donatelo Desenvolvimento de Software e Marketing Digital LTDA ME	20.291.912/0001-77	-	Controlada	Brasil	MG	Itajubá	Desenvolvimento de software e marketing digital.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	2.131.660,34		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Donatelo (Integra Commerce) é fundamental para a estratégia de crescimento do marketplace.								
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.	60.250.776/0001-91	-	Controlada	Brasil	SP	Franca	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos.	99,970000
				Valor mercado				
31/12/2017	23,750000	0,000000	1.447.594,18	Valor contábil	31/12/2017	29.821.320,59		
31/12/2016	23,900000	0,000000	1.230.996,35					
31/12/2015	25,500000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Luiza Administradora de Consórcios fomenta o aumento de vendas por meio dos consórcios de eletro e móveis, além de consolidar a marca através de outros produtos ofertados (consórcio de imóveis e veículos).								
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Sociedades de crédito, financiamento e investimento – financeiras.	50,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2017	6,570000	0,000000	47.546.528,33	Valor contábil	31/12/2017	293.573.492,16		
31/12/2016	-2,180000	0,000000	58.173.409,77					
31/12/2015	0,380000	0,000000	61.665.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Luizacred suporta e viabiliza a maior parte das operações de crédito junto aos nossos clientes.								
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Seguros não-vida.	50,000000
Valor mercado								
31/12/2017	3,160000	0,000000	11.380.086,62	Valor contábil	31/12/2017	17.773.879,57		
31/12/2016	15,870000	0,000000	12.718.920,34					
31/12/2015	-133,300000	0,000000	9.233.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Luizaseg suporta e viabiliza a maior parte das operações de seguros vendidos aos nossos clientes.								

9.2 - Outras informações relevantes

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de Localização	UF de Localização	Município De Localização	Tipo de propriedade
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Batatais	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Espirito Santo Do Pinhal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Rio Claro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Corumbá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Cascavel	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Maringá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	GO	Rio Verde	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Apucarana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mogi Mirim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Cravinhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Bebedouro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Caxias Do Sul	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	RS	Caxias Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Santo Antônio Do Sudoeste	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Lages	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Descalvado	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	São Gabriel	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Vargem Grande Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	São Marcos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Bento Goncalves	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Veranópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Sapiranga	Alugada
Escritório (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Manuel	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ibaté	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Bariri	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Agudos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Santa Rita Do Sapucaí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Divinolândia	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Dois Córregos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Caçador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Pouso Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Sombrio	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Betim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Itaúna	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Tatuí	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	PR	Ibiporã	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Jaguariúna	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Lavras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pedregulho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Ibiá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Sacramento	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	São Gotardo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Wenceslau Braz	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Passo Fundo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Fernandópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ibitinga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ourinhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Birigui	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Carazinho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Itaporanga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Nova Serrana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Viamão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Umuarama	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Osvaldo Cruz	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	SP	Louveira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Jaboticabal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Cachoeirinha	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Gravataí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Gravataí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Alvorada	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Sarandi	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	São Miguel Do Oeste	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Guaíba	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Esteio	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Parobé	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Bento Goncalves	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	São Leopoldo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Flores Da Cunha	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Sapucaia Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Vacaria	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Camaquã	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Rio Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Santa Maria	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Santa Maria	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Itajaí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Brusque	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Cianorte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mococa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Juiz De Fora	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Joaquim Da Barra	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pindamonhangaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Piumhi	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Jau	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Tijucas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Sertãozinho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Dourados	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Aquidauana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Paulínia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Xaxim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Itapema	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Sete Lagoas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Araxá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mogi Guaçu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Jacareí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Valinhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Formiga	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Penápolis	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Jales	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Andradina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pirassununga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Cocal Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Braço Do Norte	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Jaraguá Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Marília	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	São Sebastiao Do Paraiso	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Paracatu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Janaúba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Itabirito	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Ribeirão Das Neves	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Juiz De Fora	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Lagoa Santa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Cruz Alta	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Cajuru	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Botucatu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Itabira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Jose Dos Campos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Canoas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Tramandaí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Maringá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santa Cruz Das Palmeiras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Araucária	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Jardinópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Barracão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Concordia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Santa Rosa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Itaú De Minas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	São Leopoldo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itapira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Sumaré	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Araraquara	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Jandira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Roque	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Jaguaruna	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Divinópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Chapeco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Jaraguá Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Içara	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Joao Da Boa Vista	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Orleans	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Navegantes	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Conselheiro Lafaiete	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Joao Pinheiro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Ponte Nova	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Boa Esperança	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Tubarão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Patrocínio	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	General Carneiro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Morro Da Fumaça	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Palhoça	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	São Jose	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Itajaí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Montes Claros	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Imbituba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Balneário Camboriú	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Lages	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Criciúma	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Palhoça	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Garopaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Biguaçu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	São Francisco Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Três Lagoas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Nova Andradina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itapetininga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Altinópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pedreira	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	SP	Louveira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Cassia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Capão Da Canoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Marília	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Tupã	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Araçatuba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Bauru	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Maravilha	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Palmas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Pelotas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Araguari	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Araras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Ipatinga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Barra Bonita	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Caxias Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Jose Do Rio Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Santo Ângelo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Francisco Beltrão	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Braganca Paulista	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Lagoa Da Prata	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Igarapava	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Matão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Passos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Jose Do Rio Pardo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Araraquara	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Foz Do Iguaçu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Presidente Venceslau	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Paranaíba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Paraguaçu Paulista	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	São Jose	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pederneiras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Boituva	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Nova Odessa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Ituiutaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Manhuaçu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Viamão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Pedro Leopoldo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Barbacena	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Joao Monlevade	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Campo Mourão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santa Rosa De Viterbo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Videira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Andradas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Tanabi	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Atibaia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Monte Carmelo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Poços De Caldas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	São Joao Del Rei	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Poços De Caldas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Cataguases	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Loanda	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Promissão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Monte Aprazível	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	José Bonifácio	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Américo Brasiliense	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Barretos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Governador Valadares	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Olímpia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Caratinga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Campos Novos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Governador Valadares	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Limeira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Vinhedo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Canela	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Bauru	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Xanxerê	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Santo Antônio Da Platina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Catanduva	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Jose Do Rio Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Caraguatatuba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itararé	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Farroupilha	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Caxias Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Caxias Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Jose Do Rio Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Muriae	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Ibiporã	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	GO	Itumbiara	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Osório	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Avaré	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Varginha	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Itajubá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Cornélio Procópio	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Alfenas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santa Fe Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Carlos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Patos De Minas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Salto	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Assis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Pato Branco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Dourados	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Jacarezinho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santa Barbara Doeste	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Dracena	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Rosana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itápolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Lins	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Aguai	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	São Joaquim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Americana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Capinzal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Guarapuava	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Colombo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Miguelópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Santa Cruz Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santa Rita Do Passa Quatro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Porto Ferreira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ituverava	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guaira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Casa Branca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Orlândia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	GO	Caldas Novas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Votuporanga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Fazenda Rio Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Brodowski	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pereira Barreto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	São Lourenco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	GO	Catalão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Indaiatuba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Araranguá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Campo Belo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Guaxupé	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Ponta Grossa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Santa Luzia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Barrinha	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Machado	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Jose Dos Campos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Garça	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Morro Agudo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guara	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Vespasiano	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Navarai	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	São Jose	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pitangueiras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Ponta Porã	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Arapongas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Taquaritinga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Amparo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Porto Feliz	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Laguna	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Fraiburgo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Taubaté	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Erechim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Santo Amaro Da Imperatriz	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Joaçaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Arcos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Capivari	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Teófilo Otoni	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Frederico Westphalen	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Uba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Ijuí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Passo Fundo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Três Corações	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Mafra	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	São Jose Dos Pinhais	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itatiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Monte Alto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Lorena	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ubatuba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Toledo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Presidente Epitácio	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Maringá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Três Pontas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Pinhalzinho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Novo Horizonte	Alugada
Cross Docking (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Leme	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MA	Timon	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MA	Bacabal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MA	Codó	Alugada
Escritório (Benfeitorias)	Brasil	SP	Franca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Canindé	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Cascavel	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Pacajus	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Pedras De Fogo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	São Miguel Dos Campos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Coruripe	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Macaíba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Pesqueira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Serra Talhada	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Santo Estevão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Maranguape	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Olinda	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Uruguaiana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Santana Do Livramento	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Canindé De São Francisco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santo André	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Nepomuceno	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Bambui	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Paranaguá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Peruíbe	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Salgueiro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Castro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Registro	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Extrema	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Cambui	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Paulista	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Rancharia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mairipora	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santo Antonio De Posse	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Martinópolis	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	PB	Alhandra	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Bom Jesus Da Lapa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Juazeiro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Tianguá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Cosmopolis	Alugada
Cross Docking (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Garanhuns	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pontal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Regente Feijó	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pirapozinho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Arapoti	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Itaberaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Nossa Senhora Do Socorro	Alugada
Escritório (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Alagoinhas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Maringá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Natal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Ilhéus	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Hortolândia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Penedo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Ivaipora	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Cachoeira Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Aracati	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Catanduva	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Cambara	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MA	Caxias	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Natal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Natal	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Natal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Mossoró	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Natal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Parnamirim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Natal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Goioerê	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Maracanaú	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Monte Azul Paulista	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Campo Formoso	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Timbó	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Caruaru	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Sete Lagoas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Conceição Das Alagoas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Pompéu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Telêmaco Borba	Alugada
Cross Docking (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Bernardo Do Campo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Brumadinho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Juatuba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Jacutinga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Assu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Crateus	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Ubiratã	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Montenegro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Ilhéus	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Itabuna	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Itabuna	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Itabuna	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Vitória Da Conquista	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Mossoró	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Mossoró	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guararema	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Teodoro Sampaio	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Maracaju	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Abaeté	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Itamaraju	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Bayeux	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Camaragibe	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Jaboatão Guararapes	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Barreiros	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Igarassu	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	SC	Navegantes	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guararapes	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Viçosa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Marechal Candido Rondon	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Cascavel	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Piraju	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Cabo De Santo Agostinho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Praia Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	São Jose	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Canoinhas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Lauro De Freitas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Indaial	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Piraquara	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Pinhais	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	São Mateus Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Natal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Betim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Olinda	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Nova Esperança	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Bastos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	São Lourenço Da Mata	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Mamanguape	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Abreu E Lima	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Limoeiro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Vitoria De Santo Antão	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Cajazeiras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Patos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Pombal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Sousa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mauá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Aparecida Do Taboado	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Cruzeiro Do Oeste	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Jaguariaiva	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Marialva	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Poa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Natal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Chopinzinho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Feira De Santana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Petrolina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Campina Grande	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Nova Londrina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Matelândia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Clevelândia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Dois Vizinhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Ibaiti	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Paiçandu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Matinhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Lapa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Bandeirantes	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Santa Helena	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Palotina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ilha Solteira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Curvelo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Lucélia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Irati	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Francisco Morato	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Santa Rita	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Cabedelo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Almirante Tamandaré	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Ponta Grossa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Ouro Fino	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Praia Grande	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Bernardo Do Campo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Cruzeiro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Vicente	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Candeias	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Santo Amaro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PI	Piripiri	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Rolândia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Diadema	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Poços De Caldas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mogi Das Cruzes	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	União Da Vitória	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Surubim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Jaboatão Guararapes	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PI	Teresina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Juazeiro Do Norte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Claudio	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Caetano Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Barreiras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Santana Do Ipanema	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Campo Largo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Itabaiana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Luís Eduardo Magalhães	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Paulo Afonso	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarujá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Cruz Das Almas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Belo Jardim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Ouricuri	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Conceição Do Coite	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Santo Antônio De Jesus	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Juazeiro Do Norte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Gravatá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Caicó	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mogi Das Cruzes	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Colorado	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Arapiraca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Jaguaquara	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Eunápolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Jequié	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Brumado	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Carapicuíba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Candido Mota	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Maracanaú	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Nossa Senhora Da Gloria	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Feira De Santana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Crato	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Jacobina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Estancia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Solânea	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Senhor Do Bonfim	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Própria	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Bezerras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Serrinha	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Araripina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PI	Teresina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Caucaia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Jurema	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Dias D'avilla	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Ipiaú	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Itapetinga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Guarabira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Teixeira De Freitas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SE	Lagarto	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Petrolina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Itabaiana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Sape	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PI	Parnaíba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PI	Floriano	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Juazeiro Do Norte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PI	Teresina	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Petrolina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Iguatu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RN	Natal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Feira De Santana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Jaboatão Dos Guararapes	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Suzano	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Ferraz De Vasconcelos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Bauru	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Taboão Da Serra	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Irecê	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Xique-Xique	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Ribeira Do Pombal	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Euclides Da Cunha	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Venâncio Aires	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Iracemópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Palmeira Dos Índios	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Brotas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	RS	Torres	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guariba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Jose Dos Campos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Astorga	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Delmiro Gouveia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Ouro Branco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Maringá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Unai	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Porto Seguro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Santos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Vitória Da Conquista	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Jequié	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Colina	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Paranavaí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Sarandi	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarujá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Serra Negra	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Guanambi	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Pedro	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Catu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Laranjal Paulista	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itanhaem	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itapevi	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Pompéia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Artur Nogueira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Indaiatuba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Iturama	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Diadema	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Lençóis Paulista	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Carapicuíba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Mandaguacu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itaquaquecetuba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Vitória Da Conquista	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Rio Branco Do Sul	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Timbaúba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guaratinguetá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mauá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Caieiras	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Taubaté	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Barretos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Suzano	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Campina Grande Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Americana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Botucatu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Mandirituba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Mandaguari	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Caraguatatuba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Prata	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Escritório (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Sobral	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Itapeva	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Adamantina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Itapipoca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Goiana	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Barueri	Alugada

9.2 - Outras informações relevantes

Cross Docking (Benfeitorias)	Brasil	AL	Maceio	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Laranjeiras Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Guaira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Pirai Do Sul	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Teixeira De Freitas	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Cianorte	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Porecatu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Assis Chateaubriand	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	São Miguel Do Iguaçu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Mirandópolis	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Carpina	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Santa Terezinha De Itaipu	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	CE	Caucaia	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	BA	Simões Filho	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SC	Itajaí	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Limeira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	AL	Arapiraca	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PB	Patos	Alugada
Cross Docking (Benfeitorias)	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Ibiporã	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Prudentópolis	Alugada
Cross Docking (Benfeitorias)	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Cross Docking (Benfeitorias)	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Medianeira	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Andirá	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	PR	Jandaia Do Sul	Alugada
Centro de Distribuição (Benfeitorias)	Brasil	SC	Navegantes	Alugada
Loja (Benfeitorias)	Brasil	SP	Serrana	Alugada

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de caixa, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto e de longo prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, a Companhia melhorou significativamente os indicadores de estrutura de capital e liquidez, conforme apresentamos abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$871,5 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.672,3 milhões, perfazendo caixa líquido de R\$800,8 milhões, equivalente a 0,8x vezes o EBITDA. No mesmo período, o caixa líquido ajustado totalizou R\$1.663,4 milhões, equivalente a 1,6x vezes o EBITDA. A dívida líquida ajustada passou de R\$135,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para uma posição de caixa líquido de R\$1.663,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma melhora de R\$1.799,0 milhões no exercício social. A variação da estrutura de caixa da Companhia foi reflexo da redução de R\$977,3 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$1.848,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$871,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, reflexo dos pagamentos de empréstimos e financiamentos no período, e do aumento de R\$821,8 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, outros ativos financeiros e recebíveis de cartões de crédito (circulante e não circulante), que passou de R\$1.713,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.534,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função da melhoria dos resultados, gestão do capital de giro e dos recursos da oferta de ações que foram recebidos em outubro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, o capital de giro ajustado foi negativo em R\$914,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.848,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.418,3 milhões, perfazendo uma dívida líquida de R\$430,5 milhões, equivalente a 0,6 vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Na mesma data, a dívida líquida ajustada totalizou R\$135,6 milhões, equivalente a 0,2 vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A dívida líquida ajustada passou de R\$488,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$135,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$353,3 milhões, reflexo da melhoria nos resultados operacionais (principalmente pelo crescimento das vendas totais, aumento da margem bruta e diluição das despesas operacionais) e da gestão do capital de giro (com destaque para uma melhor relação entre o saldo de estoques e fornecedores). O capital de giro ajustado era negativo em R\$615,2 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.823,3 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.161,8 milhões, perfazendo uma dívida líquida de R\$661,5 milhões, equivalente a 1,4 vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Na mesma data, a dívida líquida ajustada totalizou R\$488,9 milhões, equivalente a 1,1 vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A dívida líquida ajustada passou de R\$650,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$488,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

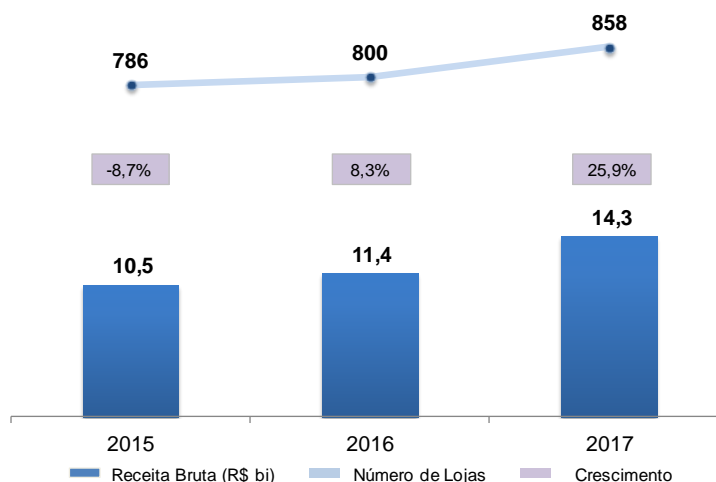
R\$161,6 milhões, reflexo principalmente da melhoria da necessidade de capital de giro, com uma redução do saldo de contas a receber e o saldo de estoques, com um aumento do prazo médio de compras e o saldo de fornecedores. O capital de giro ajustado era negativo em R\$233,6 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Nos últimos três exercícios sociais, o número de lojas passou de 786 em 2015 para 858 em 2017. A Companhia continuou o ritmo de abertura orgânica de lojas ao longo dos últimos anos, somando 30 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, 14 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 58 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A receita bruta atingiu R\$14.321,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 25,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A receita bruta atingiu R\$11.371,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 1,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O Magazine Luiza ganhou participação de mercado nas principais categorias de produtos.

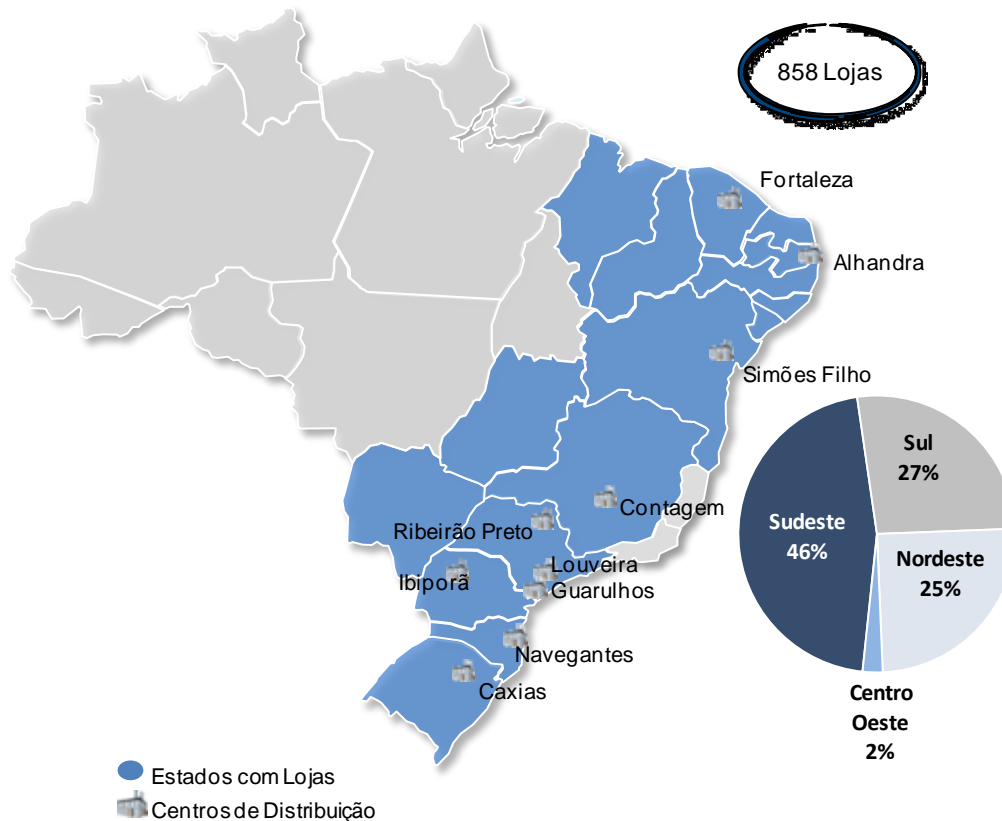
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia somou 58 lojas, totalizando 858 lojas, e a receita bruta total atingiu R\$14.321,1 milhões, um crescimento de 25,9% em relação ao exercício social anterior, cuja receita bruta foi de R\$11.371,6 milhões com destaque para o forte crescimento do *e-commerce* e das lojas físicas, com ganhos de participação de mercado nas principais categorias de produtos.

Evolução da Receita Bruta



Magazine Luiza é um dos maiores varejistas brasileiros, e oferece uma ampla gama de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes através de uma plataforma de varejo multicanal (dispositivos móveis, site e lojas físicas). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia operava 858 lojas e dez centros de distribuição estrategicamente localizados em 16 estados brasileiros, cujas economias correspondem a 80% do PIB nacional. Nessa mesma data, a Companhia contava com mais de 23 mil colaboradores e uma base de mais de 50 milhões de clientes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais



Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(R\$ milhões, exceto %)	2015	2016	2017
Receita bruta	10.498,3	11.371,6	14.321,1
Receita líquida de vendas	8.978,3	9.508,7	11.984,3
Lucro bruto	2.578,6	2.922,6	3.606,0
Margem bruta ⁽¹⁾	28,7%	30,7%	30,1%
EBITDA ⁽²⁾	464,7	714,6	1.030,8
Margem EBITDA ⁽³⁾	5,2%	7,5%	8,6%
Lucro líquido (prejuízo)	-65,6	86,6	389
Margem líquida ⁽⁴⁾	-0,7%	0,9%	3,2%
Crescimento nas vendas mesmas lojas ⁽⁵⁾	-11,0%	6,7%	23,4%
Crescimento nas vendas mesmas lojas físicas ⁽⁶⁾	-15,1%	0,4%	14,3%
Crescimento nas vendas internet	9,9%	32,0%	52,7%
Quantidade de lojas - Final do Período	786	800	858
Área de Vendas - Final do Período (M²)	498.570	501.319	525.981

⁽¹⁾ A margem bruta é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

⁽²⁾ EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para a reconciliação do EBITDA para o lucro líquido (prejuízo), vide seção “3.2 – Medições não contábeis”.

⁽³⁾ A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

⁽⁴⁾ A margem líquida é calculada pelo lucro líquido (prejuízo) dividido pela receita líquida de vendas.

⁽⁵⁾ Inclui lojas convencionais, lojas virtuais e e-commerce da Companhia.

⁽⁶⁾ Inclui somente as lojas convencionais e lojas virtuais da Companhia.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido totalizava R\$2.074,0 milhões, enquanto a dívida bruta era de R\$871,5 e o caixa líquido ajustado era de R\$1.663,4 milhões. Ao longo dos últimos anos, a Companhia melhorou significativamente a sua estrutura de capital, por meio de uma evolução nos resultados operacionais e na melhor gestão do capital de giro. Em função principalmente de uma melhor relação entre o saldo de estoques e fornecedores, a Companhia melhorou sua necessidade de capital de giro e sua geração de caixa operacional.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

(R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2015	2016	2017
Dívida bruta ⁽¹⁾	1.823,3	1.848,8	871,5
Dívida (Caixa) líquida ⁽²⁾	661,5	430,5	(800,8)
Patrimônio líquido	575,7	621,6	2.074,0

⁽¹⁾ Corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante)

⁽²⁾ A Dívida Líquida não é medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, bem como fórmula de cálculo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Cumprimos todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. No exercício social de 2017, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingimos lucro líquido R\$389,0 milhões e R\$1.030,8 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,6%). O crescimento das vendas totais, a contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais contribuíram para uma evolução significativa do EBITDA e consequentemente do lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2017, nossa dívida bruta era de R\$871,5 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$1.663,4 milhões, representando 1,6x vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, 50% da nossa dívida bruta consistia em empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros não circulante (longo prazo).

(em R\$ milhões, exceto índice)	Em 31 de dezembro de		
	2015	2016	2017
Dívida bruta ⁽¹⁾	1.823,3	1.848,8	871,5
Dívida (Caixa) líquida ⁽²⁾	661,5	430,5	(800,8)
Dívida (Caixa) líquida Ajustada ⁽²⁾	488,9	135,6	(1.663,4)
Dívida bruta – circulante (curto prazo)	31%	45%	50%
Dívida bruta – não circulante (longo prazo)	69%	55%	50%
Dívida (Caixa) Líquida Ajustada / EBITDA	1,1 x	0,2 x	-1,6 x

⁽¹⁾ Corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante)

⁽²⁾ A dívida (Caixa) líquida ajustada refere-se à dívida bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) e do contas a receber de cartões de crédito não descontado (terceiros e de partes relacionadas). A dívida líquida ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida ajustada de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da dívida líquida ajustada é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira da Companhia. Para a reconciliação da dívida líquida com a dívida bruta, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Nosso capital de giro é financiado principalmente por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos a recuperar, a maior parte decorrentes de ICMS substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha. A tabela abaixo apresenta o nosso capital de giro:

(em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2015	2016	2017
Capital de Giro ⁽¹⁾	(61,0)	(320,4)	(52,1)
Capital de Giro Ajustado ⁽²⁾	(233,6)	(615,2)	(914,7)

⁽¹⁾ O Capital de Giro não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital de Giro é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ O Capital de Giro Ajustado refere-se ao Capital de Giro menos o saldo de contas a receber de cartões de crédito terceiros e de partes relacionadas. O Capital de Giro Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital de Giro é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo apresenta o capital fixo:

(em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2015	2016	2017
Capital Fixo ⁽¹⁾	1.298,2	1.384,8	1.389,6

⁽¹⁾ O Capital Fixo não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital Fixo de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital Fixo é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de longo prazo. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vincendos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nosso endividamento é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é prover recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, investimentos em tecnologia e logística, além do alongamento do endividamento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, os nossos empréstimos, financiamentos e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

outros passivos financeiros (circulante e não circulante) apresentavam saldo de R\$1.823,3 milhões, R\$1.848,8 milhões e R\$871,5 milhões, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta as principais características das operações como, taxa de juros e o saldo devedor em cada data-base indicada:

Modalidade	Encargos	Vencimento	Em 31 de dezembro de		
			2015	2016	2017
<i>(em R\$ mil)</i>					
FINEP/BNB	4% a.a. a 7% a.a.	dez/22	22.523	48.833	40.694
Capital de Giro	110% a 125,32% do CDI	dez/19	754.357	712.634	304.119
Arrendamentos Mercantis Financeiros	2,5% a.a. a CDI + 2,88% a.a.	dez/19	30.264	17.676	9.226
Debêntures e NP	108,8% a 125,9% do CDI	mar/20	1.016.166	1.069.633	517.459
Total			1.823.310	1.848.776	871.498
Passivo Circulante			568.350	838.016	434.294
Passivo não Circulante			1.254.960	1.010.760	437.204

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores.

FINEP

Em 28 de Maio de 2014, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$45,0 milhões, a serem liberados em quatro parcelas, e com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas, garantido por fiança bancária. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 4,0% ao ano. O contrato deve ser pago em 73 parcelas, com prazo de carência de 30 meses, sendo a primeira parcela da amortização devida em 15 de dezembro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em julho de 2016 foi liberado a última parcela e, portanto, a totalidade dos recursos.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

- Contrato de Abertura de Crédito – novembro 2014

Em 27 de novembro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de abertura de crédito no valor de R\$23,8 milhões a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, com taxa de juros pactuada em 8,24% ao ano com incentivo para a adimplência de 15%, portanto, uma taxa final de 7% a.a. O contrato possui carência de 24 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 27 de dezembro de 2016, e a última em 27 de novembro de 2022, devendo nessa data, serem liquidadas todas as obrigações financeiras remanescentes. O contrato possui aval da LTD Administração e Participações S.A., que se obriga, na qualidade de interveniente fiadora, pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesse contrato, bem como fiança bancária.

- Contrato de Abertura de Crédito – dezembro 2014

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de abertura de crédito no valor de R\$44,2 milhões a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, com taxa de juros pactuada em 8,24% ao ano, com incentivo para a adimplência de 15%, portanto, uma taxa final de 7% a.a. O contrato possui carência de 24 meses, sendo a primeira parcela de amortização do principal devida em 5 de janeiro de 2017, e a última em 5 de dezembro de 2022, devendo nessa data, serem liquidadas todas as obrigações financeiras remanescentes. O contrato possui aval da LTD Administração e Participações S.A., que se obriga, na qualidade de interveniente fiadora, pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesse contrato, bem como fiança bancária.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Caixa Econômica Federal – CEF

- Cédula de Crédito Bancário – junho 2012

Em 29 de junho de 2012, a Companhia emitiu a Cédula Crédito Bancário nº 24.0304.777.0000001-31, no valor total agregado de R\$73,0 milhões, junto à Caixa Econômica Federal, sendo os recursos utilizados para recomposição de caixa dos investimentos realizados pela Companhia nos meses entre abril de 2011 à junho de 2012, visando a modernização e adequação das instalações das lojas.. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 100% do CDI, acrescido de taxa de 1,47% ao ano, e garantida por aval da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. A Cédula possui vencimento em 84 meses, com prazo de carência de 36 meses, ocorrendo o vencimento, originalmente, em 1º de julho de 2019, no entanto a Companhia realizou a liquidação antecipada do saldo devedor da dívida no dia 25 de novembro de 2017.

- Cédula de Crédito Bancário – setembro 2012

Em 28 de setembro de 2012, a Companhia emitiu a Cédula Crédito Bancário nº 24.0304.777.0000002-12, no valor de R\$37,8 milhões, junto à Caixa Econômica Federal, para realização dos investimentos previstos pela Companhia nos meses entre julho de 2011 a setembro de 2012. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 100% do CDI, acrescido de taxa de 1,47% ao ano, garantida por aval da MTG Administração, Assessoria e Participações S.A. A Cédula possui vencimento em 84 meses, com prazo de carência de 36 meses, ocorrendo o vencimento, originalmente, em 30 de setembro de 2019, no entanto a Companhia realizou a liquidação antecipada do saldo devedor da dívida no dia 25 de novembro de 2017.

- Cédula de Crédito Bancário – dezembro 2012

Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia emitiu a Cédula Crédito Bancário nº 24.0304.777.0000003-01, no valor de R\$31,0 milhões, junto à Caixa Econômica Federal para, além dos investimentos em tecnologia, logística e reforma de lojas, incluindo a mudança da marca Lojas Maia para Magazine Luiza, realizar a abertura orgânica de mais de 17 lojas no 2º semestre de 2012, sendo 10 na região Nordeste.. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 100% do CDI, acrescido de taxa de 1,47% ao ano. A Cédula possui vencimento em 84 meses, com prazo de carência de 36 meses, ocorrendo o vencimento, originalmente, em 28 de dezembro de 2019, no entanto a Companhia realizou a liquidação antecipada do saldo devedor da dívida no dia 25 de novembro de 2017.

Os contratos contêm as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Debêntures

- *7º Emissão*

Foram emitidas 300.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$300 milhões, que serão destinados ao alongamento do endividamento da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos, vencendo, portanto, em 31 de julho de 2020. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da data de subscrição, que foi no dia 18 de agosto de 2017, correspondentes a 113,5% do CDI. As debêntures não contam com qualquer tipo de garantia. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será realizada integralmente na data do vencimento.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- **Banco Santander (Brasil) S.A.- Grand Cayman Branch**

Brazilian Real Note – dezembro 2016.

Em 8 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou com o Banco Santander (Brasil) S.A. – Grand Cayman Branch um contrato de financiamento por meio do instrumento financeiro de FRN, no valor de US\$ 72,7 milhões, equivalente, na data de contratação, a R\$ 250 milhões, devendo ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira em 30 de maio de 2018 e a última em 26 de novembro de 2018 (data de vencimento). Foi pactuada, na data de contratação, taxa de juros de 125,32% do CDI ao ano.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

The Bank of New Scotia

- *Empréstimo 4.131 - dezembro 2016*

Em 15 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou com o The Bank of Nova Scotia um contrato de empréstimo por meio do instrumento financeiro de nº 4.131 no valor de US\$22 milhões, com vencimento em 28 de dezembro de 2017. Foi pactuada, na data de contratação, uma taxa de juros de 2,9006% ao ano. Para assegurar o pagamento do empréstimo, foi emitida Nota Promissória pela Companhia no valor total da dívida.

Arelada ao empréstimo, a Companhia contratou com o Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo uma operação de derivativos (*swap*), com a finalidade de proteção contra a variação cambial, nos termos da Confirmação nº 041, com vigência a partir de dezembro de 2016 e vencimento igual ao contrato de empréstimo, observado o disposto no respectivo Contrato Global de Derivativos. Esta operação possui juros pactuados em 119,0% do CDI.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch

- *Empréstimo 4.131 - março 2015*

Em 9 de março de 2015, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário AGE830766/1, junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no valor total agregado de US\$8 milhões, para captação de recursos no exterior, em moeda estrangeira, cujos valores foram objeto de contrato de câmbio de compra para ingresso dos recursos no país destinados à Companhia registrado no SISBACEN para aplicação exclusiva pela Companhia em atividades produtivas. A Cédula possui vencimento em 12

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de março de 2018. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de equivalente a 2,83% ao ano acrescida a 0,255% do valor da captação em moeda estrangeira. O instrumento é garantido por cessão fiduciária de recebíveis.

Atrelada à Cédula, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de derivativos (*swap*), com a finalidade de proteção contra a variação cambial, nos termos da Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa, com vigência a partir de março de 2015 e vencimento igual ao contrato de empréstimo, observado o disposto no respectivo Convênio para contratação de operações de derivativos. Esta operação possui juros pactuados em 112,8% do CDI.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- Cédula de Crédito Bancário - *março 2015*

Em 20 de março de 2015, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário AGE833642/1, junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no valor total agregado de US\$7,7 milhões, para captação de recursos no exterior, em moeda estrangeira, cujos valores foram objeto de contrato de câmbio de compra para ingresso dos recursos no país destinados à Companhia registrado no SISBACEN para aplicação exclusiva pela Companhia em atividades produtivas. A Cédula possui vencimento em 26 de março de 2018. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 2,89% ao ano acrescida a 0,255% do valor da captação em moeda estrangeira. O instrumento é garantido por cessão fiduciária de recebíveis.

Atrelada à Cédula, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de derivativos (*swap*), com a finalidade de proteção contra a variação cambial, nos termos da Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa, com vigência a partir de março de 2015 e vencimento igual ao contrato de empréstimo, observado o disposto no respectivo Convênio para contratação de operações de derivativos. Esta operação possui juros pactuados em 110,0% do CDI. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Bank of China

Em 31 de julho de 2015, a Companhia celebrou com o Bank of China um contrato de empréstimo sob o amparo da Lei nº 4.131, no valor de US\$4,8 milhões, com vencimento em 720 dias a contar da data do desembolso. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a LIBOR acrescida de 1,5% ao ano. O contrato é garantido por nota promissória emitida pela Companhia no valor de US\$6.2 milhões.

Atrelada à Cédula, a Companhia contratou com o Banco da China Brasil S.A. uma operação de derivativos (*swap*), com a finalidade de proteção contra a variação cambial, nos termos da Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa, com vigência a partir de março de 2015 e vencimento igual ao contrato de empréstimo, observado o disposto no respectivo Convênio para contratação de operações de derivativos. Esta operação possui juros pactuados em 110,6% do CDI.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Notas Promissórias Comerciais

Em 10 de maio de 2017, a Companhia promoveu sua 3ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, em duas séries, no valor total de R\$200 milhões, tendo emitido um total de 40 notas comerciais, sendo 20 notas promissórias de cada série, mediante taxa de juros de 109% da Taxa DI para a primeira série e 112% da Taxa DI para a segunda série.

Esta emissão ocorreu sem garantia, com esforços restritos de colocação, no âmbito da Instrução CVM 476. As amortizações serão realizadas anualmente, devendo a primeira série ser amortizada em 10 de maio de 2018 e a segunda série ser amortizada em 10 de maio de 2019.

A cártula de emissão contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

O nosso endividamento de curto e longo prazo, na data base de 31 de dezembro de 2017, está assim distribuído ao longo do tempo:

Pagamentos devidos por período (em mil reais)				
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros	Total	Inferior a um ano	Um a três anos	Acima de três anos
Total	871,5	434,4	421,3	15,8

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaúcard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira; e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com todas as obrigações constantes nos nossos contratos de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, firmados junto às instituições financeiras, incluindo as notas promissórias.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo o atingimento de índices financeiros, distribuição de dividendos, alienação de ativos e alienação de controle societário, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

<p>7ª Emissão de Debêntures e a 3ª Emissão de Notas promissórias Comerciais</p>	<p>As debêntures e a nota promissória serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias relativas às Debêntures; (ii) caso a Companhia não mantenha a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado⁽²⁾ não superior a 3,0 vezes, sendo apurada semestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros; (iii) ocorrer mudança do acionista controlador direto ou indireto da Companhia, conforme definido no artigo 116 de Lei das Sociedades por Ações; (iv) ocorrer cisão, fusão ou incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, que resulte em alteração de controle da Companhia e/ou qualquer de suas controladas, salvo se houver o prévio consentimento de 75% dos titulares das debêntures reunidos em assembleia geral de debenturistas especificamente convocada para esse fim; e (v) caso a Companhia não apresente balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.
<p>Caixa Econômica Federal</p>	<p>A Companhia deverá observar o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) não realizar, sem prévia e expressa autorização da Caixa Econômica Federal, a distribuição de dividendos acima de 25% do lucro líquido; (ii) manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado abaixo de 3,0 vezes até o término do contrato, sendo apurada semestralmente com base nas Demonstrações Financeiras consolidadas de junho e dezembro de cada exercício Não alterar o controle acionário e operacional sem comunicar previamente a Caixa Econômica Federal, devendo a alteração de controle operacional ser considerada a alteração superior a 20% do atual corpo diretivo da Companhia; (iii) não vender, alienar, onerar ativos da empresa (ativo imobilizado e investimentos da companhia em outras sociedades), sem a prévia comunicação a Caixa Econômica Federal; e (iv) apresentar balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.
<p>Banco Santander (Brasil) S./A. - Grand Cayman Branch</p>	<p>O contrato será considerado antecipadamente vencido caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) ocorra "Alteração de Controle" da Companhia. "Alteração de Controle" significa os acionistas controladores da Companhia na data de emissão e qualquer dos seus herdeiros ou sucessores, em conjunto, deixarem de (i) ter o controle (direto ou indireto) do capital social emitido e em circulação da Companhia e de outras participações societárias (ou valores mobiliários conversíveis em participações societárias), ou (ii) ter poder (seja por titularidade do capital social, contrato ou de outra forma) para controlar a administração ou políticas da Companhia; e (ii) a Companhia ou suas afiliadas (i) inadimplirem no pagamento de US\$ 10 milhões (ou seu equivalente em outra moeda) quando este se referir exclusivamente a terceiros que não sejam acionistas, nem parte de seu grupo econômico sobre qualquer de seus respectivos endividamentos, quando vencidos, por vencimento programado, pré-pagamento, aceleração, ou (ii) qualquer outro inadimplemento ocorrido nos termos de qualquer instrumento ou contrato que comprove ou estabeleça termos e condições aplicáveis a qualquer de seus respectivos endividamentos, ou qualquer outro evento ocorrer ou existir, se o efeito de tal inadimplemento for causar ou permitir que o detentor ou detentores de tal endividamento (ou qualquer pessoa agindo em nome desse detentor ou detentores) faça com que tal endividamento se torne devido antes da sua data de vencimento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Banco Itaú	<p>Os contratos serão considerados antecipadamente vencidos na ocorrência dos seguintes casos:</p> <p>(i) Vencimento antecipado de qualquer outra cédula ou contrato da Companhia com o banco, ou com qualquer das empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico; e</p> <p>(ii) Se houver alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia e/ou de qualquer avalista coobrigado, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da Companhia e/ou de qualquer avalista coobrigado, sem a prévia e expressa anuência do banco.</p>
FINEP	<p>A Companhia Informar à FINEP todas as alterações realizadas no capital social e/ou estrutura societária, que possam influenciar no processo decisório da Companhia, bem como aquelas que possam influenciar na capacidade de pagamento da Companhia, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.</p> <p>O contrato será considerado antecipadamente vencido caso ocorra alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia que, a juízo da FINEP, possa comprometer o regular desenvolvimento do projeto objeto do contrato e/ou inviabilizar a fiel execução do contrato.</p>
Banco do Nordeste do Brasil	<p>O contrato será considerado antecipadamente vencido na ocorrência caso a Companhia contrate com outra instituição financeira financiamentos para cobertura dos itens previstos no orçamento constante do instrumento de crédito, ou a ele anexo, para financiamento pelo Banco do Nordeste do Brasil.</p>
Bank of China	<p>O contrato será considerado antecipadamente vencido na ocorrência dos seguintes casos:</p> <p>(i) celebrar qualquer operação de fusão, consolidação ou incorporação (exceto nas quais a Companhia seja a parte remanescente), ou liquidar ou dissolver a Companhia (ou sofrer liquidação ou dissolução), ou entrar em qualquer reorganização ou reestruturação societária que resulte na alteração da propriedade e perda de controle acionário pelos atuais acionistas controladores da Companhia, ou vender todos ou parte substancial de seu patrimônio ou ativos; e</p> <p>(ii) descumprir com o pagamento de principal ou juros totalizando o montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) sobre quaisquer de suas dívidas, quando devidas, seja no vencimento, exigência ou de qualquer outra forma, e este inadimplemento continuar além de qualquer período de carência que lhe tenha sido dado (não excedendo 30 dias), ou qualquer outro inadimplemento tenha ocorrido sob os termos de qualquer instrumento ou contrato demonstrando ou estabelecendo os termos e condições aplicáveis a qualquer de suas dívidas, ou se qualquer outro evento ocorrer ou se existir outra condição e se o efeito deste inadimplemento causar ou permitir que o detentor ou detentores desta dívida (ou qualquer um agindo em seu nome) façam com que esta dívida se torne devida antes de sua data de vencimento.</p>
The Bank of Nova Scotia	<p>O contrato será antecipadamente vencido na ocorrência dos seguintes casos:</p> <p>(i) vender, transferir ou dispor de qualquer forma de qualquer um dos seus ativos, tendo um valor superior a 5% do total dos ativos consolidados da Companhia na data da execução do contrato exceto se realizado no curso ordinário de seus negócios e sob condições justas e razoáveis de mercado;</p> <p>(ii) declarar ou realizar qualquer pagamento de dividendos acima do valor mínimo definido pela legislação pertinente e pagar juros sobre capital próprio caso qualquer hipótese de inadimplemento tenha ocorrido, conforme condições previstas no contrato;</p> <p>(iii) celebrar fusão, incorporação, cisão ou entrar em liquidação ou dissolução (ou sofrer liquidação ou dissolução), ou transmitir a propriedade, vender, arrendar, ceder, transferir ou de outra forma alienar a totalidade ou substancialmente a totalidade dos seus bens, negócios ou ativos, exceto se a Companhia realizar fusão, incorporação ou cisão e continuar a ser a entidade sobrevivente; e</p>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	(iv) ocorrer qualquer operação ou série de operações nas quais a LTD Administração e Participações S.A., direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, deixe de deter o controle da Companhia.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

⁽¹⁾ Dívida Financeira Líquida Ajustada = (+) Dívida Financeira Total, incluídas as Debêntures; (-) Disponibilidade de Caixa/Aplicações Financeiras/Títulos e Valores Mobiliários; (-) Recebíveis de Cartão de Crédito.

⁽²⁾ EBTIDA Ajustado é calculado excluído de eventos operacionais (receitas/despesas) que consideramos de caráter extraordinário.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos um total de R\$871,5 milhões de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Observação: De acordo com a aplicação do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto (IFRS 11) a participação da Companhia nas *joint ventures* Luizacred e Luizaseg estão avaliadas método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Evolução do Número de Lojas por Estado

Número de Lojas por Estado	2015	2016	2017
SP	279	281	290
MG	89	90	104
RS	58	60	64
SC	59	60	62
PR	100	99	103
MS	14	14	16
GO	4	4	4
Sub-total S/SE/CO	603	608	643
PB	24	24	25
RN	13	13	16
PE	28	37	42
CE	30	30	33
AL	11	11	15
SE	9	9	10
BA	60	60	63
PI	6	6	6
MA	1	1	4
Sub-total NE	182	191	214
SITE	1	1	1
Total	786	800	858

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Abertura de Loja por Canal de Vendas

Número de Lojas por Canal - Final do Período	2015	2016	2017
Lojas virtuais	114	120	141
Lojas convencionais	671	679	716
Subtotal - Canal Virtual	785	799	857
E-commerce	1	1	1
Total	786	800	858
Área total de vendas (m²):	498.570	501.319	525.981

Receita Bruta por Canal

Receita Bruta por Canal	2017	AV	2016	AV	Crescimento
					AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais	683,9	4,8%	535,7	4,7%	27,7%
Lojas convencionais	9.368,5	65,9%	8.027,4	71,1%	16,7%
Subtotal - Lojas Físicas	10.052,4	70,7%	8.563,1	75,9%	17,4%
E-commerce	4.157,8	29,3%	2.722,8	24,1%	52,7%
Subtotal: Lojas Físicas + E-commerce	14.210,2	100,0%	11.285,9	100,0%	25,9%
Outras Receitas ¹	110,9		85,6		29,5%
Total - Consolidado	14.321,1		11.371,5		25,9%

⁽¹⁾ Demais receitas estão compostas pela receita da Luiza Administradora de Consórcio, Fundo Exclusivo e Eliminações.

Receita Bruta por Canal	2016	AV	2015	AV	Crescimento
					AH
<i>(em R\$ milhões)</i>					
Lojas virtuais	535,7	4,7%	485,5	4,7%	10,3%
Lojas convencionais	8.027,4	71,1%	7.880,1	75,6%	1,9%
Subtotal - Lojas Físicas	8.563,1	75,9%	8.365,6	80,2%	2,4%
E-commerce	2.722,8	24,1%	2.062,0	19,8%	32,0%
Total Lojas Físicas + E-commerce	11.285,9	100,0%	10.427,6	100,0%	8,2%
Demais Receitas ⁽¹⁾	85,7		70,7		21,3%
Total Consolidado	11.371,6		10.498,3		8,3%

⁽¹⁾ Demais receitas estão compostas pela receita da Luiza Administradora de Consórcio, Fundo Exclusivo e Eliminações.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2017	%RL	2016	%RL	Var(%)	Var(R\$)
Receita Bruta	14.321,1	119,5%	11.371,6	119,6%	25,9%	2.949,5
Impostos e Cancelamentos	(2.336,9)	-19,5%	(1.862,9)	-19,6%	25,4%	(474,0)
Receita Líquida	11.984,3	100,0%	9.508,7	100,0%	26,0%	2.475,5
Custo Total	(8.378,2)	-69,9%	(6.586,1)	-69,3%	27,2%	(1.792,1)
Lucro Bruto	3.606,0	30,1%	2.922,6	30,7%	23,4%	683,4
Despesas com Vendas	(2.120,0)	-17,7%	(1.776,3)	-18,7%	19,3%	(343,7)
Despesas Gerais e Administrativas	(536,0)	-4,5%	(481,9)	-5,1%	11,2%	(54,1)
Perda em Liquidação Duvidosa	(41,9)	-0,3%	(26,1)	-0,3%	60,8%	(15,8)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	36,5	0,3%	13,5	0,1%	170%	23,0
Equivalência Patrimonial	86,2	0,7%	62,7	0,7%	37,4%	23,5
Total de Despesas Operacionais	(2.575,3)	-21,5%	(2.208,1)	-23,2%	16,6%	(367,2)
EBITDA	1.030,8	8,6%	714,6	7,5%	44,3%	316,2
Depreciação e Amortização	(143,1)	-1,2%	(133,6)	-1,4%	7,1%	(9,4)
EBIT	887,7	7,4%	580,9	6,1%	52,8%	306,7
Resultado Financeiro	(410,8)	-3,4%	(503,8)	-5,3%	-18,5%	93,0
Lucro (Prejuízo) Operacional	476,9	4,0%	77,1	0,8%	518,5%	399,8
IR / CS	(87,9)	-0,7%	9,5	0,1%	-	(97,3)
Lucro Líquido	389,0	3,2%	86,6	0,9%	349,4%	302,5

Receita líquida de vendas

A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida de vendas:

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2017	AV(%)	2016	AV(%)	Var(%)	Var(R\$)
Receita Bruta	14.321,1	119,5%	11.371,6	119,6%	25,9%	2.949,5
Impostos e Cancelamentos	(2.336,9)	-19,5%	(1.862,9)	-19,6%	25,4%	(474,0)
Receita Líquida	11.984,3	100,0%	9.508,7	100,0%	26,0%	2.475,5

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita bruta

A tabela abaixo descreve a distribuição de nossa receita bruta entre nossos segmentos de negócio:

R\$ milhões	2017	2016	Var(%)	Var(R\$)
Varejo - Revenda de Mercadorias	13.621,6	10.828,8	25,8%	2.792,8
Varejo - Prestação de Serviços	628,8	484,8	29,7%	144,0
Administração de Consórcios	70,6	58,1	21,7%	12,6
Receita Bruta	14.321,1	11.371,6	25,9%	2.949,5
Varejo - Revenda de Mercadorias	(2.256,6)	(1.797,4)	25,5%	(459,1)
Varejo - Prestação de Serviços	(75,0)	(60,9)	23,1%	(14,1)
Administração de Consórcios	(5,3)	(4,5)	16,6%	(0,8)
Impostos e Devoluções	(2.336,9)	(1.862,9)	25,4%	(474,0)
Receita Líquida de Vendas	11.984,3	9.508,7	26,0%	2.475,5

A receita bruta aumentou R\$2.949,5 milhões, ou 25,9%, de R\$11.371,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$14.321,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao aumento da receita bruta decorrente de revenda de mercadorias, conforme explicado abaixo.

Revenda de mercadorias. A receita bruta de revenda de mercadorias aumentou R\$2.792,8 milhões, ou 25,8%, de R\$10.828,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$13.621,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao crescimento de 52,7% da receita bruta de no e-commerce, de R\$2.722,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.157,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido ao (i) aumento do tráfego e das vendas dos canais mobile (principalmente do app), (ii) aumento das vendas nos mercados atendidos pelos 10 CDs regionais, (iii) aumento da conversão reflexo da ampliação da utilização do sistema proprietário de recomendação (o qual, com base no histórico de navegação dos clientes, proporciona uma melhor assertividade na recomendação de produtos no e-commerce), e (iv) do crescimento das vendas de novos canais (Época Cosméticos, Magazine Você, Clube da Lu e Quero de Casamento). Ademais, o e-commerce atingiu 29,3% de participação na receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado com 24,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. As vendas da Companhia cresceram no conceito mesmas lojas físicas (+13,9%), resultando em ganhos de *market share* para o canal. Segundo dados do IBGE (PMC), as vendas nominais de móveis e eletro cresceram 7,7% no ano, comparado com o crescimento da receita bruta total da Companhia em 25,9%, no ano de 2017 frente a 2016.

Prestação de serviços. A receita bruta de prestação de serviços cresceu R\$144,0 milhões, ou 29,7%, de R\$484,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$628,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, reflexo do aumento das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida), dos novos serviços digitais (como Lu Conecta) e da comissão do marketplace.

Impostos e devoluções

Impostos e devoluções aumentaram R\$474,0 milhões, ou 25,4%, de R\$1.862,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.336,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os impostos e devoluções tiveram uma evolução em linha com o crescimento das vendas .

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita líquida de vendas

A tabela abaixo demonstra a receita líquida de vendas para os períodos indicados:

R\$ milhões	2017	2016	Var(%)	Var(R\$)
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	11.365,1	9.031,3	25,8%	2.333,7
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	566,0	433,8	30,5%	132,2
Total Varejo	11.931,1	9.465,2	26,1%	2.465,9
Receita Líquida - Administração de Consórcios	65,4	53,5	22,1%	11,8
Eliminações Inter-companhias	(12,2)	(10,0)	22,0%	(2,2)
Receita Líquida de Vendas	11.984,3	9.508,7	26,0%	2.475,5

A receita líquida de vendas aumentou R\$2.475,5 milhões, ou 26,0%, de R\$9.508,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$11.984,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao aumento de 26,1% da receita líquida de vendas do segmento de varejo.

Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

R\$ milhões	2017	2016	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(8.358,3)	(6.572,3)	27,2%	(1.786,0)
Custos - Administração de Consórcios	(31,9)	(23,8)	34,2%	(8,1)
Eliminações Inter-companhias	12,0	10,0	20,8%	2,1
Custos - Total	(8.378,2)	(6.586,1)	27,2%	(1.792,1)

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$1.792,1 milhões, ou 27,2%, de R\$6.586,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$8.378,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao aumento das vendas e conforme abaixo explicado em lucro bruto.

Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	2017	2016	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	3.006,7	2.459,0	22,3%	547,7
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	566,0	433,8	30,5%	132,2
Lucro Bruto - Varejo	3.572,7	2.892,9	23,5%	679,8
Lucro Bruto - Administração de Consórcios	33,3	29,7	12,0%	3,6
Lucro Bruto - Total	3.606,0	2.922,6	23,4%	683,4
Margem Bruta - Total	30,1%	30,7%	-0,6 pp	

O lucro bruto aumentou R\$683,4 milhões, ou 23,4%, de R\$2.922,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$3.606,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A margem bruta foi de 30,1% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparada com 30,7% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A redução da margem bruta é explicada pelo aumento significativo na

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

participação do e-commerce na receita bruta total e preservação da margem bruta em todos os canais.

Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

R\$ milhões	2017	AV	2016	AV	Var(%)	Var(R\$)
Receitas (Despesas) Operacionais	(2.718,3)	-22,7%	(2.341,7)	-24,6%	16,1%	(376,6)
Com Vendas	(2.120,0)	-17,7%	(1.776,3)	-18,7%	19,3%	(343,7)
Gerais e Administrativas	(536,0)	-4,5%	(481,9)	-5,1%	11,2%	(54,1)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(41,9)	-0,3%	(26,1)	-0,3%	60,8%	(15,8)
Depreciação e Amortização	(143,1)	-1,2%	(133,6)	-1,4%	7,1%	(9,4)
Resultado de equivalência patrimonial	86,2	0,7%	62,7	0,7%	37,4%	23,5
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	36,5	0,3%	13,5	0,1%	170,2%	23,0

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$376,6 milhões, ou 16,1%, de R\$2.341,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.718,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais foram diluídas em 1,9 p.p. para 22,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa diluição reflete a maturação do rigoroso controle das despesas adotado pela Companhia, incluindo o Orçamento Base Zero - OBZ (elaboração de orçamentos anuais com todos os custos sendo revistos a partir do zero, sem tomar como referência os números do ano anterior) e a Gestão Matricial de Despesas - GMD (avaliação de todas as principais despesas por unidade de negócios e por gestor de pacote de despesas, identificando os desvios em relação ao orçamento, estabelecendo *benchmarks* e disseminando as melhores práticas).

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R\$343,7 milhões, ou 19,3%, de R\$1.776,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.120,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em função principalmente do crescimento da receita líquida de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas foram diluídas em 1,0 p.p. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quando comparado ao exercício social de 2016, reflexo de um controle ainda mais rigoroso nas despesas, ganhos de produtividade, redução das despesas de marketing, renegociação dos contratos de aluguel e serviços de logística, além da revisão de diversas despesas operacionais, tais como energia elétrica e materiais de suprimentos.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$54,1 milhões, ou 11,2%, de R\$481,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$536,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. As despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,6 p.p. para 4,5% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em função do crescimento das vendas e do controle rigoroso das despesas administrativas através da Gestão Matricial de Despesas - GMD.

Perdas com créditos de liquidação duvidosa. As despesas com perdas com créditos de liquidação duvidosa aumentaram R\$15,8 milhões, ou 60,8%, de R\$26,1 milhões no exercício social encerrado

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

em 31 de dezembro de 2016 para R\$41,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido ao crescimento das vendas totais da Companhia.

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$9,4 milhões, ou 7,1%, de R\$133,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$143,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido ao aumento dos investimentos em ativo imobilizado e intangível, incluindo investimentos em abertura de lojas e principalmente em tecnologia no montante de R\$170,8 milhões.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial aumentou R\$23,5 milhões, ou 37,4%, de uma receita de R\$62,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$86,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devido ao desempenho da Luizacred e da Luizaseg no exercício. Em função da boa performance operacional ao longo de 2017, a equivalência da Luizacred aumentou de uma receita de R\$50,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$68,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e a equivalência da Luizaseg aumentou de uma receita de R\$11,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$17,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram R\$23,0 milhões, ou 170,2%, de uma receita de R\$13,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma receita de R\$36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido a apropriação de receita diferida no montante de R\$42,8 milhões em função do cronograma de reconhecimento dos valores recebidos mediante os acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas reduziram R\$93 milhões, ou 18,5%, de uma despesa de R\$503,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma despesa de R\$410,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função da redução significativa da dívida líquida atingindo uma posição da caixa líquido, e da queda do CDI.

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R\$77,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para um lucro de R\$476,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em função principalmente de uma melhora no lucro operacional antes do resultado financeiro que passou de R\$580,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$887,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e da melhora do resultado financeiro.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de receita de R\$9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para despesa de R\$87,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e em função de uma melhora do lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

O resultado líquido passou de lucro líquido de R\$86,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para lucro líquido de R\$389,0 milhões no exercício social encerrado em 31

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de dezembro de 2017, principalmente devido ao elevado crescimento das vendas totais, contribuição positiva do e-commerce e a diluição das despesas operacionais e financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2016	% RL	2015	% RL	Var(%)	Var(R\$)
Receita Líquida de Vendas	9.508,7	100,0%	8.978,3	100,0%	5,9%	530,4
Custo das Mercadorias Vendidas e das Prestações de Serviços	(6.586,1)	-69,3%	(6.399,6)	-71,3%	2,9%	(186,5)
Lucro Bruto	2.922,6	30,7%	2.578,6	28,7%	13,3%	344,0
Receitas (Despesas) Operacionais	(2.341,7)	-24,6%	(2.239,7)	-24,9%	4,6%	(102,0)
Com Vendas	(1.776,3)	-18,7%	(1.720,8)	-19,2%	3,2%	(55,5)
Gerais e Administrativas	(481,9)	-5,1%	(458,5)	-5,1%	5,1%	(23,4)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(26,1)	-0,3%	(30,5)	-0,3%	-14,4%	4,4
Depreciação e Amortização	(133,6)	-1,4%	(125,8)	-1,4%	6,2%	(7,8)
Resultado de equivalência patrimonial	62,7	0,7%	75,6	0,8%	-17,1%	(12,9)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	13,5	0,1%	20,2	0,2%	-33,2%	(6,7)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	580,9	6,1%	338,9	3,8%	71,4%	242,0
Resultado Financeiro	(503,8)	-5,3%	(486,1)	-5,4%	3,6%	(17,7)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da contribuição social	77,1	0,8%	(147,1)	-1,6%	-152,4%	224,2
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos	9,5	0,1%	81,5	0,9%	-88,3%	(72,0)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	86,6	0,9%	(65,6)	-0,7%	-232,0%	152,2

Receita líquida de vendas

A tabela abaixo apresenta os componentes da receita líquida de vendas:

(em R\$ milhões)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	Var(%)	Var(R\$)
Receita Bruta	11.371,6	119,6%	10.498,3	116,9%	8,3%	873,3
Impostos e Devoluções	(1.862,9)	-19,6%	(1.520,1)	-16,9%	22,6%	(342,8)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Líquida de Vendas 9.508,7 100,0% 8.978,3 100,0% 5,9% 530,4

Receita bruta

A tabela abaixo descreve a distribuição de nossa receita bruta entre nossos segmentos de negócio:

(em R\$ milhões)	2016	2015	Var(%)	Var(R\$)
Varejo - revenda de mercadorias	10.828,8	9.958,4	8,7%	870,4
Varejo - prestação de serviços	484,8	488,4	-0,7%	(3,6)
Administração de consórcio	58,1	51,6	12,6%	6,5
Receita Bruta	11.371,6	10.498,3	8,3%	873,3
Varejo - Revenda de mercadorias	(1.797,4)	(1.452,9)	23,7%	(344,5)
Varejo - Prestação de serviços	(60,9)	(62,8)	-3,0%	1,9
Administração de consórcio	(4,5)	(4,3)	4,7%	(0,2)
Impostos e devoluções	(1.862,9)	(1.520,1)	22,6%	(342,8)
Receita Líquida de Vendas	9.508,7	8.978,3	5,9%	530,4

A receita bruta aumentou R\$873,3 milhões, ou 8,3%, de R\$10.498,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$11.371,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido ao aumento da receita bruta decorrente de revenda de mercadorias, conforme explicado abaixo.

Revenda de mercadorias. A receita bruta de revenda de mercadorias aumentou R\$870,4 milhões, ou 8,7%, de R\$9.958,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$10.828,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido ao crescimento de 32,0% da receita bruta de no e-commerce, de R\$2.062,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.722,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido ao (i) aumento do tráfego e das vendas dos canais mobile (principalmente do app), (ii) aumento das vendas nos mercados atendidos pelos então 9 CDs regionais, (iii) aumento da conversão reflexo da ampliação da utilização do sistema proprietário de recomendação (o qual, com base no histórico de navegação dos clientes, proporciona uma melhor assertividade na recomendação de produtos no *e-commerce*), e (iv) do crescimento das vendas de novos canais (Época Cosméticos, Magazine Você, Clube da Lu e Quero de Casamento). Ademais, o e-commerce atingiu 24,1% de participação na receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado com 19,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. As vendas da Companhia ficaram praticamente estáveis no conceito mesmas lojas físicas (+0,4%), resultando em ganhos de *market share* para o canal. Segundo dados do IBGE (PMC), as vendas nominais de móveis e eletro encolheram 7,5% no ano, comparado com o crescimento da receita bruta total da Companhia em 8,3%, no ano de 2016 frente a 2015.

Prestação de serviços. A receita bruta de prestação de serviços diminuiu R\$3,6 milhões, ou 0,7%, de R\$488,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$484,8

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, reflexo da redução das vendas de seguros e serviços financeiros (como garantia estendida).

Impostos e devoluções

Impostos e devoluções aumentaram R\$342,8 milhões, ou 22,6%, de R\$1.520,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.862,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Os impostos e devoluções tiveram uma evolução acima do crescimento das vendas principalmente devido ao aumento dos impostos sobre a receita bruta em diversos estados, que elevaram as alíquotas de ICMS sobre vários produtos.

Receita líquida de vendas

A tabela abaixo demonstra a receita líquida de vendas para os períodos indicados:

(em R\$ milhões)	2016	2015	Var(%)	Var(R\$)
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	9.031,3	8.505,4	6,2%	525,9
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	433,8	434,1	-0,1%	(0,3)
Total Varejo	9.465,2	8.939,6	5,9%	525,6
Receita Líquida - Administração de Consórcios	53,5	47,2	13,3%	6,3
Eliminações Inter-companhias	(10,0)	(8,5)	17,6%	(1,5)
Receita Líquida de Vendas	9.508,7	8.978,3	5,9%	530,4

A receita líquida de vendas aumentou R\$530,4 milhões, ou 5,9%, de R\$8.978,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$9.508,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido ao aumento de 5,9% da receita líquida de vendas do segmento de varejo.

Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

(em R\$ milhões)	2016	2015	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(6.572,3)	(6.390,1)	2,9%	(182,2)
Custos - Administração de Consórcios	(23,8)	(18,1)	31,5%	(5,7)
Eliminações Inter-companhias	10,0	8,5	17,6%	1,5
Custos - Total	(6.586,1)	(6.399,6)	2,9%	(186,5)

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$186,5 milhões, ou 2,9%, de R\$6.399,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$6.586,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido principalmente ao aumento das vendas e conforme abaixo explicado em lucro bruto.

Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

(em R\$ milhões)	2016	2015	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	2.459,0	2.115,3	16,2%	343,7
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	433,8	434,1	-0,1%	(0,3)
Total Varejo	2.892,9	2.549,5	13,5%	343,4

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Bruto - Administração de Consórcios	29,7	29,2	1,7%	0,5
Lucro Bruto	2.922,6	2.578,6	13,3%	344,0
Margem Bruta	30,7%	28,7%	2,0 pp	

O lucro bruto aumentou R\$344,0 milhões, ou 13,3%, de R\$2.578,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.922,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A margem bruta foi de 30,7% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparada com 28,7% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A melhora da margem bruta é explicada pela (i) maior racionalidade de preços no e-commerce e no mercado de lojas físicas (em função da crise econômica dos últimos anos, a maioria das empresas estão buscando preservar sua rentabilidade, adotando políticas de preço mais racionais), (ii) cobrança de frete e montagem, (iii) melhora de mix com aumento de participação de categorias mais rentáveis e (iv) a reclassificação de despesas com o INSS sobre a folha de pagamentos, (durante a desoneração da folha de pagamento, os valores de INSS eram contabilizados como impostos sobre a receita bruta, totalizando R\$88,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; com o término da desoneração, as despesas com INSS passaram a ser contabilizados na rubrica de receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 2016.

Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

(em R\$ milhões)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	Var(%)	Var(R\$)
Receitas (Despesas) Operacionais	(2.341,7)	-24,6%	(2.239,7)	-24,9%	4,6%	(102,0)
Com Vendas	(1.776,3)	-18,7%	(1.720,8)	-19,2%	3,2%	(55,5)
Gerais e Administrativas	(481,9)	-5,1%	(458,5)	-5,1%	5,1%	(23,4)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(26,1)	-0,3%	(30,5)	-0,3%	-14,4%	4,4
Depreciação e Amortização	(133,6)	-1,4%	(125,8)	-1,4%	6,2%	(7,8)
Resultado de equivalência patrimonial	62,7	0,7%	75,6	0,8%	-17,1%	(12,9)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	13,5	0,1%	20,2	0,2%	-33,2%	(6,7)

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$102,0 milhões, ou 4,6%, de R\$2.239,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.341,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais foram diluídas em 0,3 p.p. para 24,6% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa diluição reflete a maturação do rigoroso controle das despesas adotado pela Companhia, incluindo o Orçamento Base Zero - OBZ (elaboração de orçamentos anuais com todos os custos sendo revistos a partir do zero, sem tomar como referência os números do ano anterior) e a Gestão Matricial de Despesas - GMD (avaliação de todas as principais despesas por unidade de negócios e por gestor de pacote de despesas, identificando os desvios em relação ao orçamento, estabelecendo *benchmarks* e disseminando as melhores práticas).

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R\$55,5 milhões, ou 3,2%, de R\$1.720,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.776,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em função principalmente do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

crescimento da receita líquida de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas foram diluídas em 0,5 p.p. no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 quando comparado ao exercício social de 2015, reflexo de um controle ainda mais rigoroso nas despesas, ganhos de produtividade, redução das despesas de marketing, renegociação dos contratos de aluguel e serviços de logística, além da revisão de diversas despesas operacionais, tais como energia elétrica e materiais de suprimentos.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$23,4 milhões, ou 5,1%, de R\$458,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$481,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em função principalmente da inflação acumulada no exercício (que foi de 6,3% em 2016). As despesas gerais e administrativas ficaram estáveis em 5,1% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em função do crescimento das vendas e do controle rigoroso das despesas administrativas através da Gestão Matricial de Despesas - GMD.

Perdas com créditos de liquidação duvidosa. As despesas com perdas com créditos de liquidação duvidosa diminuíram R\$4,4 milhões, ou 14,4%, de R\$30,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$26,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido a variação da composição do contas a receber de clientes, com um aumento de vendas com cartão de crédito e uma melhoria nos indicadores de inadimplência.

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$7,8 milhões, ou 6,2%, de R\$125,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$133,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido ao aumento dos investimentos em ativo imobilizado e intangível, incluindo investimentos em abertura de lojas e principalmente em tecnologia no montante de R\$54,1 milhões.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial diminuiu R\$12,9 milhões, ou 17,1%, de uma receita de R\$75,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma receita de R\$62,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, devido ao desempenho da Luizacred e da Luizaseg no exercício. Em função principalmente de um cenário econômico desafiador ao longo de 2016, a equivalência da Luizacred reduziu de uma receita de R\$61,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma receita de R\$50,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e a equivalência da Luizaseg reduziu de uma receita de R\$14,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma receita de R\$11,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, diminuíram R\$6,7 milhões, ou 33,2%, de uma receita de R\$20,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma receita de R\$13,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido a apropriação de receita diferida no montante de R\$40,6 milhões em função do cronograma de reconhecimento dos valores recebidos mediante os acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza, bem como despesas tais como despesas pré-operacionais de lojas e despesas com adequação de pessoal administrativo.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas aumentaram R\$17,7 milhões, ou 3,6%, de uma despesa de R\$486,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma despesa de R\$503,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em função do aumento da taxa Selic média (CDI aumentou 5,7% no período) atenuado pela redução da nossa dívida

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

líquida. Além disso, houve uma redução da dívida líquida ajustada em R\$353,3 milhões, passando de R\$488,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$135,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um prejuízo de R\$147,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para um lucro de R\$77,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em função principalmente de uma melhora no lucro operacional antes do resultado financeiro que passou de R\$338,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$580,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de receita de R\$81,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para receita de R\$9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em função de lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 contra um prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

O resultado líquido passou de prejuízo líquido de R\$65,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para lucro líquido de R\$86,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, principalmente devido ao crescimento das vendas totais, o aumento da margem bruta e a diluição das despesas operacionais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**BALANÇO PATRIMONIAL**

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 comparado com as contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016.

ATIVO	31/dez/17	AV	31/dez/16	AV	Var(%)	Var(R\$)
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	412,7	5,6%	599,1	9,8%	-31,1%	(186,4)
Títulos e Valores Mobiliários	1.259,6	17,0%	819,0	13,4%	53,8%	440,6
Contas a Receber	1.241,3	16,7%	581,0	9,5%	113,6%	660,3
Estoques	1.969,3	26,5%	1.596,7	26,2%	23,3%	372,6
Partes Relacionadas	96,8	1,3%	64,0	1,0%	51,1%	32,7
Tributos a Recuperar	200,7	2,7%	212,2	3,5%	-5,4%	(11,5)
Outros Ativos	77,3	1,0%	47,8	0,8%	61,7%	29,5
Total do Ativo Circulante	5.257,6	70,9%	3.919,8	64,3%	34,1%	1.337,8
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Títulos e Valores Mobiliários	-	0,0%	0,2	0,0%	-100,0%	(0,2)
Contas a Receber	4,7	0,1%	3,6	0,1%	32,8%	1,2
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	223,1	3,0%	242,0	4,0%	-7,8%	(18,9)
Tributos a Recuperar	166,0	2,2%	223,6	3,7%	-25,7%	(57,6)
Depósitos Judiciais	310,9	4,2%	292,2	4,8%	6,4%	18,7
Outros Ativos	44,4	0,6%	52,3	0,9%	-15,1%	(7,9)
Investimentos em Controladas	311,3	4,2%	293,8	4,8%	6,0%	17,5
Imobilizado	569,0	7,7%	560,1	9,2%	1,6%	9,0
Intangível	532,4	7,2%	513,0	8,4%	3,8%	19,3
Total do Ativo não Circulante	2.161,9	29,1%	2.180,8	35,7%	-0,9%	(18,9)
TOTAL DO ATIVO	7.419,5	100,0%	6.100,6	100,0%	21,6%	1.318,9
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	2.919,5	39,3%	2.365,0	38,8%	23,4%	554,6
Empréstimos e Financiamentos	434,3	5,9%	838,0	13,7%	-48,2%	(403,7)
Salários, Férias e Encargos Sociais	236,6	3,2%	188,4	3,1%	25,6%	48,2
Tributos a Recolher	84,5	1,1%	40,1	0,7%	110,4%	44,3
Partes Relacionadas	89,5	1,2%	73,0	1,2%	22,7%	16,6
Receita Diferida	41,6	0,6%	40,3	0,7%	3,1%	1,2
Dividendos a Pagar	64,3	0,9%	12,3	0,2%	421,1%	51,9

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras Contas a Pagar	265,8	3,6%	115,3	1,9%	130,5%	150,5
Total do Passivo Circulante	4.136,0	55,7%	3.672,4	60,2%	12,6%	463,6
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos	437,2	5,9%	1.010,8	16,6%	-56,7%	(573,6)
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	301,5	4,1%	284,1	4,7%	6,1%	17,4
Receita Diferida	468,8	6,3%	509,2	8,3%	-7,9%	(40,3)
Outras Contas a Pagar	1,9	0,0%	2,6	0,0%	-24,6%	(0,6)
Total do Passivo não Circulante	1.209,5	16,3%	1.806,6	29,6%	-33,1%	(597,1)
TOTAL DO PASSIVO	5.345,5	72,0%	5.479,0	89,8%	-2,4%	(133,5)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	1.719,9	23,2%	606,5	9,9%	183,6%	1.113,4
Reserva de Capital	37,1	0,5%	19,0	0,3%	94,9%	18,1
Ações em Tesouraria	(14,0)	-0,2%	(28,7)	-0,5%	-51,4%	14,8
Reserva Legal	39,9	0,5%	20,5	0,3%	95,0%	19,5
Reserva de Retenção de Lucros	288,4	3,9%	3,1	0,1%	9181,3%	285,3
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2,7	0,0%	1,2	0,0%	121,2%	1,5
Lucros Acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Total do Patrimônio Líquido	2.074,0	28,0%	621,6	10,2%	233,7%	1.452,4
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.419,5	100,0%	6.100,6	100,0%	21,6%	1.318,9

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 34,1%, ou R\$1.337,8 milhões, passando de R\$3.919,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$5.257,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. O ativo circulante representava 64,3% do total do ativo em 31 de dezembro de 2016 e 70,9% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 31,1%, ou R\$186,4 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$599,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$412,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu devido a maior aplicação na conta de títulos e valores mobiliários;
- (ii) aumento de 53,8%, ou R\$440,6 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros, que passou de R\$819,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.259,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento está relacionado ao caixa líquido gerado no período, principalmente pelas atividades operacionais, e à oferta subsequente de ações concluída em outubro de 2017;
- (iii) aumento de 113,6%, ou R\$660,3 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$581,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.241,3 milhões em 31 de dezembro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 2017. Essa variação justifica-se principalmente pelo aumento do volume de vendas da empresa no ano e pelo aumento dos recebíveis de cartão de crédito não descontados;

- (iv) aumento de 23,3%, ou R\$372,6 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$1.596,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.969,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento de vendas entre os períodos, com destaque para o último trimestre;
- (v) aumento de 51,1%, ou R\$32,7 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$64,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$96,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento decorreu, principalmente, da variação do saldo de recebíveis de Cartão Luiza em virtude do crescimento do faturamento dentro do Magazine Luiza;
- (vi) redução de 5,4%, ou R\$11,5 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$212,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$200,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refere-se, principalmente, a compensação de ICMS por substituição tributária e imposto de renda retido na fonte; e
- (vii) aumento de 61,7%, ou R\$29,5 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$47,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$77,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refere-se, principalmente, a comissões sobre venda dos seguros relacionados ao contrato com a Cardif e comissões do marketplace.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante reduziu 0,9%, ou R\$18,9 milhões, passando de R\$2.180,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.161,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. O ativo não circulante representava 35,7 do total do ativo em 31 de dezembro de 2016 e 29,1% em 31 de dezembro de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

- (i) redução de 100%, ou R\$0,2 milhões no saldo da conta títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros, que passou de R\$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2016 para uma posição zerada em 31 de dezembro de 2017. Essa queda justifica-se pela contabilização das operações de swap contratadas com o objetivo de proteção contra riscos nas mudanças de câmbio (*hedge accounting*);
- (ii) aumento de 32,8%, ou R\$1,2 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$3,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$4,7 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação justifica-se pelo aumento do volume de vendas, e consequentemente, das vendas financiadas a clientes;
- (iii) redução de 7,8%, ou R\$18,9 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$242,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$223,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorre, principalmente, pela compensação de impostos e contribuições diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição de social de exercícios anteriores;
- (iv) redução de 25,7%, ou R\$57,6 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$223,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$166,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refere-se, principalmente, principalmente, a compensação de ICMS por substituição tributária;
- (v) aumento de 6,4%, ou R\$18,7 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$292,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$310,9 milhões em 31 de dezembro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 2017. Esse aumento refere-se às contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;

- (vi) redução de 15,1%, ou R\$7,9 milhões, no saldo da conta de outros ativos, que passou de R\$52,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$44,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação refere-se principalmente a diminuição de valores bloqueados;
- (vii) aumento de 6,0%, ou R\$17,5 milhões, no saldo da conta investimentos em controladas em conjunto, que passou de R\$293,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$311,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação reflete principalmente o maior resultado líquido de equivalência patrimonial da Luizacred no período;
- (viii) aumento de 1,6%, ou R\$9,0 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$560,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$569,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamento, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras;
- (ix) aumento de 3,8%, ou R\$19,3 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$513,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$532,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação está relacionada, principalmente, com o aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 12,6%, ou R\$463,6 milhões, passando de R\$3.672,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.136,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. O passivo circulante representava 60,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 55,7% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 23,4%, ou R\$554,6 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$2.365,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$2.919,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;
- (ii) redução de 48,2%, ou R\$403,7 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$838,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$434,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu em função da estratégia da Companhia de otimizar a estrutura de capital através do pagamento antecipado de parte da sua dívida;
- (iii) aumento de 25,6%, ou R\$48,2 milhões, no saldo de salário, férias e encargos sociais, que passou de R\$188,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$236,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação foi impactada pelo aumento da remuneração variável decorrentes da performance de vendas no período;
- (iv) aumento de 110,4%, ou R\$44,3 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$40,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$84,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos em virtude da performance de vendas;
- (v) aumento de 22,7%, ou R\$16,6 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$73,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$89,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (vi) aumento de 3,1%, ou R\$1,2 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$40,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$41,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza;
- (vii) aumento de 421,1%, ou R\$51,9 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R\$12,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$64,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se ao avanço nos resultados da Companhia e a declaração de juros sobre capital próprio; e
- (viii) aumento de 130,5%, ou R\$150,5 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$115,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$265,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se principalmente ao aumento do volume de vendas dos últimos dias do exercício, além do crescimento de despesas operacionais, tais como alugueis e fretes.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante reduziu em 33,1%, ou R\$597,1 milhões, passando de R\$1.806,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1.209,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. O passivo não circulante representava 29,6% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 16,3% em 31 de dezembro de 2017. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 56,7%, ou R\$573,6 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$1.010,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$437,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu devido ao cronograma de vencimento da dívida para o curto prazo e a estratégia da Companhia de otimizar a estrutura de capital através do pagamento antecipado de parte da sua dívida;
- (ii) aumento de 6,1%, ou R\$17,4 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$284,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$301,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu de novas adições de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;
- (iii) redução de 7,9%, ou R\$40,3 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$509,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$468,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza; e
- (iv) redução de 24,6%, ou R\$0,6 milhão, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$1,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido cresceu 233,7%, ou R\$1.452,4 milhões, passando de R\$621,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$2.074,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao resultado líquido do exercício e também ao aumento do capital social através da oferta subsequente de ações realizada em outubro de 2017. O patrimônio líquido representava 10,2% do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 28,0% em 31 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016 comparado com as contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2015.

ATIVO	31/dez/16	AV	31/dez/15	AV	Var(%)	Var(R\$)
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	599,1	9,8%	617,5	11,2%	-3,0%	(18,4)
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Ativos Financeiros	819,0	13,4%	497,6	9,0%	64,6%	321,4
Contas a Receber	581,0	9,5%	435,2	7,9%	33,5%	145,8
Estoques	1.596,7	26,2%	1.353,1	24,6%	18,0%	243,6
Partes Relacionadas	64,0	1,0%	86,2	1,6%	-25,8%	(22,2)
Tributos a Recuperar	212,2	3,5%	334,3	6,1%	-36,5%	(122,1)
Outros Ativos	47,8	0,8%	36,6	0,7%	30,6%	11,2
Total do Ativo Circulante	3.919,8	64,3%	3.360,5	61,1%	16,6%	559,3
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Ativos Financeiros	0,2	0,0%	46,7	0,8%	-99,6%	(46,5)
Contas a Receber	3,6	0,1%	2,6	0,0%	38,5%	1,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	242,0	4,0%	229,3	4,2%	5,5%	12,7
Tributos a Recuperar	223,6	3,7%	177,3	3,2%	26,1%	46,3
Depósitos Judiciais	292,2	4,8%	248,5	4,5%	17,6%	43,7
Outros Ativos	52,3	0,9%	54,3	1,0%	-3,7%	(2,0)
Investimentos em Controladas em Conjunto	293,8	4,8%	297,5	5,4%	-1,2%	(3,7)
Imobilizado	560,1	9,2%	578,6	10,5%	-3,2%	(18,5)
Intangível	513,0	8,4%	506,7	9,2%	1,2%	6,3
Total do Ativo não Circulante	2.180,8	35,7%	2.141,5	38,9%	1,8%	39,3
TOTAL DO ATIVO	6.100,6	100,0%	5.502,0	100,0%	10,9%	598,6

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/16	AV	31/dez/15	AV	Var(%)	Var(R\$)
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	2.365,0	38,8%	1.894,2	34,4%	24,9%	470,8
Empréstimos, Financiamentos e Outros Passivos Financeiros	838,0	13,7%	568,4	10,3%	47,4%	269,6
Salários, Férias e Encargos Sociais	188,4	3,1%	153,9	2,8%	22,4%	34,5
Tributos a Recolher	40,1	0,7%	30,6	0,6%	31,0%	9,5
Partes Relacionadas	73,0	1,2%	68,4	1,2%	6,7%	4,6
Receita Diferida	40,3	0,7%	41,4	0,8%	-2,7%	(1,1)
Dividendos a Pagar	12,3	0,2%	-	-	-	12,3

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras Contas a Pagar	115,3	1,9%	118,0	2,1%	-2,3%	(2,7)
Total do Passivo Circulante	3.672,4	60,2%	2.874,8	52,3%	27,7%	797,6
-						
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos, Financiamentos e Outros Passivos Financeiros	1.010,8	16,6%	1.255,0	22,8%	-19,5%	(244,2)
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	284,1	4,7%	243,4	4,4%	16,7%	40,7
Receita Diferida	509,2	8,3%	550,9	10,0%	-7,6%	(41,7)
Outras Contas a Pagar	2,6	0,0%	2,3	0,0%	13,0%	0,3
Total do Passivo não Circulante	1.806,6	29,6%	2.051,5	37,3%	-11,9%	(244,9)
TOTAL DO PASSIVO	5.479,0	89,8%	4.926,3	89,5%	11,2%	552,7
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	606,5	9,9%	606,5	11,0%	0,0%	0,0
Reserva de Capital	19,0	0,3%	14,6	0,3%	30,1%	4,4
Ações em Tesouraria	(28,7)	-0,5%	(9,6)	-0,2%	199,0%	(19,1)
Reserva Legal	20,5	0,3%	16,1	0,3%	27,3%	4,4
Reserva de Lucros	3,1	0,1%	-	-	-	3,1
Outros Resultados Abrangentes	1,2	0,0%	(1,6)	-0,0%	-175,0%	2,8
Prejuízo Acumulado	-	0,0%	(50,4)	-0,9%	-100,0%	50,4
Total do Patrimônio Líquido	621,6	10,2%	575,7	10,5%	8,0%	45,9
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.100,6	100,0%	5.502,0	100,0%	10,9%	598,6

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 16,6%, ou R\$559,3 milhões, passando de R\$3.360,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$3.919,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. O ativo circulante representava 61,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2015 e 64,3% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 3,0%, ou R\$18,4 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$617,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$599,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorreu devido a maior aplicação na conta de títulos e valores mobiliários;
- (ii) aumento de 64,6%, ou R\$321,4 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros, que passou de R\$497,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$819,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento está relacionado ao caixa líquido gerado no período, principalmente pelas atividades operacionais;
- (iii) aumento de 33,5%, ou R\$145,8 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$435,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$581,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento justifica-se principalmente pelo aumento do volume de vendas da empresa no ano e pelo aumento dos recebíveis de cartão de crédito não descontados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (iv) aumento de 18,0%, ou R\$243,6 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$1.353,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$1.596,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento de vendas entre os períodos, com destaque para o último trimestre, e consequentemente uma adequação no saldo de estoques para a estratégia comercial no final do ano;
- (v) redução de 25,8%, ou R\$22,2 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$86,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$64,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução decorreu, principalmente, de menores comissões da Luizacred (que incluem a captação de clientes e gestão e administração das operações de crédito ao consumidor) e Luizaseg (referentes às vendas de garantias estendidas);
- (vi) redução de 36,5%, ou R\$122,1 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$334,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$212,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução refere-se, principalmente, a compensação de ICMS por substituição tributária; e
- (vii) aumento de 30,6%, ou R\$11,2 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$36,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$47,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação refere-se, principalmente, a comissões sobre venda dos seguros relacionados ao contrato com a Cardif.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 1,8%, ou R\$39,3 milhões, passando de R\$2.141,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.180,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. O ativo não circulante representava 38,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2015 e 35,7% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações das subcontas do ativo não circulante realizável em longo prazo abaixo descritas:

- (i) queda de 99,6%, ou R\$46,5 milhões no saldo da conta títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros, que passou de R\$46,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2016. Essa queda justifica-se pela contabilização das operações de swap contratadas com o objetivo de proteção contra riscos nas mudanças de câmbio (*hedge accounting*);
- (ii) aumento de 38,5%, ou R\$1,0 milhão, no saldo das contas a receber, que passou de R\$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$3,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento justifica-se pelo aumento do volume de vendas, e consequentemente, das vendas financiadas a clientes;
- (iii) aumento de 5,5%, ou R\$12,7 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$229,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$242,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorre, principalmente, pelo reconhecimento no período do saldo de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e também variações cambiais;
- (iv) aumento de 26,1%, ou R\$46,3 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$177,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$223,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento refere-se, principalmente, ao ICMS por substituição tributária a recuperar;
- (v) aumento de 17,6%, ou R\$43,7 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$248,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$292,2 milhões em 31 de dezembro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 2016. Esse aumento refere-se às contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;

- (vi) redução de 3,7%, ou R\$2,0 milhões, no saldo da conta de outros ativos, que passou de R\$54,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$52,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio;
- (vii) redução de 1,2%, ou R\$3,7 milhões, no saldo da conta investimentos em controladas em conjunto, que passou de R\$297,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$293,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução reflete principalmente o menor resultado líquido de equivalência patrimonial da Luizacred no período;
- (viii) redução de 3,2%, ou R\$18,5 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$578,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$560,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa redução reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamento, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras;
- (ix) aumento de 1,2%, ou R\$6,3 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$506,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$513,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação está relacionada, principalmente, com o aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou 27,7%, ou R\$797,6 milhões, passando de R\$2.874,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$3.672,4 milhões em 31 de dezembro de 2016. O passivo circulante representava 52,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 60,2% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 24,9%, ou R\$470,8 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$1.894,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$2.365,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;
- (ii) aumento de 47,4%, ou R\$269,6 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$568,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$838,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorreu em função da estratégia da Companhia de otimizar a estrutura de capital com custos financeiros menores;
- (iii) aumento de 22,4%, ou R\$34,5 milhões, no saldo de salário, férias e encargos sociais, que passou de R\$153,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$188,4 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação foi impactada pelo dissídio coletivo e também pelo aumento das comissões decorrentes da performance de vendas no período;
- (iv) aumento de 31,0%, ou R\$9,5 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$30,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$40,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio.
- (v) aumento de 6,7%, ou R\$4,6 milhões, no saldo da conta partes relacionadas, que passou de R\$68,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$73,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (vi) redução de 2,7%, ou R\$1,1 milhão, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$41,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$40,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza.
- (vii) aumento de R\$12,3 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de zero em 31 de dezembro de 2015, para R\$12,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Devido ao resultado líquido no período, a Companhia provisionou dividendos a pagar; e
- (viii) redução de 2,3%, ou R\$2,7 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$118,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$115,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante reduziu em 11,9%, ou R\$244,9 milhões, passando de R\$2.051,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$1.806,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. O passivo não circulante representava 37,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 29,6% em 31 de dezembro de 2016. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 19,5%, ou R\$244,2 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros, que passou de R\$1.255,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$1.010,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorreu principalmente pelo cronograma de vencimento da dívida para o curto prazo;
- (ii) aumento de 16,7%, ou R\$40,7 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$243,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$284,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorreu de novas adições de provisões baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais;
- (iii) redução de 7,6%, ou R\$41,7 milhões, no saldo da conta receita diferida, que passou de R\$550,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$509,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação deve-se ao reconhecimento da receita apropriado ao resultado durante a vigência dos contratos referentes aos acordos entre as empresas do grupo Cardif, Luizaseg, Luizacred e Magazine Luiza; e
- (iv) aumento de 13,0%, ou R\$0,3 milhão, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação não é decorrente de algo material sendo refletida somente pela evolução natural do negócio.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido cresceu 8,0%, ou R\$45,9 milhões, passando de R\$575,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$621,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido principalmente ao resultado líquido do exercício e também a variação do saldo de ações em tesouraria. O patrimônio líquido representava 10,5% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 10,2% em 31 de dezembro de 2016.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) descrições de quaisquer componentes importantes

Receita Líquida de Vendas

Nossa receita líquida é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias e (ii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

Operações de Varejo: As receitas de revenda de mercadorias são geradas por todas as nossas lojas e a contabilização das receitas é feita quando da entrega e transferência da posse das mercadorias aos clientes. As receitas de prestação de serviços são principalmente comissões pela intermediação de serviços financeiros de terceiros (incluindo nossas *joint ventures*) e são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos aos serviços prestados são transferidos para a Companhia. Desde meados de 2016, a receita de prestações de serviços incluem também as comissões cobradas dos parceiros pela intermediação das vendas dos seus produtos na plataforma de Marketplace da Companhia.

Administração de consórcios: Na controlada Luiza Administradora de Consórcios, a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos 16 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.

Custo das Mercadorias Revendidas e das Prestações de Serviços

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

Receitas (Despesas) Operacionais

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e *marketing*, distribuição e logística, aluguel, comunicação, segurança, energia e manutenção.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritórios centrais de Franca e João Pessoa, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos e o índice de inadimplência sobre os saldos a vencer.

Depreciação e amortização

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial refere-se à soma dos resultados líquidos de nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições

10.2 - Resultado operacional e financeiro

financeiras para (i) gerirem a nossa folha de pagamento e oferecerem com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) terem o direito de exclusividade para oferecerem serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg e (iii) direito exclusivo de prestação do serviço de assistência tecnológica a partir do seguro de garantia estendida adquirido pelos clientes da Companhia. Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente recebidos à vista, são registrados nas contas contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito e juros das operações comerciais de *vendor*. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários e juros de vendas de garantia estendida.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consórcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Imposto corrente: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“**impostos diferidos**”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossas operações dependem das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) o crescimento do PIB; (ii) a distribuição de renda; (iii) a taxa de desemprego; (iv) a variação real do salário; (v) a disponibilidade de crédito; (vi) a taxa de inflação; (vii) a taxa de juros; e (viii) o grau de confiança dos consumidores, entre outros.

Segundo o IBGE, a receita nominal de vendas do comércio varejista restrito apresentou crescimento de 3,2%, 4,5% e 2,2%, em 2015, 2016 e 2017, respectivamente, e o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou queda de 11,8%, 7,5% em 2015 e 2016, respectivamente, e crescimento de 7,7% em 2017.

Apesar deste cenário macroeconômico desafiador nos últimos três anos, o Magazine Luiza conseguiu crescer de forma significativa, com ganhos de *market share* em todos os canais e também nas principais categorias de produtos.

Permanecemos confiantes na nossa capacidade de crescer, de continuar ganhando participação de mercado e melhorar cada vez mais nossa eficiência operacional. A execução disciplinada da

10.2 - Resultado operacional e financeiro

nossa estratégia da Transformação Digital tem produzido bons resultados, e entendemos que existem grandes oportunidades para continuar crescendo nos próximos anos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita bruta da Companhia cresceu 25,9% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodoméstico de apenas 7,7%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento da receita bruta do e-commerce da Companhia de 52,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, versus o crescimento do mercado online de 7,5%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

Para 2018, no cenário macroeconômico, as perspectivas são significativamente melhores que no ano anterior. De acordo com o último relatório Focus, o mercado espera o crescimento do PIB de 2,90%, taxa de juros de 6,75% e inflação (IPCA) de 4,02% para 2018. O setor de bens duráveis pode ter um desempenho muito positivo considerando também a redução do desemprego, a incipiente expansão do crédito e, para a categoria de imagem, o advento da Copa do Mundo de Futebol, o maior evento esportivo do planeta.

No longo prazo, as perspectivas são ainda mais positivas, considerando fatores como: (i) o crescimento do e-commerce, fomentado pela população jovem e cada vez mais conectada, pelo aumento da penetração de smartphones e da velocidade de transmissão de dados cada vez mais rápida; (ii) a evolução do nosso marketplace, incluindo o aumento significativo do sortimento atual e de novas categorias de produtos; (iii) o crescimento da Classe C, que representa a maior parte da população brasileira (iv) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C; e (iv) o upgrade de consumo em função das novas tecnologias e funcionalidades dos produtos.

(b) Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletro eletrônicos e informática, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletro eletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

	2017	2016	2015
Crescimento do PIB (%) ⁽¹⁾	1,00%	-3,6%	-3,8%
Inflação (IGP-M) (%) ⁽²⁾	-0,5%	7,2%	10,5%
Inflação (IPCA) (%) ⁽³⁾	3,0%	6,3%	10,7%
CDI Médio ⁽¹⁾ (%) ⁽⁴⁾	9,9%	14,0%	13,4%
TJLP (%) ⁽⁵⁾	7,0%	7,5%	6,3%
Taxa SELIC Média (%) ⁽⁶⁾	9,8%	14,1%	13,6%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	-1,5%	19,6%	-31,9%
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$1,00 ⁽⁷⁾	3,3	3,3	3,9
Taxa média de câmbio – RS por US\$1,00 ⁽⁸⁾	3,2	3,5	3,3

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

(1) Fonte: Banco Central

(2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, medido pela IBGE.

(4) O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

(5) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

(6) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

(7) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

(8) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletro eletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas

10.2 - Resultado operacional e financeiro

receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter-financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia informam que em 03 de abril de 2017, foi consumada a aquisição da *startup* de tecnologia Donatelo Desenvolvimento de Software e Market Digital Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade do Itajubá, Estado de Minas Gerais, também conhecida como “Integra Commerce”.

A aquisição da Integra Commerce acelera a execução da principal estratégia de negócios da Companhia em 2017: o desenvolvimento de uma plataforma digital aberta - o marketplace - rentável, com os menores custos do mercado para os lojistas que desejarem fazer parte dela.

O valor justo do intangível identificado na combinação de negócios é de R\$ 2.020 milhões. Não foram identificados outros ativos e passivos relevantes na transação.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

No relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 existe parágrafo de ênfase considerando a reapresentação destas demonstrações contábeis para refletir os assuntos relativos à reclassificação da variação de títulos e valores mobiliários nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e aos lucros não realizados das transações de intermediação na venda de seguros de garantia estendida para a controlada em conjunto Luizaseg.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período das informações contábeis intermediárias/demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamento dos devedores ou emissores;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

10.5 - Políticas contábeis críticas

(iii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O julgamento da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Descrição dos ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (MTG Administração e Participações S.A. e PJD Agropastoril Ltda.) e com terceiros, cujos prazos médios têm duração de cinco anos, renováveis por mais cinco anos, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(iv) contratos de construção não terminada; e

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6(i) deste Formulário de Referência, a Companhia possui contratos de aluguel de imóveis, que foram classificados como arrendamento mercantil operacional. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais e serão registrados como despesas operacionais de alugueis.

(b) natureza e o propósito da operação

Tratam-se de diversos contratos de aluguel de imóveis, sendo eles utilizadas para suas lojas (858 lojas na data deste Formulário de Referência), centros de distribuição (10 centros de distribuição na data deste Formulário de Referência) e escritórios (3 escritórios na data deste Formulário de Referência).

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Em 31 de dezembro de 2017 os compromissos futuros oriundos dos contratos de aluguel acima citados, atualizados, montam, nos próximos cinco anos:

Ano	Valor
2018	354.399
2019	350.156
2020	366.303
2021	384.062
2022	403.429
Total	1.838.349

10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$170,8 milhões, incluindo a abertura de 60 novas lojas e maiores investimentos em tecnologia e logística em função da estratégia da Transformação Digital.

Em 2018, com os recursos captados na Oferta Subsequente de Ações, a Companhia deverá intensificar substancialmente seus investimentos com mais aberturas de novas lojas, transformação das lojas existentes em pontos de venda e centros de distribuição ("*shoppable distribution centers*"), projetos de tecnologia e logística e aquisição de empresas de tecnologia com atuação no segmento digital, a fim de suportar a estratégia de transformação digital.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realiza-los.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) Objeto das projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nossa administração é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, e em nosso Estatuto Social. Não possuímos comitês estatutários. Nosso Estatuto Social permite a criação de comitês pelo nosso Conselho de Administração, para o auxiliar no exercício de suas funções, e neste sentido criamos quatro comitês, sendo eles: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*; (ii) Comitês de Finanças e Crédito ao Consumidor; (iii) Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional; e (iv) Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.

Além dos órgãos que administram a Companhia, o Magazine Luiza tem um Conselho Fiscal permanente com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei: (a) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria; (b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; (d) atribuir aos Diretores as respectivas funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores; (e) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (f) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e os papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (g) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; (h) escolher e destituir os auditores independentes; (i) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários; (j) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (k) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução; (l) aprovar a criação e supressão de subsidiária e a participação da Companhia no capital de outras sociedades; (m) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia, bem como em fundações que patrocine; (n) manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; (o) autorizar a emissão de ações da Companhia, observado o seu capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedade por Ações; (p) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (q) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; (r) aprovar a celebração de todos e quaisquer contratos com partes relacionadas, com a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes; (s) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de programa previamente aprovado em Assembleia Geral; (t) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

em ações e sem garantia real; (u) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros; (v) estabelecer alçada da Diretoria para alienação ou oneração de bens do ativo permanente, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (w) estabelecer alçada da Diretoria para aquisição de bens do ativo permanente e outros compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (x) estabelecer alçada da Diretoria para contratar quaisquer captações de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam debêntures, notas promissórias e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (y) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; (z) dispor, observadas as normas do Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e (aa) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Compete ainda ao Conselho de Administração instituir e extinguir Comitês, nomear seus membros e estabelecer seus respectivos regimentos e competências.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance

O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance (“CARC”) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no artigo 23, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia, e tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: na supervisão das atividades normativas do Magazine Luiza a seguir descritas através de: (i) avaliação das Demonstrações Financeiras, Formulário de Referência, Press Release e Relatório da Administração divulgados externamente de acordo com os requerimentos regulamentares, (ii) avaliação da qualificação, performance e independência dos auditores independentes, (iii) monitoramento sobre a adequação do Magazine Luiza às exigências das leis e demais regulamentos, e (iv) monitoramento das atividades de gerenciamento dos principais riscos corporativos delegados formalmente pelo Conselho. O CARC, que possui Regimento Interno próprio, tem a função de assessorar o Conselho na supervisão:

I. Avaliação das Demonstrações Financeiras, Formulário de Referência, *Press Release* e Relatório da Administração divulgados externamente de acordo com os requerimentos regulamentares:

- a. Discutir com a administração do Magazine Luiza e os auditores independentes, as demonstrações financeiras intercalares e anuais;
- b. Discutir com os Auditores Independentes: as políticas e práticas contábeis adotadas pelo Magazine Luiza na preparação de seus relatórios financeiros; os tratamentos alternativos das informações financeiras, que tenham sido discutidas com a administração da empresa, as ramificações do uso desses tratamentos alternativos, as divulgações e o tratamento recomendado pelos auditores independentes; as dificuldades encontradas no

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

decorrer da auditoria, limitação no escopo dos trabalhos ou no acesso às informações e eventuais pontos de discordância com a administração com relação aos relatórios financeiros; e as comunicações relevantes entre os auditores independentes e a administração da empresa, tais como, correspondência sobre assuntos contábeis e controles internos, carta de gerência e planilha de diferenças apuradas pelos auditores independentes e não ajustadas pela empresa; e

c. Revisar com a administração da empresa: a efetividade dos procedimentos e controles de informações a serem divulgadas nos relatórios e informações financeiras; as tendências e desenvolvimentos nas práticas de elaboração e divulgação de relatórios financeiros da empresa; as transações relevantes com as partes relacionadas;

II. Avaliação da qualificação: performance e independência dos auditores independentes:

a. Opinar quanto à existência de eventuais conflitos de interesse que afetem a independência dos auditores independentes;

b. Opinar sobre a contratação ou destituição do auditor independente, bem como de qualquer contratação de serviços adicionais, não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, a serem prestados pelos auditores independentes do Magazine Luiza;

c. Discutir com os auditores independentes, o escopo, o planejamento e a alocação da equipe para a auditoria proposta para o ano corrente;

d. Supervisionar os trabalhos dos auditores independentes (incluindo a manifestação quanto a eventuais discordâncias entre a administração da empresa e os auditores independentes relacionadas com as demonstrações financeiras e formulário de referência), estabelecendo protocolo de comunicação com a empresa dos auditores independentes;

e. Discutir com o sócio líder do trabalho da empresa de auditoria independente, no mínimo anualmente: os procedimentos internos de controle de qualidade; a política de rotação do sócio responsável e dos demais membros das equipes de trabalho da auditoria independente; todos os relacionamentos profissionais e comerciais entre a empresa dos auditores independentes e a empresa para analisar a questão da independência dos mesmos; e

f. Avaliar anualmente as qualificações, a independência e o desempenho dos auditores independentes, recomendando ao Conselho a sua retenção ou substituição.

III. Monitoramento sobre adequação do Magazine Luiza às exigências das leis e demais regulamentos da Empresa:

a. Revisar com a administração da Empresa: a adequação e efetividade dos procedimentos para assegurar a aderência às normas legais e regulatórias aplicáveis; a quaisquer assuntos legais incluindo os estágios dos litígios pendentes e quaisquer relatórios ou questionamentos das agências reguladoras ou governamentais que possam ter impacto relevante nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

IV. Monitoramento das atividades de gerenciamento dos principais riscos corporativos delegados formalmente pelo Conselho, considerado que estes são gerenciados pelos Diretores responsáveis de cada área relevante do Magazine Luiza e são monitorados por estes mesmos Diretores (automonitoramento) de forma dependente, e pela auditoria interna de forma menos dependente, sendo que o Comitê monitora de forma global estes gerenciamentos e monitoramentos em ações de:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- a. Manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais do Magazine Luiza com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos;
- b. Monitorar o gerenciamento dos principais riscos corporativos delegados por meio de Indicadores de Risco e Indicadores de Performance, e informando periodicamente ao Conselho de administração o resultado deste monitoramento;
- c. Discutir com a administração, os auditores independentes e os auditores internos sobre quaisquer deficiências relevantes nos controles internos da empresa e as providências tomadas pela administração;
- d. Revisar a estrutura organizacional de auditoria interna, o plano de trabalho e sua atuação na avaliação sobre a efetividade dos controles internos, bem como sobre o cumprimento de políticas e procedimentos do Magazine Luiza;
- e. Periodicamente, manter reuniões com os executivos da auditoria interna para conhecer o progresso dos trabalhos planejados e os resultados das ações e recomendações efetuadas.

Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor

O Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor (“**COFIC**”) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 23, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) na definição da política e do planejamento financeiro da Companhia; (ii) na definição das políticas e dos níveis de endividamento adequados para as atividades da Companhia, bem como monitoramento de covenants contratuais e garantias; (iii) na definição da política de aplicações financeiras e de investimentos; (iv) monitoramento dos riscos financeiros para o Magazine Luiza e; (iv) no monitoramento das atividades das subsidiárias Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, e Luizaseg Seguros S.A.

O COFIC, que possui Regimento Interno próprio, tem as seguintes atribuições e responsabilidades, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

- I. Auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política e planejamento financeiro;
- II. Referendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração as políticas de endividamento, definição de covenants contratuais, concessão de garantias, definição de caixa mínimo, política de aplicações financeiras e investimentos, bem como todas as políticas complementares propostas pela Diretoria da Companhia, inclusive definição de alçadas;
- III. Referendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o orçamento anual e plurianual do Magazine Luiza;
- IV. Acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;
- V. Assessorar o Conselho nos assuntos específicos de sua competência e de acordo com as solicitações efetuadas pelo mesmo;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- VI. Supervisionar o cumprimento das políticas financeiras e suas políticas complementares, acompanhando o conjunto das operações realizadas pela Companhia através do monitoramento de indicadores definidos pelo Comitê;
- VII. Supervisionar a aderência das estratégias de riscos de mercado sob enfoque de cumprimento das políticas;
- VIII. Supervisionar e monitorar as atividades das subsidiárias Luizacred e Luizaseg;
- IX. Definir a política de contratação de seguros para o Magazine Luiza;
- X. Acompanhar e avaliar as transações e negócios com partes relacionadas, verificando sua aderência às boas práticas de governança corporativas.

Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional

O Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional (“**COPEs**”) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 23, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) no planejamento e desenvolvimento das estratégias de gestão de pessoas; (ii) no estabelecimento das políticas de remuneração e benefícios dos funcionários e administradores da Companhia; (iii) no acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas de gestão de pessoas e (iv) na preservação da cultura e valores da organização. O COPEs, que não possui regimento interno próprio, tem as seguintes atribuições definidas pelo Regimento Interno do Conselho de Administração, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

- I. Propor critérios para a avaliação do Diretor Presidente;
- II. Analisar a contratação, a avaliação, o desenvolvimento e eventuais desligamentos de Diretores;
- III. Analisar e opinar sobre políticas de recursos humanos propostas pela área corporativa correlata, à luz das melhores práticas universalmente reconhecidas, bem como sobre as estratégias, as oportunidades e os riscos a que a empresa está exposta nesta área;
- IV. Propor a política de remuneração variável de curto e de longo prazo, fixa e variável, para todos os níveis da estrutura organizacional, acompanhado especialmente a adequação competitiva da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- V. Analisar as propostas de sistemas de avaliação de desempenho, as políticas de cargos e salários e os programas de treinamento e desenvolvimento do quadro funcional das áreas de negócios e de apoio;
- VI. Acompanhar e contribuir de forma continuada com os processos de atração, desenvolvimento e retenção de talentos, bem como os planos de sucessão de Diretores e de outras posições críticas da estrutura da Companhia;
- VII. Recomendar ações que promovam e disseminem os valores e a cultura organizacional, alinhado-os aos propósitos orientadores da Companhia;
- VIII. Acompanhar a evolução da estrutura organizacional da Companhia e recomendar ajustes exigidos por diretrizes estratégicas de negócios e gestão;
- IX. Propor objetivos e critérios, acompanhar os trabalhos e propor ações decorrentes de avaliações do clima organizacional;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

X. Propor diretrizes para mobilização da administração no enfrentamento de situações de crise; e

XI. Acompanhar a gestão do Código de Conduta da Companhia.

Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital

O Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital (“**CONED**”) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 23, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) no desenvolvimento das estratégias de negócios da Companhia; (ii) na definição e acompanhamento do planejamento de longo prazo; e (iii) no desenvolvimento das estratégias de transformação digital e de inovação. O CONED, que não possui regimento interno próprio, tem as seguintes atribuições definidas pelo Regimento Interno do Conselho de Administração, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

I. Promover a discussão e o consenso prévio de grandes direcionadores para os negócios e a gestão da Companhia, a ser levados para o Conselho, para o planejamento estratégico plurianual abrangendo: escopo empresarial; novos negócios; verticalizações e integração; ingresso em novos mercados, aquisições, fusões e associações, grandes metas de crescimento dos negócios, expectativas de excelência operacional e de resultados; restrições relacionadas a recursos, níveis de endividamento e riscos; macro-políticas corporativas;

II. Propor anualmente o conjunto de direcionadores estratégicos que o Conselho encaminhará à Diretoria para a formulação das estratégias anuais de negócios e de gestão;

III. Avaliar o alinhamento dos planos estratégicos anuais ao planejamento plurianual, apontado ajustes que venham a ser recomendáveis;

IV. Acompanhar anualmente os trabalhos de revisão e de realinhamento do planejamento plurianual e de formulação de diretrizes anuais;

V. Recomendar, em listas tríplices qualificadas, se julgar necessária, a contratação de empresa de consultoria especializada em estratégia empresarial para atuação junto à Diretoria, na formulação de planos estratégicos;

VI. Definir painéis para acompanhamento, pelo Conselho, das diretrizes e de grandes projetos estratégicos em curso na Companhia;

VII. Orientar trabalhos para manter atualizado o mapeamento de todos projetos de transformação digital em andamento na Companhia;

VIII. Orientar trabalhos de acompanhamento das inovações das empresas concorrentes no mercado nacional; e

IX. Orientar a promoção de pesquisas de âmbito mundial sobre inovações tecnológicas relacionadas aos negócios da Companhia, desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração deverão atuar em conjunto, sempre que necessário, mantidas as atribuições específicas de cada um dos Comitês.

(i) regimento interno próprio

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada em 21 de setembro de 2016 e publicada no site da Companhia (ri.magazineluiza.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br). O Comitê de Auditoria, Riscos e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compliance possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 03 de abril de 2014. O Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012. O Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional não possuem regimento interno próprio.

(ii) comitê de auditoria estatutário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui comitê de auditoria não estatutário.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

O Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* ("CARC") é responsável por assessorar o Conselho de Administração no processo de avaliação dos trabalhos da auditoria independente. Periodicamente são realizadas análises quanto a qualificação, independência (conflitos de interesse) e desempenho dos auditores, recomendando ao Conselho de Administração sua retenção ou substituição.

O CARC realiza discussões e avaliações quanto ao escopo, planejamento e orçamento dos trabalhos de auditoria independente, ao menos anualmente. A execução dos trabalhos de auditoria também é supervisionada e avaliada em base recorrente ao menos trimestral, reportando ao Conselho de Administração os resultados dessa avaliação.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra-Auditoria, cuja última revisão foi aprovada em 28 de março de 2018 pelo Conselho de Administração. Tal política determina os princípios e diretrizes formais para o processo de contratação da empresa de auditoria independente e de serviços extra-auditoria, pela Companhia.

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria da Companhia será composta de até 4 (quatro) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro, um Diretor de Administração e Controle e os demais Diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu Estatuto Social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) 2 (dois) membros da Diretoria; (b) 1 (um) membro da Diretoria, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração; (c) 1 (um) membro da Diretoria e um procurador; ou (d) 2 (dois) procuradores.

Compete ao Diretor Presidente: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte, ou indicar um Diretor ou procurador para fazê-lo; (ii) prestar contas ao Conselho de Administração, atuando nos assuntos institucionais da Companhia, dirigindo o desenvolvimento de inovações e novos negócios; (iii) dirigir os negócios e a administração geral da Companhia, orientando os trabalhos dos demais diretores; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (v) conceder licença aos membros da Diretoria e indicar-lhes substitutos; (vi) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor e (vii) tomar decisões de caráter de urgência de competência da Diretoria, "*ad referendum*" desta.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor Vice-Presidente: (i) elaborar o planejamento comercial da Companhia; (ii) supervisionar as atividades de compra de produtos; (iii) adotar uma política de preços competitivos; (iv) estabelecer sortimento de produtos em consonância com as exigências do mercado; (v) coordenar as operações de lojas; (vi) supervisionar as atividades promocionais; (vii) estabelecer políticas de vendas; (viii) zelar pela satisfação e fidelização dos clientes da Companhia.

Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle financeiro da Companhia; (ii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iv) manter atualizado os registros da Companhia perante a CVM.

Compete ao Diretor de Administração e Controle: (i) acompanhar as metas orçamentárias da Companhia; e (ii) exercer o controle dos bens patrimoniais e promover a gestão contábil e fiscal da Companhia e de suas controladas.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2012, e se tornou permanente por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2013. O Conselho Fiscal possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada em 02 de agosto de 2013 e publicada no site da Companhia (ri.magazineluiza.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Nosso Estatuto Social prevê a possibilidade de criação de comitês para auxiliar nosso Conselho de Administração no exercício de suas atribuições, e neste sentido em 22 de março de 2012 criamos dois comitês, sendo eles (i) Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*; e (ii) Comitês de Finanças e Crédito ao Consumidor. Posteriormente, em 04 de maio de 2016, criamos outros dois comitês: (i) Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional; e (ii) Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) conforme políticas e práticas adotadas internamente.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

As avaliações do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual. As avaliações são realizadas de forma colegiada.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

Não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, quaisquer alterações na metodologia e critérios utilizados na avaliação dos administradores da Companhia.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento implementam planos de ações como, por exemplo, revisões dos planejamentos dos trabalhos para abordagem ou priorização de tópicos específicos, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

Conforme determina a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias são convocadas com 15 dias de antecedência para a primeira convocação e 8 dias para a segunda. Em determinadas circunstâncias, a pedido de qualquer acionista, a CVM poderá aumentar o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação para até 30 dias.

(b) competências

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e) reformar o Estatuto Social; f) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado; g) deliberar sobre qualquer reestruturação financeira envolvendo direta ou indiretamente a Companhia; h) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades; i) deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento ou grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; j) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência; k) deliberar sobre a dissolução da Companhia, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação; l) distribuir dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório; m) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados; n) deliberar o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a adesão e saída do Novo Mercado; o) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria do registro perante a CVM, aquisição de participação relevante ou saída do Novo Mercado; p) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e q) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto em lei e no Estatuto Social da Companhia, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.magazineluiza.com.br); *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e *site* da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano e que, cumulativamente, seja acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notorização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Conforme consta do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá ser constituído há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração. No entanto, a Companhia orienta seus acionistas a depositar os instrumentos de procuração com uma antecedência de 24 horas da realização da Assembleia Geral.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notariados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Nos termos da Instrução CVM 481, adotamos a possibilidade do nosso acionista exercer o direito de voto à distância nas Assembleias Gerais Ordinárias.

O acionista que optar por exercer o direito de voto à distância por meio do envio do boletim de voto à distância diretamente à Companhia deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@magazineluiza.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio, com antecedência de 4 (quatro) dias da realização da Assembleia Geral, da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos, para a sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Os documentos firmados no exterior deverão ser notariados e legalizados por autoridade competente no local de sua emissão.

Conforme disposição do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**ICVM 481**”), o boletim de voto à distância e demais documentos comprobatórios será recebido até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, sendo que os boletins de voto à distância recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados.

Ainda, nos termos do artigo 21-U da ICVM 481, comunicaremos ao acionista, em até 3 (três) dias da data de recebimento do boletim de voto à distância e respectivas documentações exigidas, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Caso o boletim de voto à distância seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado boletim de voto à distância.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A da ICVM 481, e enviar por correspondência para Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, São Paulo/SP, CEP 02051-000, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do envio de correio eletrônico para o endereço ri@magazineluiza.com.br, nos prazos estabelecidos pela legislação vigente.

Nos termos da ICVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e/ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos a cada 2 (dois) meses, e, extraordinariamente, caso o Presidente do Conselho de Administração solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 15 (quinze) dias de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

No último exercício social, foram realizadas 18 reuniões do Conselho de Administração, sendo 04 reuniões ordinárias e 14 reuniões extraordinárias.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem acordos de acionistas que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho de administração em vigor.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

De acordo com o estatuto social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa em assembleia geral de acionistas, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia. A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

A Companhia não adota práticas adicionais sobre identificação e eventual administração de conflitos de interesses.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(ii) principais características

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adota uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração.

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Roberto Bellissimo Rodrigues 251.674.028-08	29/09/1975 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	25/04/2017 25/04/2017	Até RCA após AGO 2019 Sim	5 0.00%
Diretor Financeiro.					
Maria Isabel Bonfim de Oliveira 046.688.188-60	13/09/1962 Contadora	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores	25/04/2017 25/04/2017	Até 1ª RCA após AGO 2019. Sim	8 0.00%
Não há.					
Frederico Trajano Inácio Rodrigues 253.929.608-47	25/03/1976 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	25/04/2017 25/04/2017	Até 1ª RCA após AGO 2019. Sim	7 0.00%
Não há.					
Fabício Bittar Garcia 212.460.718-94	06/01/1978 Empresário	Pertence apenas à Diretoria 11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	25/04/2017 25/04/2017	Até 1ª RCA após AGO 2019. Sim	5 0.00%
Não há.					
Carlos Renato Donzelli 122.456.288-70	29/10/1969 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/04/2019 10/05/2019	Até AGO de 2020. Sim	10 100.00%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor; e Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.					
Inês Corrêa de Souza 299.870.677-00	09/08/1950 Administradora de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/04/2019 10/05/2019	Até AGO de 2020. Sim	10 100.00%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor.					
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues 052.571.868-02	09/10/1948 Empresária	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	12/04/2019 10/05/2019	Até AGO de 2020. Sim	14 92.30%
Membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.					
Marcelo José Ferreira e Silva 018.752.214-68	18/03/1951 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	12/04/2019 10/05/2019	Até AGO de 2020. Sim	3 100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor; do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.					
José Paschoal Rossetti	18/09/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020.	3
016.391.880-53	Professor	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	10/05/2019	Sim	100.00%
Não há.					
Betânia Tanure de Barros	14/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020.	2
385.001.086-49	Psicóloga e Empresária	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	10/05/2019	Sim	92.30%
Não há.					
Sílvio Romero de Lemos Meira	02/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/04/2019	Até AGO de 2020.	1
851.577.168-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	10/05/2019	Sim	92.30%
Membro do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.					
José Antônio Palamoni	22/06/1937	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020.	1
202.536.998-00	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	10/05/2019	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.					
Walbert Antônio dos Santos	26/10/1957	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020.	1
867.321.888-87	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	10/05/2019	Sim	100.00%
Não há.					
Mauro Marangoni	18/10/1949	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020	7
541.922.008-30	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	10/05/2019	Sim	0.00%
Não há.					
Robinson Leonardo Nogueira	29/04/1976	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020.	7
201.470.788-06	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	10/05/2019	Sim	0.00%
Não há.					
Thiago Costa Jacinto	08/09/1985	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020.	3
010.562.761-50	Empresário	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	10/05/2019	Não	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não há.

Eduardo Christovam Galdi Mestieri	08/01/1991	Conselho Fiscal	12/04/2019	Até AGO de 2020.	3
398.427.698-28	Administrador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	10/05/2019	Não	100.00%

Não há.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Roberto Bellissimo Rodrigues - 251.674.028-08

Roberto Bellissimo Rodrigues – Tem graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1997. Iniciou sua carreira na área de mercado de Capitais no Bradesco BBI no período de 1997 a 2001. Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2001, onde respondeu pela Coordenação no Departamento de Orçamento, Gerente de Controladoria, Diretor de Controladoria e, em 2010, assumiu nossas Diretorias Financeira e de Relações com Investidores. Atualmente, é também membro do conselho de administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2012. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Maria Isabel Bonfim de Oliveira - 046.688.188-60

Maria Isabel Bonfim de Oliveira – Formada como Técnica de Contabilidade pelo Instituto Francano de Ensino em 1982, iniciou suas atividades na Companhia. em 1982 como contadora e, em 1992, passou a gerenciar o Departamento de Orçamento. Atuou como Diretora de Controladoria a partir de 2001 e, em 2010, tornou-se nossa Diretora de Administração e Controle. Atualmente, é membro do conselho de administração da Luizaseg Seguros S/A, companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2007. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Frederico Trajano Inácio Rodrigues - 253.929.608-47

Frederico Trajano Inácio Rodrigues – Tem graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em Finanças pela University of Califórnia – Berkeley. Iniciou sua carreira atuando nos setores de varejo e bens de consumo na Deutsche Bank Securities entre os anos de 1998 e 1999. Trabalhou nos setores de tecnologia, internet e telecomunicações na Westsphere Equity Investors, entre os anos de 1999 a 2000. Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2000, onde respondeu pelo departamento de E-Commerce. Em 2002, assumiu nossa Diretoria de Marketing. Em 2005, foi eleito Diretor Comercial estatutário, em 2010, eleito Diretor Executivo de Vendas e Marketing e em 2015, eleito Diretor Presidente. Atualmente, é também membro efetivo do Conselho de Administração da Luizaseg Seguros S/A, companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2005. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Fabício Bittar Garcia - 212.460.718-94

Fabício Bittar Garcia – Graduiu-se em administração de empresas pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e fez especialização em administração de empresas pela Universidade de São Paulo. Iniciou sua carreira atuando na área comercial da Companhia em 1996. Assumiu o cargo de Gerente Adjunto de Compras em 2003 e passou a Diretor Adjunto de Compras e Diretor de Compras entre os anos de 2006 e 2009. De agosto de 2010 a fevereiro de 2016, ocupou o cargo de Diretor Comercial e, a partir de fevereiro de 2016 foi eleito Diretor Vice-Presidente do Magazine Luiza. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2009. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli – Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Conselheiro na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), desde sua criação em 2014. É também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor da Companhia, e membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A., companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2014. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

Inês Corrêa de Souza – Graduiu-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente foi Diretora Financeira da Companhia Vale do Rio Doce, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, STOGAS S.A., companhia do setor petroquímico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e da Radix Engenharia e Software S.A., companhia do setor de tecnologia, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, atuando também em diversos comitês. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor de Vendas e Marketing na Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato, Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupa desde 2009. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que ocupa até a presente data. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para os biênios 2009-2010 e 2015-2016. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Participou do Conselho de Administração da Luizacred S.A. de 2002 a 2013, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho em 2012. Atualmente, é também Presidente do Conselho de Administração da LuizaSeg Seguros S.A., companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido os cargos em 2005. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupa também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Foi indicada pela Presidência da república para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Público Olímpico da Autoridade Pública Olímpica. Também participa voluntariamente como Conselheira da FEA USP de Ribeirão Preto, Conselho da Cidade de São Paulo e Conselho Consultivo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Além disso, é conferencista em diversos eventos, em que relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva, graduou-se em economia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE em 1972, em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco – FESP. Iniciou sua carreira atuando na área de auditoria na empresa Arthur Andersen & Co entre 1971 e 1978. Trabalhou na área financeira na empresa Grupo Bompreço, entre os anos de 1978 a 2001. Atuou como diretor superintendente na empresa G. BARBOSA no ano de 2002 e na empresa Casas Pernambucanas durante o período de 2002 a 2009. De 2009 a 2015, ocupou o cargo de Diretor Superintendente da Companhia. É membro do Conselho de Administração da Óticas Carol S.A. companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e da Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte S/A, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2013, e em 2015 foi eleito membro do Conselho de Administração do Grupo Sílvio Santos companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Em agosto de 2012, foi negado, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, o recurso interposto pelo Sr. Marcelo contra decisão da CVM em processo administrativo envolvendo atividades relacionadas ao cargo de Diretor de Relações com Investidores da Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, no qual lhe foi imposta multa pecuniária.

José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53

José Paschoal Rossetti - Professor, pesquisador e consultor da Fundação Dom Cabral nas áreas de Macroambiente, Impactos de Macromudanças nos Negócios e Formulação Estratégica. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor e condutor de processos de planejamento estratégico em cerca de 50 empresas do país. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de governança corporativa em grandes empresas. Sócio-Diretor da Rossetti Consultores Associados, empresa dedicada à formulação de estratégias de negócios e à estruturação de ambientes de governança corporativa. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da Companhia, da Raia Drogasil, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, do Grupo Boticário, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Química Amparo/YPÊ, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e da Marilan, companhia do setor alimentício, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. É Presidente do Conselho de Administração das Usinas Santa Adélia, companhia do setor sucroenergético, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, nas áreas de economia e governança corporativa, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Betânia Tanure de Barros - 385.001.086-49

Betânia Tanure de Barros – Graduada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (“PUC/MG”). É pós graduada em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra) e doutora pela Brunel University (Inglaterra). Sócia fundadora da Betania Tanure Associados, foi professora da PUC/MG nos cursos de mestrado e doutorado realizados em parceria com a Fundação Dom Cabral, onde atuou durante 15 (quinze) anos como diretora responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais. É professora convidada do INSEAD (França), do TRIUM (New York University, London School of Economics, HEC) e da London Business School (Inglaterra) e também conferencista em eventos no Brasil e no exterior nas áreas de gestão empresarial, desenvolvimento de executivos, gestão de cultura em processos de transformação, em fusões e aquisições, liderança e equipes de alta performance, impacto da cultura do país nos processos de internacionalização, gestão de pessoas e governança. Atua em projetos de diversas empresas nacionais e internacionais como por exemplo ArcelorMittal, Banco Santander, Banco Central do Brasil, entre outras. Autora de diversos livros, artigos, papers e cases publicados no Brasil e no exterior, inclusive artigos na Harvard Business Review. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas da Marisol S.A., companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, tendo sido conselheira em outros grandes grupos brasileiros como o Grupo RBS (RBS Participações S.A.), companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e Medial Saúde S.A., companhia do setor de serviços de saúde, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

Graduou-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977; é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco; e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. É professor emérito do Centro de Informática da UFPE – RECIFE; pesquisador sênior do Instituto SENAI para Inovação em TICs, fundador e presidente do Conselho de Administração do Porto Digital e co-criador e provocador-chefe de uma das primeiras redes de business designers do Brasil, a IKEWAI. Participa da rede que está criando a agência Recife para inovação e estratégia, ARIES. É professor titular aposentado do Centro de Informática da UFPE. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É comentarista da rádio CBN, consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, redes sociais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Autor de mais de trezentos artigos científicos e muitas centenas de textos sobre tecnologias da informação e seu impacto na economia, sociedade e pessoas, além de autor do livro "Novos Negócios Inovadores de Crescimento Empreendedor no Brasil". Detém as ordens nacionais do mérito científico 1996, do Rio Branco 2001 e a medalha do conhecimento do MDIC 2008. Em 2006, recebeu do Governo de Pernambuco a mais alta comenda do estado, a ordem do mérito dos Guararapes. Em 2007, a época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Não trabalhou, nos últimos 5 anos, em qualquer empresa que integre o grupo econômico da Companhia ou que seja controlada por acionista da Companhia. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

José Antônio Palamoni - 202.536.998-00

José Antônio Palamoni – Formou-se como técnico contábil com curso de matemática financeira, liderança, gestão estratégica e tributária no Instituto Francano de Ensino em 1961. Iniciou suas atividades na Companhia em 1963, como contador. Atua, desde 1991, como Diretor Executivo do Grupo Luiza e participa ativamente do Conselho de Administração da holding dos acionistas. Atualmente, é também membro do conselho de administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2002. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Walbert Antônio dos Santos - 867.321.888-87

Walbert Antônio dos Santos – Graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade Visconde de Cairu, em 1996. Iniciou suas atividades profissionais na área bancária, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal de 1976 a 1980. Posteriormente atuou durante 35 anos como auditor e consultor empresarial, tendo sido Sócio da Arthur Andersen & CO e após 2002, Sócio da Deloitte Touche Thomatsu auditores, onde encerrou sua carreira em 2015. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Mauro Marangoni - 541.922.008-30

Mauro Marangoni graduou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Franca-SP, em 1986, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob nº 110.596. Iniciou suas atividades na MTG Participações, companhia do setor de administração e participações, integrante do grupo econômico da Companhia, no ano de 1991, onde desenvolve seu trabalho nas áreas cível e imobiliária e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Robinson Leonardo Nogueira - 201.470.788-06

Robinson Leonardo Nogueira graduou-se em Administração pela Universidade Luterana do Brasil, em 2011. Iniciou suas atividades na MTG Participações, em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade, onde passou a responder por toda os assuntos voltados à contabilidade e tributário da empresa. Em 2005, assumiu a gestão de controles internos e gerenciais. Atualmente responde pela gestão financeira da MTG Participações, companhia do setor de administração e participações, integrante do grupo econômico da Companhia e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50

Thiago Costa Jacinto - cursou 3 anos de Ciências Econômicas na Fundação Armando Alvares Penteado. Iniciou sua carreira na área de contabilidade para pessoa jurídica na LC Contabilidade Ltda., entre 2004 e 2006. Atuou como analista de empresas e trader de ações na CM Capital Markets Asset Management de 2006 a 2007. Trabalhou na Ashmore Brasil Gestão de Recursos Ltda de 2007 a 2009 como analista de empresas e trader de renda fixa, moedas e derivativos, local e offshore. Em 2009 fundou o TCJ Capital, fundo de investimento em ações, onde atuou como analista de empresas e gestor. Em 2015 o TCJ Capital foi incorporado pela Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, onde atua no time de gestão, exercendo a função de analista de empresas brasileiras e estrangeiras. É conselheiro fiscal da Unicasa Indústria de Móveis S/A desde 2015. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Eduardo Christovam Galdi Mestieri - 398.427.698-28

Eduardo Christovam Galdi Mestieri - Formado em Administração de empresas pelo Insper, em Dezembro 2012. Ingressou na Skipper Investimentos como estagiário em Julho 2012 e se juntou ao time de análise em 2013, onde permaneceu até a fusão com a VentureStar Investimentos em setembro de 2013. Na VentureStar continuou como Analista até a formação da Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Betânia Tanure de Barros	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Psicóloga	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	75.00%
385.001.086-49	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		14/04/1961	20/04/2018	2	
Não há.						
Carlos Renato Donzelli	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
122.456.288-70	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		29/10/1969	20/04/2018	6	
Membro do Conselho de Administração; e Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.						
Carlos Renato Donzelli	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
122.456.288-70	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		29/10/1969	20/04/2018	6	
Membro do Conselho de Administração; e Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor.						
Emília Telma Nery Rodrigues Geron	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Assistente Social	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
058.907.558-62	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		22/10/1962	20/04/2018	2	
Não há.						
Fabrcio Gomes	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	0.00%
226.190.198-42	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		30/06/1982	20/04/2018	0	
Membro do Conselho de Administração.						

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Inês Corrêa de Souza	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
299.870.677-00	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		09/08/1950	20/04/2018	6	
Membro do Conselho de Administração.						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresaria	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
052.571.868-02	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		09/10/1948	20/04/2018	2	
Presidente do Conselho de Administração; e membro do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital.						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresaria	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
052.571.868-02	Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital		09/10/1948	20/04/2018	2	
Presidente do Conselho de Administração; e membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		18/03/1951	20/04/2018	2	
Vice-Presidente do Conselho de Administração; membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor		18/03/1951	20/04/2018	2	
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital						

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional		18/03/1951	20/04/2018	2	
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
018.752.214-68	Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital		18/03/1951	20/04/2018	2	
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance						
Paulo Antônio Baraldi	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador e Administrador de Empresas	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
487.827.268-68	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		03/06/1949	20/04/2018	5	
Não há.						
Sílvio Romero de Lemos Meira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	20/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2019	100.00%
851.577.168-34	Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital		02/02/1955	20/04/2018	2	
Não há.						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Betânia Tanure de Barros - 385.001.086-49						
Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.						
Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70						
Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70						
Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.						

Emília Telma Nery Rodrigues Geron - 058.907.558-62

Emília Telma Nery Rodrigues Geron, graduou-se em serviço social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em 1984, e em direito, pela Faculdade de Direito de Franca – FDF, em 1991. Em 1992, formou-se em Psicodrama pelo Instituto Ânimos Psicodrama e Educação - São Paulo (entidade ligada à FEBRAP – Federação Brasileira de Psicodrama). Formou-se também em Gestão Estratégica de Pessoas (GEP) pela Fundação Dom Cabral, em 2014. Em 2015, participou do Curso para Conselheiros de Administração no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Trabalhou no Magazine Luiza durante 31 anos, ocupando vários cargos dentro da área de Recursos Humanos, inclusive ocupando a cadeira de Diretora de Recursos Humanos de 2003 a março de 2016. Atualmente, é membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Fabício Gomes - 226.190.198-42

Fabício Gomes graduou-se em Administração pela Universidade Estadual Paulista – UNESP em 2003 e em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Claretiano em 2010. Pós-graduou-se em Controladoria e Finanças na Universidade de São Paulo – USP em 2013. Trabalhou como gerente de auditoria na Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no período de 2003 a 2010, onde desenvolveu trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras (participação em ofertas públicas de valores mobiliários), controles internos, gestão de riscos e compliance. Atua, desde 2010, como gerente de gestão de riscos corporativos na MTG Participações. Foi membro do Conselho Fiscal da Companhia de 2013 a 2018. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Para informações sobre experiência profissional e/ou declaração de eventuais condenações, vide seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Paulo Antônio Baraldi - 487.827.268-68

Paulo Antônio Baraldi graduou-se em Ciências Contábeis e em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas em 1975, cursou o Advanced Management Programme do INSEAD – França em 1996. Participou em diversos cursos no Brasil e no Exterior, inclusive como palestrante, através das empresas em que foi sócio. Foi sócio nas seguintes empresas de consultoria e auditoria: Coopers & Lybrand, Arthur Andersen e Deloitte entre 1986 e 2003. Atualmente é sócio na Risk at Risk Consulting, empresa de Consultoria que iniciou suas atividades em 2003. Foi conselheiro fiscal do Banco Votorantim S.A. entre 2009 e 2010, do Banco ABC Brasil S.A entre 2010 e 2011 e na Renuka do Brasil S.A em 2012. Participou do comitê de auditoria do Grupo Novo Mundo entre 2010 a 2012. Desde 2007 é membro do comitê de auditoria do Grupo José Alves. Em 30 de abril de 2013 foi eleito membro do Comitê de Auditoria da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

Sílvio Romero de Lemos Meira, graduou-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977; é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco; e phd em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. É professor emérito do Centro de Informática da UFPE – RECIFE; professor associado da Escola de Direito da FGV-RIO, fundador e presidente do Conselho de Administração do Porto Digital e co-criador e provocador-chefe de uma das primeiras redes de business designers do Brasil, a IKEWAI. Participa da rede que está criando a agência Recife para inovação e estratégia, ARIES. É professor titular aposentado do centro de informática da UFPE. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014, e foi fellow e faculty associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É comentarista da rádio CBN, consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, redes sociais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Autor de mais de trezentos artigos científicos e muitas centenas de textos sobre tecnologias da informação e seu impacto na economia, sociedade e pessoas, além de autor do livro “Novos Negócios Inovadores de Crescimento Empreendedor no Brasil”. Detém as ordens nacionais do mérito científico 1996, do Rio Branco 2001 e a medalha do conhecimento do MDIC 2008. Em 2006, recebeu do Governo de Pernambuco a mais alta comenda do estado, a ordem do mérito dos Guararapes. Em 2007, a época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Diretor Presidente	253.929.608-47	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Membro Suplente do Conselho de Administração	253.929.608-47	Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Fabício Bittar Garcia Diretor	212.460.718-94	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Flávia Bittar Garcia Faleiros Diretora	219.580.708-31	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Fabício Bittar Garcia Diretor	212.460.718-94	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Franco Bittar Garcia Diretor	219.466.798-95	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Franco Bittar Garcia Diretor	219.466.798-95	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Flávia Bittar Garcia Faleiros Diretora	219.580.708-31	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017Administrador do Emissor

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Luiza Participações S.A.
Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

00.835.086/0001-72

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Fabício Bittar Garcia
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Wagner Garcia Participações S.A.
Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.

01.878.512/0001-18

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Frederico Trajano Inácio Rodrigues
Diretor Presidente

253.929.608-47

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Luizaseg Seguros S.A.
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

07.746.953/0001-42

Observação

Não há.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabício Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente	212.460.718-94	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LTD Administração e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabício Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente	212.460.718-94	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
José Antônio Palamoni	202.536.998-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
José Antônio Palamoni	202.536.998-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função LTD Administração e Participações S.A. Diretor Executivo, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor José Antônio Palamoni Membro do Conselho de Administração	202.536.998-00	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luiza Administradora de Consórcios Ltda. Diretor, nossa controlada direta.	60.250.776/0001-91		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Marcelo José Ferreira e Silva Vice-Presidente do Conselho de Administração	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Marcelo José Ferreira e Silva Vice-Presidente do Conselho de Administração	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizaseg Seguros S.A. Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta	07.746.953/0001-42		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--------------------------------------------------------------	----------------------------

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Roberto Bellissimo Rodrigues
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

251.674.028-08

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Maria Isabel Bonfim de Oliveira
Diretora de Administração e Controle

046.688.188-60

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Luizaseg Seguros S.A.
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

07.746.953/0001-42

Observação

Não há.

Exercício Social 31/12/2016**Administrador do Emissor**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Luiza Participações S.A.
Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

00.835.086/0001-72

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	-----------------------------------------------------------	----------------------------

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Fabício Bittar Garcia
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Wagner Garcia Participações S.A.
Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.

01.878.512/0001-18

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Frederico Trajano Inácio Rodrigues
Diretor Presidente

253.929.608-47

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Luizaseg Seguros S.A.
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

07.746.953/0001-42

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Fabício Bittar Garcia
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

LTD Administração e Participações S.A.
Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.

66.117.474/0001-26

Observação

Não há.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabício Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente	212.460.718-94	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
José Antônio Palamoni Membro do Conselho de Administração	202.536.998-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
José Antônio Palamoni	202.536.998-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Diretor Executivo, nossa controladora direta.			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
José Antônio Palamoni	202.536.998-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Luiza Administradora de Consórcios Ltda. Diretor, nossa controlada direta. Observação Não há.	60.250.776/0001-91		
<hr/>			
Administrador do Emissor Marcelo José Ferreira e Silva Vice-Presidente do Conselho de Administração	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta. Observação Não há	02.206.577/0001-80		
<hr/>			
Administrador do Emissor Marcelo José Ferreira e Silva Vice-Presidente do Conselho de Administração	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizaseg Seguros S.A. Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta. Observação Não há.	07.746.953/0001-42		
<hr/>			
Administrador do Emissor Roberto Bellissimo Rodrigues Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	251.674.028-08	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Maria Isabel Bonfim de Oliveira
Diretora de Administração e Controle

046.688.188-60

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Luizaseg Seguros S.A.
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta

07.746.953/0001-42

Observação

Não há.

Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor**

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues
Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Luiza Participações S.A.
Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

00.835.086/0001-72

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Fabício Bittar Garcia
Diretor Comercial

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Wagner Garcia Participações S.A.
Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.

01.878.512/0001-18

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Diretor de Vendas e Marketing	253.929.608-47	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizaseg Seguros S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	07.746.953/0001-42		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabício Bittar Garcia Diretor Comercial	212.460.718-94	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LTD Administração e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabício Bittar Garcia Diretor Comercial	212.460.718-94	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
José Antônio Palamoni Membro do Conselho de Administração	202.536.998-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LTD Administração e Participações S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração	66.117.474/0001-26		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretora Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
José Antônio Palamoni	202.536.998-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Diretor Executivo			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
José Antônio Palamoni	202.536.998-00	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.	60.250.776/0001-91		
Diretor			
Observação			
Não há.			

Administrador do Emissor			
Marcelo José Ferreira e Silva	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Superintendente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro do Conselho de Administração	02.206.577/0001-80		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Marcelo José Ferreira e Silva Diretor Superintendente	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizaseg Seguros S.A. Membro do Conselho de Administração	07.746.953/0001-42		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Roberto Bellissimo Rodrigues Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	251.674.028-08	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro do Conselho de Administração	02.206.577/0001-80		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor Maria Isabel Bonfim de Oliveira Diretora de Administração e Controle	046.688.188-60	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Luizaseg Seguros S.A. Membro do Conselho de Administração	07.746.953/0001-42		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Não há.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Em linha com a sua política de contratação de seguros, a Companhia contratou apólice de seguro de responsabilidade civil para seus Administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores da Companhia o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia e do pagamento de multas, penalidades e acordos contratuais e administrativos impostos aos administradores da Companhia, durante o regular exercício de suas atividades.

A apólice atualmente vigente foi contratada junto à Chubb Seguros Brasil S.A., sendo renovada anualmente no mês de junho. O prêmio total é de R\$76.475,40. A apólice possui cobertura máxima de R\$60.000.000,00, que cobre o pagamento de despesas suportadas pelos administradores, caso estes venham a ser responsabilizados a reparar danos causados, no exercício de suas funções, a terceiros ou a Companhia. O seguro abrange sinistros tais quais danos morais, danos à reputação, poluição, práticas trabalhistas indevidas, crises, multas e penalidades, erros e omissões, responsabilidade tributária, responsabilidade por danos materiais e corporais, entre outros.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Instalação em segunda convocação	Quórum
AGOE	(i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; (ii) destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; (iii) eleição os membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (v) fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia.	27/04/2015	Não	80%
AGE	Aprovação do grupamento de ações, na proporção de 8 (oito) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária;	30/09/2015	Não	81%
AGE	(i) alteração da composição da Diretoria Estatutária; (ii) alteração das competências atribuídas ao Diretor Presidente e inclusão das competências atribuídas ao Diretor Vice-Presidente; (iii) eleição do novo membro do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) alteração das regras referentes à outorga de procurações pela Companhia	05/02/2016	Não	76%
AGO	(i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (v) fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia.	18/04/2016	Não	70%
AGO	(i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (ii) destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (v) fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia.	20/04/2017	Não	79%
AGE	(i) extinção do plano de outorga de opções de ações, instituído em 1º de abril de 2011; (ii) aprovação do plano de incentivo atrelado a ações; e (iii) rerratificação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2016.	20/04/2017	Não	70%

12.12 - Outras informações relevantes

AGE	Aprovação do desdobramento de ações, na proporção de 01 (uma) ação ordinária para 08 (oito) ações ordinárias.	04/09/2017	Não	78%
AGE	(i) eleição de membros do Conselho de Administração; (ii) aprovação a retificação do limite da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2017, aprovado na AGO de 2017; e (iii) aprovou a alteração do artigo 5º do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social da Companhia deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 27 de setembro de 2017.	27/10/2017	Não	72%

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“**IBGC**”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;

12.12 - Outras informações relevantes

- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A nossa política de remuneração para os membros do Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, “**Diretores**”) tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essa política visa a retribuição do desempenho de nossos Administradores e lhes recompensar pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

Conselho da Administração

Os membros do conselho de administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros, com exceção dos honorários do presidente e vice-presidente, que são diferenciados, bem como de dois membros efetivos, que não fazem jus à remuneração por honorários fixos mensais.

Não obstante o acima, dois dos nossos membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração baseada em ações prevista no nosso plano de opção de compra.

Diretoria

A remuneração dos Diretores é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, poderá ser concedido a eles remuneração baseada em ações de nossa emissão. Além disso, nossos Diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro (somente Diretores estatutários), telefone, plano de saúde e vale refeição. Ademais, parte de nossos Diretores está sob regime celetista.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem o mínimo estabelecido pelo artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento da remuneração total segue descrita abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	77,82%	26,25%	82,86%
Benefícios	0,66%	0,66%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	15,56%	8,80%	17,14%
Remuneração Variável	Não há	55,65%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	5,95%	8,65%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	45,07%	42,01%	86,02%
Benefícios	0,18%	1,18%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	9,02%	12,31%	13,98%
Remuneração Variável	Não há	36,98%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	45,73%	7,52%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	35,76%	66,12%	100,00%
Benefícios	Não há	1,17%	Não há
Participação em comitês	14,90%	Não há	Não há
Outros	1,42%	7,70%	Não há
Remuneração Variável	Não há	Não há	Não há
Remuneração Baseada em Ações	47,92%	25,01%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é estabelecida anualmente e está atrelada a metas que são desdobradas das intenções estratégicas da Companhia, e considera os resultados corporativos, os resultados individuais e a avaliação comportamental.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável de remuneração está vinculada (i) às metas corporativas, (ii) às metas individuais e (iii) à avaliação comportamental.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projeto diversos.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nos 12 (doze) meses imediatamente seguintes à alienação do controle da Companhia, caso qualquer dos Administradores seja destituído do seu cargo sem que tenha violado um de seus deveres ou atribuições, as opções detidas por tal administrador destituído, ainda que no curso do prazo de carência previsto no plano de opções, tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

Para definir a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema.

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

O Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional assessora o Conselho de Administração na avaliação e definição da remuneração dos administradores, emitindo seu parecer e fazendo as recomendações para a tomada de decisão do Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

O Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema, bem como avaliam as práticas de remuneração do segmento de varejo.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A avaliação é feita anualmente.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.414.000,00	5.296.677,00	360.000,00	9.070.677,00
Benefícios direto e indireto	0,00	103.547,00	0,00	103.547,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	682.800,00	1.918.195,00	72.000,00	2.672.995,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$1.918.195,00 informado no campo "Outros", R\$1.496.614,00 corresponde ao INSS patronal e R\$421.581,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	93.835,00	4.971.184,00	0,00	5.065.019,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Total da remuneração	4.190.635,00	24.289.603,00	432.000,00	28.912.238,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,67	4,00	3,00	13,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.456.000,00	4.245.219,00	300.536,00	7.001.755,00
Benefícios direto e indireto	20.939,00	106.022,00	0,00	126.961,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	491.200,00	1.422.492,00	62.187,00	1.975.879,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$1.422.492,00 informado no campo "Outros", R\$1.102.142,00 corresponde ao INSS patronal e R\$320.350,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	187.670,00	1.399.791,00	0,00	1.587.461,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Total da remuneração	3.155.809,00	16.173.524,00	362.723,00	19.692.056,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,58	4,00	3,00	13,58
Nº de membros remunerados	5,67	4,00	3,00	12,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.419.267,00	4.814.518,00	314.784,00	7.548.569,00
Benefícios direto e indireto	9.460,00	134.982,00	0,00	144.442,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	483.853,00	1.411.473,00	51.145,00	1.946.471,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$1.411.473,00 informado no campo "Outros", R\$1.088.619,00 corresponde ao INSS patronal e R\$325.854,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.238.521,00	0,00	4.238.521,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.453.838,00	862.505,00	0,00	3.316.343,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Total da remuneração	5.366.418,00	11.461.999,00	365.929,00	17.194.346,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	288.000,00	7.747.987,00	334.662,00	8.370.649,00
Benefícios direto e indireto	0,00	137.513,00	0,00	137.513,00
Participações em comitês	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
Outros	11.417,00	901.820,00	0,00	913.237,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$901.820,00 informado no campo "Outros", R\$472.613,00 corresponde ao INSS patronal e R\$429.207,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	385.985,00	2.930.357,00	0,00	3.316.342,00

Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Total da remuneração	805.402,00	11.717.677,00	334.662,00	12.857.741,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	07	04	03	14
Nº de membros remunerados	-	04	-	04
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0,00	Não há	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	14.400.000,00	Não há	14.400.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	12.000.000,00	Não há	12.000.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	07	04	03	14
Nº de membros remunerados	-	04	-	04
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0,00	Não há	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	9.000.000,00	Não há	9.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	5.500.000,00	Não há	5.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	9.000.000,00	Não há	9.000.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,58	4	3	13,58
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 4.238.521,00	Não há	R\$ 4.238.521,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 4.238.521,00	Não há	R\$ 4.238.521,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	R\$ 4.238.521,00	Não há	R\$ 4.238.521,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	6	3	15
Nº de membros remunerados	0	6	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 6.378.411,74	Não há	R\$ 6.378.411,74
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 6.378.411,74	Não há	R\$ 6.378.411,74
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Plano 2011

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão ("**Plano 2011**") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2011 e extinto em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão ("**Opções**"), nos termos do Plano 2011, os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas ("**Pessoas Elegíveis**").

O Plano 2011 será administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê ("**Comitê**"). O Conselho de Administração e o Comitê, conforme o caso e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2011, incluindo(a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano 2011; (b) o estabelecimento de metas relacionadas o desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano 2011. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2011, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob controle da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2011.

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o preço de exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Beneficiários ("**Contrato de Opção**"), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. As Opções outorgadas, nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2017

O nosso plano de incentivo atrelado às ações de emissão da Companhia ("**Plano 2017**") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, o Plano 2017 tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração ("**Programa**"), sendo elegíveis a participar do Plano 2017 e dos Programas os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades coligadas e controladas ("**Beneficiários**").

O Plano 2017 será administrado pelo nosso Conselho de Administração e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2017, incluindo (a) eleger, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas que serão instituídos no âmbito do Plano 2017; (b) tomar as medidas necessárias para a administração do Plano 2017 e dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação de suas disposições; (c) decidir quanto às datas de concessão dos incentivos atrelados a ações no âmbito dos Programas; (d) determinar as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e/ou dissolução e/ou liquidação da Companhia; (e) decidir quanto aos direitos dos Beneficiários em razão de cada um dos Programas; (f) deliberar e decidir acerca dos termos e condições dos Programas e aprovar os Programas, bem como seus respectivos regulamentos e contratos de adesão; (g) aprovar a emissão de novas ações no limite do capital autorizado da Companhia ou autorizar a utilização de ações em tesouraria para cumprimento dos termos deste Plano 2017 e dos Programas; (h) aditar os regulamentos dos Programas e respectivos Contratos de Adesão (abaixo definido); e (i) alterar ou extinguir os Programas. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2017, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades coligadas e/ou controladas da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2017.

A outorga dos incentivos a cada Beneficiário, nos termos do Plano 2017, é realizada mediante a celebração de contratos de adesão entre a Companhia e o respectivo Beneficiário, os quais deverão fixar todos os termos e condições de cada incentivo, conforme previsto no respectivo Programa ("**Contratos de Adesão**").

1º Programa de *Matching* de Ações

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de junho de 2017, o nosso 1º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Matching* de Ações ("**1º Programa de *Matching* de Ações**")

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

instituído no âmbito do Plano 2017. São elegíveis a participar do 1º Programa de *Matching* de Ações, os diretores da Companhia e/ou de sociedades coligadas e controladas da Companhia (“**Diretores Elegíveis**”), sendo que, dentre os Diretores Elegíveis, caberá ao Conselho de Administração da Companhia, a seu único e exclusivo critério, a seleção daqueles que farão jus aos incentivos instituídos neste Programa (“**Beneficiários do 1º Programa de Matching de Ações**”).

O 1º Programa de *Matching* de Ações (“**1º Programa**”) será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem caberá tomar as decisões relativas ao 1º Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

Os Beneficiários que optarem por aderir ao 1º Programa deverão aceitar formalmente todas as condições de participação por meio do “De acordo” a ser formalizado na Carta Oferta, e da celebração de Contrato de Adesão ao 1º Programa. A aceitação via Carta Oferta e a celebração dos respectivos Contratos de Adesão implicará a aceitação, pelos Beneficiários do 1º Programa, dos termos e condições estabelecidos no Plano 2017 e no Regulamento do 1º Programa.

(b) principais objetivos do plano

Plano 2011

Os objetivos principais do nosso Plano 2011 são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2011; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados aos Beneficiários.

Plano 2017

Os objetivos principais do nosso Plano 2017 são os seguintes: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2017; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Plano 2011

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das Opções ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2011.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Plano 2017

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento dos incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2017.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Plano 2011

O Plano 2011 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2017

O Plano 2017 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, os Programas não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Plano 2011

As outorgas realizadas com base no Plano 2011 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Plano 2017

Os incentivos realizados com base no Plano 2017 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

Plano 2011

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

Plano 2017

As ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Plano 2011

Conforme o item (f) acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano 2011 não pode ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

Plano 2017

Conforme o item (f) acima, o total de ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

(h) condições de aquisição de ações

Plano 2011

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas atais Opções.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para implementar os Programas em seu favor, estabelecendo todas as condições dos Programas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a implementação dos Programas, elegendo os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas, fixando o preço de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão, as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício e impondo quaisquer outras condições relativas aos Programas.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 2011

Conforme o Plano 2011, o preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

Para o exercício de 2012, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado pelo preço da ação na abertura de capital (IPO), com o desconto de 15%, que é o mesmo desconto para aquisição das ações concedido aos funcionários. Para o exercício de 2013, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 6 (seis) meses imediatamente anteriores a data de outorga.

Nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 não houve outorga de opções de ações.

Plano 2017

Conforme o Plano 2017, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano 2017 será fixado pelo Conselho de Administração, quando da implementação dos Programas e outorga das opções de compra de ações de nossa emissão e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

1º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 1º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R\$ 184,46, valor este correspondente à média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 01/03/2017 e 11/04/2017.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 1º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários 1º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 1º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Plano 2011

Conforme o Plano 2011, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Dessa forma, foi definido que as Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o Beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data da outorga e as datas especificadas a seguir: (a) no caso de exercício do Programa 1 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) das Opções, a partir de 1º de março de 2012, poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; (b) para o Programa 2 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; e (c) para todos os contratos da 2ª Outorga, 25% (vinte e cinco por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2014 e, a partir desta data, adicionais 25% (vinte e cinco por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia. Tais Opções, quando exercidas, serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para administrar o Plano 2017 e os Programas a serem instituídos e aprovar todas as decisões relativas ao Plano 2017 e aos Programas. O Conselho de Administração estabelecerá os termos e condições dos Programas a serem instituídos, incluindo os critérios para fixação do prazo de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão a serem outorgadas.

(k) forma de liquidação

Plano 2011

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano 2011, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

Plano 2017

Nos termos da cláusula 5.5(g) do Plano 2017, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

(l) restrições à transferência das ações

Plano 2011

Nos termos do nosso Plano 2011, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

Plano 2017

Nos termos do nosso Plano 2017, caberá ao nosso Conselho de Administração impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções outorgadas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano 2011

O Plano 2011 foi extinto em 1º abril de 2017. O término de vigência do Plano 2011 não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas anteriormente com base no referido Plano.

Contudo, deve-se ressaltar que o Plano 2011 extinguir-se-á automaticamente, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano 2011 ou em Contrato de Opção, cessando-se todos os seus direitos e efeitos, nos seguintes casos: a) mediante o seu exercício integral; b) após o decurso do prazo de vigência da Opção; c) mediante o distrato do Contrato de Opção; d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou e) nas hipóteses previstas no item n), abaixo.

Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras negociações.

Porém, caso necessário, para dar fiel execução à eventual Opção firmada, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, ou alienar ações mantidas em tesouraria.

Ainda, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Plano 2017

O Plano 2017 entrou em vigor na data de sua aprovação pela nossa Assembleia Geral e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da nossa Assembleia Geral. O término de vigência do Plano 2017 não afetará a eficácia dos incentivos ainda em vigor nos termos dos respectivos regulamentos de cada Programa.

Nos termos do nosso Plano 2017, o nosso Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos Programas, dispondo dos poderes necessários para alterá-los ou extingui-los.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano 2011

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano 2011 poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a) desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12(doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração determinará as consequências e procedimentos relativos a perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, por qualquer motivo, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e dissolução ou liquidação da Companhia.

	Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2018)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	07	04	04
Nº de membros remunerados	01	04	04
Preço médio ponderado de exercício:	1ª Outorga	1ª Outorga	1ª Outorga "Matching"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 20,27	R\$ 20,27	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 21,09	R\$ 21,09	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,06%	0,25%	0,11%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	07	04	04
Nº de membros remunerados	1,83	04	04
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga	1ª Outorga	1ª Outorga "Matching"
Data de outorga	04/01/2012	04/01/2012	29/06/2017
Quantidade de opções outorgadas	233.126	484.902	200.640
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	30/04/2019 30/04/2020 30/04/2021 30/04/2022
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	04/01/2020	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 19,69	R\$ 19,69	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 20,00	R\$ 20,03	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 6,44	R\$,44	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,12%	0,25%	0,11%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016			
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	6,58	6,58	04	04
Nº de membros remunerados	02	03	04	04
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga	2ª Outorga	1ª Outorga	2ª Outorga
Data de outorga	04/01/2012	29/10/2013	04/01/2012	29/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	29.141	42.834	60.613	43.510
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	29/10/2014 29/10/2015 29/10/2016 29/10/2017	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	29/10/2014 29/10/2015 29/10/2016 29/10/2017
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 108,80	R\$ 75,60	R\$ 108,80	R\$ 75,60
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 51,52	R\$ 48,48	R\$ 51,52	R\$ 48,48
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,13%	0,19%	0,27%	0,20%

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015				
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	06	06	06	06	06
Nº de membros remunerados	02	02	01	04	05
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga	2ª Outorga	1ª Outorga (Contrato 01)	1ª Outorga (Contrato 02)	2ª Outorga
Data de outorga	04/01/2012	29/10/2013	04/01/2012	04/01/2012	29/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	29.141	18.289	281.250	60.613	68.055
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	29/10/2014 29/10/2015 29/10/2016 29/10/2017	04/01/2012 01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	29/10/2014 29/10/2015 29/10/2016 29/10/2017
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	04/01/2020	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:					
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$108,80	R\$75,60	R\$82,56	R\$108,80	R\$75,60
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	R\$51,52	R\$48,48	R\$53,92	R\$51,52	R\$48,48
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,13%	0,08%	1,26%	0,27%	0,31%

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017			
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	07	07	04	04
Nº de membros remunerados	1,83	2,83	04	04
Opções ainda não exercíveis	1ª Outorga	2ª Outorga	1ª Outorga	2ª Outorga
Quantidade	-	-	-	-
Data em que se tomarão exercíveis	-	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$13,60	R\$9,45	R\$13,60	R\$9,45
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$6,44	R\$6,06	R\$6,44	R\$6,06
Opções exercíveis				
Quantidade	10.703	91.444	229.689	227.045
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	29/10/2025	04/01/2020	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$13,60	R\$9,45	R\$13,60	R\$9,45
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$6,44	R\$6,06	R\$6,44	R\$6,06
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	R\$68.927,32	R\$554.150,64	R\$1.479.197,16	R\$1.375.892,70

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	07	04
N° de membros remunerados	2,83	04
Opções exercidas		
Número de ações	473.652	376.248
Preço médio ponderado de exercício	R\$15,94	R\$17,55
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$35,07	R\$44,56
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0

Não houve exercício de opções ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos exercícios sociais de 2015 e 2016.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Plano 2011

Nos últimos três exercícios sociais, precificamos as opções com o modelo de precificação da Black & Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

Plano 2017

Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações de “matching” é o valor de fechamento da data de outorga.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano 2011

São utilizadas as seguintes premissas em nosso modelo de precificação da Black & Scholes:

Premissa	1ª Outorga	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções ⁽¹⁾	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média atualizada	43,5%	37,98%
Taxa de juros livre de risco	10%	5,92%
Valor justo das opções concedidas	R\$ 6,44	R\$ 6,06
Preço do exercício	R\$13,60	R\$9,45
Prazo de vida das opções	08 anos	12 anos

⁽¹⁾ Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o *turnover* médio dos beneficiários do plano.

Plano 2017

Foram outorgadas em 29 de junho de 2017, 531.648 ações (após desdobramento) em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 30 de abril de 2019; 20% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2020; 30% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2021 e 30% serão transferidas após 30 de abril de 2022.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**(d) forma de determinação da volatilidade esperada**Plano 2011

Por ser uma entidade recém listada à época de Outorga dos Programas, a volatilidade histórica também não expressa suficiente informação sobre a volatilidade das ações, tendo em vista, inclusive, os prazos contratuais de exercício das opções. Dessa forma, a Companhia utilizou como estimativa a média do histórico anual das empresas do mesmo setor da Companhia.

Plano 2017

Não aplicável.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 13.8.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Companhia		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	18.776	0,01%
Diretoria Estatutária	7.824	0,01%
Conselho Fiscal	504	0,00%

Luiza Participações S.A.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	66.730.124	50,00%
Diretoria Estatutária	-	-
Conselho Fiscal	-	-

Wagner Garcia Participações S/A		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	34.454.865	33,33%
Conselho Fiscal	-	-

Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	0,00%
Conselho Fiscal	-	-

Luiza Lab Consultoria Em Inovação Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	1,00%
Conselho Fiscal	-	-

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	4,00	4,00	6,00	7,00	6,58	6,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	6,00	6,67	5,58	4,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	5.615.138,84	3.011.644,31	2.433.013,62	1.584.000,00	1.536.000,00	264.000,00	120.907,68	121.976,42	111.554,00
Valor da menor remuneração(Reais)	2.811.045,48	2.089.106,01	1.037.701,44	176.000,00	158.400,00	144.000,00	120.907,68	121.976,42	111.554,00
Valor médio da remuneração(Reais)	4.043.381,03	2.865.499,83	1.952.946,10	473.134,78	766.637,07	201.350,57	120.907,68	212.976,42	111.554,00

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração****31/12/2015**

(i) Com relação ao valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, utilizou-se apenas 4 (quatro) membros para o referido cálculo, tendo em vista que os demais membros não são remunerados, conforme item 13.1.b.(i); e (ii) O valor da maior remuneração individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado e previstas no item 13.2, bem como levando-se em conta o período de 12 (doze) meses de exercício das funções dos respectivos membros.

Conselho Fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2017	2016	2015
Conselho de Administração	56,14%	35,82%	47,92%
Diretoria Estatutária	20,58%	19,79%	27,26%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que não houve pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*: 03 (três) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor: os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i).

Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional: 02 (dois) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro externo recebe remuneração mensal.

Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital: os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i).

14.1 - Descrição dos recursos humanos**(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Segue abaixo tabela com o número de empregados da Companhia, sem considerar suas controladas, no encerramento do exercício social de 2015, 2016 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2015		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Loja	328
Alagoas	Depósito	13
Bahia	Loja	1.206
Bahia	Depósito	146
Ceará	Loja	671
Ceará	Depósito	40
Espírito Santo	Depósito	1
Goiás	Loja	108
Maranhão	Loja	15
Minas Gerais	Loja	2.304
Minas Gerais	Depósito	168
Mato Grosso do Sul	Loja	394
Mato Grosso do Sul	Depósito	3
Paraíba	Loja	545
Paraíba	Administrativo	103
Paraíba	Depósito	243
Pernambuco	Loja	622
Pernambuco	Depósito	1
Piauí	Loja	97
Paraná	Loja	1.499
Paraná	Depósito	162
Rio Grande do Norte	Loja	286
Rio Grande do Sul	Loja	1.491
Rio Grande do Sul	Depósito	162
Santa Catarina	Loja	1.043
Santa Catarina	Depósito	77
Sergipe	Loja	213
São Paulo	Loja	6.388
São Paulo	Depósito	1.407
São Paulo	Administrativo	2.002
Total		21.738

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2016		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Loja	365
Alagoas	Depósito	14
Bahia	Loja	1.235
Bahia	Depósito	130
Ceará	Loja	652
Ceará	Depósito	34
Espírito Santo	Depósito	1
Goiás	Loja	105
Maranhão	Loja	15
Minas Gerais	Loja	2.200
Minas Gerais	Depósito	151
Mato Grosso do Sul	Loja	402
Mato Grosso do Sul	Depósito	3
Paraíba	Loja	564
Paraíba	Administrativo	77
Paraíba	Depósito	197
Pernambuco	Loja	770
Pernambuco	Depósito	0
Piauí	Loja	99
Paraná	Loja	1.465
Paraná	Depósito	122
Rio Grande do Norte	Loja	282
Rio Grande do Sul	Loja	1.419
Rio Grande do Sul	Depósito	137
Santa Catarina	Loja	1.047
Santa Catarina	Depósito	54
Sergipe	Loja	209
São Paulo	Loja	6.162
São Paulo	Depósito	1.193
São Paulo	Administrativo	1.693
Total		20.815

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2017		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Loja	443
Alagoas	Depósito	18
Bahia	Loja	1.320
Bahia	Depósito	171
Ceará	Loja	790
Ceará	Depósito	50
Espírito Santo	Depósito	0
Goiás	Loja	102
Maranhão	Loja	67
Minas Gerais	Loja	2.332
Minas Gerais	Depósito	222
Mato Grosso do Sul	Loja	414
Mato Grosso do Sul	Depósito	3
Paraíba	Loja	581
Paraíba	Administrativo	82
Paraíba	Depósito	249
Pernambuco	Loja	889
Pernambuco	Depósito	0
Piauí	Loja	121
Paraná	Loja	1.562
Paraná	Depósito	172
Rio Grande do Norte	Loja	378
Rio Grande do Sul	Loja	1.460
Rio Grande do Sul	Depósito	144
Santa Catarina	Loja	1.096
Santa Catarina	Depósito	50
Sergipe	Loja	236
São Paulo	Loja	6.448
São Paulo	Depósito	1.358
São Paulo	Administrativo	2.103
Total		22.861

14.1 - Descrição dos recursos humanos**(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Segue abaixo tabela com o número de terceirizados, referentes aos contratos de empresas especializadas, baseados em níveis de serviço de limpeza e segurança, no encerramento do exercício social de 2015, 2016 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2015		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Segurança	5
Bahia	Segurança	50
Ceará	Segurança	11
Maranhão	Segurança	2
Mato Grosso do Sul	Segurança	2
Minas Gerais	Segurança	61
Paraíba	Segurança	22
Paraná	Segurança	52
Pernambuco	Segurança	8
R. Grande do Norte	Segurança	13
Rio Grande do Sul	Segurança	26
Santa Catarina	Segurança	23
São Paulo	Segurança	291
Sergipe	Segurança	1
Alagoas	Limpeza	2
Bahia	Limpeza	4
Ceará	Limpeza	2
Goiás	Limpeza	6
Minas Gerais	Limpeza	87
Mato Grosso do Sul	Limpeza	1
Paraíba	Limpeza	7
Paraná	Limpeza	84
Rio Grande do Sul	Limpeza	62
Santa Catarina	Limpeza	62
São Paulo	Limpeza	264
Total		1.148

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2016		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Segurança	6
Bahia	Segurança	27
Ceará	Segurança	5
Maranhão	Segurança	0
Mato Grosso do Sul	Segurança	0
Minas Gerais	Segurança	44
Paraíba	Segurança	19
Paraná	Segurança	27
Pernambuco	Segurança	1
R. Grande do Norte	Segurança	4
Rio Grande do Sul	Segurança	25
Santa Catarina	Segurança	15
São Paulo	Segurança	245
Sergipe	Segurança	1
Alagoas	Limpeza	2
Bahia	Limpeza	4
Ceará	Limpeza	2
Goiás	Limpeza	4
Minas Gerais	Limpeza	86
Mato Grosso do Sul	Limpeza	1
Paraíba	Limpeza	6
Paraná	Limpeza	85
Rio Grande do Sul	Limpeza	63
Santa Catarina	Limpeza	61
São Paulo	Limpeza	248
Total		981

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2017		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Segurança	6
Bahia	Segurança	30
Ceará	Segurança	4
Maranhão	Segurança	0
Mato Grosso do Sul	Segurança	0
Minas Gerais	Segurança	69
Paraíba	Segurança	20
Paraná	Segurança	29
Pernambuco	Segurança	2
R. Grande do Norte	Segurança	0
Rio Grande do Sul	Segurança	33
Santa Catarina	Segurança	19
São Paulo	Segurança	303
Sergipe	Segurança	1
Alagoas	Limpeza	0
Bahia	Limpeza	0
Ceará	Limpeza	0
Goiás	Limpeza	4
Minas Gerais	Limpeza	98
Mato Grosso do Sul	Limpeza	1
Paraíba	Limpeza	0
Paraná	Limpeza	90
Rio Grande do Sul	Limpeza	67
Santa Catarina	Limpeza	63
São Paulo	Limpeza	255
Total		1.094

(c) Índice de rotatividade

Para o cálculo do índice de rotatividade (*turnover*) mensal, consideramos a média entre (i) os colaboradores admitidos no mês e (ii) os colaboradores demitidos no mês, divididos em relação ao quadro total de colaboradores do mês anterior.

Para o cálculo do índice de rotatividade (*turnover*) anual, consideramos a média entre (i) os colaboradores admitidos no ano e (ii) os colaboradores demitidos no ano, divididos em relação ao quadro médio total de colaboradores do ano.

Consideramos no cálculo somente os colaboradores demitidos por iniciativa da empresa e, para o número de quadro total, são considerados os colaboradores em atividade normal e férias.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Índice de Rotatividade		
31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
35%	32%	31%

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

(a) política de salários e remuneração variável

Temos por prática e política de remuneração, salários e remuneração variável alinhadas as melhores práticas do mercado de varejo, anualmente participamos de pesquisas comparativa com as maiores empresas de varejo do país, conduzidas por consultorias independentes.

Os salários dos nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas em cada região onde possuímos colaboradores. Além disso, concedemos reajustes salariais aos colaboradores de acordo com seu desempenho, potencial e comprometimento e levando em consideração os resultados do painel de metas e avaliação comportamental.

Com relação à remuneração de curto prazo (ICP – Incentivo de Curto Prazo) possuímos um Modelo de Gestão com metas cruzadas e alinhadas entre as diversas áreas de negócio que são oriundas das metas estratégicas da empresa. Cada colaborador possui um Painel de Metas, individual ou espelho do líder, no qual cada bloco é composto por metas e pesos específicos. Todos os painéis estão distribuídos em Metas Corporativas, Metas Estratégicas/de Área e Avaliação Comportamental e dão origem à uma nota individual, que dá origem à uma distribuição anual, com regras claras e meritocráticas. O Modelo de Gestão é revisitado anualmente e tem por objetivo alinhar todos os colaboradores aos desafios, objetivos estratégicos e aos valores da empresa.

(b) política de benefícios

Nossos colaboradores são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas ou por liberalidade da empresa. Oferecemos a nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) vale alimentação/refeição; (v) previdência privada; (vi) empréstimo consignado; (vii) vale transporte; (viii) cooperativa de crédito; (ix) auxílio creche; (x) licença maternidade de 180 dias e (xi) licença paternidade de 20 dias.

Os benefícios são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico de nossos colaboradores, sendo que nem todos fazem jus a todos os benefícios.

Além dos programas de formação e do ensino à distância temos ainda o benefício da bolsa de estudos oferecida para colaboradores com mais de um ano de empresa. Qualificam-se para fins da bolsa de estudo, cursos nos níveis de graduação, técnicos, idiomas e pré-vestibular independente da área de atuação do colaborador, desta forma oferecemos oportunidade aos nossos colaboradores, investimos na concretização de um futuro melhor para todos.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Eram elegíveis ao Plano 2011 os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas. As características do Plano 2011 encontram-se descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência. O Plano 2011 foi extinto em 20 de abril de 2017.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

São elegíveis ao Plano 2017 os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas. Os termos e condições do Plano 2017 serão estipulados pelo Conselho de Administração por meio de programas a serem implementados. As características do Plano 2017 encontram-se descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

A maioria de nossos colaboradores é representada pelos sindicatos dos empregados do comércio nos municípios em que atuamos, os demais são representados pelo sindicato dos condutores de veículos rodoviários e sindicato dos movimentadores de mercadorias. Acreditamos possuir boas relações com nossos colaboradores e com os sindicatos que os representam, não havendo histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho nos últimos anos.

Segue lista refletindo os principais sindicatos com os quais a Companhia se relaciona:

Sindicato	Base Territorial	Data Base	Categoria
Sind. Com. Sao Paulo	Sao Paulo	Setembro	Comércio
Sind. Emp. Com. Caxias do Sul	Caxias do Sul	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. Caxias do Sul	Flores da Cunha	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Curitiba	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Sao Jose dos Pinhais	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Fazenda Rio Grande	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Colombo	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Araucária	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Campina Grande do Sul	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Rio Branco do Sul	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Mandirituba	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Almirante Tamandaré	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Campo Largo	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Pinhais	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Região	Piraquara	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. de Fortaleza	Fortaleza	Janeiro	Comércio
Sind. Emp. Com. de Salvador	Salvador	Março	Comércio
Sind. Emp. Com. Franca	Franca	Setembro	Comércio
Sind. Emp. Com. Franca	Pedregulho	Setembro	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	João Pessoa	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	Cabedelo	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	Santa Rita	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	Bayeux	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	Sao Paulo	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. Jundiá e Região	Louveira	Setembro	Comércio
Sind. Emp. Com. Jundiá e Região	Jundiá	Setembro	Comércio
Sind. Trab. Com. Var. Araxá e Tapira	Araxá	Janeiro	Comércio
Sind. Trab. Mov. de Merc. e Logística de Jundiá e Região	Louveira	Fevereiro	Movimentadores

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 14.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Wagner Garcia Participações S.A.						
01.878.512/0001-18	Brasileira-SP	Não	Sim	27/09/2017		
Não						
6.577.784	3,451000%	0	0,000000%	6.577.784	3,451000%	
Administradores (Conselho de Administração e Diretoria)						
	Brasileira-SP	Não	Não	27/09/2017		
Não						
79.600	0,041000%	0	0,000000%	79.600	0,041000%	
Franco Bittar Garcia						
219.466.798-95	Brasileira-SP	Não	Sim	19/04/2018		
Não						
329.792	0,173000%	0	0,000000%	329.792	0,173000%	
LTD Administração e Participações S.A.						
66.117.474/0001-26	Brasileira-SP	Não	Sim	27/09/2017		
Não						
109.596.416	57,503000%	0	0,000000%	109.596.416	57,503000%	
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues						
052.571.868-02	Brasileira-SP	Não	Sim	27/09/2017		
Não						
2.530.532	1,328000%	0	0,000000%	2.530.532	1,328000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Fernando Henrique Borges Trajano						
077.884.598-28	Brasileiro-SP	Não	Sim	27/09/2017		
Não						
824.632	0,433000%	0	0,000000%	824.632	0,433000%	
Conselho Fiscal						
	Brasileira-SP	Não	Não	27/09/2017		
Não						
504	0,001000%	0	0,000000%	504	0,001000%	
Ismael Borges Trajano						
042.416.678-05	Brasileiro-SP	Não	Sim	27/09/2017		
Não						
824.824	0,433000%	0	0,000000%	824.824	0,433000%	
Flávia Bittar Garcia Faleiros						
219.580.708-31	Brasileira-SP	Não	Sim	27/09/2017		
Não						
293.800	0,154000%	0	0,000000%	293.800	0,154000%	
Fabrizio Bittar Garcia						
212.460.718-94	Brasileira-SP	Não	Sim	27/09/2017		
Não						
405.360	0,213000%	0	0,000000%	405.360	0,213000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
OUTROS						
	67.597.600	35,466000%	0	0,000000%	67.597.600	35,466000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 06/04/2018						
	1.530.620	0,804000%	0	0,000000%	1.530.620	0,804000%
TOTAL						
	190.591.464	100,000000%	0	0,000000%	190.591.464	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LTD Administração e Participações S.A.				66.117.474/0001-26		
Luiza Participações S.A.						
00.835.086/0001-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/01/2011		
Não						
38.649.261	60,616000	0	0,000000	38.649.261	60,616000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
63.760.815	100,000000	0	0,000000	63.760.815	100,000000	
Wagner Garcia Participações S.A.						
01.878.512/0001-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/01/2011		
Não						
25.111.554	39,383000	0	0,000000	25.111.554	39,383000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Wagner Garcia Participações S.A.				01.878.512/0001-18	
Fabício Bittar Garcia					
212.460.718-94	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333000	0	0,000000	34.454.865	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Flávia Bittar Garcia Faleiros					
219.580.708-31	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333000	0	0,000000	34.454.865	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Franco Bittar Garcia					
219.466.798-95	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333000	0	0,000000	34.454.865	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Wagner Garcia Participações S.A.				01.878.512/0001-18	
TOTAL					
103.364.595	100,000000	0	0,000000	103.364.595	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Luiza Participações S.A.				00.835.086/0001-72	
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues					
052.571.868-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/01/2011	
Não					
66.730.124	52,631000	0	0,000000	66.730.124	50,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Onofre de Paula Trajano					
026.538.268-87	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
1.889.329	1,490000	0	0,000000	1.889.329	1,415000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Onofre P. Trajano Participações Ltda.					
28.446.667/0001-31	Brasileiro-SP	Não	Sim	28/04/2017	
Não					
58.167.783	45,878000	6.673.012	100,000000	64.840.795	48,584000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Luiza Participações S.A.				00.835.086/0001-72		
TOTAL						
126.787.236	100,000000	6.673.012	100,000000	133.460.248	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Wagner Garcia Participações S.A.				01.878.512/0001-18	
Fabício Bittar Garcia					
212.460.718-94	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333000	0	0,000000	34.454.865	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Flávia Bittar Garcia Faleiros					
219.580.708-31	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333000	0	0,000000	34.454.865	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Franco Bittar Garcia					
219.466.798-95	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333000	0	0,000000	34.454.865	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Wagner Garcia Participações S.A.				01.878.512/0001-18	
TOTAL					
103.364.595	100,000000	0	0,000000	103.364.595	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Onofre P. Trajano Participações Ltda.				28.446.667/0001-31	
Fernando Henrique Borges Trajano					
077.884.598-28	Brasileiro-SP	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
55.405.427	33,333000	0	0,000000	55.405.427	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gisele Trajano					
159.841.838-62	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
55.405.426	33,333000	0	0,000000	55.405.426	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ismael Borges Trajano					
042.416.678-05	Brasileiro-SP	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
55.405.426	33,333000	0	0,000000	55.405.426	33,333000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Onofre P. Trajano Participações Ltda.				28.446.667/0001-31	
TOTAL					
166.216.279	100,000000	0	0,000000	166.216.279	100,000000

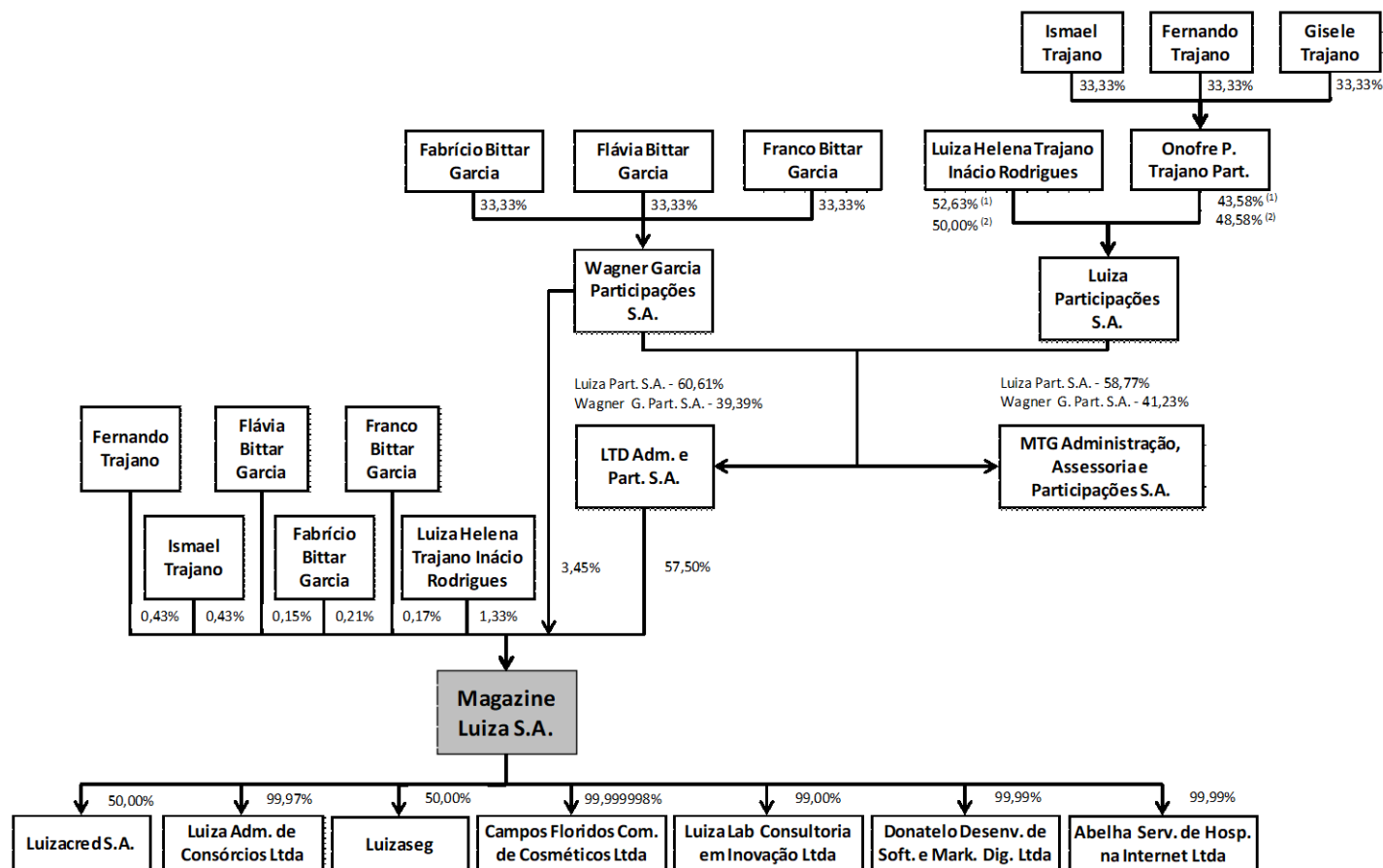
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	13/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	16.751
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1.585
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1.581

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	67.597.600	35,467276%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	67.597.600	35,467276%



⁽¹⁾ Capital Votante

⁽²⁾ Capital Total

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Partes	Wagner Garcia Participações S.A., Luiza Participações S.A., Pelegrino José Donato, Luiza Trajano Donato, Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Onofre de Paula Trajano, Fabrício Bittar Garcia, Flávia Bittar Garcia Faleiros e Franco Bittar Garcia.
Data de celebração	01 de abril de 2011.
Prazo de vigência	Vinte anos, facultada a prorrogação por decisão unânime dos signatários.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Todas as disposições sobre direito de voto no acordo de acionistas indicam que as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros do conselho de administração da Companhia ou da assembleia geral da LTD Participações S.A.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	O acordo de acionistas contém disposição sobre a profissionalização da administração das empresas pertencentes ao Grupo Luiza (incluindo-se a Companhia), nos seguintes termos: (i) os administradores serão obrigatoriamente eleitos pela controladora LTD Participações S.A.; (ii) a escolha dos administradores recairá, como regra geral, em profissionais não pertencentes e nem ligados às famílias integrantes do Grupo Luiza; (iii) como exceção, poderão ser admitidos como administradores os profissionais das famílias integrantes do Grupo Luiza, herdeiros dos acionistas controladores, desde que: (a) apresentem folhas de serviços prestados a empresas integrantes do Grupo Luiza ou outras empresas; e (b) a decisão favorável à contratação seja tomada pela maioria dos membros do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral da LTD Participações S.A.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	O acordo de acionistas prevê regras para a venda de ações das empresas pertencentes ao Grupo Luiza (incluindo-se a Companhia), nos seguintes termos: (i) como regra geral, serão realizadas entre os próprios signatários, seus herdeiros e empresas por eles controladas, observado que: (a) serão realizadas proporcionalmente às respectivas participações no capital social; e (b) serão antecedidas de notificação escrita feita pelo acionista que deseja vender suas ações para que os demais acionistas se manifestem no prazo de 90 dias sobre eventual interesse na aquisição das ações; (ii) excepcionalmente será admitida a venda de ações a terceiros após esgotadas, comprovadamente, as negociações entre os próprios signatários e desde que aprovado pela maioria dos signatários; e (iii) comprovada a impossibilidade de negociação das ações entre os signatários, por respostas às notificações regularmente feitas ou pelo silêncio diante de tais notificações, o acionista que deseja alienar suas ações notificará os demais signatários de que colocará suas ações à venda, cientificando-os quanto às condições da negociação, tais como quantidade a ser negociada, preços, condições de pagamento e outras inerentes ao negócio, que somente será concretizado com a aprovação pela maioria dos Acionistas
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 2017, o Sr. Onofre de Paula Trajano, membro do grupo de controle, doou a participação por ele detida na Onofre P. Trajano Participações Ltda. ("**Onofre Par**") aos seus filhos: Fernando Henrique Borges Trajano, Ismael Borges Trajano e Gisele Trajano. A Onofre Par detêm 48,58% das ações da Luiza Participações S.A., que por sua vez detêm 60,62% das ações da LTD Administração e Participações S.A., holding que controla a Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

Não houveram operações societárias no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota uma Política para Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de setembro de 2012, que visa estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas. Ela se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

De acordo com o nosso Estatuto Social e nossa Política para Transações com Partes Relacionadas, as operações celebradas entre a Companhia e qualquer parte relacionada devem obedecer às seguintes regras: (i) a Companhia pode realizar operações com partes relacionadas desde que observadas as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar prestadores de serviços e fornecedores. É condição precedente também, que as operações sejam contratadas em bases comutativas, ou seja, a preço, termos e condições que prevalecem no mercado ao tempo de sua aprovação, sempre pautado pelo respeito às normas legais e éticas; (ii) cabe ao Conselho de Administração aprovar a celebração de quaisquer contratos entre a Companhia e partes relacionadas dos acionistas controladores, os quais devem estar alinhados com os interesses de todos acionistas; (iii) cabe ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e ao Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, no escopo de suas atribuições, dar o devido suporte ao Conselho de Administração conforme previsto no item (ii); e (iv) Contratos entre partes relacionadas devem ser sempre formalizados por escrito, detalhando-se as suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos, etc.), e devidamente aprovados conforme previsto no item (ii).

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP; e (ii) internet: *website* da Companhia (ri.magazineluiza.com.br), *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e *website* da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações relativas ao item 16.2 foram prestadas na seção 16.4 deste Formulário de Referência

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Para tratar conflitos de interesse, adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve imediatamente manifestar seu conflito de interesses, adicionalmente deve ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Executivo, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial. Ressalvamos que as transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

16.4 - Outras informações relevantes

Parte Relacionada	Data Transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo Existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de Juros cobrados	Relação com o emissor	Objeto contrato	Garantia e seguros	Rescisão ou extinção	Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Posição Contratual do Emissor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	39.546.102	2.240.946	131.820	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	16.425.014	930.807	54.753	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	5.544.867	314.209	18.483	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	15.228.135	862.928	50.760	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	6.030.900	341.751	20.103	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	9.510.825	2.972.959	79.279	15/02/2021	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1998	12.385.919	849.035	49.943	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	5.486.389	1.714.973	45.733	15/02/2021	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	7.853.082	445.008	26.177	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	3.576.203	1.117.874	29.810	15/02/2021	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor

16.4 - Outras informações relevantes

Parte Relacionada	Data Transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo Existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de Juros cobrados	Relação com o emissor	Objeto contrato	Garantia e seguros	Rescisão ou extinção	Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Posição Contratual do Emissor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	15.709.713	890.217	52.366	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	10.980.732	632.241	36.602	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	6.905.718	391.324	23.019	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	183.627.615	10.405.565	612.092	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	16.132.863	914.196	53.776	31/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	4.316.240	1.349.200	35.979	15/02/2021	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	4.006.204	1.232.287	33.394	15/02/2021	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/08/2010	3.526.541	927.934	29.396	17/08/2020	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	1.911.152	597.401	15.931	15/02/2021	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	3.400.495	1.062.950	28.345	15/02/2021	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações, é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor

16.4 - Outras informações relevantes

Parte Relacionada	Data Transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo Existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de Juros cobrados	Relação com o emissor	Objeto contrato	Garantia e seguros	Rescisão ou extinção	Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Posição Contratual do Emissor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	2.530.919	791.132	21.097	15/02/2021	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, Assessoria e Participações S.A. como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	16.399.265	929.395	54.670	30/05/2019	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, Assessoria e Participações S.A., como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	140.711	18.560	432	31/07/2021	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, Assessoria e Participações S.A., como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/12/2010	4.607.085	1.365.868	38.403	17/12/2020	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, Assessoria e Participações S.A., como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/12/2010	1.152.695	341.741	9.608	17/12/2020	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, Assessoria e Participações S.A., como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/12/2010	3.213.869	952.820	26.790	17/12/2020	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, Assessoria e Participações S.A., como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/02/2007	90.385.815	26.726.988	485.945	31/07/2022	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, Assessoria e Participações S.A., como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/12/2010	341.583	101.270	2.847	17/12/2020	NÃO	NI	A.M.T.G. Administração, Assessoria e Participações é sociedade controladora da Companhia.	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Participações, Assessoria e Participações S.A., como locadora e a Companhia, como locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
P.L.D. – Agropastoril Ltda	01/11/1983	8.801.001	0	21.571	31/10/2017	NÃO	NI	Os Srs. Pelagrine José Donato e Luiza Trjano Donato detêm usufruto de quotas da P.L.D. – Agropastoril Ltda, e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a P.L.D. – Agropastoril Ltda, a locadora e a Companhia, a locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor

16.4 - Outras informações relevantes

Parte Relacionada	Data Transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo Existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de Juros cobrados	Relação com o emissor	Objeto contrato	Garantia e seguros	Rescisão ou extinção	Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Posição Contratual do Emissor
P.J.D. – Agropastoril Ltda	01/04/2006	1.570.982	340.380	8.728	31/03/2021	NÃO	NI	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
P.J.D. – Agropastoril Ltda	01/01/2009	1.272.743	391.613	5.159	31/12/2021	NÃO	NI	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
P.J.D. – Agropastoril Ltda	01/12/2005	1.062.491	260.134	5.535	30/11/2021	NÃO	NI	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária	Seguro do imóvel locado contra sinistro.	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.	Não	Devedor
LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda	01/03/2010	185.031	0		Prazo indeterminado	NÃO	NI	A sociedade LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda., é controlada diretamente pela Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, ("Incorporação"). Na data da incorporação, a LH não detinha mais qualquer participação societária na ETCO, em função da cisão parcial desproporcional da ETCO arquivada na Junta Comercial competente em 31 de janeiro de 2013.	Contrato de prestação de serviços de publicidade e propaganda por sociedade em conta de participação, cujo sócio ostensivo é a Ogilvy & Mather Brasil Comunicação Ltda. ("Ogilvy") e que tem a LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda. ("LH") como uma de suas sócias participantes. A LH, antiga controladora direta da ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda. ("ETCO"), passou a ser sócia participante da sociedade em conta de participação após a incorporação da ETCO pela Ogilvy	Não há	Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato, a qualquer tempo, mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias à outra parte. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer parte, a qualquer tempo, mediante notificação à outra parte, no caso de (i) descumprimento de qualquer disposição contratual; e (ii) falência, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, estado de insolvência ou dissolução judicial ou extrajudicial de uma das partes.	Não	Devedor
Luizacred	18/05/2010	130.004.000	10.919.000		Prazo indeterminado	Não	Não aplicável	A Luizacred é instituição financeira controlada pelo Emissor em conjunto com o Banco Itaúcard S/A.	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário da Luizacred.	Não há	Qualquer das partes poderá solicitar a rescisão do Convênio, sem ônus, mediante aviso com 15 dias de antecedência.	Não	Credor

16.4 - Outras informações relevantes

Parte Relacionada	Data Transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo Existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de Juros cobrados	Relação com o emissor	Objeto contrato	Garantia e seguros	Rescisão ou extinção	Tal relação é um empréstimo ou outro tipo de dívida	Posição Contratual do Emissor
Luizacred	27/11/2009	169.955.000	42.338.000	O montante envolvido no negócio referente ao valor incorrido no exercício social de 31 de dezembro de 2017	Prazo indeterminado	Não	105,0% a 108,0% do CDI	A Luizacred é instituição financeira controlada pelo Emissor em conjunto com o Banco Itaúcard S/A.	Operações para desconto de recebíveis oriundos das vendas nos cartões de crédito emitidos pela Luizacred.	Não há	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer condição de rescisão ou extinção, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas.	Não	Devedor
Luizacred	18/05/2010	63.703.000	-	O montante envolvido no negócio referente ao valor incorrido no exercício social de 31 de dezembro de 2017	31/12/2029	Não	Não aplicável	A Luizacred é instituição financeira controlada pelo Emissor em conjunto com o Banco Itaúcard S/A.	Convênio de Rateio de Custos Comuns, através do qual a Luizacred reembolsa as despesas incorridas pelo Emissor nas operações de crédito celebradas pela Luizacred, tais como estrutura material e de pessoal.	Não há	Qualquer das partes poderá solicitar a rescisão do convênio, sem ônus, mediante aviso com 30 dias de antecedência.	Não	Credor
Luizazag	13/12/2005	272.089.000	30.435.000	O montante envolvido no negócio referente ao valor incorrido no exercício social de 31 de dezembro de 2017	31/12/2025	Não	Não aplicável	A Luizazag é seguradora controlada pelo Emissor em conjunto com NCV Participações Societárias S/A.	Acordo de Distribuição para oferta de garantias, estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes do Emissor, através do qual são pagas comissões pelos serviços prestados.	Não há	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas.	Não	Credor
Luiza Adm. Consórcio	30/08/1993	12.035.000	1.087.000	O montante envolvido no negócio referente ao valor incorrido no exercício social de 31 de dezembro de 2017	Prazo indeterminado	Não	Não aplicável	A Luiza Adm. De Consórcios é empresa controlada pelo Emissor.	Contrato de representação comercial para ofertar cotas de consórcio aos clientes do Emissor, através do qual são pagas comissões pelos serviços prestados.	Não há	-	Não	Credor
P.I.D. – Agropastaroni Ltda		2.610.000	Não aplicável	O montante envolvido no negócio referente ao valor incorrido no exercício social de 31 de dezembro de 2017	Prazo indeterminado	Não	Não aplicável	Os Srs. Pelegrimo José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.I.D. – Agropastaroni Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.	Contrato de arrendamento de veículos para transporte e entrega de mercadorias adquiridas nas lojas do Emissor	Não há	A rescisão do contrato se realizará efetivamente com a devolução e entrega das chaves dos veículos à Arrendante.	Não	Devedor

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/09/2017	1.770.911.472,00	Totalmente integralizado	190.591.464	0	190.591.464
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/09/2017	1.770.911.472,00	Totalmente integralizado	190.591.464	0	190.591.464
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/09/2017	1.770.911.472,00	Totalmente integralizado	190.591.464	0	190.591.464
Tipo de capital	Capital Autorizado				
15/06/2005	0,00	-	50.000.000	0	50.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/09/2017	Conselho de Administração	27/09/2017	1.144.000.000,00	Subscrição pública	17.600.000	0	17.600.000	1,81843800	65,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Profissionais, por meio do Procedimento de Bookbuilding, considerando a cotação das ações de emissão da Companhia na B3.

Forma de integralização

Integralização em moeda corrente nacional, em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
30/09/2015	177.991.467	0	177.991.467	22.248.933	0	22.248.933
Desdobramento						
04/09/2017	21.623.933	0	21.623.933	172.991.464	0	172.991.464

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 17.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 15,0% do saldo de lucro líquido, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as nossas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- aquisição direta ou indireta do controle da Companhia (inclusive por meio de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações), nos termos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Adicionalmente, o adquirente do controle da Companhia deverá ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos seis meses anteriores à data da alienação de controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data de aquisição do controle da Companhia, devidamente atualizado até o momento do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de emissão da Companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;
- caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, o acionista controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, se a saída ocorrer (i) para negociação de seus valores mobiliários fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultantes de tal reorganização não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a operação. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação nos termos do Estatuto Social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- na hipótese de não haver acionista controlador, caso a Assembleia Geral delibere (i) pela saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de registro para negociação de seus valores mobiliários fora do referido segmento de listagem, ou (ii) pela reorganização societária da Companhia, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 dias contados da realização da Assembleia Geral que aprovou a referida operação; a saída do Novo Mercado estará condicionada à realização de oferta pública nas mesmas condições previstas acima. Nesse caso, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública prevista neste item, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Em relação à Assembleia Geral que deliberar pela reorganização societária, na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta pública;
- na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, caso o descumprimento decorra (i) de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) de ato ou fato da administração, os administradores deverão convocar Assembleia Geral

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Na hipótese (ii) acima, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública ali indicada, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta; (v) na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, haverá obrigatoriedade de oferta pública, a ser lançada pelo acionista controlador ou pela Companhia, nos termos da legislação vigente e do estatuto social da Companhia; e

- é facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas nesta seção, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de emissão da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do poder de controle. Nos casos de oferta pública de saída do Novo Mercado e cancelamento de registro de companhia aberta, o preço da oferta pública deverá ser estabelecido em laudo, que deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º. Nesses casos, a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.346.877.493	80,22	49,06	R\$ por Unidade	66,06
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.325.640.151	85,41	32,43	R\$ por Unidade	56,88
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.428.226.900	35,25	21,50	R\$ por Unidade	29,39
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.001.134.015	26,88	11,77	R\$ por Unidade	18,87

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	683.960.196	1,07	69,50	R\$ por Unidade	95,80
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	595.115.256	76,50	39,00	R\$ por Unidade	55,92
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	335.540.697	38,50	27,25	R\$ por Unidade	33,42
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	233.707.359	31,60	12,66	R\$ por Unidade	19,94

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	259.878.957	17,95	7,83	R\$ por Unidade	11,42
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	190.393.593	28,80	14,24	R\$ por Unidade	21,63
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	177.743.434	44,40	28,00	R\$ por Unidade	36,92
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	209.677.399	62,00	39,68	R\$ por Unidade	49,88

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Sétima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografár
Data de emissão	31/07/2017
Data de vencimento	31/07/2020
Quantidade (Unidades)	300.000
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	41
Valor nominal global (Reais)	300.000.000,00
Saldo devedor em aberto	305.115.525,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a partir do dia 01 de Agosto de 2018, mediante deliberação em reunião do conselho de administração, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do debenturista, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ou amortização facultativa parcial, neste último caso limitada a 95% do valor nominal unitário. Resgate Antecipado será operacionalizado de acordo com os procedimentos a serem estabelecido na escritura de emissão das Debêntures e o valor do Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido: (i) da Remuneração, calculados pro rata temporis desde a Data de Emissão (ou desde a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Parcial; e (ii) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com o período do resgate, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração conforme subitem (i) acima ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Parcial". Para o período entre 01 de agosto de 2018 (inclusive) até 31 de janeiro de 2019 (inclusive) o resgate facultativo incorrerá em prêmio equivalente a 0,65%, para o período entre 1 de fevereiro de 2019 (inclusive) até 31 de julho de 2019 (inclusive) o resgate incorrerá em prêmio equivalente a 0,45% e para o período entre 1 de agosto de 2019 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive) o resgate incorrerá em prêmio equivalente a 0,25%.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	A amortização do Valor Nominal Unitário ("Amortização") será realizada na data do vencimento Os recursos captados por meio da emissão serão destinados integralmente para o alongamento do endividamento da Companhia..

Valor mobiliário
Nota Comercial

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Terceira Notas Promissórias Comerciais da Companhia, em duas séries – Série 1
Data de emissão	10/05/2017
Data de vencimento	10/05/2018
Quantidade (Unidades)	20
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	9
Valor nominal global (Reais)	100.000.000,00
Saldo devedor em aberto	106.085.188,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Promissórias Comerciais somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	Os pagamentos do principal e dos juros ocorrerão na data de vencimento das Notas Promissórias Comerciais da primeira série (bullet).

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Terceira Notas Promissórias Comerciais da Companhia, em duas séries – Série 2
Data de emissão	10/05/2017
Data de vencimento	10/05/2019
Quantidade (Unidades)	20
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	4
Valor nominal global (Reais)	100.000.000,00
Saldo devedor em aberto	101.257.773,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As Notas Promissórias Comerciais somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 12 (doze) meses contados da data de Emissão, promover o resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias Comerciais ("Notas"). O Resgate Antecipado será operacionalizado de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos na Cártula da Notas Promissórias Comerciais. O valor a ser pago aos detentores da Notas a título de Resgate Antecipado, o qual será correspondente ao valor nominal unitário das Notas acrescido da remuneração das notas, calculada desde a data de emissão das Notas até a data do efetivo Resgate Antecipado, e de um prêmio, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com o período do resgate, incidente sobre o valor nominal unitário acrescido da remuneração. Para o período entre os dias 11 de maio de 2018 (inclusive) a 09 de novembro de 2019 (inclusive) o resgate facultativo incorrerá em prêmio equivalente a 0,25% e para o período entre 09 de novembro de 2019 (exclusive) até à data de vencimento (exclusive) o resgate incorrerá em prêmio equivalente a 0,15%.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	Os pagamentos do principal e dos juros ocorrerão na data de vencimento das Notas Promissórias Comerciais da primeira série (bullet)

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código MGLU3.

As debêntures e notas comerciais acima descritas são admitidas à negociação no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários também da B3.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**Sétima Emissão de Debêntures**

O conselho de administração da Companhia, em 18 de julho de 2017, autorizou a sétima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$300.000.000,00 e foram emitidas 300.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 cada.

Terceira Emissão de Notas Promissórias Comerciais

O conselho de administração da Companhia, em 24 de abril de 2017, autorizou a terceira emissão de Notas Promissórias Comerciais, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$ 200.000.000,00 e foram emitidas 40 Notas Promissórias Comerciais com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00 cada.

Oferta Pública com Esforços Restritos de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Em setembro de 2017, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição primária e secundária de 24.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, compreendendo: (i) a distribuição primária de 17.600.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) a distribuição secundária de 6.400.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de determinados acionistas vendedores, realizada no Brasil com esforços de colocação no exterior, com a exclusão do direito de preferência dos então acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, ao preço de R\$65,00 por ação, perfazendo o montante de R\$1.560 milhões.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures e das notas promissórias comerciais foram destinados ao alongamento do perfil de endividamento, reforço da posição de caixa e/ou a otimização da estrutura de capital da Companhia.

Os recursos obtidos por meio da oferta pública com esforços restritos de distribuição primária e secundária de ações ordinárias foram destinados para (i) investimentos em ativos de longo prazo, incluindo (a) melhoria e expansão da malha logística, (b) tecnologia e desenvolvimento da plataforma digital, (c) transformação das lojas existentes em pontos de venda e centros de distribuição (“*shoppable distribution centers*”), (d) inauguração de lojas novas, e (e) aquisição de empresas de tecnologia com atuação no segmento digital; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo pagamento de dívidas de curto prazo.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 18.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
22/02/2018	22/02/2018 à 22/02/2019	288.371.000,00	Ordinária		3.000.000.000	4,421247	630.000	90,08	R\$ por Unidade	21,000000
Objetivo: o principal objetivo do Programa de Recompra é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma a mini administração eficiente da estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações do plano de opções de ações e do plano de remuneração baseado em ações dirigidos a executivos e colaboradores da Companhia. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (ii) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (iii) Credit Suisse Brasil S/A CTVM, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 12º andar, São Paulo/SP, CEP 04542-000; e (iv) Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Av. Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º Andar, São Paulo/SP, CEP 04.794-000. O montante de lucro acumulado para recompra refere-se a data base 31 de dezembro de 2017.										
25/05/2016	25/05/2016 à 24/05/2017	143.173.000,00	Ordinária		350.000	6,582081	350.000	82,08	R\$ por Unidade	100,000000
Objetivo: a Companhia fará a aquisição de ações de própria emissão, sem redução do capital social, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações da Companhia decorrente do plano de opções de ações dirigido a executivos da Companhia. Adicionalmente, o Novo Programa tem como objetivo otimizar a alocação de capital da empresa e maximizar a geração de valor para os seus acionistas. A aquisição será realizada em Bolsa de Valores, a preço de mercado, cabendo à Diretoria Executiva decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (ii) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (iii) Credit Suisse Brasil S/A CTVM, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 12º andar, São Paulo/SP, CEP 04542-000; e (iv) Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º Andar, São Paulo/SP, CEP 04.794-000. O montante de lucro acumulado para recompra refere-se a data base 31 de dezembro de 2016.										
27/05/2015	27/05/2015 à 26/05/2016	143.173.000,00	Ordinária		625.000	11,016560	625.000	26,08	R\$ por Unidade	100,000000
Objetivo: a Companhia fará a aquisição de ações de própria emissão, sem redução do capital social, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações da Companhia. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: as operações de aquisições dessas ações serão intermediadas pelas seguintes corretoras: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (ii) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (iii) Credit Suisse S/A CTVM, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 12 andar, São Paulo/SP, CEP 04542-000; e (iv) Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º Andar, São Paulo/SP, CEP 04794-000. O montante de ações adquiridas refere-se a data base 01 de outubro de 2015 (após AGE que deliberou sobre o grupamento de ações). O montante de lucro acumulado para recompra refere-se a data base 30 de março de 2015.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2017****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.800.000	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	1.439.940	50,50
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.360.060	
Relação valores mobiliários em circulação	2,004624%	

Exercício social 31/12/2016**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.998.208	
Quantidade adquirida	4.801.792	394,16
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	5.000.000	
Quantidade final	2.800.000	
Relação valores mobiliários em circulação	6,570718%	

Exercício social 31/12/2015**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.392.700	
Quantidade adquirida	4.108.508	242,56
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	3.503.000
Quantidade final	2.998.208
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	5,983343%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**Informações adicionais ao item 19.1 deste Formulário de Referência****2018**

Contempla o Programa de Recompra aprovado em 22 de fevereiro de 2018, com a quantidade de ações previstas até o final do programa de 3.000.000 ações.

2016

Contempla o Programa de Recompra aprovado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com a quantidade de ações adquiridas até o final do programa (350.000 ações).

2015

Contempla o Programa de Recompra aprovado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, com a quantidade de ações adquiridas até o final do programa (625.000 ações).

Informações adicionais ao item 19.2 deste Formulário de Referência

Contempla (i) o Programa de Recompra aprovado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com a movimentação de ações na data de encerramento do referido exercício social; e (ii) o desdobramento de ações aprovado em assembleia geral extraordinária, realizada em 04 de setembro de 2017, na proporção de uma ação ordinária para oito ações ordinárias.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 21/02/2011

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependente incluído na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Estabelecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das nossas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Rua do Comércio, 1924, CEP 14400-660, Franca-SP; e (ii) internet: website da Companhia (ri.magazineluiza.com.br); website da CVM (www.cvm.gov.br) e website da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358, assim, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, por nós ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de nossa emissão, desde a data em que tomamos conhecimento de ato ou fato relevante, ou Ato ou Fato Relevante, até a sua divulgação ao mercado, conforme descritos no item 20.2 deste Formulário de Referência.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

(i) É vedada a negociação com Valores Mobiliários de nossa emissão pelas Pessoas Vinculadas nas datas em que negociarmos com ações de nossa emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo nosso Conselho de Administração.

(ii) As Pessoas Vinculadas e nós devemos nos abster de negociar nossos Valores Mobiliários de nossa emissão em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do nosso Presidente do Conselho de Administração. O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o período de bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários.

(iii) As Pessoas Vinculadas e nós deveremos assegurar que nossos contatos comerciais e aqueles com quem mantemos relação comercial, profissional ou de confiança não negociem nossos Valores Mobiliários quando tiverem acesso a Informações Privilegiadas. Para tanto, as Pessoas Vinculadas e nós envidaremos nossos melhores esforços para que todos que acessem Informações Privilegiadas firmem o competente Termo de Adesão à Política de Negociação.

(iv) No contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM n.º 400/03, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição de Valores Mobiliários de nossa emissão.

(v) As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários de nossa emissão, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à nossa intenção ou dos nossos acionistas controladores de: (i) modificar o nosso capital social mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de nossa emissão por nós mesmos; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e (d) a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

(vi) Os administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos estatutários com funções técnicas ou consultivas, bem como de nossas controladas e coligadas, poderão adquirir as ações de nossa emissão, em conformidade com plano de investimento aprovado por nós no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM desde que: (a) nós tenhamos aprovado o cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP; e (b) O plano de investimento estabeleça: (i) o compromisso irrevogável e irretroatável de seus participantes de investir valores previamente estabelecidos, nas datas nele previstas; (ii) a impossibilidade de adesão ao plano na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; (iii) a obrigação de prorrogação do compromisso de compra, mesmo após o encerramento do período originalmente previsto de vinculação do participante ao plano, na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 dias que antecederem a divulgação dos formulários ITR e DFP; e (iv) obrigação de seus participantes reverterem a nós quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de nossa emissão, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários ITR e DFP, apurados por meio de critérios razoáveis definidos no

20.2 - Outras informações relevantes

próprio plano.

(vii) As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre: (a) a data de sua divulgação ao mercado e (b) seis meses após o seu afastamento.

(viii) Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o nosso Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

(ix) As vedações à negociação de nossos Valores Mobiliários deixarão de vigorar tão logo divulguemos o Ato ou Fato Relevante aplicável ao mercado. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas possam interferir, em nosso prejuízo ou de nossos acionistas, com o ato ou fato associado ao Ato ou Fato Relevante.

(x) Mesmo após sua divulgação ao mercado, o Ato ou Fato Relevante deve continuar a ser tratado como não tendo sido divulgado até que tenha decorrido período de tempo mínimo para que os participantes do mercado tenham recebido e processado o Ato ou Fato Relevante, bem como se a negociação possa, a nosso juízo, interferir nas condições dos negócios com nossas ações, de maneira a resultar prejuízo a nós mesmos ou aos nossos acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pela Diretoria de Relações com Investidores.

O nosso Diretor de Relações com Investidores é responsável pela aplicação dos termos da Política de Negociação.

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”) disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema Empresas.Net), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;
- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proibem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Em observância às normas da CVM e da B3, em 21 de fevereiro de 2011, a Companhia adotou a “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante do Magazine Luiza S.A.” (“**Política de Divulgação**”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 (“**Destinatários**”). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação visa (i) prestar informação completa aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de ato ou fato relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (iv) zelar pelo sigilo de ato ou fato relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) divulgar e comunicar por escrito, à CVM e às bolsas de valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado Informação Relevante; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM e nas bolsas de valores e em todos os mercados nos quais tenhamos valores mobiliários admitidos a negociação, assim como ao público investidor em geral.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e, se for o caso, à B3, deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecidos.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de (i) anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou (ii) através de publicação em pelo menos 1 (um) portal de notícias na rede mundial de computadores (*internet*), que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade. Caso a divulgação seja feita na forma do item (i) acima, o anúncio poderá conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na *internet* onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às bolsas de valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no Brasil ou no exterior, a Informação Relevante deverá ser obrigatoriamente divulgada simultaneamente à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores e ao público investidor em geral.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (iii) na determinação dos investidores sobre o exercício de quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Qualquer Destinatário que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores.

Os Destinatários devem, ainda, guardar sigilo absoluto acerca das Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, nos termos desta Política de Divulgação e da Instrução CVM 358, as quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Os Destinatários não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, os Destinatários somente deverão tratar de assuntos relacionados às Informações Relevantes com aqueles que tenham necessidade de conhecer tais informações, ou seja, aqueles que estejam envolvidos pelos motivos que ensejem a colocação dos valores mobiliários no mercado, bem como a organização para a devida prestação das informações ao público, sempre visando ao fiel cumprimento das disposições da Instrução CVM 358 e da Política de Divulgação.

Os atos ou fatos que constituem Informação Relevante poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgados, se seus acionistas controladores ou administradores entenderem que a sua revelação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Rua do Comércio, 1924, CEP 14400-660, Franca-SP; e (ii) internet: *website* da Companhia (ri.magazineluiza.com.br); *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e *website* da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 21.